

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

ALINE LOPES ROCHEDO

**DINASTIAS AFETIVAS: A PRODUÇÃO DE ANCESTRALIDADE ATRAVÉS DA
TRANSMISSÃO DE JOIAS DE FAMÍLIA**

PORTO ALEGRE, 2021

ALINE LOPES ROCHEDO

**DINASTIAS AFETIVAS: A PRODUÇÃO DE ANCESTRALIDADE ATRAVÉS DA
TRANSMISSÃO DE JOIAS DE FAMÍLIA**

Tese apresentada para obtenção do título de doutora junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Eunice de Souza Maciel

PORTO ALEGRE, 2021

CIP - Catalogação na Publicação

Rochedo, Aline Lopes

Dinastias afetivas: a produção de ancestralidade através da transmissão de joias de família / Aline Lopes Rochedo. -- 2021.

306 f.

Orientadora: Maria Eunice de Souza Maciel.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Joia de família. 2. dinastia afetiva. 3. ancestralidade. 4. tabu da venda. 5. sagrado. I. Maciel, Maria Eunice de Souza, orient. II. Título.



ATA PARA ASSINATURA Nº _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
ANTROPOLOGIA SOCIAL - Doutorado
Ata de defesa de Tese

Aluno: Aline Lopes Rochedo, com ingresso em 12/01/2016
Título: **Dinastias afetivas: a produção de ancestralidade através da transmissão de joias de família**
Orientador: Prof^a Dr^a Maria Eunice de Souza Maciel

Data: 30/03/2021
Horário: 14:00
Local: IFCH

Banca Examinadora	Origem
Luiz Fernando Dias Duarte	Externo
Lúcia Helena Alves Müller	PUCRS
Claudia Lee Williams Fonseca	UFRGS

Porto Alegre, 30 de março de 2021

Membros	Assinatura	Avaliação	Indicação de Voto de Louvor
Luiz Fernando Dias Duarte	<u>Por video conferência</u>	<u>Aprovada</u>	<u>Sim</u>
Lúcia Helena Alves Müller	<u>Por video conferência</u>	<u>Aprovada</u>	<u>Sim</u>
Claudia Lee Williams Fonseca	<u>Por video conferência</u>	<u>Aprovada</u>	<u>Sim</u>

Conceito Geral da Banca:
(Aprovada)

Correções solicitadas: () Sim (X) Não

Indicação de Voto de Louvor: (X) Sim () Não

Observação: Esta Ata não pode ser considerada como instrumento final do processo de concessão de título ao aluno.

Aluno

Orientador

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio 43322 - 205D - Bairro Agronomia - Telefone 33088220
Porto Alegre - RS

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese contou com suporte financeiro da Coordenação de Apoio e Pesquisa em Ensino Superior (CAPES), que possibilitou dedicação exclusiva à pesquisa e à minha formação no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Agradeço a docentes, colegas, corpo técnico e demais funcionários e funcionárias do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) por trocas, encontros e experiências.

À minha orientadora, Maria Eunice de Souza Maciel, gratidão por me aceitar como orientanda e acreditar em mim e na minha pesquisa.

Agradeço às professoras Claudia Lee Williams Fonseca e Lúcia Helena Müller por aceitarem participar da banca. À Lúcia, também agradeço por provocações e incentivo em GTs e encontros acadêmicos no processo da investigação.

Ao professor Luiz Fernando Dias Duarte, obrigada pelo aceite para compor a banca de defesa da tese e por participar no exame de qualificação deste trabalho. As sugestões de leitura e os comentários no meio do processo foram essenciais.

Agradecimentos especiais ao professor Arlei Damo, que esteve na minha qualificação e foi um interlocutor muito atencioso. Demais colegas de GAEP, obrigada pela companhia!

Essa tese não seria possível sem confiança e joias de pesquisa. Obrigada a todas e a todos que contribuíram com vidas, histórias e materiais diversos e tanto me ensinaram.

Professora Cornélia Eckert, obrigada pela amizade e pela torcida.

Anelise Fróes e Carol Bazzo, obrigada por me aceitarem a bordo. Com a amizade de vocês, a viagem foi bem mais agradável.

Muito obrigada ao Fabrício Barreto pelas fotos maravilhosas.

Olivia Nery e Jean Segata, obrigada por livros trazidos de longe; Louise, Guillermo, Chica, Arlei, Jean, Carol, Maria Eunice, Gabi e Dullo, obrigada por me confiarem livros.

Agradeço a Samantha Gaspar e Caetano Sordi por *insights* preciosos.

Raphael Scholl, Frantieska Schneid e Andréa Dantas, vocês foram demais!

Aninha e Napo, Lara e Gustavo, Fê, Dati e cia., Laura, Joana, Nilson, Rapha, tia Yara, Loeci e Susana e cia., adorei as hospedagens, as risadas, as conversas e as aventuras.

Juliane Bazzo, obrigada pela acolhida em tantos projetos lindos. Tua generosidade, tua confiança e teu exemplo me ajudaram. E Vic, *gracias* pelas parcerias.

Obrigada ao grupo História da Arte e Cultura de Moda, do Instituto de Artes (IA-UFRGS). Estou voltando!

Fabíola de Carvalho Leite Peres, revelação 2020, quanto aprendizado!

Diéssica Gaige (melhor do mundo!), Júlia Cardoni (maior alegria!), Joanna Sevaio (melhor batom!), Marcos Andrade Neves (melhor riso nas madrugadas!) e Louise Pasteur Scoz de Faria (não, não tem no Brasil!), obrigada pelo carinho e por tanto apoio.

Rafa da dinda, presentão da vida.

Leandro, obrigada por estar comigo e pela leitura cuidadosa do meu texto.

Mariana, joia adorada, que bom que você existe.

Mãe, obrigada pela vida e pelos ensinamentos sobre ética, respeito e responsabilidade.

Vó Nina, uma saudade que não cabe no peito.

Amigos, amigas e familiares que torcem de perto ou de longe, obrigada, obrigada.

*“Haverá ainda moribundos que digam
palavras tão perduráveis, que passam como
um anel de geração em geração?”*

(Walter Benjamin)

RESUMO

Esta tese trata do fenômeno de transmissão de joias de família através de duas ou mais gerações e de seus efeitos em dinâmicas familiares, identificando nesses bens em movimento uma forma de produção de ancestralidade. A pesquisa etnográfica se realizou entre 2016 e 2020 e combinou técnicas variadas, como entrevistas, observação participante e interações *online* e *offline*, entre outras. Cronologias e diacronias atravessam a investigação em função da quantidade de gerações conectadas em narrativas e *performances*, episódios que podem misturar eventos históricos e fabulosos; afinal, a imaginação é constitutiva desse universo. É importante frisar que joia de família não é joia trivial; é joia tornada “de família”, uma herança infungível instituída no acoplamento a grupos afetivos ao longo de processos sociais e que emaranha prenomes, sobrenomes, lembranças, vida e morte, rituais, itinerários, valores, mudanças e continuidades. Seu repasse tende ao trânsito vertical, propaga narrativas ancestrais. Uma das implicações do recebimento dessa coisa é a responsabilidade da tutela: espera-se que seja guardada, cuidada, exibida, narrada e repassada. Pesam sobre os repasses viés de gênero e consanguinidade, mas a tendência é que afeto, confiança e senso de responsabilidade com transmissões futuras definam caminhos e evitem a dissipação das vidas dessas coisas. Além disso, joia de família é posse de caráter sagrado e inalienável, cedida transitoriamente a quem dela não pode dispor por completo, embora por ela seja responsável. Como o bem possui valor de pecúnia, submete-se ao tabu da venda, dispositivo acionado para mantê-lo na linhagem, formando e adensando vínculos entre algumas pessoas e excluindo outras. Assim como sobrenomes, essa coisa distingue arranjos afetivos. Diferentemente de sobrenomes, por seu turno, pontua individualidades nas linhagens e, ao fazê-lo, cria dinastias afetivas compostas, majoritariamente, por mulheres. Os fluxos suscitam grupos de pertencimento, consagram tutoras e expandem ancestralidades.

Palavras-chave: Joia de família; dinastia afetiva; ancestralidade; tabu da venda; sagrado; tutela

ABSTRACT

This dissertation deals with the phenomenon of transmission of family jewels through two or more generations and its effects on family dynamics, identifying in these goods in motion a form of ancestral production. The ethnographic research was carried out between 2016 and 2020 and combined various techniques, such as interviews, participant observation and online and offline interactions, among others. Chronologies and diachronies cross the investigation due to the number of generations connected in narratives and performances, episodes that can mix historical and fabulous events; after all, imagination is part of that universe. It is important to stress that family jewelry is not a trivial jewel; it is a jewel made “of family”, an irreplaceable heritage instituted in the engagement with affective groups throughout social processes and that entangles first names, surnames, memories, life and death, rituals, itineraries, values, changes and continuities. Its transfer tends to vertical transit and propagates ancestral narratives. One of the implications of receiving this thing is the responsibility of the tutelage: it is expected to be kept, cared for, displayed, narrated and passed on. Gender biases and consanguinity influence the transfers, but the tendency is that affection, trust and a sense of responsibility with future transmissions define paths and avoid the dissipation of the lives of these things. In addition, family jewelry is sacred and inalienable possession, temporarily transferred to those who cannot fully dispose of it, even though it is responsible for it. As the asset has a pecuniary value, it submits to the taboo of sale, a device activated to keep it in the lineage, forming and consolidating bonds among some people and excluding others. Like surnames, this thing distinguishes affective arrangements. Unlike surnames, in turn, punctuates individualities in the lineages and, in doing so, creates affective dynasties composed mainly of women. The flows raise groups of belonging, consecrate tutors and expand ancestry.

Keywords: Family jewel; affective dynasty; ancestry; sale taboo; sacred; tutelage

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: <i>THE GOLDSMITH IN HIS SHOP</i> (1449), POR PETRUS CHRISTUS. ACERVO DO MET. CRÉDITO: REPRODUÇÃO	54
FIGURA 2: O RELICÁRIO DA MÃE DE MARTA. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2017.....	62
FIGURA 3: ALESSANDRA E A MÃE COM O ANEL DE FAMÍLIA. CRÉDITO: ACERVO PESSOAL.....	64
FIGURA 4: PULSEIRA DE OURO E FIBRA CAPILAR HUMANA (CIRCA 1810). CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2017.	88
FIGURA 5: <i>A FAMÍLIA</i> (1925), DE TARSILA DO AMARAL. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 9 DE ABRIL DE 2019.	91
FIGURA 6: O ANEL DO TIO-BISAVÔ DE EDUARDO. CRÉDITO: ACERVO PESSOAL.	96
FIGURA 7: FRANTIESKA E O BROCHE, EM 2016. CRÉDITO: ARQUIVO PESSOAL.	100
FIGURA 8: THEREZA PERCEBE A PRESENÇA DOS PAIS NO BUQUÊ DA NETA. CRÉDITO: ARQUIVO PESSOAL.....	102
FIGURA 9: ELIZABETH II E O BROCHE RICHMOND. CRÉDITO: REPRODUÇÃO.	133
FIGURA 10: MEGHAN E A TIARA EMPRESTADA POR ELIZABETH II. CRÉDITO: REPRODUÇÃO.....	133
FIGURA 11: O ANEL DE NOIVADO QUE O PRÍNCIPE WILLIAM DEU À CATHERINE, EM 2010, É O MESMO QUE SEU PAI, PRÍNCIPE CHARLES, DEU À SUA MÃE, DIANA, QUANDO DO NOIVADO DELES, EM 1981. CRÉDITO: REPRODUÇÃO.	134
FIGURA 12: UM DOS ANÉIS ASSOCIADOS À JOIA DA PRINCESA DIANA HOJE TUTELADA PELA DUQUESA CATHERINE, TAMBÉM CONHECIDA COMO KATE. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2017.	136
FIGURA 13: DO SÉC. XVIII AO XX: HORTENSE, JOSEPHINE DE LEUCHTENBERG, MARGARET, INGRID E SYBILLA. CRÉDITO: REPRODUÇÃO.	138
FIGURA 14: BIRGITTA (1961), DÉsirÉE (1964), SILVIA (1976) E VICTORIA (2010). CRÉDITO: REPRODUÇÃO.....	138
FIGURA 15: MARIAZINHA VALENTE NA COROAÇÃO DA NETA MARIANA, RAINHA DO CLUBE DIAMANTINOS, DE PELOTAS, EM 2001. CRÉDITO: ACERVO PESSOAL.	142
FIGURA 16: MARIANA E O BROCHE NO COLARINHO. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019.	144
FIGURA 17: OLGA ENTREGA UM ESTOJO COM UMA JOIA À NETA PAOLA. CRÉDITO: ACERVO PESSOAL.	159
FIGURA 18: PAOLA RECONHECE A JOIA DO SEU AVÔ FRITZ. CRÉDITO: ACERVO PESSOAL.	159
FIGURA 19: PAOLA E OLGA. CRÉDITO: ACERVO PESSOAL.....	159
FIGURA 20: O ANEL DA VÓ MARIA. CRÉDITO: ACERVO PESSOAL.....	180
FIGURA 21: RASCUNHO DAS VONTADES DE NINA. CRÉDITO: REPRODUÇÃO.	184
FIGURA 22: BILHETE ENTREGUE A LOUISE POR RALFA COM JOIAS DE FAMÍLIA. CRÉDITO: ARQUIVO PESSOAL. ...	187
FIGURA 23: REPRODUÇÃO DE DETALHE DE REPORTAGEM “MARCA DA CASA MASSON VAI A LEILÃO”, DE ADRIANO FLORIANI, PUBLICADA NO JORNAL <i>ZERO HORA</i> , EM 8 DE SETEMBRO DE 1999, NA PÁGINA 18.....	192
FIGURA 24: ANEL DO SABER E O ANEL DOS 15 ANOS. CRÉDITO: ACERVO PESSOAL.	195
FIGURA 25: A PORTA DA CASA DOS MAZZA. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2018.....	202
FIGURA 26: O SOBRADO ONDE A VIDA NÃO CESSA. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2018.....	202
FIGURA 27: O SOBRADO, DÉCADA DE 1920. CRÉDITO: PRETÉRITA URBE/PELOTAS, FACEBOOK	203
FIGURA 28: O BRACELETE DA BARONESA DE SANTA TECLA. CRÉDITO: FABRÍCIO BARRETO, 2018.	206
FIGURA 29: A LINHAGEM DO CHARQUE.....	208

FIGURA 30: RAPHAEL MAZZA ENTRE OFÉLIA E AMÉLIA, AVÓ E MÃE DA FUTURA ESPOSA, NÓRIS, EM 1940. O BRACELETE ESTÁ NO PULSO DE AMÉLIA. CRÉDITO: ACERVO PESSOAL.....	210
FIGURA 31: CARLINHOS, BRANQUINHA, NÓRIS E RAPHAEL MAZZA. CRÉDITO: ACERVO PESSOAL.....	212
FIGURA 32: O RELICÁRIO. CRÉDITO: FABRÍCIO BARRETO, 2018.....	214
FIGURA 33: O VITRAL, O VINHO E O FIGURINO. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2018.....	219
FIGURA 34: TELAS DE TORRE DEL GRECO. CRÉDITO: FABRÍCIO BARRETO, 2018.....	223
FIGURA 35: A LINHAGEM DE TORRE DEL GRECO.....	226
FIGURA 36: RAPHAEL, ANDREA E FABRÍCIO. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2018.....	231
FIGURA 37: DAGOBERTO OBSERVA O MOVIMENTO. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2018.....	231
FIGURA 38: O BRACELETE, A PESQUISADORA, O GRAVADOR E DAGOBERTO. CRÉDITO: FABRÍCIO BARRETO, 2018.....	233
FIGURA 39: OS CAMAFEUS. CRÉDITO: FABRÍCIO BARRETO, 2018.....	236
FIGURA 40: CAMAFEU 1. CRÉDITO: FABRÍCIO BARRETO, 2018.....	238
FIGURA 41: CAMAFEU 2. CRÉDITO: FABRÍCIO BARRETO, 2018.....	238
FIGURA 42: CAMAFEU 3. CRÉDITO: FABRÍCIO BARRETO, 2018.....	238
FIGURA 43: O BRACELETE. CRÉDITO: FABRÍCIO BARRETO, 2018.....	239
FIGURA 44: FABRÍCIO, ANDREA E RAPHAEL. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2018.....	239
FIGURA 45: ANDREA. CRÉDITO: FABRÍCIO BARRETO, 2018.....	240
FIGURA 46: O RELICÁRIO E O BRACELETE. CRÉDITO: FABRÍCIO BARRETO, 2018.....	240
FIGURA 47: ANDREA DOS ESPÍRITOS. CRÉDITO: FABRÍCIO BARRETO, 2018.....	241
FIGURA 48: ANDREA E FABRÍCIO. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2018.....	241
FIGURA 49: O ESTÚDIO. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2018.....	241
FIGURA 50: A BARONESA. CRÉDITO: FABRÍCIO BARRETO, 2018.....	242
FIGURA 51: O ENCONTRO DOS MAZZA COM A LINHAGEM DO CHARQUE. CRÉDITO: FABRÍCIO BARRETO, 2018....	243
FIGURA 52: UMA CAIXA DE ISOPOR PROTEGE GERAÇÕES EM FOTOS. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019. ..	245
FIGURA 53: SALA DE TARSILAS. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019.....	248
FIGURA 54: UMA TELA DE PICASSO, PRESENTE DO AUTOR À AMIGA TARSILA, DIVIDE O CENÁRIO COM OUTRAS OBRAS LEGADAS PELA ARTISTA PLÁSTICA E CUIDADAS POR TARSILINHA. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019.....	249
FIGURA 55: RECORTE DA COLUNA DE MONICA BERGAMO, EM 6 DE OUTUBRO DE 2018. CRÉDITO: REPRODUÇÃO.....	250
FIGURA 56: O ANEL DE TARSILA NA MÃO DE TARSILINHA. CRÉDITO: PORTAL PEPPER/REPRODUÇÃO.....	251
FIGURA 57: CAPA DA GENEALOGIA DOS AMARAL, COM O MILIONÁRIO E A SANTA. CRÉDITO: REPRODUÇÃO.....	254
FIGURA 58: CINCO GERAÇÕES.....	255
FIGURA 59: DIAGRAMA COM PARENTES CITADOS NAS CONVERSAS SOBRE AS JOIAS DE FAMÍLIA.....	257
FIGURA 60: TARSILA DO AMARAL EM 1926. CRÉDITO: ACERVO PESSOAL.....	259
FIGURA 61: LYDIA, MÃE DE TARSILA. CRÉDITO: ACERVO PESSOAL.....	260
FIGURA 62: DR. JUCA, PAI DE TARSILA. CRÉDITO: ACERVO PESSOAL.....	260
FIGURA 63: TARSILINHA COM O PÚBLICO DA EXPOSIÇÃO. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, ABRIL DE 2019. ...	261

FIGURA 64: TARSILA PINTAVA MESMO SOBRE A CAMA. ESSA IMAGEM FOI REGISTRADA POR MÁRCIO ARRUDA, FOTÓGRAFO DO JORNAL <i>O GLOBO</i> , EM 6 DE FEVEREIRO DE 1972. NOTO CONTRA A PAREDE, À DIREITA, O RETRATO DA AVÓ DA ARTISTA, THEREZA DE JESUS, A SANTA, MULHER DO MILIONÁRIO. CRÉDITO: REPRODUÇÃO.	262
FIGURA 65: JOIAS DE TARSILA. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019.....	265
FIGURA 66: BINÓCULO DE TARSILA. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019.....	270
FIGURA 67: COISAS DE TARSILA. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019.....	270
FIGURA 68: QUATRO GERAÇÕES NA MÃO DE TARSILINHA: LYDIA, TARSILA, DULCE E BEATRIZ, OS ANOS 1940. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019.....	271
FIGURA 69: TARSILINHA NA SOCIEDADE HÍPICA PAULISTA, EM SÃO PAULO. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019.	273
FIGURA 70: DO ACERVO DE LILIA HERDADO DE HELENA, QUE O HERDOU DE TARSILA, DESTAQUE PARA BEATRIZ, FILHA DE DULCE, EM SUA PRIMEIRA COMUNHÃO. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019.	276
FIGURA 71: TARSILA DO AMARAL E O ANEL, EM 1972. CRÉDITO: ACERVO PESSOAL.	278
FIGURA 72: DULCE ABRAÇADA A BEATRIZ, O ANEL DE 15 ANOS DE DULCE E O RASCUNHO FEITO POR LILIA E POR MIM. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019.	279
FIGURA 73: BINÓCULO E PULSEIRA ORIENTAL DE DULCE. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019.	280
FIGURA 74: O <i>LORGNON</i> DE LYDIA. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019.....	280
FIGURA 75: BROCHE DE TARSILA E LEGENDA ESCRITA POR LILIA. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019.	281
FIGURA 76: A PULSEIRA DE PAUL POIRET E O ESCRITO DE HELENA. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019....	282
FIGURA 77: COLAR DE PÉROLAS DE HELENA, PRESENTE DE MILTON E LILOCA, SEUS PAIS. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019.....	282
FIGURA 78: DIAGRAMAS DAS ROTAS DE CONSIDERAÇÃO DAS JOIAS DE FAMÍLIA DE LYDIA, TARSILA, HELENA, DULCE, TARSILINHA E LILIA TRAÇADO POR MIM NA ESCRITA DESTES CAPÍTULOS. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2020.....	283
FIGURA 79: DONA ANETE, A CUIDADORA, E TARSILA NO APARTAMENTO DA ARTISTA, EM 1971. CRÉDITO: ALINE LOPES ROCHEDO, 2019.....	284
FIGURA 80: TARSILINHA VESTE RÉPLICA DO MANTÔ VERMELHO QUE TARSILA PINTOU EM UM DE SEUS AUTORRETRATOS E REPRODUZ A POSE. À COMPOSIÇÃO, ACRESCENTA O ANEL MÁGICO. CRÉDITO: INSTAGRAM/REPRODUÇÃO.	287

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 UMA ETNOGRAFIA COM O PORTA-JOIAS.....	22
1.1 ALINHADA, EMARANHADA E DESAFIADA.....	24
1.1.1 “Confio em você”: no caminho da confiabilidade e do respeito	26
1.1.2 Histórias de família.....	32
1.1.3 Engajamentos e colaborações	33
1.1.4 Considerações éticas e mais responsabilidades	37
1.2 MEU CAMPO DE ESCRITAS.....	39
1.2.1 A descoberta de joias na família.....	42
1.2.2 Repartes porvir: compromissos e temores	44
1.3 NARRATIVAS E PERFORMANCES	46
1.3.1 Joias da pesquisa: narrar, ouvir, guardar e repassar	47
1.3.2 Elenco, figurino e cenário: histórias de família levam às joias.....	51
1.3.3 A gratidão pela audiência.....	52
2 NEM TODA JOIA É DE FAMÍLIA.....	54
2.1 O QUE FAZ UMA JOIA SER “DE FAMÍLIA”	57
2.1.1 Ingressos e passagens	60
2.1.2 Encadeamento e ancestralidade	67
2.1.3 Da família ao pedigree	73
2.2 COISAS DE MULHER, COISAS DE HOMENS.....	75
2.3 ORIGEM DA FAMÍLIA EM DISPUTA: A CONTENDA POR GEMA	79
2.4 O ADORNO QUE É PARENTE.....	84
3 ARRANJOS E REARRANJOS FAMILIARES	91
3.1 UMA GRAMÁTICA INCESSANTE	93
3.2 DINASTIAS AFETIVAS E LINHAGENS	98
3.3 ESTRANHAMENTOS E AFILIAÇÕES.....	103
3.4 SOBRE LAÇOS PROFUNDOS E DURADOUROS	108
3.5 IMERSÕES NO SAGRADO.....	110
3.6 IDENTIDADES CONTINUADAS E LENDAS FAMILIARES	118
4 DÁDIVAS, O SAGRADO E A IMAGINAÇÃO.....	122
4.1 AMBIGUIDADES E INALIENABILIDADE	126
4.2 QUANDO O CAMPO REMETE À REALEZA	131
4.2.1 A monarquia alimenta a imaginação.....	132
4.2.2 Tiaras circulam, anéis transitam	137
4.3 “EU SINTO QUE TENHO UMA RESPONSABILIDADE”.....	140

5 TABU DA VENDA E OUTRAS INTERDIÇÕES	147
5.1 ALIANÇAS PARA FORA, ALIANÇAS PARA DENTRO	151
5.2 UMA INTERDIÇÃO MORAL	154
5.2.1 <i>Quando a venda se justifica</i>	156
5.2.2 <i>Onde dinheiro e afeto não se entendem</i>	160
5.3 PENHOR COMO “UMA SEGURANÇA”	165
5.4 HOMENS NEM SEMPRE SÃO CONFIÁVEIS	168
6 REPARTES E TRANSMISSÃO	171
6.1 ENTRE A LEI E OS AFETOS	173
6.1.1 <i>Bens fungíveis e infungíveis</i>	175
6.1.2 <i>Testamentos formais e informais</i>	181
6.2 JOIAS DE FAMÍLIA COMO HERANÇA: DAS REGRAS E DAS ESTRATÉGIAS	188
6.3 SUCESSÃO E TUTELA: MERECEER É SABER CUIDAR.....	196
7 “A VÓ É UMA DÁDIVA”: AS JOIAS DA BARONESA	200
7.1 UMA CASA VIVA	201
7.2 “EU VOLTO NA VÓ E SIGO A LINHA DELA”: A TUTORA DO BRACELETE	204
7.3 “JOIA NÃO ERA COISA QUE SE VENDESSE”	207
7.4 O RELICÁRIO.....	214
7.5 A FAMÍLIA ESPIRITUAL	216
7.6 O ÉPICO ENREDADO DOS CAMAFEUS	218
7.6.1 <i>O corvo</i>	221
7.6.2 <i>A pomba</i>	224
7.7 A DÁDIVA EM CENA: OPERETA SOBRE JOIAS DE FAMÍLIA	227
7.7.1 <i>Elaborando o script</i>	228
7.7.2 <i>O camarim</i>	230
7.7.3 <i>Um palco para Dagoberto</i>	232
7.7.4 <i>“Eu sou o cavalo da minha vó”</i>	234
7.8 A BARONESA E OS CAMAFEUS: NARRATIVA FOTOGRÁFICA	238
7.9 A VIDA EM ABERTO	244
8 A DINASTIA AFETIVA DE TARSILA DO AMARAL.....	246
8.1 TUTELA EM BOAS MÃOS.....	247
8.2 “EU TENHO O MESMO NOME DELA”: LINHAS GENEALÓGICAS E LIGAÇÕES NOMINAIS.....	252
8.3 A JOIA SE ACOPLA AOS AMARAL	258
8.4 “ESTE ANEL É DIFERENTE. ESTE EU NÃO VENDO POR NADA”	264
8.5 TRAZENDO TARSILA DE VOLTA À VIDA SOCIAL	268
8.6 TRABALHANDO A CONFIANÇA	272
8.7 MALHAS FEMININAS	274
8.7.1 <i>A tutora intermediária</i>	275

8.7.2 <i>O movimento dos afetos</i>	278
8.8 O ANEL CONHECE A FAMA	286
CONSIDERAÇÕES FINAIS	289
REFERÊNCIAS	296

INTRODUÇÃO

Joia de família não é sinônimo de joia. Pelo menos não nesta etnografia. No presente trabalho, relaciono uma classe de adereços corporais **acoplados** a dinâmicas familiares e à elaboração de linhagens através de repasses geracionais. Os repartes são mediados e conduzidos por sentimentos e interesses ambivalentes, afinal de contas, adornos de família combinam valor venal e valores simbólicos. Além disso, são confiados a algumas pessoas sem ser, efetivamente, alienados de guardas precedentes. Quando indagados, afloram crônicas que enlaçam ascendência e descendência, geralmente, em movimentos verticais – mães e filhas; avós e netas; tias e sobrinhas etc. Essas transmissões tendem a se realizar nos limites nunca rígidos nem estáticos de coletividades, conectando dimensões extraordinárias e ordinárias e produzindo **ancestralidade**. Muitas histórias atravessam parte das vidas contidas em porta-joias. São sagradas, quase segredos, e, por isso, são tão reveladoras.

Minha pesquisa etnográfica não trata, portanto, de historiografia da joalheria, ainda que esteja preñe de cronologias e diacronias, sobretudo em relatos mais longevos, porém sintéticos dos argumentos da tese e que esclarecerei no decorrer da escrita. Mesmo assim, atento para interseccionalidades temporal, geracional, de classe e de gênero acondicionadas em relicários de emoções que extravasam ao serem **tutelados** por guardiãs de coisas percebidas como **sagradas** no decurso das gerações.

O que concebo como fundamental para esta tese, portanto, **é a identificação e a compreensão de processos através dos quais enfeites corporais compostos por metais nobres e gemas se tornam “de família”, assim como a exploração dos efeitos dessa transmutação em dinâmicas familiares**. Não me interessa debater, neste momento, se joias de família são ou não são “importantes”, mas perceber por que são relevantes para algumas pessoas e coletividades. O que podem significar? O que acontece quando alguém se torna tutora de um bem do gênero? Quais são as regras que fazem com que uma joia de família se movimente entre gerações? Como se desafiam essas normas? No que essas coisas se diferem de “coisas de família”? Qual é o papel das narrativas nos movimentos através de gerações? O que caracterizaria uma joia de família? Como se impede que essas coisas saiam dos grupos, apesar da liquidez no mercado? Como se atualizam? Movida por essas e outras perguntas elencadas por mim e por interlocutoras no processo etnográfico, meu propósito é acessar códigos, valores e práticas que atravessam o fenômeno da transmissão de joias de família.

Para este fim, importam-me elaboração, cultivo e reprodução de **ambiguidades** em repasses que articulam valor pecuniário e valores que não são mensuráveis, como simbólico e afetivo. Propriedades venais e sensuais de joias de família imprimem no fenômeno o **tabu da venda**. Essa interdição moral é acionada para impedir trocas mercantis e a saída dessas coisas dos limites da coletividade, na medida em que esses adereços, quando tornados de família, atendem ao adensamento de vínculos internos e atestam a sacralidade de alguns membros, muitos apresentados como mitológicos.

A partir das interlocuções da pesquisa, considerei profícuo pensar em joias de família como **coisas**, aproximando-me da perspectiva de Ingold, seguindo fluxos vitais e transformações, compreendendo-as como “processos de formação ao invés de produto final” (2012, p. 26). Entendo esses bens tridimensionais e tangíveis em metais nobres e minerais preciosos como condensados de significados, formas e contextos cambiantes. Acoplados a famílias, parecem animar e se animar por nomes e experiências e oscilam entre ampliação e dissolução no rearranjo dos laços. São artefatos marcados por pedras, iniciais, emblemas, modas, fotografias e narrativas que ajudam a desafiar o esquecimento de alguns nomes e rostos por durabilidade de composições físicas e simbólicas, atualizam projetos individuais e coletivos ao mesmo tempo em que fixam recordações e acentuam assimetrias conforme lógicas da vida social. As posses que se tornam linhagens não seguem em qualquer direção. Se gerações habitam as joias, existe algum esforço de contenção e controle de seus devires.

Acatar responsabilidades de zelar por esses bens tem implicações. Afinal, tornar-se elo no encadeamento da marca de pertença a uma determinada linha dinástica é, também, merecer confiança. Isso ficou evidente no curso da escrita e em interlocuções, enquanto buscava verbos e verbetes para expressar e condensar ações nos processos de responsabilidades temporárias. Notava aproximações entre recebimento e repasse de joias de família com o encargo da tutela e com incumbências delegadas a tutoras e tutores de menores de idade no âmbito da Justiça. Mais do que “guardar” – empregado na minha redação por fluidez textual e porque interlocutoras apontaram ou se denominaram “guardiãs” –, “tutelar” me parece ser o verbo adequado na medida em que pessoas instituídas por algum tipo de testamento, repasse direto ou indicadas por alguém do grupo recebem a autoridade para dirigir o ser tutelado¹.

Para se juntar com a coisa e prosseguir na linhagem, desta forma, torna-se necessário à **tutora** identificar e enlaçar sucessoras com competência para cuidar e dirigir quem constar dos afetos. O acúmulo de *pedigree* pede compromisso com reprodução e criação de lendas e

¹ Como consta do *Novo Aurélio XXI*, o verbete “tutela” corresponde a “defesa”, “amparo”, “proteção” (FERREIRA, 1999, p. 2019), assim como “tutelar” é “proteger”, “amparar” (p. 2020).

personagens mitológicas. Não significa que o recebimento de joia ancestral se preste apenas a honrarias e deleite. Até pode ser presente e adensamento de vínculos; mas pode ser, ao mesmo tempo, um ônus, uma **dádiva-veneno**.

Passado o preâmbulo acima, já com pistas sobre estratégias textuais, confirmo que escrevo privilegiando substantivos e adjetivos femininos ao me referir a sujeitos da pesquisa. A escolha se justifica pelo fato deste universo ser composto, principalmente, por mulheres ou por integrantes de uma dimensão associada a um tipo idealizado de feminino, além de o texto ser forjado por uma etnógrafa. Quando houver interlocuções que se identificam como masculinas – elas existem e são relevantes, sobretudo, em ingresso, elaboração, dessacralização e trânsitos dessas coisas –, a concordância nominal acompanhará o gênero.

Chamo a atenção, além do mais, para predicados de nobreza e preciosidade associados com recorrência aos componentes de joias de família. Esses recursos remetem ao consumo de prestígio e a posses aristocráticas e de corte, detalhe nada banal no universo da investigação, pois, em diversos momentos, remeteram-se, em narrativas, *performances* e cenários, a monarquias europeias, tesouros e trejeitos da “boa sociedade”², tanto para reverenciar quanto para desdenhar de adornos e legados, o que ilumina a relação de joias de família com um imaginário coroado por nobiliarquia, inclusive em contextos de ascensão econômica e social de imigrações recentes, e não apenas nas situações de ancestralidades que apontam para oligarquias rurais no Brasil do século XIX, por exemplo.

A propósito, quem esperaria encontrar a família real britânica numa etnografia, numa tese antropológica? Eu não. Tampouco intencionava incluí-la quando elaborei o projeto e esbocei as primeiras reflexões. Mas o campo me trouxe joias da Coroa. Colegas, professores, familiares e conhecidos me despertaram para associações desses bens com minha pesquisa. Falas de interlocutoras comparando suas joias às de rainhas e princesas ou fazendo algum tipo de troça com os tesouros reais me convenceram a acolher a monarquia na escrita. No que me rendi, percorri documentários, *sites*, seriados, revistas, filmes, livros, várias informações. E sucumbi a essas pérolas, pois refletem um imaginário distintivo, duradouro, dinástico e sagrado que adornos representam, mesmo em peculiaridades. Aquilo que pouco sentido fazia no início da pesquisa, por insistência nativa, passou a ilustrar reflexões e foi incorporado.

Ressalto que não pincei joias de família por expressão estatística para as minhas reflexões. Favoreci propriedades qualitativas, diversidade, arranjos sociais, táticas de aproximações, rompimentos e possibilidades narrativas. Exposições de **joias de pesquisa** –

² Cf. Elias, 2001.

como denomino o material confiado a mim nas interlocuções – tampouco avançam em curso linear do caminho etnográfico, realizado entre 2016 e 2020, na medida em que fenômenos e temporalidades se atravessam o tempo todo e antecedem o período do doutorado. Adianto, ademais, que fragmentei algumas confidências para dificultar identificações e evitar conflitos que não dizem respeito à tese, além de resguardar bens, vários cobiçados pela liquidez.

As mais de 50 colaboradoras da investigação se identificaram com pertencentes ao que chamavam de “classe média”. São mulheres que atuam no mercado profissional, muitas no circuito acadêmico ou em profissões liberais, com alta escolaridade e que atualizam joias ancestrais até em manifestações políticas. Houve quem se aliasse a um passado afortunado, por vezes em descenso econômico e social há uma ou duas gerações, e as que inauguraram, nas suas famílias, o acesso a diploma de curso superior e/ou a alguma forma de ingresso em configuração prestigiosa, reivindicando origem “muito pobre” e atribuindo ascensão a estudo e a “muito sacrifício”.

Há colaboradoras de outros países, mas a maior parte nasceu ou vive no Brasil, embora possa ter morado alhures. Várias demandaram minha atenção e escutas presenciais ou no ambiente digital por indicação de conhecidos ou porque me conheciam de antemão. Ouvi e li relatos de pessoas com idades entre 23 e 96 anos também acerca de coisas tuteladas por outros parentes, mas com as quais existem sentimentos de intimidade por serem “de família”. Tanto é assim que o grosso das que partiram – roubadas, vendidas ou perdidas – parece ter deixado saudade. Ademais, embora anteponha episódios observados no Brasil, com destaque para Sul e Sudeste, onde demandei grande parte dos encontros etnográficos, desafio limites geográficos, políticos, imaginários e temporais, visto que deslocamentos não cessam.

Lido, principalmente, com sujeitos autodeclarados brancos e em situações urbanas³ porque minhas redes de relações se concentram nesses espectros. Reconheço que essa condição facilitou acesso a adornos e intimidades. E não ignoro que o emprego dessas joias como marcadoras de afeto e conexões esteja ligado a contextos de produção de distintividade e de reforço de valor de família medido por acúmulo ancestral enunciado como ilustre, uma realidade imaginária que conforma **dinastias afetivas**, ou seja, linhagens enlaçadas no avanço e no movimento de bens e narrativas e que elaboram e se nutrem de ancestralidade.

Algumas pessoas e coisas preenchem falas, enquanto tantas deixam de ser evocadas. As citadas permitem construção e consagração de um *status* recebido – imagina-se ser quem se é por ascendência e descendência ou outra variável de pertencimento. Às vezes,

³ Sublinho que esses indivíduos se encontram nesses espectros em função de mobilidades ascendente ou descendente ou por alguma conformação de permanência socioeconômica.

interlocutoras e eu recorremos a fotografias de acervos ou produzidas no campo para recontar capítulos das histórias econômica, cultural e política das famílias. Reivindicam-se qualidades, privilégios e habilidades. Antepassados deixaram algo, e essa ancestralidade é idealizada e reformulada em relatos, imagens e adereços.

Nem tudo foi simples, é preciso assumir. Uma das principais dificuldades que enfrentei se deu na etapa da escrita, ou melhor, na organização da tese em capítulos. Os fenômenos observados no trabalho de campo se embaralhavam e resistiam à arbitrariedade da divisão. Levei meses para conseguir impor alguma ordem às letras. Não podia seguir critérios orbitando religião, etnia ou limites geográficos, por exemplo. Os capítulos não se encaixavam de forma cronológica e nenhum se encerrava, pois condensavam fenômenos articulados. A decomposição de falas, gestos e entorno para marcar um léxico e, assim, permitir o fluxo de ideias e pontuar as categorias analíticas nos arremates pareceu ser uma alternativa satisfatória.

Desta forma, organizei a tese em três módulos.

O primeiro se faz do capítulo 1, no qual descrevo como realizei a etnografia, da elaboração do objeto à tessitura do campo, que não é um “lugar” nem “um grupo”, mas um processo. Disserto sobre questões éticas e metodológicas e sobre desafios da escrita. Em muitos casos, *insights* surgiram de *performances*, em cenários, literatura, figurinos, cinema, porta-joias e roteiros de encontros etnográficos *online* e *offline*.

A incorporação do drama às cenas é inclinação que acompanha meu apreço por clássicos de cinema e literatura, é verdade. Ademais, lidei com pessoas sensibilizadas por muitas dimensões do meio artístico, e filmes, livros e obras de arte estiveram comigo neste itinerário. Mas essa agregação também decorre de investidas em audiência e escuta, pois notei que minha conduta mobilizava e modificava relatos.

Outro componente do capítulo atenta para atividades que estimulam minhas escritas e encorajam diálogos da etnografia com outros gêneros. Identifiquei essa predileção no mestrado e a intensifiquei no doutorado, em encontros com autores e interlocutores e em discussões em sala de aula e eventos. Sei que certas normas acadêmicas são esperadas numa tese, todavia, arrisco adicionar, em algumas seções, recursos de escrita criativa e afetiva.

Incluo material etnográfico de meu contexto social e familiar, apelando a memórias minhas e de parentes, pois tutelo anéis da ascendência materna e, como única mulher entre três filhos, sou a presumível herdeira de joias pelas quais minha mãe está responsável. Não cedo totalmente ao gênero autoetnográfico, embora nele tenha me inspirado em passagens. Experimento possibilidades ao expor minhas competências prévias e as apreendidas no curso

de pós-graduação e na experiência cotidiana, além de aspectos socioeconômicos e culturais em que fui forjada e algumas vulnerabilidades.

O segundo módulo compreende do capítulo 2 ao capítulo 6 e trata da construção do referencial teórico, este elaborado com amparo de narrativas e *performances*. Nessa seção, apresento categorias analíticas construídas e amadurecidas a partir de experiências e materiais empíricos articulados com a teoria antropológica. Também são noções resultantes de discussões realizadas em eventos acadêmicos, de conversas com docentes, colegas e colaboradoras e de encontros e reuniões com o Grupo de Antropologia da Economia e da Política (GAEP), da UFRGS, do qual participo desde 2017.

No capítulo 2, portanto, situo a etnografia no universo dos adornos corporais e chamo a atenção para aproximações e distanciamentos de joias e joias de família. Também saliento processos de acoplamento de bens ancestrais às coletividades que lhes conferem a conexão com a partícula “de família”. Para isso, busco identificar fronteiras simbólicas e sustento que esses bens herdados e repassados se fazem em processos sociais, rituais, cuidados, reverências e relatos e têm dentre suas características elaboração e cultivo de linhas de descendência legitimadas, mesmo inventadas.

Neste estudo, joias de família tendem a ser identificadas pelas interlocuções como coisas “de mulher” ou “de homem”, ainda que seus itinerários se mostrem menos rígidos no cotidiano. A remodelação do artefato pode levar o bem de uma condição de gênero a outras, pois joia de família, assim como famílias, são dinâmicas e se refazem no tempo e nas gerações. Já a crônica sobre a vida pregressa dos bens costuma se ajustar ao tom afetivo, até quando o ingresso da joia na família tenha se dado por *status*.

Outra característica desses bens é a plasticidade para receber e acomodar vida e morte. Em movimento, articulam mudanças de estatuto de portadoras vinculadas às linhagens com obrigações morais.

O capítulo 3 se ocupa, num primeiro momento, da partícula “de família”, essencial para a composição da categoria “joia de família”. Por meio dessa coisa forjada no acoplamento e em movimento, produzem-se diferenças internas, afinal, é confiada a algumas pessoas e negada a outras, adensando laços e produzindo relações, disputas e papéis políticos.

Para compor o capítulo, visitei parte da bibliografia sobre família e parentesco e refleti sobre arranjos e rearranjos, explorando afinidades e descontinuidades, além da qualidade dos vínculos. Entendo que essas coisas repassadas entre gerações, quando tuteladas, produzem ancestralidade. Apesar de a maioria das colaboradoras indicarem sangue como quesito primordial para escolhas e trânsitos dos adornos – posição geracional e ordem de nascimento

também são mencionadas –, repasse, recebimento e recusa, em algum momento, justificam-se por afeto. No interior de uma família, ademais, podem correr linhagens encadeando algumas eleitas por movimentos de adereços corporais, as chamadas dinastias afetivas.

Saliento que registrei diversas expressões do campo religioso, mítico e místico, uma gramática que ecoa possibilidades sagradas. Talismã, amuleto, relicário, medalhas e crucifixos, entre outros termos e ornatos, exprimem-se com sugestões de proteção divina e coragem. Orbitam menções e insinuações relativas a milagres e fenômenos descritos como sobrenaturais em recebimentos ou repasses até onde associação com religiosidade é recusada.

No quarto capítulo, exponho aspectos ambíguos da dádiva, que pode ser presente (*gift*, em inglês) ou veneno (*das Gift*, em alemão). Além disso, estimulada por discussões anteriores sobre sacralidade familiar e por inspirações recorrentes em debates acerca do dom, alinho-me com a noção de sagrado de Godelier (2001) e com ponderações suas sobre a prevalência da imaginação sobre o simbólico. Joia de família existe, dentre outros critérios, porque é possível imaginar linhagem, proteger e projetar ancestralidade.

Bens associados a prestígio, poder e distintividade, como indiquei, não se limitam a realeza ou aristocracia europeias. Neste capítulo, todavia, exponho encontros com joias da Coroa britânica e joias daquela família. Respondo ao imaginário expresso pelo campo e alimentado pela indústria da cultura e pela sacralidade, por intrigas, por esplendor, lendas, figuras mitológicas e por um conjunto de hesitações e imprecisões que constam de composições familiares hegemônicas propagadas no Ocidente como desejáveis, acentuando, inclusive, estereótipos de modelos de feminino associados à joalheria.

Duarte (2006) verificara, em pesquisas junto a camadas médias e altas no Rio de Janeiro, que a intensidade do sagrado sobressai em práticas de culto à família. Minha etnografia endossa a constatação e a acompanha para o culto à ancestralidade⁴, insistindo na potência simbólica dos adereços retransmitidos entre gerações por coexistência de valores ambivalentes, mistura de vida e morte e pelo fato de ser, ao mesmo tempo, adorno e segredo.

No capítulo 5, atento para interdições voltadas às joias de família, coisas cujos movimentos não contemplam todas as ramificações sanguíneas, nem se distribuem como sobrenomes. Alinhadas, joias de família produzem dinastias afetivas, em geral, conduzidas por emoções, afinidades e compromissos. Regula-se o que pode ou não ser vendido, e a coisa “inestimável” e “incomensurável”, para permanecer no grupo, precisa ser confiada a quem

⁴ Duarte e Menezes observam que famílias de classe trabalhadora são menos inclinadas a retroceder laços transgeracionais em relação a famílias mais abastadas, com consciência genealógica mais profunda. O culto à ancestralidade, neste caso, pode se verificar em continuidade material, na qual se produz a sacralidade familiar (2017).

reconheça seu “valor”. A pesquisa demonstra, ainda, que joias de família produzem diferenças internas e têm caráter endógeno ao potencializar o adensamento de laços.

Apesar de prescrições reconhecidas e repetidas, há situações em que se justifica a venda, com dinheiro empregado no custeio de estudo, saúde e moradia. Existe controle para que, em último caso, essas coisas sigam vivendo, mesmo em outras formas sociais.

Joia de família, aliás, é coisa frequentemente associada à segurança financeira, e o penhor surge como alternativa emergencial. Os enunciados misturam e, ao mesmo tempo, separam afeto e dinheiro por haver associação desses adornos com culto ancestral. Raridade é falar em joia de família sem expressar temor pelo encontro com um equivalente monetário ou sem lembrar o aspecto econômico. A pesquisa indicou diferentes formas de se relacionar com joias de família e com a interdição, pois o tabu da venda se aplica às joias de família, mas não a outras joias, nem a todas as coisas infungíveis, como obras de arte.

Tipo específico de herança, portanto, joia de família demanda estratégias individuais de negociação e ação para confirmar e contornar as regras. Exponho as especificidades desses repasses no capítulo 6, lembrando que os adornos transitam fora dos testamentos tributados por serem bens infungíveis, mesmo que conttenham valor de mercado. Ainda assim, há testamentos e bilhetes deixados por escrito ou repasses em vida acompanhados por legendas, em geral, de próprio punho. Um indício de inquietação e preocupação vividas por tutoras comprometidas com a continuidade da dinastia.

O último módulo é feito de dois capítulos destacados e tão alongados quanto as gerações e as ancestralidades declamadas com os trânsitos de joias de família. Também sublinho diferentes modalidades de tutoras que se formam e se expressam, de narrativas e de ancestralidades que coexistem nesse universo.

No primeiro, o capítulo 7, exponho narrativas sobre o bracelete tutelado pela atriz e cenógrafa Andrea Mazza Terra, residente no município de Pelotas, no sul do Brasil. Sexta geração de mulheres de uma joia “francesa” comprada em meados do século XIX e repassada verticalmente, Andrea constrói, por enunciação e *performance*, a dinastia afetiva fincada na indústria do charque. Em seguida, um relicário me aproxima de Nóris, sua avó materna. Trata-se da mesma que lhe confiou o “bracelete da baronesa”.

Dias depois, Andrea me ofereceu uma terceira joia de pesquisa, um conjunto de peças com trajetos sinuosos e aventuras a contar. Chegaram à família pelo ramo do avô paterno, descendente de comerciante italiano que, segundo a interlocutora, fez “fama e fortuna” vendendo camafeus da Península de Nápoles. Intercalando dramas, enigmas, risos e muita imaginação, a atriz me atraiu para um épico que, apesar do afeto e da reverência pela

ascendência, desafiou silêncios impostos no passado e extraiu das joias de família a sua legitimidade para forjar a sua ancestralidade. Portar as joias é ter consigo a sua dinastia e reivindicar o direito a uma versão do passado na qual ela se reconhece. Para Andrea, tudo isso é muito maior do que “a família”.

O capítulo 8 se inicia com um anel de Tarsila do Amaral. Graças à joia de família, fui recebida pela sobrinha-neta homônima da artista plástica. Pude, em espaços privados, conhecer e sentir vidas, ouvir crônicas íntimas e visitar a ancestralidade dos Amaral organizada em passagens que marcam com precisão os limites do “núcleo familiar”. A qualidade da minha escuta e meu preparo para o encontro, realizado em São Paulo, fez minha interlocutora sugerir e mediar um compromisso com sua prima Lilia, que me apresentou a outras mulheres e joias da sua família.

Mesmo constando do final da tese, após a exploração conceitual, metodológica e teórica, os dois últimos capítulos participaram de toda a escrita. Por caminhos diferentes, sempre ricos de detalhes e pautados pela confiança do início ao fim do trabalho, recompus as histórias ajustando categorias analíticas e sintetizando noções prévias. As primeiras versões dessas seções, na verdade, ajudaram-me a rascunhar tanto a divisão dos capítulos quanto as suas composições.

Gostaria de frisar, ainda, que os movimentos desses bens produzem linhas entre alguns parentes, razão pela qual os diagramas dos capítulos 7 e 8 devem ser considerados mais como esquemas para acompanhamento da leitura, e não como mapas de parentesco no sentido clássico. Pois joia de família é coisa em ação, narrativa em movimento, dinastia em expansão, vida que não se encerra, a não ser que lhes retirem as vidas, desacoplando-as das suas ancestralidades e da sua sacralidade. Não por acaso impera a proibição moral da venda. Teme-se perder o controle sobre a coisa, a continuidade, a perenidade.

Acolhi centenas de joias de pesquisa, e lamento não ter esmiuçado tantas como mereciam por falta de tempo e espaço. Fragmentei alguns fatos etnográficos ao longo do trabalho em quadros, escritas experimentais, várias com pseudônimos. Esforcei-me para honrar o máximo da confiança que recebi e da escuta que empreendi, além de reforçar que não há uma única forma de dar, receber, guardar, exhibir, viver e repassar algo tão abarrotado de afetos que, em vários casos, chega às tutoras com muitas experiências prévias acumuladas. Cada uma é vida em aberto, acoplada, incerta e dinâmica. O limiar é frágil, ilusório até. Toda personagem, joia ou família acolhida, mesmo emoldurada, transborda e é peça fundamental para a produção desta tese.

1 UMA ETNOGRAFIA COM O PORTA-JOIAS

Meu interesse por transmissão de joias de família se iniciou antes de quaisquer planos acadêmicos. Cresceu comigo em contexto e entorno, acompanhado de crônicas familiares e álbuns de fotografias, com visitas a porta-joias, em vitrines de museus, na ficção e nas artes, em gestos carinhosos, mal-entendidos e segredos. Isso se explica, em parte, por eu integrar uma linhagem de mulheres que repassa, ao longo de gerações, adornos corporais tornados joias de família.

Ao buscar um marco fundante para a percepção deste tema como investigação antropológica, entretanto, arrisco situá-lo na etnografia que resultou em minha dissertação de mestrado⁵. Segui os deslocamentos de um vestido criado em Porto Alegre, em 1971, e exposto no Museu de Arte Brasileira (MAB), em São Paulo, em 2012, identificando pontos de inflexão simbólica na sua trajetória e nas trajetórias de sujeitos a ele ligados: o costureiro e a proprietária da roupa.

Naquela experiência, pautada por Kopytoff (2008) e sua noção de biografia cultural, constavam do trabalho de campo eventos prestigiados por pessoas de camadas médias e altas na capital do Rio Grande do Sul. Eram ocasiões nas quais convivas que tomavam conhecimento da minha situação de pesquisadora me abordavam para falarem sobre suas coisas de família, sobretudo, suas joias. Ao enumerar histórias, percorriam gerações e referenciavam parentes que, algumas vezes, nem tinham conhecido, mas que a eles estariam engastados. Ansiavam por me doarem crônicas, e, diante da insistência, resolvi recebê-las.

Eu registrava as primeiras interpelações de forma pitoresca. Achava insólito ser abordada por quem não me conhecia e insistia em me confiar histórias envolvendo bens cobiçados inclusive por valor venal, e não somente por valores simbólico, afetivo ou emocional, como sublinhavam. O desejo de falar até sobre cisões familiares e revelar por adornos segredos de família conquistou minha escuta. Reconheci que fora capturada quando não conseguia evitar associações de dados difusos com teorias antropológicas. As primeiras indagações se organizaram na órbita das discussões sobre dádiva. O que faz com que joias de família devam ser repassadas entre gerações? Por que precisam permanecer na família? Perguntas que eu fazia a mim, reconhecendo minha inclusão nesse contexto através de joias da minha vó Nina, bens cuidados hoje por minha mãe.

⁵ Defendi a dissertação *Do croqui à Academia: a biografia cultural de um vestido* em maio de 2015.

Contrariando a máxima de que “ninguém mais usa joia” por temer assalto, anéis, relógios, pingentes, broches, brincos e outros começaram a aliciar minha atenção em lugares onde eu ainda não os enxergara, embora lá estivessem: transporte público, ruas, *shoppings*, sala de aula, redes sociais, festas, fotos, museus, cafés, congressos, livros, seriados, filmes. Havendo oportunidade, e com a redação do projeto do doutorado em curso, eu mencionava a intenção desta pesquisa em situações cotidianas. Conhecidas ou desconhecidas mostravam um adereço vestido naquele instante e me informavam que o bem fora de uma avó, de uma tia, da mãe ou até de quem não era, mas era como se fosse parente. Em geral, ornatos discretos, alguns opacos, mas abarrotados de afeto e histórias.

Por acaso, encontrava uma única peça; outras vezes, havia mais itens guardados. Não faltaram relatos com roubos, furtos, perdas, vendas e rusgas. Expunham carinho e conflitos em rompantes de risos e lágrimas, revelando culto a ancestrais e reverência a um passado compartilhado, mesmo que não vivido. Evidenciavam “sensações de pertencimento coletivo, de algum tipo de continuidade emocional”⁶ (DUARTE e MENEZES, 2017, p. 6, tradução minha). Eram crônicas sobre relações transpessoais que convergiam para joias de família.

Narrativas manifestavam gratidão e dívidas imaginadas. Entretanto, há eventuais expressões de desconforto pela incumbência do zelo quando se tratam de adereços cujas histórias apontam para divergências morais entre quem as cuida e a quem as joias de família remetem. Quase um fardo. Como observou Price em contexto de mercado das artes – e a analogia é plausível –, *pedigrees* podem ser positivos ou negativos; neste último caso, seria preciso purificá-los (2000, p. 146).

Nos cenários que investiguei, sobressaem crônicas que glorificam o passado ancestral, com destaque para associações dinásticas. Constatei, além disso, relativa obediência à consanguinidade em repasses, questões expressas para além de valores de usos e pagos pelos artefatos em suas fases mercadológicas e, adiante, incorporados pelas famílias, tornando-se posses inalienáveis (WEINER, 1992; GODELIER, 2001), coisas cuja valoração não é mensurável quantitativamente e que se movimentam em tensão com o fato de serem dadas sem serem, de todo, alienadas. É em função dessa singularidade das joias de família que opto por chamar as portadoras desses adornos de **tutoras**, pois recebem atribuições que lhes conferem autoridade sobre os bens, ainda que não possam dispor livremente deles. Retomo esse aspecto da tutela ao longo da tese.

⁶ No original: [...] feelings of collective belonging, of some kind of emotional continuity.

Por ora, informo que sujeitos de diferentes origens me ofereceram crônicas com base em relatos e vivências. Foram ouvintes e personagens e, nos atos de repasse, tornam-se narradores. Recuperaram minúcias e retornam às fontes na tentativa de preencher lacunas. Descrições de contornos afetivos produzem enredos que se expandem e se renovam nos movimentos. Colaboradoras interpretam a si e a familiares conforme joias exibidas, aprimoram personagens e sentimentos, constroem cenários, iluminam sujeitos que, noutras versões, seriam coadjuvantes ou esquecidos.

Este capítulo trata, portanto, de estratégias e experiências de construção do campo e do acesso ao universo de pesquisa. Também discorro acerca de predileções textuais, responsabilidades éticas e escolhas teórico-metodológicas, incluindo a imersão nas narrativas depositadas em mim em interlocuções. Ao oferecer audiência, adaptei-me à cena e ao gênero teatralizado ao mesmo tempo em que interagi com as *performances* e interfeiri na ação (SCHECHNER, 2011). Movimentei-me enredada no *script*, da plateia ao elenco, relacionando-me com joias e famílias encenadas, enunciadas e encontradas e com minhas lembranças e incumbências. Afora atenção e histórias confiadas, visitei os bastidores, cruzei o palco e me despedi sem me desvencilhar dos roteiros, pois cheguei já amarrada a eles.

1.1 ALINHADA, EMARANHADA E DESAFIADA

Almoçávamos num restaurante de São Paulo, Sonia Sahão⁷ e eu, quando ela comentou que não via joias de família havia tempos. Era início de 2000, eu trabalhava como editora numa revista e, entre minhas atribuições, estava a responsabilidade de negociar entrevistas no Exterior, razão pela qual dividia a mesa com a representante de hotéis internacionais. Como adornos corporais não estavam na pauta, pedi à Sonia que explicasse a intervenção, e a executiva apontou para minhas mãos.

À esquerda, eu levava um anel que fora da Maria Cândida, minha bisavó falecida nos anos 1970. Quem me encaminhou o bem de família pouco antes de eu completar 15 anos foi a vó Nina, filha da dona do adorno e mãe da minha mãe, Izar. A joia ficava frouxa em mim. Devo tê-la usado duas ou três vezes, em festas de casamento ou bailes de debutantes, antes de acondicioná-la por outra década.

Na outra mão, havia o anel dos 15 anos da minha mãe, presente de seu pai, o vô Mário. Fora comprado em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, na mesma joalheria onde ele

⁷ Em setembro de 2019, localizei Sonia numa rede social. Queria lhe pedir autorização para usar nosso diálogo ocorrido há quase 20 anos. Ela leu este trecho e permitiu.

adquiriu o anel de “contrato de casamento” ofertado para Nina no final dos anos 1930. Pois o adereço chegou a mim assim que atingi a maioridade, e eu raramente o exibia. Temia perdê-lo, afinal, minha mãe repetia – repete ainda hoje – que o ganhara de seu pai. E foram essas as joias de família que tive em São Paulo nos primeiros sete anos em que morei naquela cidade.

Reservava “o anelzinho do noivado da vó” e “o anel de 15 anos da mãe” para alguma festa importante. Às vezes, os levava a algum compromisso profissional. Não me ocorria portá-los em situações cotidianas. Ademais, ao me deslocar pela capital paulista, escondia ambos em bolsas ou bolsos, vestindo-os quando adentrava algum local que julgava seguro.

Perguntei à Sonia como ela sabia que eu usava joias de família. “A gente olha e vê que são antigas, de família.” A partir de seu comentário, nossa conversa enveredou para herança e disputas, tema que lhe era tão caro e sobre o qual escrevera um livro em que reflete sobre sucessão familiar e relata rompimentos com parentes após a morte do patriarca. Falou-me sobre o pai, Michel Sahião (o sobrenome foi grafado errado no registro), e avô Salim Sahão, empresários do Paraná, e sobre raízes libanesas. Retribuí com histórias da minha vida, exercício que me fez captar inúmeras lacunas naquele momento.

Ainda sem quaisquer ambições acadêmicas, reconhecia de forma difusa o intangível nos adornos, presenças que me aproximavam de quem eu me sentia saudosa. Residia naquele ponto diferença notável no tocante a outras joias que estavam comigo. Continham valor afetivo ou emocional, categorias que Sonia e eu usávamos para diferenciar do valor **econômico, presente, mas inferior**. Os anéis que estão comigo não dizem respeito apenas a mim, assim como as coisas que estão com minha interlocutora não são apenas dela. Joias de família nos ajudavam a contar coisas sobre nós, nossas vidas e os movimentos nos afetos.

Ganhei outros acessórios de ouro, prata e gemas de avós, tios e padrinhos assim que nasci, e a maioria dessas dádivas de boas-vindas chegou pelo ramo português, paterno, radicado em Pelotas, no sul do Brasil. Mesmo hoje é costume presentear recém-nascidos com peças de ouro. Passamos por mudanças de casas e cidades e recordações sumiram, quem sabe levadas por pessoas que acessaram nossa intimidade ou distrações. Não sei, nem arrisco. Prefiro acreditar que perdi brincos, pulseiras e correntes brincando. Desta forma, guardo lembranças mais lúdicas de minhas joias que nem tiveram tempo de se tornar “de família”.

Sei que a conversa com Sonia interferiu na forma como me relaciono com o portá-joias. Não teve efeito imediato, mas desencadeou um processo. O encontro aguçou minha sensibilidade em relação a motivos pelos quais certos bens são repartidos entre algumas pessoas, privando outras do contato com artefatos que enredam um todo mais amplo. Ciente de que joias de família não faziam parte do repertório que eu acionava até então, passei a dar-

lhes mais ouvidos, e não apenas proteção. Não havia anseios científicos naquela época, insisto. Havia vontade pessoal de preencher hiatos da narrativa da minha família.

Provocada pelo comentário de Sonia, empreendi esforço para recuperar acontecimentos do passado com minha mãe, notória pelo prazer de narrar famílias nossas e dos outros, e junto a uma tia-avó, Niva⁸, cunhada da Nina. Fui reavendo lembranças desfiadas no processo de rememoração e autoconstrução como tutora. Ao falar sobre os dois anéis confiados a mim por minha avó e minha mãe, evoco minha linhagem materna, esta composta por pessoas católicas, nascidas, vividas e sepultadas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, algumas com raízes italianas, outras de origem portuguesa, *criolla*.

Quase duas décadas depois, já tendo embarcado nesta etnografia, fui interpelada por colaboradoras do trabalho acerca do meu envolvimento com esse universo. “Você tem joias de família?” era indagação recorrente em variações. Também queriam saber como eu chegara ao tema que consideravam ser “inusitado” ou “original” para um trabalho acadêmico. Foi necessário explicitar meu engajamento e, ao teorizar minha trajetória, o estranhamento de um contexto tão naturalizado se abalou em mim.

1.1.1 “Confio em você”: no caminho da confiabilidade e do respeito

Um aspecto que atravessa esta etnografia é a noção de **confiança**, sentimento exprimido com regularidade por interlocutoras, sobretudo quando eu ingressava em suas residências e suas intimidades para conhecer, tocar e escutar joias de família. Praticamente todas as anfitriãs manifestaram, em algum momento, crença na minha boa-fé, deixando-me experimentar e fotografar seus adornos de metais preciosos e gemas.

Houve situações em que a tutora se ausentava do recinto, deixando-me sozinha com os artefatos por alguns segundos, minutos até. Estas ocasiões me deixavam atônita. Não que eu duvidasse da minha confiabilidade. Temia era pela falta de algo no futuro, por algum infortúnio ocorrido com uma das joias de família que pudesse fazer pairar suspeita sobre a pessoa “diferente” que se aproximou de porta-joias, esconderijos ou cofres e recebeu segredos. Afinal, nem todas as colaboradoras me conheciam de antemão. Várias me atenderam recomendadas por outrem “de confiança”, por alguém que afiançou minha idoneidade a partir de um ou dois encontros, ou por recomendação de terceiros. Em geral, indicavam-me como “pesquisadora”, “antropóloga” e “amiga”, e eu me surpreendia com a

⁸ Niva faleceu antes da finalização deste trabalho, em novembro de 2019, aos 96 anos. Devo a essa minha tia-avó muitas lembranças e detalhes expostos nestas páginas.

acolhida quase imediata, atitude expressa que alimentava o desejo de prosseguir merecedora de todo esse crédito. Rapidamente, firmavam-se e se confirmavam laços entre elas e mim, vínculos adensados em reencontros *online* ou *offline*.

Canais digitais foram dimensões para interação inclusive entre muitas interlocutoras que pude conversar face a face em algum momento. Porém, encontrei dezenas de colaboradoras apenas *online*, principalmente as situadas em outras partes do Brasil e do mundo. Várias delas me procuravam para oferecer relatos, e isso se intensificava após eu postar, no Facebook, mensagens em que me colocava à disposição para ouvir e ler histórias com joias de família. Redes sociais viabilizaram, pelas opções de compartilhamento, encontros com muitas ofertas de crônicas próprias e indicações de colaborações.

O material digital era exposto nos murais do Facebook, do Instagram e em mensagens privadas. Em praticamente todos os casos, eu podia acessar informações sobre tutoras, preteridas e herdeiras e a exibição das suas vidas *online*, além de tantas joias de família. Não faltava material para a execução da descrição densa (GEERTZ, 1989). Todavia, corriam-me arrepios que associei, em muitos momentos, àqueles sobre os quais escreveu Fonseca (2008a) em reflexões sobre o emprego de nomes verdadeiros e pseudônimos em textos etnográficos e outras questões éticas, pois percebia e reconhecia situações arriscadas, riscos que diziam respeito às heranças e aos sujeitos e às suas relações pessoais e íntimas.

De qualquer forma, atraí para a interlocução amigas e parentes que me conheciam de antemão; outras me receberam ou me procuraram incentivadas por entusiastas da temática ou movidas pelo desejo de ajudar a mim ou a alguma amiga ansiosa para falar ou, simplesmente, interessada na pesquisa. Interpelei informantes em situações corriqueiras, como festas e transporte público, e fui procurada com relativa frequência ao final de exposições acadêmicas por discentes e docentes sensibilizadas e ávidas por me mostrarem as joias ou desdenharem dessas suas heranças, revelando, todavia, serem portadoras de adornos ancestrais. Raridade era a indiferença. De vez em quando, depoimentos e sugestões de leitura, filmes e outros materiais chegavam pelas redes sociais. “Oiii, lembrei de ti. Cecília nem nasceu e já tem joias de família. Meus primeiros brincos e a pulseira de bebê que foi da minha mãe. Ou seja, tem 65 anos”, escreveu-me em mensagem privada numa rede social uma amiga de Bento Gonçalves, já no final da gravidez, em maio de 2018.

O único encontro sem intermediação ou amizade prévia aconteceu com uma sobrinha-neta homônima de Tarsila do Amaral. Solicitei à Tarsilinha, como é conhecida a cuidadora do espólio da pintora, entrevista sobre um anel herdado da tia-avó. Tomei a iniciativa ao receber,

de uma amiga de São Paulo, pelo Whatsapp, uma foto publicada com legenda no jornal *Folha de S.Paulo*. A personagem definia a joia como sendo a sua “maior relação” com Tarsila.

Encontrei um e-mail no *site* oficial da artista falecida em 1973. Antes de enviar uma solicitação, pesquisei na *internet* se Tarsilinha já tinha concedido entrevista sobre o anel. Foi então que descobri que o adorno a inspirou a escrever a fábula infanto-juvenil *O anel mágico da tia Tarsila* (2011). Comprei e li a obra, assisti a alguns vídeos de Tarsilinha falando sobre a publicação e, motivada, entendi que seria enriquecedor conversar com ela acerca da joia de família. Vislumbrei uma viagem de Porto Alegre, onde resido, até São Paulo para algum momento do primeiro semestre de 2019.

Como percebi em interações com mulheres acima de 30 anos na pesquisa (maioria das interlocutoras), experiências profissionais prévias e minhas condições feminina e etária (mulher na faixa dos 40 anos) eram aspectos valorizados para tratar de questões aparentemente íntimas, ainda que vividas em escala coletiva. Além disso, redigi muitos pedidos para entrevistas nos anos em que trabalhei como editora em redações de jornais e revistas e sei que, para serem atrativos e convincentes, precisam ser sucintos e, de preferência, sem conjunções nem jargões. Enviei o convite ao *site* administrado por Tarsilinha em 12 de dezembro de 2018 e, dois dias depois, chegou a resposta à minha caixa eletrônica: “Olá, sou a Tarsila, sobrinha-neta homônima da pintora. Estou à sua disposição. Atenciosamente.”

Aprofundo a experiência de campo com Tarsilinha oportunamente, no capítulo 8. Cumpro reconhecer, desde já, que me surpreendi com sua pronta resposta. Estou ciente de que não é comum pesquisadoras entrarem na sala, no quarto, nas vidas de Tarsila do Amaral, pintora ou sobrinha-neta. Antes de chegar às joias das Tarsilas, todavia, precisei comprovar envolvimento com o tema em trocas de e-mails que se estenderam de dezembro de 2018 ao início de abril de 2019, aceitar as histórias dos Amaral, deixar-me impregnar, comprovar minha compreensão de contexto e estilo de vida e dar indícios de que eu era capaz de transitar pelas artes e pela vida de Tarsila com alguma desenvoltura.

Foi necessário, para isso, construir uma personagem que solidificasse confiança de interlocução. Nada de farsa nem mentira. Busquei minhas competências acumuladas em aprendizados e trocas prévias como pertencente a uma linhagem de tutoras de joias de família, como jornalista, como cientista social e antropóloga forjada em meio acadêmico e em experiências pessoais e profissionais num universo sociocultural próximo. Ademais, estudei a oligarquia cafeeira e a Semana de Arte Moderna antes de compor roteiros de conversa e uma mala com figurinos adequados para os locais que projetei frequentar com minha informante.

“Eu confio em você” foi o comentário de Tarsilinha, no meio de sua sala, quando lhe assegurei que nenhuma das imagens registradas em meu celular na sua residência teria outro fim que não fossem as páginas desta tese e a exibição em eventos acadêmicos. Circulava por quase uma hora no ambiente, ouvindo histórias, guardando vidas e lembranças. “Desde o primeiro e-mail que você enviou, eu confio em você”, atestou a anfitriã.

Ao invés de dificuldades para angariar credibilidade, reconheço e sublinho facilidades oferecidas por minhas competências prévias. Quanto a esta situação, lembrei-me da etnografia de Faria (2018) sobre empresas *startup*, trabalho no qual a antropóloga reflete acerca do seu acesso e trânsito em paisagens empresariais, sendo ela consultora e profissional na área já na época da pesquisa. Como Faria, que se aproximava de dados sigilosos e informações estratégicas, eu tinha de ser percebida como alguém de “extrema confiança” (2018, p. 28).

Para transitar em espaços familiares, era necessário que eu fosse aprovada em testes orais e performáticos aparentemente despreziosos, mas que verificavam minha habilidade para proteger segredos e reconhecer bens atravessados por valores venais, simbólicos, afetivos, históricos, estéticos e artísticos. “A gente percebe que tens a verve”, ouvi numa interlocução, enquanto remexia e comentava fotografias do princípio do século XX.

Em todos os contatos, tentei encaminhar as conversas para a informalidade – lembrando que até a informalidade depende do contexto, não havendo fórmula –, levando em conta atributos, espaços para negociação e personalidades das personagens. Ser um elo numa linhagem afetiva, certamente, abriu-me caminhos no percurso no qual eu já estava inserida fora da academia. Até porque, como salientou Bosi, simpatia não basta para firmar relação produtiva com entrevistados. Simpatia, escreveu ela, é “sentimento fácil” (2010, p. 30). Difícil é confirmar a conquista da confiança.

Contatos presenciais me permitiram oferecer vinho, caixas de doces, livros, lenços ou outras formas de atenção, como se espera nos contextos de trocas entre pesquisadoras, pesquisadas e eventuais colaboradoras. Antropólogos e antropólogas estão bem respaldados, por meio da literatura clássica, de que demonstrações de cuidado e lembrança têm efeito. De tudo, o mais importante é estar disponível, escutar, responder mensagens, explicitar interesse, esclarecer dúvidas sobre a pesquisa. Interlocutoras e eu estávamos em posições diferentes no trabalho – por mais que se busque simetria, os lugares são distintos –, mas havia aproximações na vida. E alguma intimidade ou vulnerabilidade eu precisava entregar para receber. Giddens já observara que confiança pessoal tem envolvimento na base:

[...] a fé na integridade de um outro é uma fonte primordial de um sentimento de integridade e autenticidade do eu. A confiança em sistemas abstratos contribui para a

confiabilidade da segurança cotidiana, mas por sua própria natureza ela não pode fornecer nem a mutualidade nem a intimidade que as relações de confiança pessoal oferecem. (1991, p. 117).

Analisando transformações na intimidade da vida cotidiana em relação à Modernidade, Giddens destacou mudanças nas formas como se denominam ou se pensam os amigos, sublinhando que o oposto pode não ser “inimigo”, mas “conhecido” (1991, p. 121). No percurso, quando minhas interlocutoras me chamavam de amiga, incluíam-me no círculo íntimo e me indicavam a outros círculos igualmente íntimos para essas coletividades, acrescentando mais e mais intimidade à nossa relação. Permitiam-me acesso ao interior de suas casas, ao núcleo de suas vidas e até às agremiações que frequentam.

Conhecer ou ser amiga de alguém marca diferenças na qualidade da confiança nos diversos círculos sociais, e isso é fundamental em estratos mais altos da sociedade. Eu intensificava a competência para a descontração com disponibilidade para ouvir e praticar a conversação, sempre jogando com experiências pessoais, com meu entusiasmo genuíno, com minha curiosidade pela conexão e com meus interesses de pesquisa.

Transparência e confiança são essenciais para a realização de etnografias como a que empreendi e pedem autoria honesta e respeitosa. Nas minhas escritas, informo sobre passos, desconfortos e conflitos, mas prefiro fazer isso preservando reputações, todavia em tensão constante para não ser simples enunciadora de argumentos dos sujeitos. Tento me afastar da intriga reproduzida e exposta pela intriga, pois entendo que a tensão, para fazer sentido e se justificar em texto sobre o Outro, seja lá quem for, pede alguma contextualização.

Também creio que quem me recebe com olhar cuidadoso merece meu respeito, o que não significa que não possamos ter opiniões diversas. Desrespeitar, aliás, é agir com indiferença, é não reconhecer o outro, o que afasta qualquer possibilidade de negociação e reciprocidade. Sennett, ao discorrer sobre desigualdade e dignidade, apresentou uma síntese sobre essa questão que me parece precisa:

A falta de respeito, embora menos agressiva que um insulto direto, pode assumir uma forma igualmente ofensiva. Com a falta de respeito, não se insulta a outra pessoa, mas tampouco lhe concede reconhecimento; simplesmente ela não é vista como um ser humano integral cuja presença importa.”⁹ (2003, p. 17, grifo no original, tradução minha).

Se a presença de alguém pouco importa, esse alguém é alguém de quem se pode dispor para a realização de algo que interessa momentaneamente e, com objetivos alcançados,

⁹ No original: La falta de respecto, aunque menos agresiva que un insulto directo, puede adoptar una forma igualmente hiriente. Con la falta de respecto no se insulta a otra persona, pero tampoco se le concede reconocimiento; simplemente no se la ve como un ser humano integral cuya presencia importa.

dispensar. Isso é justamente o que uma etnógrafa não deveria fazer: ganhar confiança extrema das pessoas e, obtido o material para a investigação, descartá-las.

Fincar quem quer que seja em nossas páginas tem implicações que não se encerram em uma, duas ou três pessoas. Depoimentos, documentos e imagens dizem respeito ao redor. Ademais, ninguém é obrigada a conceder entrevista a qualquer acadêmica. Quem o faz colabora com a pesquisa, e quem colabora não imagina que possa ter a dignidade manchada, ainda mais quando recebe a pesquisadora com respeito e lhe dá parte de seu tempo. Trabalho crítico e respeito, no meu entendimento, não são excludentes.

Quando investigou a memória dos velhos, Bosi optou por não revelar tudo o que lhe foi contado pela interlocução – nem sequer expôs confidências (2010, p. 39). Eu tampouco exponho tudo o que me foi entregue em relatos, principalmente o que foi repassado em tom sigiloso ou que poderia acirrar disputas familiares. Por essa razão, modifiquei muitos nomes, embaralhei entrevistas e omiti informações que facilitassem a identificação de alguns sujeitos para conseguir reter o que interessava ao trabalho: os significados, as tensões, as relações e a complexidade do fenômeno. Em meio a decisões e dilemas, todavia, eu me perguntava por qual motivo tantas mulheres – e alguns homens – me procuraram para expor suas joias de família ou, no caso das preteridas, relatarem reivindicações e refletia sobre o que fazia com que adornos de família fossem separados de outras joias no plano simbólico e emocional.

Foi com essa maneira de exercer o trabalho de campo que percebia mudanças no meu estatuto. Expunha a condição de antropóloga, pesquisadora e jornalista – porque esta qualificação também constitui minha identidade – e, rapidamente, chegava à posição de amiga, o que até me tranquilizava. Quando se é “apenas” repórter, aliás, desaconselha-se ser amiga. Diante de tentativas de aproximação nesse sentido, se “estou” mais jornalista, esclareço a natureza do encontro. Posso escutar as histórias, ser solidária, rir e até chorar, o que ocorreu inúmeras vezes. Mas me entendo em outro lugar que não no da amizade ou da relação mais íntima para além da reportagem. Como antropóloga, ser chamada de “amiga” não me assustou. Eu tinha, inclusive, amigades anteriores à pesquisa.

Sei que, a cada encontro, ofereci interlocução profunda e atenta. Na posição de etnógrafa, perguntava menos, falava sobre mim se indagada e interagiu mais quanto a questões pessoais. Conversava sobre coisas que jamais ou pouco foram conversadas com quem convivo por décadas. No grau mais íntimo da conversa, prefiro acolher relatos a julgá-los. Mesmo se eu for julgada, dificilmente serei fixada em páginas pela interlocutora.

1.1.2 Histórias de família

Para recolher boa parte do material desta etnografia, inspirei-me no instrumento metodológico História de Família, proposto por Pina Cabral e Lima (2006). Trata-se de “uma metodologia de contextualização social de pessoas” (2006, p. 357) pensada para cenários metropolitanos contemporâneos, embora possa ser transposta a outras realidades. Foi um recurso potente e pertinente na confecção de arranjos de relações, subjetividades, temporalidades, narrativas e, em alguns casos, imagens, considerando percursos dos egos e das joias de família narradas e as interações intersubjetivas nos universos de parentesco. Porque sujeitos e as coisas que guiam suas falas nunca estão sozinhos e jamais estão finalizados. Instituem-se e modificam-se papéis sociais nos movimentos, como é o caso da receptora/herdeira que se torna transmissora/ancestral (MASSON e GOTMAN, 1991). Desta forma, acredito evitar o que Pina Cabral e Lima denominaram “reducionismo individualizante das descrições biográficas de um único ego” (2006, p. 7).

Cabe reforçar que não entrei “no campo”, mas teçi um campo de encontros, escutas e escritas com pessoas, literatura, adereços e lembranças. Percorri documentos, conectei-me a redes sociais, desloquei-me entre cidades, transpus privacidades, adentrei residências, cerquei-me de reminiscências, consultei arquivos privados e públicos, produzi coleções imagéticas, risquei diagramas de parentesco, analisei acervos fotográficos, socorri-me com colegas e amigos para aprimorar recursos gráficos e reflexões éticas, teóricas e metodológicas, examinei *sites* de notícias e um corpo interdisciplinar me esforçando para conhecer contextos, representações, *ethos* e visões de mundo que apontam para a produção de obrigações no zelo por certos tipos de heranças e nas suas transferências e (re)significações.

Ainda alinhada com Pina Cabral (2003), procurei arrolar parentes mencionados por egos¹⁰ e identificar características dos universos descritos e os principais temas das relações narradas. Sem cumprir roteiros pré-formatados de entrevistas e me empenhando para conduzir interações à informalidade, tentei interromper minimamente. Extraí subsídios empíricos valiosos das presenças materiais para refletir acerca de percursos etnográficos de forma complexa. Detectei contrastes e semelhanças ao decompor relatos. Uma das aproximações mais recorrentes é o entendimento de joias de família como distintas de joias ou de outras coisas de família, ainda que coisas de família sejam, por vezes, associadas a joias de família.

¹⁰ Ego é o sujeito de onde parte a análise genealógica. Para cada caso narrado neste trabalho, haverá um ego, um colaborador ou uma colaboradora que me falará sobre uma ou mais joias da sua família.

Também me guiei por sugestões de Medick e Sabean (1984), que se posicionam a favor da busca por peculiaridades de experiências familiares em investigações realizadas na História Social e na Antropologia. Os historiadores recomendam que se veja através e além do grupo afetivo, integrando às análises mudanças em dinâmicas contextuais e que se valorizem subjetividades e coletividades. Não basta considerar questões estruturais e materiais em separado. Sempre que possível, é crucial examiná-las em relação a composições familiares e arranjos residenciais cambiantes.

Mesmo sob condições em que os laços familiares e de parentesco deixaram de funcionar como “infraestrutura” central dos sistemas produtivo e reprodutivo de uma formação social, e o “modo de produção familiar” não mais forma o núcleo das relações de produção, propriedade e poder, esses laços permanecem de importância vital para o “modo de vida” e a reprodução de vida dessas classes específicas. Eles podem ainda reter ou criar importantes novas funções relacionando à classe sociedades como um todo. Ao canalizar e limitar tanto transmissão de capital sociocultural quanto material através da “herança” entre gerações, eles podem agir, por exemplo, como mecanismos centrais, mediando e estabilizando relações de dominação entre diferentes classes¹¹. (MEDICK e SABEAN, 1984, p. 20, tradução minha).

Compreendi, a partir das falas deste trabalho, que a ruptura de antigos silêncios pode ser apreendida como ação política no próprio grupo, uma reação a silenciamentos impostos a outras gerações, sobretudo às mulheres. E há casos em que modificar prenomes não basta. Verbalizaram-se, assim, desejos pontuais de identificação, pois joia, sobrenome, cidade e ofício se imiscuem em narrativas repassadas e, modificadas ou desconectadas, esvaziam-se de sentido. Foi o que senti quando tentei organizar joias de minha família com prenomes e nomes de cidades fictícias – era como se lhes retirasse as vidas. Algumas colaboradoras oferecem fotos suas, de familiares e objetos. O que lhes pedia com veemência é que não me fornecessem detalhes sobre locais de guarda das joias.

1.1.3 Engajamentos e colaborações

Com o incremento da literatura sobre escritas antropológicas em modalidades inclusivas e dialógicas (CLIFFORD, 2011; McGRANAHAN, 2020; KOPENAWA e

¹¹ No original: Even under conditions where family and kinship bonds have ceased to function as the central “infrastructure” of the productive and reproductive system of a social formation, and the “family mode of production” no longer forms the core of its productive, property, and power relationships, these bonds remain of vital importance to the “way of life” and the reproduction of life of its specific classes. They may in addition even retain or create important new functions relating to class societies as a whole. In channeling and limiting the transmission of socio-cultural as well as material capital through “inheritance” between generations, they can act for instance as central mechanisms, mediating and stabilizing relationships of domination between different classes.

ALBERT, 2010), houve importantes mudanças no quadro ético da disciplina nos últimos anos: esperam-se engajamento de interlocutoras na redação e atuações em instâncias da etnografia que estejam para além da redação centrada na autoria singular. Porque a etnografia precisa fazer sentido também para os sujeitos que colaboraram com a produção – no caso da minha investigação, das tutoras de joias de família entusiasmadas com a possibilidade de narrar adornos às interlocutoras que me confiaram tantas outras joias de pesquisa, como trechos de livros, contatos, sugestões de filmes, bibliografia antropológica, imagens etc.

A trajetória profissional prévia na comunicação social me ensinou inúmeras estratégias de acesso e conquista de confiança, já explicitarei. Converso com pessoas que conhecem as personagens – principalmente, as que indicaram o contato –, visito perfis em redes sociais, busco nomes em jornais e revistas, a *internet* é uma ferramenta útil para encontrar preferências e estilo de vida. Se possível, vou ao local antes para reconhecimento do espaço ou me situo no Google Maps, sobretudo se estou numa cidade ou num bairro com o qual não tenho familiaridade. Testo o gravador, levo bloco ou caderno com folhas em branco e mais de uma caneta. Atento para a pontualidade e separo a roupa na véspera, menos por mim, mais pela qualidade da interlocução. Pode soar como trivialidades e exageros, mas são cuidados que asseguram investidas bem-sucedidas e tranquilidade e me dão suporte para uma aproximação confiante com variadas joias de pesquisa. Tenho menos interesse em anedotas do campo, e mais no que apreendo nas interlocuções.

Ademais, invisto na congregação de colaboradores porque me emociona o trabalho conjunto, dialogado e compartilhado. Meu envolvimento passa por minha adesão. Quanto mais fundo adentro nas histórias, mais compreendo a responsabilidade outorgada. E mais e mais me dedico à preparação das próximas conversas, pois cabe a quem conduz o estudo chamar o silêncio para o encontro e a crônica, e isso é facilitado com demonstração de respeito, preparo e conquista da confiança.

“Escute, observe e anote tudo. Preste atenção nas metáforas”, recomendou Stephen Gudeman, após assistir à exposição de parte do meu trabalho num GT no International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES), congresso que se realizou em maio de 2017, na cidade de Ottawa, Canadá. Incumbido de comentar as pesquisas naquela manhã, o professor na Universidade de Minnesota me abordou ao final da sessão: “Quando fiz pesquisa com camponeses no Panamá e na Colômbia, as pessoas falavam em *fuerza*, uma *energia vital* que conecta atividades, relações, pessoas. E trabalhei a partir disso¹². Encontre as expressões

¹² Cf. Gudeman (2013, 2016).

nativas, as metáforas do seu campo”. Nós nos despedimos com aperto de mãos, e Gudeman percebeu meus olhos em seu relógio. Ele estendeu o pulso na minha direção: “Era do meu pai. É minha joia de família”.

Instigada por este e tantos outros interlocutores que tive o privilégio de encontrar e com os quais contei ao longo do doutorado, registrei o que pude em cadernos e folhas soltas guardadas numa caixa, além do material digital. Reuni anotações e imagens, trivialidades, inevitáveis anedotas e passagens do cotidiano. Com base em Henare, Holbraad e Wastell (2007), procuro pensar através das coisas, de experiências e vivências. Mas também das palavras, das expressões nativas – e de outras que me tocam –, como sugeriu Gudeman. Além de borrar fronteiras, seria uma tentativa de atenuar a dicotomia entre material e significado. Ao invés de me centrar nos significados de algo, tentei entender como tutoras se sentem em companhia ou na ausência dessas coisas.

Em função de dinâmicas proporcionadas por essa experiência complexa e receptiva, expandi estratégias metodológicas, epistemológicas, éticas e de escrita para etnografia colaborativa, ideia controversa pelos múltiplos entendimentos que suscita e que atravessam este trabalho¹³. Para Lassiter (2005), por exemplo, essa modalidade de etnografia implica negociação ética de responsabilidades morais entre etnógrafo e etnografados.

Nesse sentido, Clifford (2011) já criticou a asserção de Geertz (1989) sobre a leitura de um texto por cima dos ombros dos “nativos”. Por que não ler o percurso etnográfico com os sujeitos da pesquisa? A proposta de Lassiter para uma etnografia recíproca consiste em analisar a produção com interlocutores, permitindo a estas participações na escrita final. E a condição de compartilhamento não é simples devolutiva, mas uma tentativa de somar esforços intelectuais e negociar considerações entre quem escreve e quem produz as teorias nativas. A responsabilidade com esses sujeitos, portanto, se estenderia ao que foi elaborado.

É uma proposta aparentemente simples, mas difícil de ser colocada em prática, concordo com Lassiter. Aliás, em casos como o meu – com dezenas de interlocutores –, seria impossível contemplar todas e todos com o envio dos textos. Tampouco é uma perspectiva imune a críticas, no que diz respeito ao “fazer ciência”. Ainda assim, arrisquei compartilhar

¹³ Emprego “colaborador” e “colaboradora” não no sentido cínico do mundo empresarial, para iludir trabalhadores assalariados ou em situação precária, nem na perspectiva das novas economias. Falo em colaboração em sentido literal, em pessoas que me ajudaram a desenvolver e a compor a pesquisa desde a sua concepção e que se engajam na produção de material e *insights*. No caso dos professores Raphael Scholl e Frantieska Schneid, em Pelotas, eu acredito que a atenção e a confiança ofertadas a mim se deram pela simpatia que nutriram pelo tema desta pesquisa – éramos conhecidos, viramos amigos no processo –, mas também por interesses acadêmicos comuns e pela minha dissertação, muitas vezes referenciada por eles.

experiências textuais no processo, pois acredito, a exemplo de Lassiter, que a combinação de vozes enriquece conhecimento e compreensão de realidades nas quais e com as quais lidamos.

Por outro lado, há entendimento de que etnografia colaborativa significa colaboração entre colegas (MAY e PATTILLO-McCOY, 2000), e me sinto à vontade para incorporar essa ideia. Antecipo questões que explicitarei no capítulo 7 acerca do trabalho de campo no município de Pelotas, quando requisitei a Fabrício Barreto, fotógrafo e então mestrando em antropologia na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), auxílio técnico e material para registros imagéticos na residência da cenógrafa e atriz Andrea Mazza Terra, tutora de joias de dois ramos, um com passado escravocrata conectado à produção do charque no século XIX.

Acionei Barreto porque imaginava para Andrea um retrato que sobrepusesse muitas camadas das suas vidas, desde a produção do charque, contida num bracelete do século XIX, os anos de prosperidade comercial e ascensão social da família com quem a dinastia em declínio econômico firmou alianças nos anos 1930, bem representado em vitrais do casarão remanescente, e o puído e as transformações nas últimas décadas, desde a falência das lojas da família, nos anos 1990, seguido das desavenças familiares. Em suma, buscava uma imagem com baronesa, bracelete, interlocutora, esplendor e esfacelamento de muitos tempos. Tudo isso feito com dignidade e consideração. Que não fosse ofensivo, mas radiante, vibrante e muito colorido, como é a Andrea que conheci. Barreto captou cenas com qualidade que eu não conseguiria e sua presença interferiu em muitas dimensões, sempre de maneira positiva, pois um fotógrafo profissional fez com que minha interlocutora se sentisse valorizada, desejada, vista e retribuída. Por ser atriz, aproveitou o palco que lhe oferecemos, com direito a estúdio montado no meio da sala. A escolha de Barreto para me acompanhar com câmera e competência de fotógrafo se converteu em potente retribuição para Andrea, que experimentou a improvisação e a incorporação de personagens da família.

Além de Barreto, tive auxílio de interlocutores para a construção de situações etnográficas. Uma rede de informantes pelotenses se mostrou incansável – o que não significa que, em algum momento, não tenham se cansado de mim. Se isso aconteceu, disfarçaram bem com o empenho para providenciar até figurino usado em ensaio fotográfico e novas interlocuções nas minhas passagens pela cidade. Sem falar em hospedagens, atenção e apoio moral, intelectual e emocional.

O trabalho conjunto em Pelotas, em outras cidades e em espaços de pesquisa, como o digital, mostrou-se enriquecedor ao promover intercâmbios, saberes e percepções num longo período de demandas e estímulos para elaborar reflexões sobre a prática etnográfica e suas

dimensões social e coletiva. Como se não bastasse, converteu-se numa saída para contornar eventuais momentos de solidão no percurso da investigação.

Há uma terceira modalidade de colaboração nesta etnografia: a que recebo (ou que interlocutores-colaboradores recebem e me repassam) de pessoas cativadas, intrigadas ou interessadas pela temática. Amigos, professores, familiares, orientadora, colegas e amigos de amigos que, ao tomarem conhecimento do trabalho, enviam-me material, depoimentos espontâneos, imagens, contatos, narrativas etc.

Acrescento que as participações engajadas são necessárias quando a etnografia almeja se entranhar em intimidades e vasculhar recordações e sentimentos pouco comentados nos repasses das gerações. Moreira Leite (2001) utilizou fotografias para estimular falas e lembranças, outras pesquisadoras provocam com objetos de decoração – coleções e livros, por exemplo. Eu me aproximei com joias de família, e elas me levaram a fotografias e outros artefatos. Não estou certa de que chegaria aos adornos se optasse pelo caminho inverso.

Reconheço que, no esboço do projeto, previa dificuldades para ingressar em porta-joias. No processo, compreendi que joias de família precisam ser contadas e exibidas para que escoem as vidas, e isso se evidenciou pela quantidade de artefatos relatados e dispostos. Vivenciei, sobretudo em Pelotas, condições opostas às hostis relatadas por Evans-Pritchard na sua experiência com os Nuer, no Sudão (2007). Minha presença e minha pesquisa foram anunciadas em coluna social de jornal local, senti-me bem-vinda e acolhida. Não me negaram informações, pelo contrário: Raphael Scholl e Frantieska Schneid, informantes-chave de Pelotas, guiaram-me entusiasmados. Neta e filha de pelotenses pelo ramo paterno que sou, domino muitos códigos da região. Mesmo assim, a colaboração de outros filhos da terra afiançou os trânsitos.

1.1.4 Considerações éticas e mais responsabilidades

Pesquisadoras não vivem isoladas, tampouco o fazem as suas interlocuções. Ao investigar e escrever etnografias, implicamos outras pessoas. Trabalhos antropológicos têm consequências para além do meio acadêmico, da mesma forma como as relações com diversos agentes têm consequências, produzindo expectativas, cobranças, encantamentos e constrangimentos. Em algumas circunstâncias, até nas de anonimato solicitado, interlocutoras podem ser identificadas, perder emprego, amizades, podem se ferir, e isso é problema de quem leva a pesquisa adiante. O anonimato em textos etnográficos, aliás, nem sempre evita a identificação das interlocuções nem dá conta da complexidade política e ética que atravessa os

encontros etnográficos (FONSECA, 2008a). Para além de tudo isso, ainda existe o risco de roubo, considerando que joias são cobiçadas pelo valor venal e têm liquidez e que este trabalho é disponibilizado *online*, no repositório de teses da biblioteca da UFRGS. Daí a relevância da omissão de possíveis locais de guarda e endereços.

Todavia, não modifiquei todos os nomes a pedido de algumas colaboradoras. Entendo que exibição das joias de família e a exposição da prosa e de fotografias são importantes para elas. Uma maneira de contemplar a segurança das interlocuções foi submeter, por e-mail, alguns escritos e me fazer presente e disponível no processo do trabalho, deixando os canais abertos na esfera digital para quaisquer negociações.

Em minhas experiências de mestrado e doutorado, na verdade, o compartilhamento de material escrito com a interlocução produziu momentos especiais. Raramente fui solicitada a suprimir detalhes ou nomes. Quando anonimato era demandado, autorizava-se o uso das outras informações. Omiti e desloquei, por conta própria, dados que pudessem identificar pessoas e que nada acrescentavam para além de intrigas familiares. Todavia, sei que pesquisas têm singularidades e que nem sempre essa escolha é possível.

Algumas participantes pediram para ler meu exame de qualificação, e enviei a elas esses textos introdutórios. Era comum, na sequência, retornarem minhas mensagens com mais informações sobre suas joias de família, reflexões adicionais e alusões a filmes, livros e seriados. De toda sorte, a maioria acompanhava fotos e notas que eu postava em redes sociais e participava com “curtidas” e comentários.

Considero relevante, desta forma, pensar em etnografia como processo e produto, conforme ensina Peirano, ao questioná-la enquanto método. A autora explica que pesquisa se faz de momentos arbitrários por definição e depende de estranhamento, do que nos surpreende e nos coloca no campo, como nativo/etnógrafo (PEIRANO, 2014, p. 379). Ademais, trabalho de campo e escrita estão interligados, e isso embaralha interlocutoras e autoras que, trocando, compartilham e estreitam confiança.

Interlocutores e interlocutoras leem o que escrevemos, acessam-nos facilmente por caminhos digitais, em anais de congressos, *blogs* e pesquisas disponíveis nas bibliotecas. Compromissos éticos cresceram em relação ao que produzimos na academia, a como produzimos e para quem escrevemos. Comunidade acadêmica e colegas antropólogos são instâncias importantes. Mas esse espectro se ampliou e não podemos ofuscar relações, encontros e emoções de pesquisadoras e sujeitos pesquisados. E, além de nossos interlocutores e nossas interlocutoras, outras audiências cobram nossa ética e nos avaliam.

1.2 MEU CAMPO DE ESCRITAS

A qualidade de uma pesquisa etnográfica demanda, entre tantas etapas desejáveis, redação inteligível, fluida e agradável. Combinada com densidade teórica, compromisso e ética, aumentam-se as chances de o trabalho ser acessado, lido e recomendado como contribuição reconhecida. Afinal, como escrevemos um texto antropológico importa tanto quanto sobre o que escrevemos (McGRANAHAN, 2020).

Para expor repartes de joias de família no universo que investiguei e no qual me situo, empenhei-me para oferecer aos leitores escrita reflexiva e afetiva, incluindo experiências e vivências. Evidencio que presumíveis beneficiárias de linhagens, como é meu caso, podem ser produzidas desde antes do nascimento e que interações com joias de família respondem a diferentes relações, anseios de pertença e individualização coexistentes e expectativas ao longo da vida. Trata-se do exercício da objetivação participante¹⁴ (BOURDIEU, 2003, 2010), da expressão da conjunção social da etnógrafa que interfere em escolhas teóricas, metodológicas, epistemológicas e éticas.

Exprimir a condição de “nativa” é essencial, considerando que meu acesso a portajóias foi facilitado por ser reconhecida como partícipe do universo da pesquisa. Mulher na faixa dos 40 anos, branca, com alta escolaridade e repertório profissional, social e familiar forjado e cultivado antes do ingresso na pós-graduação em Antropologia Social, deparei-me com raros entraves e acumulei excesso de material empírico.

Minhas escolhas e rumos autorais também correspondem a simpatias estilísticas. Tenho predileção, por exemplo, pela prosa com personagens e cenas marcadas em detalhes, o que é possível de se empregar numa pesquisa como esta, na qual estou constantemente atentando para ascensão e descenso social, cisões e rupturas familiares, alianças e estratégias. Incomoda-me a redução da interlocução a categorias para ilustrar análises. Busco verbos e preposições certeiras, pequenas narrativas. Jamais lamento sentir empatia por sujeitos e, adiante, duvidar dessa inclinação. Contradições e ambiguidades humanizam, mexem com emoções, produzem identificação ou repulsa na leitura, deixam que a audiência se impregne com a complexidade das vidas e prossiga nessas vidas.

A autoria visível, dialógica e reflexiva na etnografia incrementa meu prazer de escrita e leitura quando vem em primeira pessoa e, às vezes, experimenta-se narradora. São misturas

¹⁴ Objetivação participante, alerta Bourdieu (2003, 2010), não pode ser confundida com a observação participante (MALINOWSKI, 1978; FOOTE-WHYTE, 2005). Esta corresponderia, para Bourdieu, a uma falsa participação do pesquisador num meio estranho. A objetivação participante exige daquele que empreende a investigação um exercício de objetivação da relação do cientista social com seu objeto.

que animam as linhas. Às vezes, presto demasiada atenção em recursos linguísticos e gramaticais, no que arranjos, palavras e sentidos ensinam sobre composição. No entanto, é assim que frase e palavra tocam as emoções. Leio e releio trechos ou verbetes, porque podem dizer mais do que parágrafos. Sem entonação de voz, ruídos, sabores, gestos e incidência de luz, a vida não acontece. Então entram as palavras. Ao invés de brigar com a língua, tento buscar nela ações que narram e ajudam a produzir conceitos. Além disso, uma personagem provocante, daquelas que vão além de descrições de roupas ou traços faciais, anima-se em contato, conflito e contraste. Transita num mundo não idealizado, todavia povoado por gente que respira fora das páginas.

Externar condições sociais do meu repertório íntimo me deixa, em grande medida, vulnerável a críticas por parte de colegas da disciplina e de outras áreas que se opõem à exposição da pesquisadora na produção de um trabalho acadêmico. Porém, não sou pioneira nessa modalidade de exteriorização. Duarte, em pesquisa com Gomes sobre identidades e trajetórias transgeracionais, refletiu sobre o tema a partir da sua linhagem paterna (2008). Em trabalho individual, o antropólogo explorou mandato transgeracional e subjetivação diferencial tendo como material empírico familiares do ramo materno (DUARTE, 2011).

Há, ainda, um conjunto de investigações apoiadas em metodologias que exaltam a subjetividade e a projeção de si, como a autoetnografia, possibilidade que me instiga pelo esforço relacional, central para experimentação e valorização de ação, emoção, autoconsciência e reflexividade em diálogos, cenas e enredos elaborados em tom literário. Se não a levo mais neste texto, é porque a transparência da pesquisadora desnuda muitos sujeitos ao redor (ELLIS, 2007). O que nos contam, exploramos e vivenciamos envolve pessoas que não necessariamente estão de acordo com esse grau de exibição num trabalho acadêmico (ELLIS, ADAMS e BOCHNER, 2015).

Para Ellis (2004), uma das autoras que iniciou debates sobre a noção de autoetnografia nos anos 1990, autoetnógrafos consideram preocupações relacionais como dimensão crucial da pesquisa. Precisam ser levadas em consideração no processo, dos encontros consigo e com os interlocutores até chegarem aos leitores. Por isso, é comovente observar reações, ver como interlocutoras se reconhecem nos textos. Evidentemente, nem sempre a estratégia é viável. No meu caso, ao compartilhar o material, a experiência fortaleceu as relações.

A antropologia emprega a primeira pessoa em seus textos desde Malinowski (1978), mas muitos autores já demonstraram que a presença desse pronome singular nem sempre indica relações de proximidade com os sujeitos das pesquisas. Em alguns casos, distancia pesquisador e pesquisado na menção a anedotas e constrangimentos causados, principalmente,

por investigador a interlocutores. Pretensa perspicácia me parece, no mínimo, deselegante. Cumpre lembrar que, quando estamos pesquisando, também somos analisadas. Informantes testam nossa confiabilidade, atentam para nossas maneiras de falar e agir. Cabelos, roupas, sapatos, pele, unhas, adereços: “É casada?”; “Quantos anos você tem?”; “Você também é de família tradicional?”; “Tem irmãos?”; “Tem joias de família?”; “Você entende de joalheria?”.

Não é fácil se expressar na linguagem das emoções e da experiência pessoal. Não se trata apenas de fazer uma boa escrita, mas de transformar lembranças, subjetividades, fraquezas e incoerências em palavras. Escrever sobre mim mesma é sempre um desafio e um ótimo exercício de experimentação das minhas vulnerabilidades, bastante eficaz até para que eu sinta em meu texto o que é expor uma vida.

Percebo a autoetnografia como um caminho interessante para explorar experiências e emoções daquela que escreve, desde que o “eu etnográfico” não se centre de forma narcisista, autocentrado e, por isso, pouco convincente (ELLIS, 2004). Não se deve esquecer que etnografia se realiza ao longo de narrativas, escutas, *performances*, escrituras e leituras, sempre socialmente. É uma trilha para a produção e exploração de sentimentos e significados.

Duas abordagens que me agradam para este trabalho são a narrativa que evidencia detalhes de encontros com as personagens e as entrevistas reflexivas que se voltam para a interatividade e as dinâmicas de produção de sentido e emoções (ELLIS, ADAMS e BOCHNER, 2015). Na verdade, prefiro “encontros” a “entrevistas”, pois, como expus, considero conversas informais mais profícuas, situações nas quais estímulo e sou estimulada com o diálogo. Mesmo quando a experiência da pesquisadora não é o foco, a reflexão pessoal acrescenta contexto e se acumula às histórias contadas pelas participantes.

Creio, ainda, que não faz sentido lançar mão da estratégia de anonimato de meus familiares quando os trazer ao texto. É uma situação distinta daquelas de interlocutoras que permitiram modificar nomes. Avós, tios e tias, primos e primas e outros do entorno familiar são identificáveis. Esforcei-me para poupá-los de constrangimentos, evitando pormenores e desavenças pontuais. Comento o que é lembrado em encontros, às vezes em tom anedótico. E enfatizo constituições dos ramos materno e paterno, o movimento dos adereços e as disposições da minha vó Nina, cujas designações de suas joias de família foram aportes para reflexões na pesquisa, pois a esse testemunho de papel retornei de tempos em tempos para pensar dimensões de repartes (cf. capítulo 6).

De mais a mais, procuro dar vida a personagens, histórias, cenas e enredos noutra dimensão. Gostaria de levar quem me lê até a página, produzindo percepções de contradições ou vulnerabilidades. Caço detalhes no campo. Gestos, palavras, objetos, figurino, quadros,

esculturas. Quem está no porta-retratos? Nem sempre realço o primeiro plano. O que importa pode estar atrás, talvez numa estante. Às vezes, já na escrita, o leitor os encontra no caminho, revelando um traço da personalidade que faz algum sentido. Da competência da comunicação é feito o jogo de conhecimento e construção das relações, inclusive com quem nos lê.

1.2.1 A descoberta de joias na família

Uma nora da Maria Cândida detinha a chave do cofre desde a morte da sogra. Como herdara com o marido a casa onde se localizava a burra, entendia que havia herdado tudo o que estava armazenado no imóvel, até porque faltava codicilo¹⁵ outorgando as peças. As filhas da falecida protestaram, e o impasse se estendeu por anos. Certa vez, descerraram o famigerado cofre e partilharam-se as joias de Maria Cândida entre duas filhas e quatro noras.

Maria Cândida era a mãe da minha vó Nina, que herdou um colar de pérolas; uma das cunhadas, Niva, discordando das outras agregadas sobre o direito às joias da sogra, repassou o par de brincos de pérolas que lhe tocou para Nina. “Isso é coisa que fica com as filhas e com as netas, não com noras. Aonde já se viu?”, justificou minha tia-avó, em conversa para esta pesquisa, quando lhe pedi para recordar o caso, afinal, a vó Nina e a maioria das mulheres dessa história já tinham falecido.

Descobri a existência da burra da minha bisavó Maria Cândida durante umas férias, em Itaquí, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Eu devia ter seis ou sete anos e passava as tardes correndo por apartamentos de tios atrás de doces e atenção. Meus avós moravam no mesmo edifício de seis andares onde também habitavam três dos cinco irmãos da vó Nina, além do pai dela. Os imóveis ficavam com as portas abertas para as áreas comuns. No entra e sai, captou minha escuta a expressão “burra da vó” – claro que associei ao animal. Contei para a minha mãe o “desaforo” e recebi a explicação: a burra encerrou joias de família por anos.

Além de aprender uma palavra nova, tomei conhecimento da existência do conjunto de adornos chamado joias de família, coisas de antepassadas que precisavam ser transmitidas à geração seguinte – pelo menos nesse meu ramo familiar. O viés de gênero parecia evidente – joias de família, por serem femininas, deveriam seguir para as filhas, coisa que três das quatro noras contestaram. Mas, sem documento, não se sabe o desfecho desejado por Maria Cândida.

¹⁵ Declaração das últimas vontades a executada após a morte. Por escrito, o declarante expõe como gostaria que fosse realizado seu funeral e organiza doações de pequenas quantias e bens pessoais de pequeno valor, como joias, móveis e roupas. Precisam ser datados e assinados. Diferenciam-se dos testamentos, pois destes constam os bens de alto valor pecuniário, como imóveis. No passado, codicilo era chamado de pequeno testamento. Cf. Artigos 1.881, 1.885 e 1.998 do Código Civil Brasileiro (2008).

O viés de gênero na distribuição de joias de família aparece de maneira similar na minha linhagem paterna. Isso sobressai na transferência de memória. Em conversa com uma irmã do meu pai, em 2017, também durante esta pesquisa, soube que a mãe deles, vó Dalila, uruguaia de nascença, pianista na mocidade e dona de casa pelo casamento, possuía joias regaladas pelo vô Vicente, professor, advogado e maçom. Peças das quais nem me recordo.

Quando Dalila faleceu, em 1988, as filhas negociaram as lembranças. Meu pai não recebeu esses adornos. Não guardo quaisquer objetos que pertenceram à vó Dalila, exceto um anel de 15 anos enfeitado com um pingão de brilhante retirado de um brinco dela. Depois de sua morte, nenhuma foto ou objeto me foi confiado, tampouco pensei em requisitar, seguindo a lógica da família. Deu-se diferente com minhas primas, pois são filhas das filhas.

Em relatos no meu entorno social e familiar, portanto, constato práticas recorrentes no que tange à transmissão de joias de família. O que era de uso pessoal da matriarca, como adornos corporais, tende a ir para filhas e filhas das filhas. Tanto pelo lado materno quanto pelo paterno, e, apesar de condições socioeconômicas, étnicas, geográficas e religiosas diversas, esses repasses obedecem a viés de gênero. Movimento que se naturalizou. É assim porque é, porque sempre foi, ainda que, certamente, nem sempre o tenha sido ou será.

Claro que trânsitos de joias das minhas famílias não seguem regras universais, nem estão imunes a intrigas, acusações, fofocas e rivalidades. Conflitos, exceções e contradições permeiam falas e práticas. Relembrando a discórdia em torno da burra e observando desentendimentos em outros grupos familiares na composição desta etnografia, apreendi possíveis regras sociais ligadas a repartes. Por exemplo, identifico situações com evidente divisão sexual de objetos, e com joias de família passadas de genitora para filha, de avó para neta e, mais raramente, de sogra para nora, mas observando a descendência desta última.

Nessa lógica, nada havia de errado em minha avó destinar suas joias às filhas, minha mãe e a tia Iara, excluindo os filhos. Meus tios herdaram do vô Mário, tranquilizou-me minha mãe, referindo-se a relógios, abotoaduras, “coisas dos homens”. No caso das mulheres de meus tios, estas não constam do rascunho redigido por Nina. Pulseiras, correntes e anéis, como adiantei, foram partilhados entre minha mãe e sua irmã, repartimento esboçado à mão e intitulado “Minhas joias”. Gravadas em papel estão designações do quê deveria ficar com quem, em duas colunas, tudo esmiuçado (cf. capítulo 6).

Não sei precisar a partir de quando estranhei o percurso dessas coisas. No início deste trabalho, porém, indaguei o motivo pelo qual o anel de formatura de meu pai, bacharel em Direito e falecido em 2007, ser guardado por meu irmão Flávio e não pelo mais velho, Dilson. “Também fiz Direito”, justificou Flávio, o caçula. Recebi a mesma explicação de minha mãe.

Na verdade, o primogênito, que carrega o prenome do pai, é médico. Sem falar que o mais novo, como a família sabe, era mais próximo do pai em termos de gostos e afinidades.

Além da transmissão por gênero, aparecem transmissões por ofício e por aproximação afetiva. Mais adiante, deparei-me com mais exemplos de repasse de anéis de formatura, lógica que, em diversos contextos sociais e simbólicos, solapa gênero e ordem de nascimento. Ou seja, há regras, regras que são diversas, regras que são conhecidas e controversas, reafirmadas, discutidas e cobradas e nem sempre cumpridas. Há sobreposições e exceções.

1.2.2 Repartes porvir: compromissos e temores

Um amigo que acabara de se tornar tio comentou que o nascimento da sobrinha tinha resolvido um problema para a sua mãe. “Agora ela tem para quem passar joias de família”, disse ele, explicando que tinha apenas um irmão, o pai da recém-nascida. Na época, eu também me tornava tia da Mariana, filha de um de meus irmãos. Tanto na família dele quanto na minha, a produção de linhagens de tutoras de joias de família vinha como preocupação. Um problema para sua mãe era não ter parido uma filha. Com o nascimento da primeira (e única) neta, a questão das joias herdadas da avó e da mãe estaria resolvida, sem que precisasse considerar repasses para pessoas que não fossem consanguíneas (noras) nem sobrinhas.

Sou a única filha e, muito antes do nascimento da minha sobrinha, minha mãe e eu brincávamos: “Quem herdará as joias de família?”. O que era uma piada foi, no avanço dos anos, tornando-se preocupação real para a minha mãe. A pressão se inclinava, claro, sobre mim, que me esquivei da maternidade. Como eu resolveria a continuidade da linhagem? Mesmo sem querer pensar no assunto, de tempos em tempos, eu me surpreendia divagando sobre o que fazer com o reparte, com as peças que minha avó confiou à minha genitora e que, não tenho a menor dúvida, imaginava que seriam encaminhadas para mim, e eu deveria repassá-las às bisnetas que jamais providenciei.

Eu pensava, com alívio, nas palavras do meu amigo e lembrava que o repasse das joias da vó Nina poderia se realizar por Mariana. E a preocupação passou a ser vivida de outra maneira, com antecipação de quem nem tutora é. Minha responsabilidade, enquanto escrevo, restringe-se a dois anéis e não tenho autoridade sobre o reparte das joias da Nina. Como já disse, minha mãe é a tutora.

Encadeada na dinastia por antecipação, precisava ensinar à criança o significado da herança. Anos depois, com esta pesquisa em andamento, eu me vi sentada na cama da minha mãe, mostrando fotografias à Mariana. Como Moreira Leite pontuou em seus estudos sobre

álbuns de família, registrar, guardar e visitar arquivos que acumulam gerações é fundamental na socialização dos membros e na circunscrição e legitimação desse setor tão privado da sociedade (2005).

Folhando o álbum de casamento dos meus pais, minha sobrinha me perguntava nomes e natureza das relações familiares dos antepassados. Queria saber quem vivia e quem já tinha morrido, quem era casado com quem e quem eram as crianças dos anos 1970. Aprendizado que recebi, mas com a diferença de que, naquela época, a maioria das pessoas das fotos estava viva. É verdade, ademais, que meus irmãos não fazem ideia de quem sejam aqueles parentes que Mariana conhece por mim e que conheci por minha mãe. Ainda segundo Moreira Leite,

Confirma a íntima relação entre as mulheres e a imagem fotográfica, incorporada na fascinação dos retratos de família e seu registro de semelhanças e ligações entre os retratados. São guardiões da história da família, garantindo a documentação para as genealogias. A história para quase todos se inicia com essas fotos de conhecidos e desconhecidos, e com as idiosincrasias de cada um, conduzindo à identidade dos leitores das fotos. Ao fixar instantes, garante-se a permanência de condições consideradas “inesquecíveis”, apesar de necessitarem dos registros que, por sua vez, são sempre construídos (pelo fotógrafo, pelos fotografados ou pelo contexto em que figurará a foto). Não passam de traços da aparência captada pelo olhar, como disse John Berger, de momentos de solidariedade familiar em que os indivíduos se transformam em seus papéis sociais – a noiva, a mãe, os filhos, os netos, e as situações se conformam às convenções artísticas e expressivas da ideologia da família. Hoje se quer retratos naturais e sem pose, na tentativa de captar novamente a realidade. (2005, p. 38).

Achando graça ao me perceber fazendo o que muitas interlocutoras desta etnografia faziam, repassei à minha sobrinha uma pulseira com porquinhos enfileirados, uma das poucas joias da minha infância que consegui manter. Dentre os objetivos estava verificar se Mariana já tinha, na virada dos cinco para os seis anos de idade, algum interesse por joias, para, aos poucos, prepará-la para a tutoria: “É de prata? Não tem de ouro... Puro?”

O trabalho de produção de presumíveis herdeiras de joias de família aparece como incumbência legada entre gerações. Crianças ou adolescentes podem se interessar por certas coisas em tempos distintos. Ou podem atentar para os adornos conforme ciclos de vida. Mesmo quem coloca algum sinal ou acrescenta letras, ajusta tamanho e troca correntes atua em relação ao grupo em movimentos de individualização e pertencimento. Modificação na forma ou substituição de um diamante ou de uma pérola não parece erradicar a família da coisa. Júlia, interlocutora de Porto Alegre, contou que o esperado na sua linhagem é justamente a joia de família ser alterada de uma geração para a outra. “É como se cada uma acrescentasse algo de novo à joia. Veio da minha avó, minha mãe a mudou, eu também... Minha tia mudou a dela. Cada uma coloca um pouco de si”. Joia de família persiste na mudança, renova-se a cada reparte ao encadear vidas.

Enquanto escrevo, penso em encargos e responsabilidades já recebidos, transmitidos e provir. Lembro de que, na minha linhagem, na qual a maioria dos repasses é de mãe para filha ou filhas, tornar-me tutora na dinastia afetiva implica a morte da minha mãe. Joia de família contém a morte e a vida, enlaça profano e sagrado. Afinal, se a joia é de família, quem a detém não deverá tê-la para sempre, embora possa persistir nela depois de repassá-la. Os deuses esperam que a coisa não estagne, e é o repasse a contrapartida almejada (MAUSS e HUBERT, [1899] 2013).

Interlocutoras, leitoras e eu, tutoras ou não, movimentamo-nos ao longo de coisas, afetos, relatos, regras, conjunturas. Tocamos em adornos, vidas, continuidades e transformação. Ainda que eu evite pensar que joias da Nina um dia possam ser confiadas a mim, não me imagino apartada da dinastia afetiva à qual elas me alinham.

1.3 NARRATIVAS E PERFORMANCES

Tutoras de joias de família desta etnografia têm origens socioculturais e econômicas diversas. Entretanto, há aproximações em modos de vida, formas de se relacionar com coisas, práticas e maneiras de lembrar, compor, recompor e contar crônicas familiares. Por meio desses relatos, acesso os bastidores de uma economia íntima, moral e simbólica em que a cotação de afetos associada a determinadas coisas preciosas e sagradas de família oscila conforme indicadores de distanciamento e aproximações. Individualidades transitam, misturam-se e se reorganizam, com permanências e transformações, num processo relacional.

Enunciações seguem roteiros igualmente cambiantes. Algumas crônicas foram ensaiadas e estão organizadas, com *script* e personagens delineadas. Outras são confiadas de improviso. Demandam esforço para a interlocutora recuperar e alinhar falas, dar sentido aos relatos e escolher quais personagens incluir, quais deixar de fora. Independentemente da situação exposta, quem escuta a narrativa e observa a *performance* daquele que enuncia é animado pelas sagas ao mesmo tempo em que as encoraja.

Todas as histórias sobre transmissão de joias de família desta etnografia têm seus enredos, personagens, tramas, figurinos, heroínas, trilhas sonoras, cores e luzes. Há argumentos mais longevos, com tramoias, intrigas e linhas afetivas alongadas; há números breves, fundados há duas ou três gerações, mas já povoados de tensão. Seja como for, confiança e respeito recíproco permearam este trabalho.

Quem quiser receber uma narrativa precisa antecipar a audiência, encantar quem atua demonstrando interesse para o espetáculo não se encerrar antes da hora. Posto isso, considero

que minha atuação como ouvinte confirmou a importância de se atentar para a *performance* de quem ouvimos, mas também de prestar atenção à nossa própria *performance* receptora das joias de pesquisa. O que, para a pesquisadora, pode ser mais um dentre tantos encontros etnográficos, para interlocutoras, se trata de um evento ritual revivido ou até de estreia.

Narrativas e *performances* ritualísticas expõem a produção de laços afetivos, dão vida a uma conexão de afetos. Sacralidade de joia de família é exposta no gestual, na escolha das palavras para se referir a ela e a quem a habita, nas maneiras como antepassadas são reverenciadas. Reproduzir trejeitos, modificar a imposição corporal, aludir a semelhanças físicas, escolher o que contar e o que esconder.

Mariana Valente Gomes, interlocutora de Pelotas, aceitou me receber em sua casa assim que lhe perguntei se um dos anéis em sua mão era joia de família. A *designer* me abriu a porta trajando macaquinho florido, mas, antes de me apresentar a família em joias, trocou de roupa. Queria que eu visse um broche ancestral adornando o figurino que traja quando atende às noivas. Ou seja, não são apenas os trejeitos que se modificam, nem a entonação. Joias de família inspiram figurino, ajudam a criar a atmosfera do encontro com a linhagem.

A pesquisadora feita plateia ajuda a montar o cenário e estimula o reencontro pelos adereços, com exibição de joias, famílias, passado que nunca se viveu, mas do qual não se descola. Talvez meu olhar não julgue, mas acolha. Como disse uma psicóloga que me concedeu entrevista para esta pesquisa: “Tu pareces um padre. A gente te conta tudo”.

1.3.1 Joias da pesquisa: narrar, ouvir, guardar e repassar

Uma característica desta pesquisa diz respeito ao desejo de contar e à disposição para escutar. Os relatos não enclausuram as histórias nas fronteiras físicas de objetos, embora talhes e estética sejam relevantes. Joias de família carregam prosas singulares com elas, nelas e por elas ao se direcionarem em muitas dimensões. Tilintam, chispam, seduzem, deboçam, arrefecem com pedras perdidas, sinalizam mudanças em ciclos de vida. Podem ser esnobes e, ao mesmo tempo, ser a acolhida da avó.

Com ou sem tutela, pessoas me oferecem joias orais ou escritas com base em relatos herdados. Foram ouvintes e, no repasse, tornam-se narradoras. Identificando lacunas e localizando pistas e vozes capazes de recuperar minúcias, retornam às suas fontes de memória na tentativa de elucidar pontos obscuros. No vaivém de coisas, descrições e tentativas de construção e compreensão de si e dos seus, afetos se expandem, ramificam-se, ajustam-se e

ficam mais complexos. Como advertiu Halbwachs (2006), memória é trabalhada, individual e coletiva, constantemente provocada e refeita a partir da memória dos outros.

Embora regras se insinuem nos repasses, descobri uma variedade de caminhos possíveis. É difícil apontar padrões mesmo entre grupos sociais, étnicos ou religiosos. Paisagens e disposições familiares são inúmeras, assim como estratégias e originalidade. Em comum, há empenho para tirar do anonimato segredos, rivalidades e louros. Não faltam crônicas com a dimensão épica sobre a qual Benjamin escreveu (1987). Descobre-se senso de responsabilidade para assegurar a dignidade das histórias contadas e o compromisso em recuperá-las, remontá-las e exibi-las.

Ainda inspirada por Benjamin, considero os sujeitos de pesquisa como narradores, porque retiram da experiência de si e dos seus as histórias que compõem. E eu, receptora dessas joias de pesquisa, devo honrá-las para repassá-las. Da mesma maneira, quem recebe uma joia de família recebe uma narrativa, algo precioso, sagrado, e tem obrigação perante o grupo de zelar pela vitalidade dessa coisa. A antropóloga, ao aceitar a história, torna-se tutora responsável pelo repasse, por levar a história a leitoras e leitores. Se os relatos são repassados, vivem em vidas engastadas, num acervo de experiências emaranhadas, produzindo elos em direções imprevisíveis. Cada crônica se converte em nova narrativa, e esta se reconstrói numa espécie de reorganização de peças que, ao ingressar no circuito acadêmico, também recebe uma modelagem etnográfica que não se restringe ao texto.

Receber joias de família é receber encargos, como compromisso de repasse, cuidado e preservação. O mesmo se passa com as joias de pesquisa, expressão criada para o precioso material confiado. O que antes desta investigação eu tratava como mais um dever de família – da acolhida da joia ancestral ao zelo e à sua transmissão – foi enredando responsabilidades. Cada peça trazia novo compromisso. Quem repassa essas narrativas, muitas vezes, nem tem tanto interesse em ouvir ou ler a história final, pois conhece a composição e imagina as variações. Quer é que suas notas sejam ouvidas, que toquem e reverberem.

As ofertas das joias de pesquisa desafiam minha capacidade de síntese e organização. O engajamento me comove e me motiva. Também me instiga pela potência de joia de família enquanto coisa capaz de mobilizar esforços na reunião de informações e na produção de reflexões. A própria experiência etnográfica confirma que esta investigação não trata de simples capricho das elites, mas de produção de afetos, de elaboração de sensibilidades, de construção de linhagens e de complexas relações humanas, estas intensas, reverenciadas, imaginadas, compartilhadas e modificadas em diversos tempos. Como exprimi uma

interlocutora ao se referir ao relicário que ganhou da já falecida avó e com o qual afronta seus familiares: “Essa coisa provoca”.

Para Benjamin (1987), a interação entre ouvinte e narrador é determinada pelo interesse em conservar o relato. É por meio da reminiscência que os acontecimentos são enviados às gerações futuras, e esses acontecimentos se articulam. As coisas contadas se aliam à ideia de valor de afeto, valor sentimental ou valor emocional graças às narrativas. Joias de família poderiam ser reminiscências, uma vez que se acoplam ao serem entendidas como vitais para a tessitura da malha afetiva que revigora a família. Não é por acaso que Benjamin se preocupa com o porvir da reminiscência quando não há herdeiros.

Joia de família é, portanto, narrativa se consideramos que, em trânsito, sempre cabe uma pergunta: “O que aconteceu depois?” (BENJAMIN, 1987, p. 213). Quiçá os principais materiais dessas coisas sejam as vidas que as habitam e nas quais transitam. Sem calor humano, pedras, pérolas, corais, lascas de âmbar e metais nobres gelam.

Aproximo-me do final de primeiro capítulo retomando um ponto levantado por Lassiter (2005) sobre produção etnográfica colaborativa que, acredito, atravessa inquietações da investigação. Refiro-me ao trecho em que ele, ainda aprendiz, relata os primeiros contatos com Mike, um personagem que lhe falou da sua experiência como dependente químico junto aos Narcóticos Anônimos. O então antropólogo em formação percebeu o uso político que seu entrevistado daria à investigação. Ao louvar o que parecia desejo de ajudar outros dependentes, Lassiter ouviu outra justificativa de Mike para partilhar as suas histórias: “Mantemos o que temos ao passar isso adiante” (2005, p. 19, tradução minha)¹⁶. E acredita ter aprendido uma “lição importante”:

[...] sua responsabilidade em manter o que tem ao passar isso adiante fala com aptidão sobre nossas responsabilidades mais amplas como antropólogos de servir aos outros através do nosso trabalho, e isso inclui nossas escritas. Caso contrário, podemos enfrentar o inverso da sabedoria de Mike: podemos perder o que temos ao guardar isso para nós mesmos. (LASSITER, 2005, p. 20, tradução minha).¹⁷

Não há uma única forma de dádiva (WEBER, [2007], 2012), tampouco existe uma maneira de se definir, compreender e se relacionar com joias de família. Independentemente do que seja essa coisa, precisa emocionar, atrair e se mover para existir, para vazar, como preconiza Ingold (2015; 2012). Uma maneira de manter essas coisas existindo é levando-as à frente, é fazer com que se propaguem. Nos fluxos e processos é “que as coisas são trazidas à

¹⁶ No original: We keep what we have by giving it away.

¹⁷ No original: [...] his charge to keep what he has by giving it away speaks aptly to our broader responsibilities as anthropologists to serve others through our work, and this includes our writing. Otherwise, we may face the inverse of Mike’s wisdom: we may lose what we have by keeping it to ourselves.

vida” (INGOLD, 2012, p. 32). Sem contá-las nem movê-las, corremos o risco de perdê-las, de retirá-las da vida e de retirar-lhes as vidas.

Um anel de formatura¹⁸

“Vou contar para você um pouco da história da minha família, do lado materno, para que você compreenda o valor simbólico deste anel para minha tia e, na verdade, para toda família”. A antropóloga Simoni Guedes Lahud, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), de Niterói, enviou-me um texto, em julho de 2017. Iniciava a história da família com a chegada dos avós libaneses ao Rio de Janeiro, em 1911. Depois, relatou os nascimentos da mãe e tios e a saga dos ancestrais, exultou a atuação de sua tia Ana no magistério e atribuiu ao ofício de professora sua eleição como receptora da joia de família. Abaixo, reproduzo parte do e-mail de Simoni:

Pois bem, a minha tia Ana foi a primeira da família a completar corretamente os ciclos, formando-se como professora. Segundo relatava, foi beneficiada, em princípio, pelo fato de que a família mudou-se para Santo Antônio de Pádua, local que já dispunha de escola pública no nível primário e no ginásial. Entretanto, não tinha curso normal. [...] Sua formatura foi motivo de grande orgulho familiar. Não sei se o anel foi comprado neste momento. Mas, se não foi nesta ocasião, foi logo depois, pois é bem antigo. Pela idade dela e, sendo o normal, na época, realizado em dois anos, creio que se formou com 17 anos, por volta de 1942. [...] ela decidiu que eu era uma receptora digna para este bem simbólico familiar e, na minha formatura, em 1967 ela me deu o anel. Escolheu-me entre mais de dez sobrinhas professoras. Nunca usei o anel porque não faz o meu estilo. Mas eu o guardo com muito carinho justamente pelo seu significado e por ser uma espécie de relíquia da trajetória de uma família de imigrantes de pequena classe média. Talvez ele tenha me passado o orgulho que também sinto de ser professora.

Não me encontrei com Simoni pessoalmente – nosso contato se deu *online*, após ela ver uma postagem no Facebook, um texto meu compartilhado por minha orientadora, sua amiga. Comentou que guardava um anel de uma tia, e eu lhe enviei convite para participar da pesquisa. Uma semana depois, recebi seu relato em tom epistolar. Eu queria agradecer à Simoni a sua gentileza na XIII Reunião de Antropologia do Mercosul, em Porto Alegre, em 2019. Porém, ela faleceu dias antes. Encontrei a filha, Mylene, numa rede social e perguntei a ela se conhecia a história do anel. Mylene respondeu que não, e lhe enviei o material, pois o escrito que eu guardava precisava se mover para viver e, quiçá, crescer. Tempos depois, quis saber se tinha lido o texto:

Eu li, sim, o relato. Na verdade, nem eu sabia dessa história. Foi ótimo você ter compartilhado comigo. Aliás, minha mãe, quando viajava, ligava pra minha prima e avisava para ela onde estavam as joias. E falava assim: “Mylene não dá a mínima pra isso. Soraya, você tem que se responsabilizar”. Soraya logo me ligou para saber se eu tinha guardado direito. Guardei sim. Mas acho que a gente nunca conversou sobre isso mesmo. [...] A Soraya é o meu oposto. Guarda até papel de bala. [...] Elas sempre foram muito ligadas. Vou até mandar esse relato pra ela.

¹⁸ Mantive o título do texto escrito pela professora Simoni para esta pesquisa.

1.3.2 Elenco, figurino e cenário: histórias de família levam às joias

Esta etnografia foi desafiadora, dentre outras coisas, por me colocar em contato com uma abundância de joias de família e interlocutoras. Sem falar que, para cada situação, foram necessárias variadas abordagens e estilos de audiências. Assim como famílias são múltiplas e cambiáveis, esses bens e suas narrativas se alteram e vão se reconectando, e a pluralidade demandou esforço de *performance* e atenção exaustivos. Cheguei ao final do trabalho de campo concordando com Schechner quando ele diz que “há pontos de contato entre a antropologia e o teatro” (2011). Ainda mais considerando os encontros realizados face a face.

Houve, evidentemente, situações etnográficas nas quais interlocutoras mais acostumadas a conceder entrevistas ou a atuar diante de câmeras ofereceram sua *performance* à minha audiência, convidaram-me para a plateia, ofertaram-me um espetáculo e conquistaram ainda mais a minha escuta, simpatia e confiança. O caso emblemático foi o de Andrea Mazza Terra, descendente da baronesa de Santa Tecla, de Pelotas.

Quando me apresentava a cada uma de suas joias – o “bracelete da baronesa”, o “relicário da vó Nóris” e os “camafeus dos Mazza” –, Andrea conduzia o evento performático com uma personagem adequada a cada adorno e relato e que me era identificável pela entonação, pela expansão corporal e pelas expressões faciais. Conheci nessa mesma interlocutora a herdeira da baronesa, a neta devota e a narradora burlesca em sua casa tão colorida quanto a fotografia de *Julieta dos Espíritos* (1965), filme de Federico Fellini.¹⁹

Andrea se esparramava na cena. “Alguém me dirige”, pedia, enquanto posava para o antropólogo e fotógrafo Fabrício Barreto na sala do sobrado. Na verdade, meu colega e eu não lhe demos apenas audiência. Nós lhe oferecemos o palco e as condições para que misturasse todas as personagens das suas joias de família. A competência performática encrusta a vida nas joias e encrusta as joias na família. Com expressões, nas falas e nos movimentos, mortos e vivos reanimam-se. “Me dirijam!”, Andrea insistia.

Em outras famílias, precisei ser apresentada à ancestralidade antes de chegar perto dos adereços. Era mais comum em contextos de passado aristocrático, como o da artista plástica Tarsila do Amaral. Tarsilinha, tutora de um anel da tia-avó, só levou a joia de família à sala após uma hora me situando na composição parental. Confiante de que eu havia compreendido

¹⁹ Na película, o cineasta italiano conta a fábula de Julieta Boldrini (interpretada por Giulietta Masina), mulher traída pelo marido e submissa à família que, ao longo da trama, descobre potencialidades e desejos, desafia a hipocrisia social, expande aspirações. Os tons do ensaio levado por Barreto lembram a vibração do longa-metragem, semelhanças estéticas que reconhecíamos de forma difusa, mas que nos foram apontadas por Raphael Scholl após a sessão de fotos do capítulo 7.

arranjos e itinerários, apresentou-me ao anel. Pude, inclusive, prová-lo em minha mão. Já Lília, outra sobrinha-neta de Tarsila que me recebeu por indicação de Tarsilinha, entregou-me papel e caneta para rascunhar a genealogia, caso contrário, segundo ela, eu não entenderia nada. Cumprindo instruções sem atalhos, conheci, no momento que ela julgou oportuno, os bens da tia-avó famosa, da filha desta e de outras mulheres da família (cf. capítulo 8).

Adiantei neste capítulo algumas técnicas que emprego para a criação de personagens, situações, figurinos e postura de interação. Outro aprendizado com Schechner: a *performance* “não tem uma vida independente” (2011, p. 215), pois a adequação da audiência tem relação específica, ou seja, a audiência atua até na transformação da consciência da *performer*. Ademais, postura corporal e imposição vocal se fundem aos cenários, e o cenário contribui para a ação performativa, para a construção da personagem. Estou certa de que boa aceitação por parte de quem se permite entrevistar ou pesquisar responde e corresponde às abordagens. É preciso acolher interlocuções, recebê-las e tentar compreendê-las.

1.3.3 A gratidão pela audiência

Não é exclusividade desta tese que a audiência entusiasme interlocutoras quando elas sabem que são ouvidas. Na minha dissertação, quando eu escutava as memórias de Heloisa Brenner e retornava à sua casa com os escritos para que ela os lesse, a decoradora me pedia autógrafos nas páginas, abraçava as folhas e dizia: “Eu nunca imaginei que minha história fosse importante” (cf. ROCHEDO, 2015). Bosi (2010) também fala sobre os velhos que contam suas memórias e que a escuta os deixa felizes. Esse comportamento também foi destacado por outros pesquisadores que, motivados por temas distintos desta pesquisa, mas igualmente interessados em relações familiares, tocaram em questões tão íntimas e exteriorizadas no trabalho de campo (cf. DUARTE e MENEZES, 2017).

E não foram apenas as idosas que agradeceram pela atenção – mulheres de 50, 40, 30 e até 20 anos. A estudante paraense Elyene, 23 anos, que me assistiu numa apresentação inicial da pesquisa em São Paulo, em 2017, enviou-me relato sobre um relógio por escrito. Antes de assinar a mensagem, ela escreveu: “Muito obrigada por me fazer contar essa história. É realmente boa a sensação. Está me fazendo descobrir como me sinto em relação ao relógio e à minha tia.” Também me comovo com esse envolvimento. Muitos colegas certamente vivenciam essa experiência de agradecimento pela escuta e a comentam em seus trabalhos.

Tudo isso acompanhado de uma torcida pela conclusão desta escrita que se inicia com perguntas, inquietações, dúvidas e alguns achados.

São muitas as possibilidades para as transmissões desses adereços e para seus caminhos, e não me cabe julgar as vidas nas minhas anotações, observações e gravações. Mas é plausível afirmar que, em cada movimento de adornos ao longo das linhagens, produzem-se relações e se abrem conexões em direções imprevisíveis, enredam-se vidas e recompõem-se papéis familiares, propagam-se segredos, reprimem-se vergonhas, expõem-se feitos e arrefecem nomes para dar corpo e fluidez à dinastia afetiva exibida. Nesse processo, evocam-se personagens, trajetórias e narrativas, com inclusões e exclusões, algumas calculadas e intencionais. Afinal, observou Bosi (2010), interlocutores das etnografias vivem, sentem, relacionam-se, confiam e desconfiam. Omitir informações nem sempre é compactuar com incongruências. Em muitos casos, é reconhecer responsabilidades e demonstrar respeito diante do entendimento do poder das palavras, da escrita e de julgamentos de toda parte.

2 NEM TODA JOIA É DE FAMÍLIA



Figura 1: *The Goldsmith in his shop* (1449), por Petrus Christus. Acervo do MET. Crédito: Reprodução²⁰

Adornos corporais têm longa participação na História da Humanidade, seja em forma de pinturas ou tatuagens, seja como adereços. Resultam de alguma intervenção e, assim, constam da civilização desde períodos pré-históricos, ornando homens e mulheres em diferentes fases da vida. Materiais, *design*, formas e estilos também atendem a movimentos religiosos, políticos, econômicos e artísticos, e a cartilha de significações possíveis é extensa, com usos, sentidos e valores se reconfigurando o tempo todo.

²⁰ Disponível em <https://www.metmuseum.org/en/art/collection/search/459052> Acesso em 29 out. 2019.

McConnell (1991), editora responsável pela produção do catálogo da coleção de joalheria do Metropolitan Museum of Art (MET), de Nova York, pontua que chineses fabricavam acessórios em jade há cinco mil anos e que civilizações pré-colombianas se destacaram na confecção de enfeites de metais e pedras. A pesquisadora se expressa a partir do acervo do museu estadunidense que armazena e exhibe vestígios e exemplares de joias sumérias com mais de quatro mil anos e itens egípcios, etruscos, gregos, romanos, bizantinos, islâmicos, além de peças de joalheria moderna e contemporânea.

Como instituições semelhantes em diferentes países²¹, o MET abriga esculturas e telas que reforçam presença e relevância social e simbólica de joias para homens e mulheres. E a obra que escolhi reproduzir na abertura deste capítulo participa desse acervo. Chama-se *A goldsmith in his shop*, pintada por Petrus Christus, expoente da arte flamenga comissionado por uma corporação de ourives da Antuérpia²² para impulsionar os negócios na região (McCONNELL, 1991)²³. Conforme consta do *site* da instituição,

Sugestiona-se que ele seja Willem van Vleuten, um ourives de Bruges²⁴ que trabalhou para Philip, o Bom, duque da Borgonha. Em 1449, data da pintura, o duque encomendou a Van Vlueten um presente para Mary de Guelders por ocasião de seu casamento com James II, rei dos escoceses. Esse casal pode muito bem ser representado nessa pintura, retratado comprando uma aliança de casamento que está sendo pesada numa balança. A faixa que se estende da borda da loja para o espaço do observador é mais uma alusão a matrimônio. (The MET, s.d., tradução minha).²⁵

O quadro de Christus, pela narrativa do MET, explicita propriedades de nobreza e acerto de união matrimonial. Ao aceitar a joia, uma possível inferência seria que a mulher

²¹ Em *Manual of Ethnography* (2007), Mauss cita joias como exemplo que devem ser considerados em estudo de fenômenos estéticos. Inclusive as primitivas, entendendo-as como adornos corporais, portanto, arte.

²² Localizada na região de Flanders, na Bélgica, Antuérpia é conhecida como “capital do diamante”. Conforme reportagem do *The New York Times* publicada em 2012, a cidade concentra 85% dos negócios mundiais com a rocha bruta. Disponível em <https://www.nytimes.com/2012/11/06/world/europe/antwerps-diamond-industry-tries-to-keep-its-luster.html> Acesso em 31 out. 2019.

²³ A narrativa do catálogo do MET reproduz a versão de que o artesão seria Santo Elói (Saint Eligius, em inglês), padroeiro dos joalheiros e ourives. Entretanto, o *site* da instituição reconhece que o halo que outrora ornou a cabeça do artífice fora adicionado após a conclusão da obra. Reconhecida, a intervenção acabou removida. Ver <https://www.metmuseum.org/en/art/collection/search/459052> Acesso em 29 out. 2019.

²⁴ Cidade portuária da Bélgica, Bruges foi importante centro de comércio do norte da Europa. É atribuída a um personagem local, Lodewyk van Bercken, a invenção, no século XV, da ferramenta *scaife*, empregada no polimento das facetas de diamante (SIEGEL, 2009, p. 17-18). Mencionando a lenda propagada pela De Beers, empresa controladora do mercado de diamantes no mundo, de que anéis de noivado com diamantes teriam sido inventados na Bruges no século XV, Raden, autora de *Stoned: jewelry, obsession, and how desire shapes the world* (2005), afirma que a cidade não criou a tradição, mas, sim, a tecnologia que transformou uma pedra bruta opaca em gema brilhante. O anel de noivado com diamante é “tradição” recente, já do século XX (RADEN, 2005; SIEGEL, 2009).

²⁵ No original: It has been suggested that he is Willem van Vleuten, a Bruges goldsmith who worked for Philip the Good, duke of Burgundy. In 1449, the date of this painting, the duke commissioned from van Vlueten a gift for Mary of Guelders on the occasion of her marriage to James II, King of Scots. That couple may well be depicted in this painting, portrayed buying a wedding ring that is being weighed on a scale. The girdle that extends over the ledge of the shop into the viewer's space is a further allusion to matrimony. Disponível em <https://www.metmuseum.org/en/art/collection/search/459052> Acesso em 21 out. 2018.

estaria negociando sua virgindade, confirmando o compromisso e validando a obrigação de retribuir a dádiva ao gerar sucessor ao trono escocês. Não há consenso quanto à data, mas sabe-se que, em pouco tempo, Mary deu à luz James III, mais tarde rei da Escócia.

Arranjos de joias, famílias e nobreza nas artes plásticas abundam em obras da Renascença também no que hoje se conhece como Itália²⁶. Guardado em museus e galerias dentro e fora da Europa, um conjunto imagético legado por pintores comissionados retratando mulheres, homens e crianças da aristocracia ilustrou (e continua ilustrando) a associação entre joias, poder, prestígio e submissão feminina.

Para dar conta da atribuição de um valor especial para objetos e materiais singularizados e, em geral, de uso conspícuo, Renfrew sugere a noção de valor primordial (2008, p. 203). Seria uma alternativa para refutar a sugestão de propriedades inerentes capazes de conferir valor intrínseco a objetos como joias, afinal, esta é uma delegação arbitrária. O autor sublinha que as coisas às quais se atribuem valor primordial permitem o acesso de seus detentores a redes sociais interditas a quem não dispõe dessas credenciais.

Adquirir uma joia com diamante, desta forma, não parece ser o mesmo que comprar uma roupa, nem que seja item “de luxo”. É obter algo mais “durável” e com especificidades simbólicas bastante específicas, como argumenta Siegel (2009, p. 57), autora de etnografia sobre o mercado global de diamantes. Creio, ainda, que seja possível transpor essa lógica para a aquisição de ornatos feitos com outros materiais historicamente relacionados a poder, beleza e durabilidade, como o ouro. O consumo, seguindo perspectiva de Gell, apresenta-se como

a fase do ciclo em que os bens passam a estar vinculados a referentes pessoais, quando deixam de ser “bens” neutros que poderiam pertencer a e ser identificados com qualquer um, e se tornam atributos de alguma personalidade individual, insígnias de identidade ou significantes de relacionamentos e compromissos interpessoais específicos. (2008, p. 146).

Para o autor, consumo é a apropriação de objetos que passam a integrar individualidade social:

Entre os Muria não há dotes, e a prata com que as garotas Muria se enfeitam foram compradas por ela mesmas, com seu próprio dinheiro obtido por meio de venda de produtos no mercado e de trabalhos remunerados. Para os Hindu, as joias são, em essência, propriedades familiares, importantes na qualidade de reservas de capital; para os Muria, são propriedades individuais, importantes sobretudo na qualidade de adornos pessoais. (GELL, 2008, p. 156).

²⁶ É atribuído ao Rei Sol, como ficou conhecido Luís XIV (1638-1715), da França, a instituição do diamante como a mais preciosa das pedras. O monarca colocou a gema à frente da pérola, principal símbolo de *status* até a Renascença, como atestam retratos de nobres e aristocratas do período em diferentes partes do mundo. (DeJEAN, 2011, p. 195-211).

Ouro e gemas ajudam a compor um imaginário associado à nobreza e à aristocracia conectando séculos de poder, *status* e relevância socioeconômica no Ocidente e contribuem com a identificação de linhagens e o ingresso, a troca, a aceitação e a exclusão de indivíduos em famílias influentes ou na “boa sociedade” (ELIAS, 2001, 2011; HOLIAN, 2008). Inúmeros registros constam de coleções privadas, museus, literatura, artes visuais e cinema e podem ou não ser recebidos, guardados, exibidos, repassados e anunciados como joias de família. Entretanto, nem toda joia é de família. Identificar características, apreender processos que levam uma joia ao acoplamento e observar como essas coisas se fazem com a família são alguns desafios que se apresentam a partir deste capítulo.

2.1 O QUE FAZ UMA JOIA SER “DE FAMÍLIA”

Comecei a pesquisa acompanhada da proposição canônica acerca de joias de família, evocando adereços corporais engastados em gerações. Não tardou para o cenário se embaralhar, com objetos impregnados de lembranças oferecidos em relatos. Esses artefatos podiam nem ser de ouro, prata e platina e, muitas vezes, não vestiam corpos. Ávidas por partilhar histórias de família e afetos, colaboradoras desejavam mostrá-los e preenchiam a memória de gravador e blocos. Havia peças de roupa, gramofone, sopeiras e berço na quarta ou quinta geração, entre tantos outros.

Possibilidades adicionais pendiam para metáforas – joias de família poderiam ser mulheres, louça, brinquedos e até genitália masculina, sendo o útero uma espécie de porta-joias. Anedotas e jocosidades à parte, exemplos tornavam a apontar para metais nobres²⁷ e gemas²⁸. Mesmo que não fossem produzidos com matéria-prima com liquidez e bem cotada no mercado, valores de outra ordem e alimentados por relatos revelavam bens singulares.

Quase tudo era joia de família. Ou tudo poderia ser, porque tudo era como se fosse. E, quando tudo é, ou é como se fosse, nada é. Voltei a restringir a pesquisa ao significado literal de joia de família, ainda que eu precisasse construir essa literalidade. Até porque não parece existir uma única definição para joia de família, da mesma forma como são diversas as noções de famílias e as modalidades para recebimento, repasse e cuidados com essas coisas. Cada

²⁷ Para me referir a metais nobres – ouro, prata e platina –, sirvo-me dos trabalhos da historiadora Santos, que tratou em sua tese sobre joias de cabelo (joias de afeto ou de saudade), e de Passos, que pesquisou memória, identidade e afeto na joalheria contemporânea no Brasil (SANTOS, 2014; PASSOS, 2018).

²⁸ Nomenclatura para delinear pedras e outras substâncias orgânicas e inorgânicas usadas na produção de peças de joalheria (SANTOS, 2014; PASSOS, 2018).

interlocutora elabora relatos a partir de sua posição no jogo, sobrepondo singularidades e dramas que extravasam experiências pessoais e coletivas.

Definido o recorte para adornos de metais nobres e gemas, intensificou-se minha atenção para estratégias distintivas, em falas e *performances* nativas, com objetivo de apreender os trânsitos fronteiriços entre joia e joia de família. Aos poucos, identificava cuidados diferenciados, com hierarquias se alternando conforme narrativas e relações afetivas depositadas nos bens e vividas com eles.

Afirmo que joias expressas e consideradas nesta investigação se tornaram “de família” em processos sociais, ou seja, receberam a partícula qualitativa ao se juntarem com algum aspecto simbólico da coletividade e, acopladas, produzem relacionalidade²⁹ (CARSTEN, 1995) no escoamento de afetos. Mesmo confiadas a um único indivíduo, são delegadas transitoriamente, não alienadas por completo (GODELIER, 2001; WEINER, 1992), ficando interditas à venda e à retirada dos limites sempre porosos e cambiantes do que se imagina como grupo parental e afetivo.

Outro aspecto desses repasses, ao qual retornarei ao longo do trabalho (ênfase no capítulo 6): joias de família fluem apartadas de inventários tributados e controlados pelo Estado, mesmo com valor venal, desafiando princípios de Justiça familiar. Seus “valores”, que não se restringem aos valores de mercado, são definidos pelas interlocuções; e seus preços, por critérios técnicos.

Joias de família não vivem dissociadas de transformações sociais, é importante sublinhar. As que viraram o século XX e chegaram ao XXI com histórias a serem contadas enfrentaram modificações econômicas, políticas, culturais e estéticas. Seus metais até parecem rígidos, mas são moldáveis. Um diamante, para brilhar intensamente, precisa de lapidação, lustro e limpeza. É gema dura, mas não é eterna, nem inquebrável. Assim são as linhagens, as famílias, as relações, os sentimentos, os afetos, a confiança. Diamante e metais, entre outros materiais empregados nesses enfeites corporais, são conflitos que vêm “de berço”, e as vidas dos componentes que dão as bases das joias de família – materiais, simbólicas, estéticas, históricas – enfrentam tensões desde antes de chegarem a porta-joias.

²⁹ Carsten (1995; 2000) propôs o conceito *relatedness* – traduzido como conexão (FONSECA, 2003), conectividade (FONSECA, 2007); conexidade (FONSECA, 2008b); e relacionalidade (MACHADO, 2013; FONSECA, 2019) – como contraponto a parentesco para abarcar aspectos cotidianos e ampliar possibilidades de exploração do tema em campos indígenas. Essa iniciativa emergiu num contexto de provocações de Schneider expostas em *A critique of the study of kinship* (1984), obra na qual ele repreende a postura etnocêntrica de estudos centrados em modelos antropológicos clássicos (CARSTEN, 1995; SCHNEIDER, 1984). Retomo Carsten e o conceito de relacionalidade no capítulo 3.

Observo, ainda, que a transmutação de joia em joia de família não está apartada da noção de sacralidade ou religiosidade da família – não eclesiástica, mas com sentimentos de comunhão e reverência (cf. DUARTE, 2006) –, de mitos e lendas, de nomenclatura associada, de algum aspecto que permita ao adorno receber iniciais de nomes e sobrenomes, fotografias num relicário, *design* singular, fundição e ligas ancestrais. Como pontuam Pinçon e Pinçon-Charlot (2006) em pesquisa sobre repasse de fortunas entre dinastias francesas, costumes e rituais mais ou menos estáveis regulam a inscrição das crianças nas linhagens, embasando o culto à família pela inculcação. Carece reverenciar e celebrar quem habita as coisas, receber e promover relatos que a liguem a personagens, lugares, aventuras ou quaisquer elementos idealizados que contribuam para o incremento do que se condensa no adorno e no entorno e é percebido como sagrado a cada exibição, etapa não menos necessária para entendimento e reconhecimento desses bens como joias de família. Sem nada a transmitir, memória não resiste a muitas gerações (PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 2006).

Pois há regularidades que ajudam a articular percepções. Talvez um caminho para se captar esses aspectos, mesmo que seja parcialmente, siga uma rota de consideração (HERAS, 2017) pela enunciação das relações de parentesco que transcendem categorias isoladas. Colocadas em movimento nos contextos de enunciação, joias de família produzem e são produzidas no interior de um complexo mercado de bens simbólicos que se realiza dentro de grupos afetivos percebidos por seus integrantes, alimentando o renome de alguns membros, desbotando outros, marcando a chegada de novos e prevendo saídas.

O material etnográfico com o qual lidei indica que se espera, com o movimento de joias de família, a formação e a propagação de dinastias afetivas no interior de linhagens ramificadas de alguns troncos, com cisões e riscos de rompimento do encadeamento por variados motivos³⁰. Formam-se delineamentos eletivos, marcando a diferenciação interna pelo adensamento de vínculos entre algumas pessoas. Assim, família – o que quer que seja – alicerça esta etnografia por ser imprescindível para a noção de joia de família, tal e qual as ideias de transmissão, sucessão e geração (LINS DE BARROS, 1987).³¹ Mais do que transmitir e retransmitir seja lá o que ou quem for essa coisa, é essencial eleger e produzir sucessão, criar e fortalecer relações que zelem pelo fluxo da vida (INGOLD, 2015; 2012).

³⁰ Os episódios expostos nos capítulos 7 e 8 desta tese são exemplares em função do alongamento da ancestralidade e da quantidade de personagens citadas pelas narradoras.

³¹ O inventário de monografias produzidas sobre contextos brasileiros acerca dessa temática é extenso. Lins de Barros (1987), Moreira Leite (2001), Fonseca (2004), Piscitelli (2006), Duarte e Gomes (2008) e França (2009) foram alguns trabalhos visitados durante a execução da etnografia.

Há diversos entendimentos sobre joia de família. Se os adereços são externados como “de família”, propagam-se entre gerações e atestam a existência de passado. Residiria aí diferença primordial desses bens na comparação com uma joia ordinária? Uma delas, como verificado no trabalho de campo – importante, sem dúvida. Mas outros fatores desvelam a complexidade de um fenômeno não raras vezes reduzido à extravagância ou à frivolidade quando captado pelo olhar apressado. Até porque a expressão “joia de família” foi empregada em adornos com uma ou duas gerações em retrospectiva em cenários de ascensão social e antes de quaisquer repartes. Há braceletes adquiridos no século XIX, colares de pérolas para parturiente, anéis de diamantes dados a moças por genitores, alianças de contratos de noivado ou casamento e joias de formatura e colares, brincos ou anéis modificados. Escutei, ainda, episódio sobre alianças fundantes de um grupo afetivo e disputadas pela descendência, como veremos no relato de uma geóloga que exponho adiante, neste mesmo capítulo.

2.1.1 Ingressos e passagens

A maioria das narrativas que acolhi sobre como joias chegaram às famílias de minhas interlocutoras indicou ou supôs compra efetuada por homens em joalherias e ateliês. Teriam ingressado como presentes para mulheres, marcando capacidade financeira de provedores, pontuando alianças matrimoniais ou outros ciclos da vida, tornando-se parte do coletivo através de repasses geracionais, com *performances* e narrativas. Exceções foram joias mais “jovens”, frequentemente adquiridas por mulheres para si ou para alguma parenta (de mães para filhas ou avós para netas, por exemplo).

Levantei três relatos de colaboradoras na faixa dos 30 anos sobre a iniciativa de suas mães de investirem salários ou aposentadorias na compra de joias para si e para a descendência. São anéis delicados, brincos miúdos e correntinhas de ouro com algum pendente para uso cotidiano. As três informaram “origem pobre” para suas genitoras e a ausência de bens do gênero recebidos de gerações anteriores. “É como se a mãe estivesse criando as joias da família dela. Ela comprou quando conseguiu, usa algumas, guarda outras. Às vezes, fala que é ‘investimento’. Dá a entender que vai deixar para mim e para a minha filha”, comentou Luísa, professora universitária de 38 anos, única mulher no conjunto de quatro filhos de uma ex-funcionária da indústria têxtil de Porto Alegre. “Nem sei se já posso chamar essas coisas de joias de família.”

Na dúvida sobre a origem do bem, entretanto, a tendência é associá-la a gesto masculino. E é plausível que essa indicação não esteja sempre equivocada, sobretudo em

casos longevos, pois a extensão temporal de narrativas de algumas joias desta etnografia remonta décadas, até mais de um século. É esperado acessar passado com restrições laborais para mulheres urbanas, tempos nos quais homens se destacavam em papéis de provedores. Nesses cenários, ornatos entravam em porta-joias como presentes e, com os corpos femininos como suportes, atestavam *status* masculino numa sociedade androcêntrica.

Ainda que não determine a fundação da joia de família, a questão de gerações não é irrelevante. Podem se passar uma ou mais para que um adorno se ajuste à dimensão simbólica e receba cuidados para interdições de venda. Isso o diferenciara de joia ordinária, pois se moverá inalienável numa linhagem e produzirá algum sentido no fluir das histórias, tendo seu sentido ajustado. Mas quais seriam os dispositivos de socialização acionados para sensibilizar pessoas da família para algumas coisas, ou seja, para convertê-las e inclui-las na dinastia de tutoras? Muito dependerá de como se ofereceu e se recebeu o bem, das relações entre quem o deu e acolheu, das naturezas materiais e simbólicas do que foi transmitido e da finalidade do repasse, tudo acompanhado de enunciação e *performance*. Não há, porém, garantia de que a coisa receberá complemento “de família” na biografia cultural (KOPYTOFF, 2008), tampouco de que quem compartilha sobrenomes, material genético ou quaisquer símbolos de alianças conjugais a conceberá com esse epíteto, alinhada ou não com a transmissão.

Conforme teorias nativas, joias ordinárias não teriam propriedades de “vínculo”, “afeto”, “sentimento”, “família” e “história”. Essas categorias se verificavam desde crônicas alongadas às mais breves, enunciadas por pessoas de origens étnicas e econômicas diversas, e podiam se modificar quando o relato se repetia sem jamais ser a mesma enunciação. Evidenciavam-se planos de repasse a filhas, netas, sobrinhas, afilhadas e outras mulheres eleitas e preparadas para serem tutoras; raramente a homens.

Também é possível fundar ancestralidade no ingresso da joia, caso a aquisição tenha sido feita para reverenciar alguém falecido. O genitor de Marta, por exemplo, tomou à frente na produção de tutora que adensasse vínculos para a formação de uma dinastia afetiva. Minha amiga estava com sete anos quando sua mãe morreu. “Digo que nasci para ser órfã.” Ao escutá-la, compadecei, apesar de conhecê-la há tempos, desde que trabalhamos como jornalistas numa redação, e saber que ela perdera a mãe ainda criança. E Marta estava preparada para meu desconforto:

Tudo bem. Eu não conheci outra forma de viver. Minha filha fica um pouco espantada com essas histórias, com o fato de eu ter ficado órfã de mãe tão cedo, mas acho que, quando a gente perde a mãe mais tarde, quando a gente tem noção do que perdeu, é mais difícil. Para mim, é claro que eu me lembro de ter ficado triste, mas acho que criança assimila um pouco mais facilmente uma perda dessas.

Fui recebida por minha amiga em sua casa, num bairro nobre e residencial de Porto Alegre, numa manhã de domingo de 2017. Seu marido saía, a filha adolescente dormia, a caçula nasceria apenas no ano seguinte. Levei gravador, mas desisti de usá-lo. Entretanto, tomei notas de algumas falas e cenas, o que não pareceu incomodar Marta, repórter experiente e habituada com o deslizamento apressado das canetas nas folhas de blocos na palma da mão.

Sentada próxima a mim, Marta tirou reminiscências do escrínio prateado, como o dia em que seu pai a levou a um ateliê de joalheiro, no município de Alegrete, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, para encomendar um relicário com nicho para uma fotografia. A intenção dele era acomodar, no interior da peça, o retrato da esposa.

Marta ergueu a joia na minha direção e contou que sua família é de cristãos novos. “Em geral, os 13 anos são importantes para os meninos, e os 12 seriam para as meninas. Mas eu tinha 13 quando meu pai me levou para fazer o relicário.” No dia em que defendeu sua tese em Comunicação Social, ela portou o adorno, pois queria ter a mãe por perto. Foi uma das poucas vezes, aliás, em que Marta ousou exibi-lo fora de casa. “Eu acho que joia é coisa para se mostrar, para usar mesmo. Mas esse relicário é muito especial, porque tem minha mãe e foi o meu pai que me deu. O pai morreu nos anos 1990. Então, eu não saio com a joia. Ela vale pelo valor sentimental, pelo valor emocional”, explicou-me.



Figura 2: O relicário da mãe de Marta. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2017.

Marta me apresentou, em seguida, um relógio de bolso. “Era do meu avô, passou para meu pai e ele me deu.” Perguntei se poderia abrir a parte de trás, onde se guardavam retratos. “Abre?”, surpreendeu-se. De quem eram as iniciais gravadas nas costas do relógio? “Iniciais? Devem ser do meu avô. Deixa-me ver”. Aproximou-se: “São as do nome do meu pai! Só tu pra ver isso! [risos]”. Apesar de ser associado a gênero na narrativa, o relógio ficou aos cuidados da única filha mulher: “Meus irmãos guardaram abotoaduras e a pistola de prata”.

O avô de Marta, primeiro dono do relógio, nascera na Espanha, entrando no início do século XX no Rio Grande do Sul via Uruguai. Casou-se com uma fazendeira “riquíssima” e passada em idade para a época. Tiveram seis filhos, cinco mulheres e um homem, este o pai de Marta. “Dizem que a vida dos meus avós foi difícil. Ele era capataz e casou com essa mulher que o colocou para trabalhar para ela. Deve ter sido um inferno a vida dele.” Apresentados relógio, relicário e mais integrantes, ela buscou no porta-joias uma peça com “história interessante” sobre a qual só se tem certeza sobre o desfecho que não se encerrou:

Minha mãe tinha dois filhos e achou que não teria uma filha. Então ela deu de presente para uma sobrinha, minha prima. Eu não sei de onde vem, mas o acho muito bonito. Talvez ela tenha ganhado do meu pai. Eu não sei. Na verdade, acho que era um anel que ela já tinha da juventude. Bom, eu nem conhecia a existência dele, ela não me falou. Antes de eu nascer, a mãe deu o anel para a sobrinha dela quando esta fez 15 anos. Eu nasci, minha mãe morreu quando eu tinha 7 anos. Quando eu fiz 21 anos, a minha prima me devolv... ela me deu o anel. Eu fiquei muito emocionada. Como eu falei, eu nem sabia que ele existia.

Três joias de família, três narrativas, três rotas de consideração múltiplas. Do relicário tornado “de família” já na encomenda feita pelo pai viúvo, passando pelo relógio de origem incerta e grifado com as iniciais do segundo dono, e chegando ao anel “devolvido” à linhagem da primeira dona por uma sobrinha, a quem o bem fora confiado na ausência da herdeira que nasceria anos depois, verifiquei muitas formas de ingressar, transitar e se acoplar, inclusive se movimentando numa mesma geração (entre primas).

As entradas de joias de família no grupo nem sempre foram expressas com precisão. Até quando se sabe qual antepassado efetuou a compra do adorno, faltam elementos, sobram lacunas. Às vezes, se desconhece o motivo; em outras situações, especula-se. Essas narrativas não foram repassadas por escrito, como fizera minha vó Nina ao redigir suas vontades, indicando caminhos anteriores; e Helena Galvão Bueno, afilhada de Tarsila do Amaral, que colocou pedaços de papel com breves legendas para situar as gerações futuras (cf. capítulo 8).

A advogada Alessandra, outra amiga que me acessou em rede social, ofereceu à pesquisa um anel de família repassado a ela pela mãe. Todavia, a receptora do bem não

conhecia a história “por trás” quando me procurou. Prometeu recolher o relato com a genitora e retornar. Em semanas, escreveu-me e me enviou uma fotografia:

Ela [sua mãe] ganhou o anel do meu avô, de formatura no curso Normal da Escola Rural de Santa Cruz do Sul, em 8 de dezembro de 1962. Coincidentemente, era o 18º aniversário dela. Tinha uma insígnia do curso no anel, que ela tirou, e um pingente combinando. Eu usei o anel no meu casamento para ter algo old [velho], borrowed [emprestado], blue [azul]. Estava comigo havia tempo, mas raramente o usava. Mandeí limpá-lo e ficou bonitão. A pedra é safira. Não sei se dá para ver na foto. Era moda esse modelo. Minha mãe tinha me dado uns anos antes. Ela usava muito. Tenho joias que, objetivamente, são mais bonitas ou mais caras. Mas não tenho apego por elas, porque não são de família.



Figura 3: Alessandra e a mãe com o anel de família. Crédito: Acervo pessoal.

Alessandra confirma recorrências no ingresso de adornos nas famílias – de pai/homem para filha/mulher – e repasses – de mãe/mulher para filha/mulher. Atrelado a dois eventos simultâneos que marcam novos ciclos da vida (formatura e maioridade), o anel foi doado à minha amiga com uma geração. O ingresso no grupo foi recuperado quando Alessandra se interessou em me contar a história da sua joia e complementou a narrativa junto à mãe.

A advogada celebra o pertencimento do anel ao incluí-lo no figurino do casamento, adicionando novo capítulo. Mesmo que tenha acolhido a joia como “dada”, conforme o relato, ela considera a coisa “emprestada”, para dar conta da simpatia britânica contra mau-olhado – “algo *old* [velho], *borrowed* [emprestado], *blue* [azul]”. Cabe à minha amiga, enquanto tutora da joia tornada de família, cuidar do bem, contá-lo e exibi-lo publicamente, além de prestar contas àquela que lhe repassou a responsabilidade.

Em sua polissemia, alianças manifestam compromissos. São elos precedentes que se ajustam ao serem repassados e negociam existências mutáveis. Adquirem ao mesmo tempo em que engendram novas interpretações e relevâncias. Podem ser desmanchados, transformados ou se tornarem enfeites de outra natureza. E podem continuar vivendo como joia de família sob a forma de narrativas orais, escritas ou imagéticas e das relações sociais que produziram. Foi o que notei com frequência junto a mulheres de ascendência judaica em Porto Alegre e que solicitaram a ourives “de família” adornos de *design* “mais atual” ou “moderno” a partir de ouro e gemas de joias por elas herdadas, sobretudo, de avós, bisavós e madrinhas. Novas formas e usos não retiram da coisa repassada entre gerações o estatuto de joia de família se ela segue acoplada a feitos e ancestrais, sendo estes rememorados e remodelados por algum suporte narrativo. Ou seja, as ramificações do adorno pedem ancestralidade para pulsar e, às vezes, serem vistas como maior que se imagina ser a família.

Adornos em tribunais

Para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Brasil, joias de família não são quaisquer joias e estão para além do valor venal. Foi o que mostrou acórdão julgado em 2017 afirmando a responsabilidade de uma empresa de segurança de um condomínio quanto à indenização de R\$ 50 mil a uma moradora por danos materiais e morais. O incidente se deu em julho de 2002, quando homens invadiram o apartamento da vítima, uma sexagenária de Florianópolis (SC). Conforme o processo, 70 joias de família e outros pertences foram roubados:

In casu, forçoso reconhecer o desespero, sofrimento e desalento que se abrigou na esfera íntima da autora quando viu-se alvejada em sua intimidade com o arrombamento de sua residência, com o furto de objetos tão pessoais (joias) que remontam a história de sua família. É de se recordar que algumas joias furtadas pertenceram à avó e à mãe da requerente, ou seja, são objetos que carregam em si **inestimável** valor sentimental, restando agora somente a lembrança nas fotos da família (fls 45/57). Por esse motivo, não é de se estranhar que a autora tenha necessitado de tratamento médico para superar o trauma e a sensação de perda de bens tão importantes na sua vida (fls. 75/76; 91) quando já contava com a idade de 65 (sessenta e cinco) anos. Nesse contexto, entendo estar perfeitamente demonstrado o dano anímico decorrente do episódio criminoso que, como visto, somente se consumou graças à má prestação de serviços de segurança pela ré. (Revista Eletrônica de Jurisprudência, Recurso especial nº 1.330.225 – SC, 2017, p. 16, grifo meu).³²

Mais adiante, no mesmo documento, lê-se:

Com efeito, a inexecução da avença implicou, a meu ver, o furto de

³² Disponível em <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/512469011/recurso-especial-resp-1330225-sc-2012-0128573-1/inteiro-teor-512469029> Acesso em 16 dez. 2019.

valiosíssimas joias de família, circunstância esta que rendeu ensejo à dor e o sofrimento íntimo à embargada. E isto porque não se trata, é bom que fique claro, de quaisquer joias, mas de relíquias de família, as quais eram de **incomensurável** estima para a recorrida, algumas delas inclusive porque foram presentes de sua mãe e de sua avó.

De fato, as peças de ourivesaria e de joalheria ora focalizadas não são objetos vazios de significado, mas sim artefatos cuja antiguidade remonta à própria história da família e que, por isto mesmo, remetem a embargada aos bons momentos que passou com seus entes queridos. Em assim sendo, a privação deles representou, de certo modo, guardadas as devidas proporções, é bem verdade, o desvanecimento de gratas e inesquecíveis recordações, provocando-lhe, de conseguinte, **imensa** e indelével dor íntima. (REVISTA ELETRÔNICA DE JURISPRUDÊNCIA, Recurso especial nº 1.330.225 – SC, 2017, p. 17, grifos meus).³³

Há o entendimento, pela Justiça, de valor sentimental ou afetivo desses adornos apresentado como “incomensurável” ou “inestimável”, o que o faz superior ao venal, pelo menos para fins de convencimento dos danos emocionais e morais que resultaram de roubo e falha no serviço de segurança. Ser relíquia de família imprime na joia caráter “valiosíssimo”. Ao mesmo tempo, os atributos que não podem ser medidos atuam na definição da aplicação da restituição, que é uma reparação mensurável.

Há casos de disputa em separações. Em episódio deliberado em 2017, a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (RS) julgou apelação de uma mulher inconformada por ter de entregar joias ao ex-companheiro. Conforme explicou, tradições islâmicas determinavam que o homem presenteasse a noiva no casamento, o que não aconteceu. Os adornos foram emprestados por parentes da mulher, permanecendo os bens de propriedade do ramo da noiva. Segundo ela, o ex-marido reivindicava joias que não couberam ao casal, tendo sido entregues simbolicamente para uso na cerimônia.

O relator da apelação dispensou testemunhas, já que a mulher comprovou que sua família era proprietária por meio de notas fiscais. Ademais, o desembargador considerou os bens de caráter “personalíssimo e feminino”, podendo ficar fora da partilha, conforme previsto no artigo 1.659 do *Código Civil*. Para o relator, a família do noivo é quem presenteia a noiva com joias na tradição islâmica, então, independentemente de pertencerem à família dela, joias compõem “patrimônio exclusivo dela”, é algo do mundo das mulheres.³⁴

Nem sempre, porém, a parte feminina é bem-sucedida. Nos anos 1980, o Tribunal Superior francês determinou que uma mulher devolvesse ao ex-marido um anel dado pela sogra por considerá-lo joia de família. Consta que o casal se divorciou após 30 anos por iniciativa das duas partes. “Com efeito, a futura esposa [então noiva] tinha se comprometido por carta a restituir o anel em caso de divórcio” (VINCENT, 2009, p. 154). A Justiça francesa considerou, com base em caso similar julgado nos anos 1960, que o adorno fora emprestado, e não doado. Para efeitos legais, definiu-se que joia de família é entendida como tal se tem valor de solenidade e porta elemento de ostentação, ou seja, precisa conter valor venal.

³³ Disponível em <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/512469011/recurso-especial-resp-1330225-sc-2012-0128573-1/inteiro-teor-512469029> Acesso em 16 dez. 2019.

³⁴ Disponível em <https://anagarciaoabdf.jusbrasil.com.br/artigos/533834247/por-terem-carater-personalissimo-joias-devem-ser-excluidas-da-partilha?ref=serp> Acesso em 27 ago. 2019.

2.1.2 Encadeamento e ancestralidade

O movimento mais comum em repasses de joias de família é a dona original do bem – aquela que recebeu uma joia como presente ou a comprou para si – eleger uma sucessora com base em algum critério (afetivo, geracional, consanguíneo) e atributos (nome, semelhança física, sobrenome, ofício) mais bem avaliados na família. É frequente a presumível herdeira ser “preparada” para se sentir atraída por recebimento e encargos. Subentendem-se neles cuidados e repartes, não com o adorno como veículo de memória e afetos, mas como vidas.

Para ser tutora, a donatária deve se mostrar capaz de exibir a joia de família de tempos em tempos e saber se exibir com ela – inclusive pela narrativa –, além de eleger e, não raras vezes, preparar a sucessora para acolher, preservar, cuidar e repassar o bem e as relações. Uma transmite, outra herda, tutela e, adiante, repassa. E a nova herdeira/tutora se constitui para, um dia, se tornar a responsável pelo repasse e pela narrativa, devendo desviar da venda e se esquivar do extravio se quiser se integrar à ancestralidade.

A tutora recebe a joia de família, mas sabe que não pode dispor livremente dela, pois não lhe pertence, apenas lhe foi confiada transitoriamente. Precisa se sentir atraída pelo adorno, ou melhor, por relações presentes e pretéritas, a ponto de se comprometer a cultivá-lo e repassá-lo, preferencialmente, nos limites do grupo.

Outra missão da escolhida é evitar que a joia de família saia desse arranjo por venda, perda ou roubo. No movimento alternado ou sucessivo ao longo das gerações, conforme as lógicas da dinastia em formação, essas coisas devem acumular **ancestralidade** – não no sentido de antiguidade, velhice nem de deterioração, mas de algo que é herdado de gerações precedentes –, compondo narrativas recebidas e rearranjadas que remetem à primeira proprietária do artefato, de fato ou por lembrança, pouco enfatizando ou recordando o ingresso do bem na família, salvo exceções.

Como indicado, o repasse inter ou transgeracional pode se dar por sangue, sobrenome, aliança, por afetividade, por profissão/ofício e isso se liga a gênero, grau de parentesco, ordem de nascimento e outros. Por escrito ou oralmente, alguns adornos são repassados “em vida”, outros podem não ser delegados por nenhum desses canais, mas recomendados a alguém “de confiança”, transmitidos e repartidos em acordos ou mediante protestos.

Portanto, joias de família não são da família, mas enlaçam algumas pessoas da família, e as tutoras enlaçadas na dinastia afetiva são demandadas a demonstrar capacidade de praticar a **tutelagem**, de se exibir nos cuidados, na perícia do cultivo de gerações e na habilidade de manter, expandir e adensar laços. Não basta receber e cuidar da joia, depois repassá-la. A arte

da tutela pede a exibição das obrigações, como os membros de realezas costumam fazer (cf. capítulo 4), lembrando, exaltando e reafirmando a própria sacralidade, a pertença pelo *pedigree* e as individualidades, além de – aí sim – retransmitir os adornos. Parte daí o imperativo das interdições morais, acionadas para regular a permanência e o cultivo dos afetos contidos nas e transmitidos pelas joias de família.

Valor venal tende a se juntar a valores afetivos e simbólicos para indicar caminhos preferenciais. As peças com maior cotação são comumente destinadas a herdeiras mais próximas em grau de parentesco e afinidade (filhas ou netas) ou que disponham de credenciais para adicionar mais prestígio ao renome acumulado. Pode haver, na ausência de testamento, apropriação sem consentimento e repasse definido por alguém da família. Ainda assim, o risco da venda assombra como recurso inapropriado para quem participa dessa *illusio*, no sentido usado por Bourdieu (1996), ou seja, para quem está no jogo e acredita que vale a pena. E a recusa para acolher o bem se encaminha para uma transação monetária que desacopla a família do adorno, libertando a herdeira de compromissos com coisa e seu passado, apesar do risco de sanções, como fofocas e rompimentos.

Torna-se relevante prestar atenção em como as coisas juntam dimensões simbólicas, o que produzem e como se produzem em movimento e acompanhar práticas e sentimentos dos sujeitos nas interações. A maneira como as joias chegam e partem, como são imaginadas, guardadas, exibidas, contadas, lamentadas e valoradas não ocorre por características intrínsecas, que também são atribuições, mas pelo que representam (GRAEBER, 2015) e evidenciam de relações específicas e emoções edificadas coletivamente (MAUSS, 1979).

Sublinho que a categoria valor em suas variações – de afeto, econômico, histórico, estético, emocional – é frequentemente acionada. Diversas colaboradoras se utilizam da noção e a articularam a sentimentos e ancestralidades. Há questões simbólicas mais complexas do que simplificações economicistas (GRAEBER, 2005).

É plausível que as formas físicas dos adereços atravessem gerações sem passar por intervenções, ou que tenham componentes subtraídos ou substituídos em infortúnios ou desgastes. Há joias refeitas com matéria-prima da peça original, às vezes combinadas com outros adornos e outras composições afetivas, somando mais esta característica sem que dela sejam extraídas credenciais “de família”, como associação a nome, renome, poder político e econômico e trajetória de ascensão social, entre outras possibilidades. Houve até relatos de gemas subtraídas por especialistas contratados para limpeza, histórias que alimentam temor expresso em justificativas sobre o porquê da opacidade das joias de família. “Prefiro lavar em

casa mesmo, porque a gente nunca sabe se não vão mudar alguma pedra. Isso era muito comum. As famílias descobriam anos depois”, comentou interlocutora de Cachoeira do Sul.

Receber adereço de família, portanto, tem mais implicações do que poderia supor tanto quem não integra o jogo quanto quem dele participa, mas não exercitara a reflexividade. Aliás, foram muitas as ofertas de histórias motivadas por meus relatos e apresentações em congressos ou em conversas informais e situações cotidianas. “Eu acho que tenho uma joia de família”; “Eu nunca tinha pensado antes, mas é, sim, uma responsabilidade”; “Agora, te ouvindo falar sobre isso, eu lembrei...”. Estas incumbências se mostram diferentes daquelas de quando se recebe uma herança “comum”, orientada cuja repartição segue o controle do Estado ou repassada por vias informais, mas que não tem valor venal. Também se distingue de presente ordinário, de algo dado a alguém que possa dele dispor à vontade. É ambiguidade desde o engate na família; é coisa dada sem ser alienada. Deve ser repassada e está a serviço do vínculo, da produção ou do adensamento de algum laço. À donatária não basta guardá-la, razão pela qual o uso do termo “guardiã” é menos preciso que “tutora”, ainda que muito acionado pelas colaboradoras e empregado para fluidez textual. À tutora cabe o dever de preservar a joia com ancestralidade, expressá-la, mostrá-la, prepará-la para permanecer nas dinastias, outra noção que precisa ser internalizada com a exigência moral da transmissão.

Jóias de família costumam receber mais atenção do que jóias sem esse acoplamento familiar. Não são apenas jóias, nem são de toda a família, mas têm liga nas bases. Podem ser perdidas, roubadas, desmanchadas e, no processo, correm o risco de serem desacopladas da coletividade, perdendo o complemento que lhes confere identidade, pertencimento e, ao mesmo tempo, a singularidade. A interdição da venda para fora do grupo ou na linhagem subentende abandono e desprezo por pessoas mortas e relações com os vivos.

Para que existam, adornos transmitidos dependem, portanto, de um cuidado que se assemelha ao da tutela. Demandam tutoras que as cuidem e as mantenham alinhavadas. Nem todas da família são eleitas; pelos relatos, percebi que apenas algumas serão lembradas e cogitadas e poucas estarão aptas a receber a joia de família, sendo (idealmente) nomeadas pela doadora ou pelo grupo em negociação. Não significa que a geração descendente imediata não tenha preferência na figura de uma filha, até quando lhe falta interesse por jóias ou histórias da família – o que nem sempre é renúncia ao pertencimento; pode ser ênfase na individualização. Já a autopromoção, quando existem outras plausíveis herdeiras diretas, serve de munição no acirramento de conflitos.

Na maioria dos casos, tutoras em ação ou presumíveis repudiaram alienação. Problemas financeiros nem sempre seriam razões suficientes para vender jóias de família.

Nesses casos, o penhor se mostra alternativa, pois concede crédito sem desconectar a joia da família, dando até 180 dias para a reorganização financeira ou para obtenção do dinheiro para quitação da dívida, permitindo a renovação do empréstimo. O penhor aparece como uma instância de segurança, de ajuda (cf. capítulo 5).

Diferenças simbólicas expressas em crônicas e *performances* são relevantes para distinguir joia de joia de família, e transmissão e pressão nos percursos constituem marcadores significativos, podendo nutrir desavenças. De família ou não, joias “falam”, revelam aspectos das dimensões íntimas dos sujeitos a elas ligadas que nem o dinheiro parece capaz de revelar. São coisas que negociam posições na vida de outras coisas.

Tarsilinha do Amaral, sobrinha-neta de Tarsila do Amaral, é realidade transcendental. Mesmo com cisões e desavenças familiares históricas – que ela registrou em livros e entrevistas –, essa interlocutora com quem conversei em São Paulo acredita na potência simbólica da própria linhagem, na importância de conduzir o legado da tia-avó para além da família. Exibi-la e se exibir com ela, no corpo e na fala, é tutela engajada, comprometida e escolhida pela ancestralidade, preparada e ciente da responsabilidade (cf. capítulo 8). Nascida com tanto passado, Tarsilinha cresceu imersa. A tutora jamais coloca “o anel da tia Tarsila” sem referenciar aquela cujo nome e adorno a recordam todos os dias do poder simbólico e plural da sua própria identidade e unicidade.

O movimento de joias de família permite acessar fenômenos muito íntimos, portanto. Quanto mais escondidas estiverem histórias e coisas, aliás, mais potencial têm para revelar o que se passa nas vidas. “Minha sogra não teve filhas e passou suas joias para mim, e nenhuma para outras noras. Foi por causa da minha filha, neta dela, a neta favorita. Eu sei que não foi por mim! Assim, as cunhadas do meu marido ficaram com raiva de mim, e não da sobrinha”, confidenciou Thereza³⁵, 64 anos, advogada, residente em Rio Grande, cidade no extremo sul do Rio Grande do Sul. “E a minha filha não dá bola para essas coisas. No fim, minha sogra arrumou foi problema para mim”, ria a interlocutora, a quem fui apresentada em 2017.

Já a professora Laís³⁶, 35 anos, de cidade serrana do Rio Grande do Sul, exemplificou um conflito nas relações entre as mulheres da família objetificado por joias da avó:

Minha avó era italiana. Não era rica. Mas tinha três joias que ficaram para cada uma das três filhas. Só que também tinha um par de brincos, e ela deixou essa joia para uma das netas, uma neta que ela criou. É filha do único filho homem. Eu me lembro da mágoa da minha mãe quando a vó deu os brincos para a Amanda³⁷. Porque, como falei, essa minha prima não era filha, e a vó deu os brincos para ela

³⁵ Nome fictício.

³⁶ Nome fictício.

³⁷ Nome fictício.

porque quis. Passou os brincos em vida. Então não tínhamos o que fazer. (Julho de 2017).

A avó de Laís repartiu os bens em vida para as três filhas e contemplou a neta que “criou”. A interlocutora não soube informar se os adornos já eram “de família” em retrospectiva, mas os associou a essa categoria ao narrar. A lógica da sua mãe, explicou-me, é de que ela e as duas irmãs seriam as herdeiras “naturais”, mas outra relação conduziu o item a uma neta, àquela “criada” pela avó, filha do filho homem, este “naturalmente descartado” desses repasses, exceto se tem filha mulher. Arranjos e trânsitos que desafiam os significados atribuídos às coisas repassadas e condensam um conjunto de fenômenos capazes de atestar como a transmissão de joias de família não é algo irrelevante no território de famílias de diferentes origens socioeconômicas, étnicas e religiosas.

Tutoras portam obrigação moral de prestar contas de paradeiros a herdeiras e herdeiros e a quem perguntar pelas joias. Aliás, não se trocam esses adornos à revelia, pois são ascendência e descendência³⁸. É desejável que o produto de vendas, se inevitáveis, corresponda a soluções para impasses referentes a saúde, educação, viagem ou moradia, explicitando uma moralidade.

Em geral, a venda de uma joia de família é sentida como transgressão (SINGLY, 2007; GOTMAN, 1988). A ocasião tende a ser vinculada a alguma forma de honrar um laço para que a saída se justifique. “Vendi as [joias] da vovó e as da mamãe para reformar este apartamento. Não tinha de onde tirar dinheiro e precisava arrumar este lugar”, comentou Mara³⁹, octogenária, divorciada, quatro filhos, três netos e residente em Porto Alegre. Bisneta de “heróis da Guerra do Paraguai”, ela se lamentava pela necessidade de vender as últimas heranças com valor venal que restaram para além do imóvel onde mora e da casa cujo aluguel lhe sustenta. “Joias belíssimas... Depois, são coisas da família da gente, né? Eu me pergunto, às vezes, se tinha mesmo que vender. Mas agora já foi. Eu nem gosto de pensar.”

Pelo menos as joias da família de Mara continham diamantes “de qualidade”. Quem atestou foi um grupo “da Europa”, “gente de joalheria”, “pessoal entendido” que desembarcou em Porto Alegre avaliando e comprando. Mara não sabe precisar de onde vieram os estrangeiros que levaram a parte bem avaliada de sua família. Lembra-se de que o encontro ocorreu “com hora marcada” em suíte de hotel. “Num bairro nobre”, ressaltou. Os compradores deixaram para trás, além de crônicas dinásticas, metais e outras pedras. Ourives

³⁸ Gotman (1988) percebeu, em sua pesquisa na França, que herança em geral não é gasta com “qualquer coisa” – pelo menos não é expressa dessa forma.

³⁹ Nome fictício.

locais arremataram o restante. “Sobraram armários cheios, fotografias. Tenho medalhas, roupas, santos, leques, 113 lenços de mulher – tem até da minha avó! –, mantilhas, rendas belíssimas... Século XIX! Fran-ce-sas! [pausa] Mas ninguém compra isso.”

Tutoras evitam dispensar joias de família por dilemas estéticos – talvez as modifiquem sublinhando o “próprio gosto” construído socialmente e recriando ligação com as famílias⁴⁰. É importante notar, ainda, que joias partem de diversas maneiras. Por roubo ou dificuldades financeiras. Pode acontecer de alguém integrada ao grupo se desacoplar (caso de divórcio) e conduzir o adorno para fora. Sem falar nas coisas que passam parte da vida entrando e saindo do penhor, até, um dia, serem levadas de fato, quando a tutora não consegue resgatá-la.

Em relatos sobre ascensão social nos últimos 30 ou 20 anos (por estudo, ingresso no mercado de trabalho, matrimônio), ouvi exposições envolvendo mulheres que dispendem parte da remuneração em adereços de ouro para uso pessoal ou “por segurança” ou “investimento”. Em geral, nunca receberam esse tipo de dádiva – às vezes, não houve sequer troca de alianças. Anéis marcando compromisso são exceções e se repartem entre filhas ou netas, sendo derretidos, às vezes fundidos e transformados em joias “novas” em *design*, mantendo-se antigas em afeto e relatos. Ancestralidade, desta forma, pode ser acoplada ao enfeite forjado da matéria-prima legada, concedendo-lhe *status* “de família”.

Percebo que joias de família se amalgamam com dádiva ao firmarem vínculos, pois é laço o que se pretende transmitir – não é consumo, circulação nem extinção, mas propagação de afetos. No entanto, observam Rezende e Coelho (2010), emoções não são expressas da mesma forma, e a pessoa pode, em diferentes etapas da vida, exprimir sentimentos distintos em relação a um objeto em estágios e engates. No caso de bens de família, transmissão renova história e tempo do que foi repassado, de quem o repassou e de quem o recebeu.

Joias de família reúnem materiais, processamento, técnicas de produção, sinais de uso, credenciais simbólicas, marcas de acidentes e ausências que possibilitam inferências. Precisam de narrativas e entendimento comungado de inalienabilidade, e essas propriedades constituem componentes diferenciados ao se acoplarem à infraestrutura que ajuda a produzir relacionamentos, no sentido de laços profundos e duradouros, ao transitarem entre duas ou mais gerações. Falar sobre esses adornos é falar sobre genealogia sem fluxo obrigatório. Na ausência de sujeitos capazes da atribuição de sentido, têm chances de se reconverter em joias, mais comumente pela venda, mas também pelo afastamento do universo do culto familiar.

⁴⁰ Um joalheiro de Porto Alegre a quem mencionei esta pesquisa, durante uma festa, em setembro de 2019, comentou que recebe com frequência clientes em sua oficina atrás de serviços de atualização de joias de família. A ideia seria manter a substância e modificar o *design*: “A joia preserva a história antiga, porque metais e pedras são conservados, e inicia-se outra”.

2.1.3 Da família ao *pedigree*

Vimos que potenciais joias de família tendem a entrar nos arranjos como presentes para pontuar transformações sociais, sinalizando promessas de “novas vidas”, no caso de mulheres agraciadas, ou para exclamar ascensão social ou profissional, ocasião prevalente no caso dos homens, mas cada vez mais comum no universo feminino em função do acesso à educação superior (caso das joias de graduação). O sentido pende nessa direção até o primeiro repasse e, diante da associação a alguém que a portou anteriormente, elevam-se as chances de se tronar de família. Esse acoplamento enunciado por sobrenomes, lendas, feitos familiares e rituais é essencial para assegurar a coerência do bem ao grupo, assim como a produção da tutela.

Há consenso de que deveria acumular gerações, ou propriedade parecida com o que Price denominou *pedigree*, uma linhagem de descendência autenticada capaz de autenticar valor (2000, p. 146). Dependendo dos afetos associados à(s) antepassada(s), ou seja, conforme a “história subsequente de propriedade” (PRICE, 2000, p. 156), a cotação da joia na escala afetiva sobe ou baixa. Sem indicativos de donas anteriores e de eventos e relações, joias não parecem ser consideradas “de família”. Seriam o quê? Segundo as interlocutoras, seriam joias, adornos por vezes bonitos e caros. Da mesma forma, algum tipo de família é imprescindível para a sua composição, mesmo que família não caiba na equação hegemônica no Ocidente, com pai + mãe = filhos, e que as histórias contadas embaralhem possibilidades de parentesco.

Até adornos que não eram de ouro ou outros metais nobres ou gemas demandavam uma linhagem, um *pedigree*, algo que se somasse à acumulação de vidas e movimentos. Para haver uma família, vale lembrar, são necessárias pelo menos duas outras famílias. Famílias que se façam e se refaçam, que se expandam e se retraiam.

Aprofundo o tema da família no capítulo 3. Porém, considero urgente sublinhar que as famílias desta pesquisa convergem para contextos de elites, conceito de Lima para “situações de superioridade social” (2003). Amparada também pela análise que Pina Cabral faz da escolha de Lima, vejo essa noção como adequada diante da possibilidade de coexistência de elites diferentes no meu campo (2003b). Para esta etnografia, elites “são vistas como contextos sociais e não como pessoas, grupos ou famílias” (PINA CABRAL, 2003b, n.p). Por “superioridade social” entendo o controle de algum privilégio associado à capacidade para definir os termos desse controle. Conforme Pina Cabral (2003b), uma elite ultrapassa pessoas individuais, e o privilégio que determina a superioridade social nunca é controlado igualmente por todas as pessoas e subgrupos que compõem uma mesma elite.

Serpentear entre sujeitos com diferentes trajetórias para os quais muitas coisas que são adornos corporais de matéria-prima nobre poderiam ser joias de família (em geral, situados em camadas médias, com ascensão social pelo estudo e que reivindicam “origem popular”) e sujeitos resistentes à “vulgarização” desses adornos (via de regra, descendentes de produtores agrários, industriais, profissionais liberais e comerciantes com genealogia⁴¹ longa, mesmo quando não portam mais o capital econômico de outrora) mostrou-me cenário ainda mais amplo e instigante. Friso que esses tipos se misturavam e entravam em contradição nas exposições. Era recorrente a mesma pessoa se identificar com “origem popular” pelo lado paterno e “aristocracia falida” pelo lado materno, por exemplo, o que permitia a alternância de retóricas conforme a linhagem narrada.

Considero que joias de família podem ser pensadas como dádivas, mas não por atenderem ao ciclo de obrigações dar-receber-retribuir (MAUSS, 2003). São dádivas por estarem a serviço do laço – lembrando que o termo porta significado ambíguo entre vínculo e armadilha –, são coisas com *pedigree* e que devem ser repassadas, sem cessar, verticalmente dentro da família, a não ser que alguém da linhagem viole o preceito sem rumo pré-definido num gesto intencional ou acidental. Assegurar alguma transmissão, nesse contexto, mostra-se desejável, sobretudo se o reparte se orientar pela afetividade.

O repasse dessas coisas entre gerações não trata somente de interação entre doadora e donatária, habitual em circuitos dadivosos. A partir de exemplos do campo e disponíveis na bibliografia teórica e na literatura, considere que trânsitos e tensões produzidos por essa herança singular envolvem relações sobrepostas de tempo e remetem à produção de *pedigree* estudada por Price na análise da obra de arte primitiva.

O *pedigree* de uma obra de arte, assim como o de um cão, constitui uma linhagem autenticada que dá ao comprador em potencial uma garantia de valor de sua compra. Nesse sentido, não se difere da escritura de um edifício histórico ou de um *ex libris* amarelado num volume raro; o *pedigree* específica, de modo retrospectivo, na companhia de quem estaremos ao assumirmos sua propriedade. O *pedigree* de uma obra de arte traz uma lista, não só dos donos anteriores, mas também as exposições e publicações nas quais a obra apareceu, as vendas em que trocou de mãos e os preços que foram pagos a cada transmissão. (PRICE, 2000, p. 146).

Basta considerar que, nos cenários explorados, poucas vezes joias de família estiveram vinculadas a assinaturas de *designers* ou artesãos – quanto às joalherias, algumas foram

⁴¹ Le Goff (1990) referencia a genealogia como exemplo de inovação promovida pela difusão da escrita e a produção da memória coletiva, assim como a historiografia urbana e as crônicas reais – estas sendo práticas intensificadas no Ocidente a partir do feudalismo e da formação das cidades, nos séculos XI e XII, quando receberam incentivos para enaltecer linhagens de famílias dominantes e, como consequência, forjar um imaginário acerca da relevância dos antepassados. Compete acrescentar, como destacado pelo historiador francês e especialista em Idade Média, que civilizações da Antiguidade fabricaram vasto repertório narrativo com heróis reais e mitos.

mencionadas e são lembradas. Mesmo assim, o que parece importar, pelo menos na contemporaneidade e no meu campo, é a acumulação de prenomes, sobrenomes e conquistas em diferentes esferas, inclusive na ascensão econômica e simbólica por meio de trabalho e, em gerações seguintes, pelo capital cultural assomado.

Na formação da dinastia afetiva, é importante saber qual bem passou por quem e com quem se está alinhavado. Há mais exclusões do que inclusões. Elabora-se, ainda que do ponto de vista fabuloso, uma sucessão de tutoras comprometidas com passado e futuro, capazes de levar adiante as famílias. Não que sejam reverenciadas por todos; isso menos importa. Conta que se reconheçam e saibam se reverenciar, que cuidem da continuidade das vidas, ainda que essas vidas se transformem nos repasses.

À medida que o *pedigree* substitui a origem, a joalheria, o *designer* ou mesmo quem introduziu a peça na família, a noção de autenticidade se transforma. Fotografias, registros escritos, oralidade e até trabalhos acadêmicos confirmam a autenticidade dessa linhagem conformada pelo movimento da coisa acoplada ao grupo. Se a joia de família for roubada, extraviada ou retirada da linha de afetos, é provável que não seja mais possível acessar o *pedigree*, o que dissipa a personalidade acumulada nessas coisas, desacoplando-as das famílias.

2.2 COISAS DE MULHER, COISAS DE HOMENS

A transmissão geracional permite observar mudanças e permanências no viés de gênero que tende a orientar o movimento de objetos em circunstâncias e contextos distintos. Da França do século XIX à burguesia brasileira contemporânea, passando por populações tradicionais, como as indígenas etnografadas por Lévi-Strauss, há adereços corporais que produzem linhagens femininas, afetivas e políticas. Isso não é tão difícil de se perceber num mundo massificado em que joia de família consta como possibilidade visível e simbólica de singularização. O repasse cognático, aliás, parece estratégico para manter essas coisas preciosas e sagradas no cenário familiar.

Ademais, a reiterada inscrição de joias de família, ou de joias em sentido amplo, ao mundo das mulheres não é uma novidade. Já foi explorada por Perrot (1989), que estudou práticas da memória feminina na França do século XIX e tratou das composições de espaços sexuados nos processos de formação de centros urbanos. Ela demonstrou que um local de guarda autorizado a mulheres era o mundo mudo das coisas, como mechas de cabelo, fotografias e joias de família. “A memória feminina, assim como a escrita feminina, é uma memória familiar, semioficial”, observou a autora (1989, p. 14).

Dicotomias como público/privado, homem/mulher, razão/emoção e outras resultam de contextos socioculturais e históricos, não tendo relação com propriedades biológicas, acrescentou Perrot. Não por acaso é escassa a documentação produzida por e sobre mulheres em arquivos públicos no panorama francês do século XIX, sendo território da escritura feminina diários, cartas e atas familiares, e parte dessa memória gravada foi destruída.

Jóias ainda pendem à associação com o universo feminino no Brasil contemporâneo, confirmou Piscitelli em pesquisa sobre gênero e parentesco em sucessão empresarial (2006). Mesmo sem estar especificamente interessada em materialidades nem no repasse geracional de adereços corporais, mas em relações de gênero e parentesco na transmissão do comando dos negócios de pais para filhas, Piscitelli constatou que “esses objetos de valor [jóias de família] aludem ao lugar precioso que as mulheres têm na família e – como marcas de gênero que hierarquizam as distinções entre atividades empresariais – à localização secundária a elas outorgada nas empresas” (PISCITELLI, 2006, p. 274). Com perspicácia, a autora empregou jóias de família no título da tese, referindo-se também a herdeiras executivas e às respectivas empresas, preciosidades de grupos familiares⁴².

Em *Tristes Trópicos*, Lévi-Strauss orna com metáfora providencial uma citação sobre artefatos bororo⁴³: “As mulheres possuem verdadeiras caixas de jóias, que transmitem de mãe para filha: são paramentos de dentes de macaco ou de presas de onça incrustados em madeira e presos por finas ligaduras” (1996, p. 212). De *Claude Lévi-Strauss: o poeta no laboratório*, biografia escrita por Wilcken (2011), extrai outro trecho referente à expedição no Brasil. Ao comentar transações para arremate de adereços em aldeias, Wilcken escreveu: “Quando Lévi-Strauss começou a negociar um ornamento para os cabelos – o único objeto transmitido de mãe para filha entre os bororo –, as mulheres se enfureceram” (2011, p. 78).

Como mencionei, homens lideram a aquisição desses adornos para presentear mulheres por diferentes razões, inclusive para “suprir uma falta”, como sussurrou uma de minhas interlocutoras. Esses adornos são ofertados a mulheres de suas famílias, a amantes ou àquelas que convidam para ingressar em seus grupos afetivos. As sucessoras costumam ocupar posição privilegiada na tutela das coisas se elas se tornam bens “de família”. Não ignoro casos de mulheres que compraram jóias. Um joalheiro me contou que uma cliente lhe encomendava um mesmo modelo de pendente cada vez que uma neta menstruava pela

⁴² O livro *Jóias de família: gênero, parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros*, publicado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2006, foi apresentado por Piscitelli como tese no programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1999.

⁴³ Lévi-Strauss realizou expedição etnográfica no Centro-Oeste brasileiro na década de 1930. (LÉVI-STRAUSS, 1996; WILCKEN, 2011).

primeira vez. Era sua maneira de celebrar o ingresso das jovens no ciclo reprodutivo. E há joias repassadas entre homens, confirmou o mesmo interlocutor, mostrando-me um anel de graduação do curso de Direito que consertou e limpou. O pai do cliente transmitiu a joia ao filho, fundando a “tradição familiar”. Perguntei se o novo guardião se formaria no curso do avô. “Acabou de nascer!”

Em contextos mais tradicionais de sociedades urbanas, cuja imaginação flerta sem disfarces com cortes europeias, joias se movimentam com marcações e papéis de gênero bem sinalizados por opostos: no circuito das mulheres, tendem a frisar eventos que incidem sobre ciclos reprodutivos; entre homens, a tendência é fixar mudanças socioeconômicas e profissionais. As biografias das coisas, portanto, vêm indicando redefinições do lugar da mulher nos contextos público e privado, que, na verdade, estão atravessados, e contribuem para que se percebam novos significados da vida social.

Siegel sublinhou, em etnografia sobre o mercado de diamantes, a mudança de comportamento perante o consumo de joias a partir da segunda metade do século XX (2009, p. 55). Mulheres passaram a dispender o próprio dinheiro na esteira do feminismo e do ingresso no universo do trabalho assalariado, entre outras transformações em papéis de gênero. Percebidas por empresas do ramo da joalheria, mudanças sociais pautaram campanhas publicitárias: ao invés de aguardar por “um príncipe”, por que não se presentear com diamante, prova de independência financeira e emocional? O *marketing* surtiu efeito no cenário estadunidense e se infiltrou em vários países, estilos de vida e estratos sociais, apoiado pela indústria da cultura, com folhetins, filmes, romances literários e comerciais sensibilizando camadas médias em ascensão e outros estratos, contribuindo com a formação de um imaginário que, em meio a mudanças, reforçava um tipo de feminino ligado a joias.

Porém, joias também ornaram homens⁴⁴ há séculos, independentemente de receberem a partícula “de família”. Em museus, já indiquei, há retratos de reis, príncipes, imperadores, marajás e militares, sem falar em objetos de ouro, prata e gemas expostos e contados em narrativas sobre repasse de pais para filhos⁴⁵. Herdeiros de casas abastadas europeias

⁴⁴ A historiografia demonstra que a associação entre diamantes e homens imperou na realeza ocidental do século XIII até a primeira metade do século XV. Por algumas décadas, essa e outras gemas foram vetadas às mulheres por determinação do rei Luís IX (1214-1270), da França (SIEGEL, 2009, p. 56). É que, no século XV, diamante simbolizava masculinidade. A primeira mulher a desafiar a interdição do uso dessa gema teria sido Agnes Sorel (1422-1450), amante do rei Charles VII (LEGRAND, 1985, p. 255 *apud* SIEGEL, 2009, p. 56).

⁴⁵ Encontrei narrativas do gênero no Royal Ontario Museum (ROM), em Toronto, em 2017, já com a pesquisa em andamento. Em ocasiões que antecederam meu ingresso no programa de pós-graduação, esses adereços já chamavam a minha atenção expostos em instituições museológicas múltiplas. Lembro de ter me deparado com composições semelhantes em muitos museus da Europa, como o Victoria & Albert Museum e o British Museum, em Londres, na Inglaterra.

ostentaram colares e anéis com pedras específicas e brasões⁴⁶. Há medalhas, comendas e fivelas. E o que dizer de contextos nos quais se guardam joias de formatura, alianças, abotoaduras, prendedores de gravatas, pulseiras? Se quisermos considerar joias de família regionais, no Rio Grande do Sul há florões de ouro e prata ornando guaiacas; bombas de chimarrão de prata, ouro e rubis; armas e arreios de prata. Todas essas coisas podem ser cedidas entre gerações, cultuadas e expostas como se fossem ou porque são, para muitos ou alguns, joias de família.

Ainda que eu não pretenda alongar a discussão sobre gênero, não posso deixar de mencionar crônicas que confirmam a presença de traços androcêntricos no universo de joias de família, apesar de muitas reconfigurações de papéis. Mulheres atualizam práticas de aquisição e repasses com maior intensidade desde as décadas de 1970 e 1980, já indiquei. E há um circuito homossexual reivindicando reconhecimento nas dinastias familiares, demandando joias ancestrais, interferindo em regras e sensibilidades e alterando narrativas. Mesmo que lógicas dicotômicas prevaleçam, há atualizações. O que parece permanecer, todavia, é o protagonismo do afeto nas falas e na *performance* de repasse, sutilezas que invadem joias “masculinas”, venham de ou sigam por rotas marcadas ou não por sangue, sobrenome ou ventre. Impregnadas por sentimentos nas narrativas, essas coisas parecem ser englobadas pelo mundo das emoções, dos cuidados e do compromisso afetivo, onde têm mais chances de se propagar e sobreviver.

O advogado mineiro Anderson⁴⁷, residente em Florianópolis e casado com um engenheiro de Goiás, foi quem me provocou a pensar sobre joias de avós desejadas por netos homens. Eu já vinha notando recorrência de netas acolhendo e reformando joalheria de pais e avôs, mas, até conversar com Anderson, não havia me encontrado com bens femininos seguindo na outra direção – quando muito, pulando uma geração.

Essa conversa, na verdade, iniciou-se por curiosidade dos anfitriões, que me alugaram um quarto em seu apartamento durante um congresso na capital catarinense, em 2019. Curiosos com minha condição de antropóloga, perguntaram pelo tema da minha tese. Quando Anderson ouviu “joias de família”, queixou-se que a mãe o excluiu da partilha da avó porque, pela lógica do grupo, a dinastia afetiva era feita apenas com mulheres:

Porque não terei filhos não significa que não queira guardar joias da minha vó. Eu gosto de olhar para elas. Tenho uma corrente que ela [a avó] me deu, e eu a uso de vez em quando. Fui o neto mais próximo dela. Minha mãe diz que joias de família

⁴⁶ Essa narrativa é explorada nas galerias do Palazzo Pitti, de Florença, na Itália, sobretudo no espaço dedicado aos tesouros da família Medici. Ainda assim, destacam-se as joias femininas.

⁴⁷ Nome fictício.

são das mulheres, então a minha irmã tem preferência. E não é por falta de joia, porque minha avó tinha muita coisa, e ela [a mãe] vive comprando naquele “Medalhão Persa”⁴⁸ ... Dá pra acreditar? Meu irmão não se importa com isso. Ela [a mãe] falou: “E você não tem pra quem repassar”. E daí? Só porque sou gay?

Para meu interlocutor, a “proximidade” justificaria sua inclusão nesse trilho. Sublinho sua insistência no elemento de afeto para reivindicar lugar na linhagem de adornos que o avô deu à avó. Todavia, para a mãe de Anderson, o caminho “natural” levava as coisas à filha. O interlocutor entende a lógica como incrustrada na família, afinal, quando se deu o primeiro reparte, o tio foi ignorado. “Acho que ele nunca reclamou por não receber as joias da mãe. Talvez tenha ganhado algo do pai dele, que era ferreiro. Sei que o vô tinha o *hobby* de fazer joias de ouro.”

Os pais de Anderson já demonstram interesse em repassar aos dois filhos homens uma casa de campo, metade para cada um. “Fica longe, no meio do nada. Ninguém vai até lá. Entre a casa e uma pulseira de ouro grossona que o vô fez pra vó, eu prefiro a pulseira. E a casa vai ser repartida de qualquer jeito e, depois, vendida”, disse o advogado, ciente de que joias de família não precisam ser incluídas em partilhas orientadas pela lei, diferentemente de imóveis, os bens fungíveis. E a esse tema retornarei muitas vezes durante a pesquisa.

É instigante notar, também, como a temática das joias de família desperta vontade de falar sobre ornatos e como a presença, em imagens ou relatos, é importante para organizar narrativas. São testemunhos de caminhos imaginados e encadeados em movimentos inacabados, mas também são formas de valorizar a própria distintividade sem parecer que se está fazendo isso. A seguir, exponho uma das experiências de campo que ilustra embaralhamento de joias, gênero, mandatos, coisas, pessoas, vivos e mortos, o sagrado e o profano, dinastia e afetos, além de mesclar entendimentos de valores e tensões coexistentes.

2.3 ORIGEM DA FAMÍLIA EM DISPUTA: A CONTENDA POR GEMA

Joia de família é objeto que carrega a energia da família da gente. Um anel ou uma correntinha, não importa, é uma coisa que representa um familiar e que se pode dar aos filhos, aos netos. Conta uma história. Não é pelo valor monetário. Não são joias tipo as da Coroa, mas são de joias de muito afeto, de muito valor, de muita importância. As minhas joias de família, eu as guardo separadas de outros acessórios. Não são muitas joias. Coloco em caixinhas pequenas dentro de outra caixa, porque têm valor maior. Eu não choraria pelo dinheiro, caso perdesse ou fosse roubada. Seria pelo valor do afeto.

⁴⁸ *Medalhão Persa* é um programa de venda e leilões de joias, tapetes, perfumes e enfeites exibido, na época da minha conversa com Anderson, pelo canal TV Aparecida, das 23h30min à 1h.

Essa definição para joia de família foi elaborada pela geóloga Rosa⁴⁹, respondendo à minha provocação: “O que é uma joia de família para você?”. Rosa tinha narrativas sobre esses bens e me procurou ao saber do meu interesse de pesquisa por transmissão de joias de família, graças a uma postagem que lancei em 2017, no Facebook. “Não são joias jooooooooias. Não são como as da rainha da Inglaterra, nem como as da Elizabeth Taylor⁵⁰, mas têm histórias interessantes.”

Semanas depois, nossa conversa iniciada por um artefato tornado de família ao unir ouro de alianças fundantes permitiu compor a sua versão sobre transformações, permanências, afinidades e conflitos em quatro gerações. Evidenciaram-se detalhes de relações entre membros de uma família que lidam com constrangimentos, inclusão e exclusão de parentes, sentimentos ambíguos, solidariedades e afetos. Acompanhando deslocamentos e as disputas por esses objetos preciosos – uns mais do que outros, conforme poderes imaginários e simbólicos (GODELIER, 2001) –, verificam-se rumos de expansão ou retração das dinastias nas linhagens, que nem sempre se manifestam por caminhos lineares ou conforme as conexões óbvias e mecânicas.

Chegamos praticamente juntas ao bar de um dos *campi* da UFRGS. A então doutoranda de 32 anos⁵¹ tirou o celular da bolsa e, enquanto eu buscava o gravador na mochila, ela selecionava fotos da avó materna, Gema⁵². A anciã falecera em 2006, em decorrência de complicações após ser atropelada num município de colonização italiana do Rio Grande do Sul chamado Garibaldi. “Se deres um *zoom* aqui na mão dela, tem uma aliança”. Não era a original do casamento, advertiu-me. Tratava-se da fusão das alianças de Gema e do marido com “um ou dois dentes de ouro que ela tinha”. “Acho que, quando ele morreu, ela recebeu um dinheiro e arrumou os dentes. Então, esses dentes de ouro também foram para a aliança.”⁵³. Como o avô morrera antes de seu nascimento, Rosa conheceu a avó ornada com uma síntese fundante da família e tornada de família depois da morte do patriarca.

⁴⁹ Emprego nomes fictícios e omito dados para dificultar a identificação das entrevistadas.

⁵⁰ Atriz anglo-americana falecida aos 79 anos, em março de 2011, Elizabeth Taylor conquistou notoriedade por sua carreira cinematográfica, sua beleza, seus oito casamentos, sua dedicação à filantropia e seu encantamento por joias. A coleção de adornos de pérolas, esmeraldas, rubis, diamantes e outros, composta de presentes de maridos e amantes, tornou-se uma das suas marcas. Ela escreveu o livro *Elizabeth Taylor: my love affair with jewelry*, publicado em 2002. Em dezembro de 2011, seu acervo foi leiloadado na Christie’s, em Nova York, arrecadando 116 milhões de dólares. Disponível em <https://veja.abril.com.br/entretenimento/colecao-de-joias-de-liz-taylor-e-leiloadada-por-us-116-mi/> Acesso em 4 jan 2018.

⁵¹ Em março de 2017, quando a entrevista foi gravada.

⁵² Mantive o nome pela coincidência de Gema significar, na mineralogia, pedra preciosa ou semipreciosa.

⁵³ Após uma apresentação de um recorte desta pesquisa em um seminário na UFRGS, ocasião em que recorri ao caso de Rosa para ilustrar a exposição, uma moça da audiência me procurou para contar que herdara os dentes de ouro da avó e que pretendia derretê-los e, a partir do ouro, fazer uma joia. “A minha vó também arrumou os dentes e me deu os antigos. Eu os guardo num vidrinho.”

O visor do meu gravador não tinha registrado nem um minuto de conversa e já desciam lágrimas pelas bochechas da entrevistada. Busquei uma garrafa d'água no balcão. Quando retornei, ela ainda secava os olhos. Desculpou-se, tomou um gole e prosseguiu:

Quando ela [a avó] faleceu, tipo [solução], eu queria a aliança pra mim [solução], porque eu era a neta mais chegada. Só que aí a minha tia Joana⁵⁴, que morava com ela ficou com a aliança. Ela usa sempre no dedo, porque ela também era muito apegada com a minha vó, e ela nunca mais tirou a aliança da vó do dedo. [...] Ela tem uma filha, mas a Carol⁵⁵ não é muito... É uma longa história.

O pai de Carol não registrou a filha na época, tampouco se casou com a mãe da criança. Gema e o marido, com baixa escolaridade, poucos recursos e muita fé, impuseram a necessidade de entregar a neta nascida fora de casamento aos cuidados da madrinha. Incerta quanto ao afeto da prima pela avó e por outros “parentes de sangue”, Rosa reivindica a tutela da única joia deixada por Gema e da qual a tia teria se apropriado, segundo ela, sem consultar e sem receber o aval de demais irmãos. Minha interlocutora pediu à Joana para cuidar da aliança, e o pedido lhe foi negado.

[...] minha tia é a mais velha, morava com a vó e sempre foi solteira. [...] A família da minha mãe sempre foi muito pobre. Acho que até o início dos anos 1980 não tinha nem banheiro na casa dos meus avós. Esse é um símbolo da minha vó [voz embargada], não é grande, mas é a minha vó [chora].

O imbróglío, arrastado por uma década quando do nosso encontro, indica mais do que a vontade de Rosa de ter direitos sobre a joia. Saliento pelo menos cinco pontos. O primeiro é o fato de que disputa e contestação da tutela tendem a conferir ainda mais valor – ou valores – à coisa. Em segundo lugar, manifesta-se rivalidade por posições na política no grupo. “Eu queria estar com ele [o anel] aqui [põe a mão no peito], pendurado numa corrente.” A fala indica, ainda, relações entre herdeiros e bens a herdar antes da partilha – ou seja, o desejo por e a expectativa de recebimento de uma joia de família podem se antecipar à morte. Então destaco a inconformidade marcada pela questão da tia ter se apropriado do bem sem anuência dos irmãos e sem o repasse efetuado por Gema, inconsciente no momento da retirada da aliança de sua mão por enfermeiros e entregue à acompanhante Joana. Por fim, o choro reiterado durante a conversa.

Ainda discorrendo sobre a aliança fundida, Rosa extravasava as diferenças da tia com o restante das familiares. “Sempre foi assim, desde que eu era pequena. Era ciúme da minha tia. Eu morei com elas [Gema e Joana] dos seis aos nove anos. Meu pai morreu e fiquei lá até

⁵⁴ Nome fictício.

⁵⁵ Nome fictício.

minha mãe se estabilizar.” E o que acontecerá se Joana indicar Carol herdeira da aliança? Rosa não cogitava desistir:

Eu vou lá conversar. Digo que esse anel não representa nada para ela. [...] Sempre que eu falo na vó, eu choro. Ela ajudou a minha mãe a me criar, ela era minha mãe também. [...] Como todo mundo tinha uma relação difícil com a minha tia, a gente foi se afastando. A partir dos 17 anos, também fui me distanciando da vó. Então fica um sentimento de culpa. [...] Em outras circunstâncias, acho que a minha vó teria deixado o anel para mim.

Mais lágrimas objetivavam a devoção da neta pela avó, e o senso de conexão transcendental com dona Gema me impressionava. A culpa pelo distanciamento nos últimos anos se creditava à difícil convivência “de todos!” com Joana. Rosa encerrou o relato entregando-me um segredo: antes de sofrer o acidente, Gema teria lhe confiado o esconderijo de um dinheiro, confidência revelada aos demais familiares após a morte da avó. De acordo com minha interlocutora, a importância foi distribuída entre os netos, detalhe que não foi mais explorado, ainda que tenha sido enunciado. “Se eu quisesse, podia ter ficado com o dinheiro. Só eu sabia. Claro que eu não faria isso. Era um dinheiro que ela tinha me mostrado e que guardava num armário. Mas é diferente do anel. Aquele anel representa a minha avó.”

Para compreender os fundamentos de Rosa quanto a trânsitos de joias de família e a importância que confere a alguns adornos e como essas coisas continuam vivendo, trago um trecho no qual ela conta como recebeu um pingente de ouro de Maria, irmã do seu pai, Pedro. O relato se iniciou pelo afastamento dos primos de sua tia para não conviverem com o padrasto. Segundo a geóloga, suspeitas pairavam sobre o interesse do companheiro de Maria, àquela altura viúva do pai de seus filhos. Para compor a crônica e situar-me no ramo paterno, Rosa introduziu a história pelo seu próprio pai, até então pouco falado:

Eu tinha seis anos quando o meu pai morreu. Morávamos na Serra. Meus pais não eram casados, ele tinha outra mulher. Ia se separar, mas faleceu. E eu passava os fins de semana na irmã dele, tia Maria. Ela tem quatro filhos, e conheci os três mais novos. [...] Passaram-se anos da morte dele [Pedro, o pai de Rosa], e a tia se mudou para Santa Maria. Quando eu tinha 16 anos, ela voltou a nos procurar. O pai dos meus primos faleceu antes de eu nascer, e ela se casou com o João⁵⁶. Mas ninguém gostava dele, então os filhos se afastaram. A tia faleceu em 2007.

Com esse trecho, avançamos para entender mais do convívio conturbado de Joana e Rosa, neta de Gema nascida também fora de relação formal – o pai estaria se separando de outra mulher, mas morreu antes de concluir o processo. Diferentemente de Carol, Rosa veio ao mundo após a morte do avô e conviveu com a avó, assim como um primo, filho do outro

⁵⁶ Nome fictício.

tio, este tendo constituído família nos moldes “tradicionais” para aquela família, com casamento formalizado antes do nascimento do herdeiro.

O trecho inicial sobre as joias de Maria ainda esboça um conjunto familiar no qual interações se pautam por conflitos e acusações e explicitam proximidades e distanciamentos. A descrição não concatena movimentos dos bens da irmã do pai de Rosa, e até esta passagem, as joias não parecem instituídas de família. A partir do fragmento seguinte, minha interlocutora reforça o afeto com a tia Maria, o que a tornaria tutora presumível de um adorno da irmã de seu pai por questões afetivas, mas que lhe foi repassado pela mãe. O reencontro casual com uma prima, filha de Maria, reavivou e reanimou o parentesco:

Ela tinha muitas joias, mas sempre andava com um pingente em forma de sol. Eu lembro que ela fez uma cirurgia e faleceu. O médico ligou para a nossa casa. Eu não lembro se os filhos... Acho que só o mais velho foi ao enterro. [...] Eu fiquei com esse sol. Numa eleição, na seção eleitoral, uma moça me perguntou se eu não me lembrava dela. Era uma das filhas da tia Maria, e a gente se aproximou. Hoje sou madrinha da filha dela. De 2007 até 2015, nunca usei o pingente. Fiquei pensando: de que adiantava guardar aquele pingente da tia Maria? [...] No aniversário de 15 anos da minha afilhada, eu chamei a minha prima e disse: “A tia Maria não está aqui, mas eu tenho uma coisa dela para te dar”. E dei o pingente numa caixinha. Essa mulher chorou tanto, porque era a representação da mãe dela. Ela tem três filhos, então coloca os pingentes das crianças e o sol da tia. Eu não sabia se me sentia feliz ou culpada por fazê-la chorar na festa. Eu poderia ter dado [a joia] em outro momento. Mas era para representar a tia mesmo.

Apesar de não portar a aliança da vó Gema e de ter repassado o pingente da tia Maria à prima, Rosa manteve joias. “Essa é a tia Gorda, irmã do meu avô materno. Foi servidora pública em Garibaldi. Não teve filhos. Quando o marido morreu, ela deixou a casa no centro, uma casa bem pobrinha, e foi morar num loteamento, numa casa melhor”, situou-me Rosa, mostrando foto da antepassada no celular. “Minha mãe brigava com a mãe dela e ia para a casa da tia. Acho que se lembrava da vó dela, minha bisavó, a mãe da tia Gorda e do vô. Eu me chamo Rosa por causa da minha bisavó. Promessa da minha mãe.”

Tia Gorda não fazia mais jus ao apelido nas fotografias. Entretanto, disse Rosa, demandou cuidados por causa de sequelas deixadas pelo excesso de peso carregado durante anos e morreu numa casa de repouso. “Olha pra ela nesta foto que fiz. Estava sempre enfeitada, com pérolas, brincos. Tudo bijuteria. Mas ela tinha as alianças dela e do esposo. E fez igual à avó; fundiu as duas num anel só. Também tinha um anelzinho com uma pedra, acho que é citrino”, contou Rosa. “Quando a tia morreu, aliança e anel ficaram com minha mãe. Era só o que ela tinha. Como te disse, minha mãe e ela se gostavam muito.”

A mãe da minha interlocutora repassou as joias à filha, que, pouco antes de se formar em Geologia, levou o pingente da tia Maria, o anel com o suposto citrino e a aliança da tia

Gorda a um ourives. A ideia era encomendar um pingente de ouro em forma de “martelo de geólogo”, alternativa a anel de formatura. “O joalheiro disse que só a aliança seria suficiente.” E poupou o sol cujo destino foi contado acima.

O martelo de ouro e o anelzinho da tia Gorda raramente saem de casa. “Tenho medo de perdê-los ou que me roubem. Usei o pingente no casamento do meu primo e em outras ocasiões especiais. Essa tia-avó foi uma das pessoas mais importantes da minha vida. Eu olho para o martelo e me lembro de tudo isso”, disse Rosa, secando os olhos.

Os episódios das joias reivindicadas, repassadas ou tuteladas pela geóloga elucidam que, em relação a joias de família, morte não se opõe à vida, não interrompe a preocupação pela continuidade das vidas dos mortos. Ao ingressar em outros porta-joias, adornar gerações seguintes e inspirar prosas refeitas e repassadas, são bens que articulam mudanças de estatuto de antecessores e sucessores adicionados à linhagem, estes com novas responsabilidades e obrigações morais, mesmo quando o acervo não se constitui por uma série de joias robustas ou longevas. Inclusive peças tornadas de família com a morte, deixadas pela geração anterior como fundantes da dinastia afetiva, ofertam continuidade revigorada pela transformação de papéis e por eventuais rupturas. Como o prosseguimento da existência individual depende de sobreviventes, se silenciada ou apagada, individualidade se perde na coletividade (RODRIGUES, 2006).

Diante de universalidade e da certeza da morte, joia de família em trânsito, por mais singela que seja, ilude com o triunfo da vida. Propriedades físicas dos adornos até contribuem para o prolongamento das pessoas, mas não asseguram a eternidade – o *slogan* “A Diamond is Forever”, criado por N.W. Ayer, em 1948, para o cartel The Beers, é *marketing*. Vida e morte, entretanto, complementam-se na própria ambivalência. Uma não existe sem a outra, e a coexistência é risco constante para sujeitos e objetos implicados (ANDRADE NEVES, 2017).

2.4 O ADORNO QUE É PARENTE

Enquanto me inteirava da literatura acerca da morte, escrevi sobre diamantes feitos de carbono humano, agentes centrais na conservação de direitos e poderes de mortos que, eventualmente, são feitos joias de família (ROCHEDO, 2019). Como se produzem esses diamantes artificiais? Em linhas gerais, pode-se enviar parte das cinzas do falecido cremado⁵⁷

⁵⁷ Também se fazem diamantes sintéticos a partir de mechas de fibra capilar. O que importa para processo químico e físico é a presença de carbono na composição.

a um laboratório, como o Algordanza⁵⁸, na Suíça, ou o LifeGem, nos Estados Unidos. Os restos mortais, então, são submetidos a altas cargas de pressão e temperaturas até se converterem em diamante sintético. “Especialistas” fornecem certificados atestando autenticidade e qualidade das pedras, além da proveniência do carbono, e os familiares recebem escrínios com as cinzas do finado transformadas em pedra lapidada.

O diamante humano, celebrado como único por condensar um indivíduo autônomo, seria uma nova chance para uma pessoa prolongar existência e individualidade. Seriam privilégios que se pretendem eternos fulgindo amalgamados numa pedra pensada como eterna e repassados àqueles que por elas se tornam responsáveis.

A relação dos sujeitos com o diamante e a percepção da gema como corpo puro e/ou valioso dependerá, evidentemente, de convenções culturais – diamantes humanos são belos e puros porque integram culturas que assim os veem. Jorge Amado chegou a evocar a gema em sua prosa fictícia como exercício metafórico para falar sobre a sacralidade da memória do morto. Em *A morte e a morte de Quincas Berro Dágua*, o romancista baiano escreveu: “Quando um homem morre, ele se reintegra em sua respeitabilidade a mais autêntica, mesmo tendo cometido loucuras em sua vida. A morte apaga, com sua mão de ausência, as manchas do passado e a memória do morto fulge como diamante” (AMADO, 1983, p. 18).

Pedras dessa natureza, uma vez inseridas na lógica da transmissão sem alienação completa, entram para o conjunto de coisas com componentes sagrados, posses inalienáveis, bens que não podem ser vendidos, apenas repassados em rituais específicos e a serviço do elo, da produção dinástica – e seguirão ritualizados para que antepassados expandam linhagens e vivam entre os que compõem o espectro da família de origem e que seguem pronunciando prenomes e sobrenomes, podendo ou não exibi-los como adornos. Para quem está fora da coletividade, a exposição destoa do luto ocidental contemporâneo, que demanda recolhimento, contenção de emoções e discrição (KOURY, 2003).

Em versão diamante, quem partiu irradia beleza, pureza e reforça noções de pertença e identidade dos que ficaram. Familiares conversam com ele, chamam-no pelo nome, carregam-no em viagens, incluem-no no cotidiano, interagem com a coisa. Como preconiza Rodrigues

⁵⁸ Algordanza significa “lembrança” ou “recordação” em romanche, uma das línguas suíças. Rinaldo Willy e Weit Brimer, fundadores do laboratório em 2004, usaram uma técnica desenvolvida na Rússia para a produção de diamantes sintéticos. Conforme a empresa de 2014, mais de 800 urnas com cinzas humanas de diferentes partes do mundo entram no laboratório por ano para de lá saírem transformadas em diamante. A Algordanza presta serviço para funerárias em mais de 20 países, porém não é a única no mundo. No Brasil, existe a Brilho Infinito, com sede em Santos, São Paulo. O curioso é que, embora o processo seja similar ao do laboratório suíço – produção de diamantes a partir de carbono humano –, o *marketing* da brasileira não é centrado na morte, mas, sim, visando encorajar pessoas a terem diamantes fabricados “em vida” a partir de fibra capilar. Ver mais em <http://www.brilhoinfinito.com.br/> Acesso em 12 jun. 2016.

(2006, p. 75), a morte cria relações, e estas não são estanques. A pessoa morta continuaria a influenciar os vivos (ANDRADE NEVES, 2017), incumbidos de evocar antepassados para a vida não cessar. Lapidadas e retornadas a famílias enlutadas, gemas de carbono extraído de humanos são veladas e reverenciadas. Purificadas, são (re)significadas como relíquias ou peças que podem enfeitar ou deleitar guardiões e guardiãs e, possivelmente, serão incluídas em partilhas futuras, quiçá se convertendo em modalidade de joias de família.

Na esteira da recorrência do termo “reliquia” como categoria nativa, frequentemente com alusão a artefatos deixados por alguns ancestrais e associação à dimensão transcendental, considero adequado recuperar a noção venerável a partir de Geary, que investigou a circulação de mercadorias sagradas na Idade Média. Conforme o historiador, relíquias de santos seriam “fragmentos de roupas ou objetos associados a eles durante suas vidas”, objetos recolhidos junto a sepulturas atribuídas e partes de seus corpos (2008, p. 223). Mesmo ciente dos riscos de simplificação por conta da transposição mecânica de fenômeno historicamente situado, aponto aproximações entre esses objetos medievais e joias de família, considerando estas como sagradas para as tutoras dentro da chave analítica oferecida por Godelier (2001), como explorarei adiante, no capítulo 4. Digo isso com base na percepção do senso de religiosidade, quando interlocutores se referem a adereços com pedaços e substâncias orgânicas de familiares, como cabelos, dentes e cotocos de cordão umbilical, estejam as fontes vivas ou mortas. É importante lembrar, ainda, que nem todas as pessoas de um grupo se tornam relíquias – assim como no caso dos santos, nas famílias, apenas alguns restos mortais têm privilégio de enfeitar a descendência e ser ancestralidade. Como observou Gaery,

A percepção do funcionamento das relíquias para a maioria das pessoas, entre os laicos e os clérigos, parece ter sido bem mais imediata: as relíquias eram os santos, que continuavam a viver entre os homens. Eram fontes imediatas de poderes sobrenaturais para o bem ou para o mal, e ter contato com elas ou possuí-las era um meio de ter participação nesses poderes. Para as comunidades suficientemente afortunadas para ter os restos de um santo em sua igreja, os benefícios em termos de rendimentos e de *status* eram enormes e a competição para adquirir relíquias e promover virtudes dos santos locais sobre os das comunidades vizinhas era acirrada. (2008, p. 225, grifo no original).

No caso dos diamantes sintéticos, chamou minha atenção a recorrência de maridos exibidos em relatos e fotografias. Encontrei, em *sites*, depoimentos de filhos que encomendaram joias de suas mães e mães que fizeram o mesmo com as cinzas de seus descendentes, além de entrevista com fundadores do laboratório Algordanza atestando a prevalência do encaminhamento de restos por viúvas e mães. O mesmo se verifica em

depoimentos no *site* da LifeGem, dos Estados Unidos⁵⁹. Essa percepção vai ao encontro do que constatei na etnografia, a saber, que joia de família, adorno ou metáfora, habita o universo reservado a “papéis femininos”, com protagonismo conferido, preferencialmente, às mulheres na elaboração e nos repasses de heranças conectadas por reminiscências, como objetos de memória, narrativas com carga emocional e fotografias (DUARTE, 2006; GOTMAN, 1988; LINS DE BARROS, 1987; SINGLY, 2007; TORNATORE, 2008), ainda que a maioria dos ancestrais lapidados seja composta por homens.

Dona Leroy, viúva do militar Jorge Gaspar da Silva, falecido em 1994, por exemplo, converteu os restos mortais do marido em uma pedra sintética em 2008. Foi o primeiro caso registrado no Brasil.⁶⁰ Em Porto Alegre, o serviço de transformação de cinzas humanas em diamantes começou a ser oferecido em 2013, pelo Crematório Metropolitano, que envia o material bruto à Suíça, onde se processa a gema. A empresa não fornece dados de clientes, mas sabe-se que é um serviço ofertado em vários pontos do país (ROCHEDO, 2019).⁶¹

Nesse sentido, de forma simbólica, mas explicitada em práticas e repasses de lendas, as mulheres se ocupam do zelo de memórias familiares e do arquivamento dos afetos. Não significa que aceitem o recebimento passivamente. Há até quem denuncie o passado “brilhante” através das joias de família, como uma interlocutora descendente de escravocratas que refez seus mortos em relatos e reconduziu a linhagem ao apontar fissuras e singularidades. Ambigualmente, ela convive na tensão do desejo simultâneo de pertencimento e descolamento dos familiares. Ou tantas colaboradoras da pesquisa que iniciavam suas histórias por patriarcas três ou mais gerações precedentes.

O fato é que adornos contendo pedaços/restos de pessoas vivas ou mortas não são novidades no Ocidente e, de tempos em tempos, novas “modas” são lançadas. Nos séculos XVIII e XIX, por exemplo, joias de afeto, luto ou saudade feitas com cabelos humanos eram comuns entre as camadas altas da Europa e das Américas, sobretudo no período vitoriano⁶². Mechas dos mortos daquela época conferiam *status*, especialmente quando trançadas ou remodeladas junto a ouro, prata e outros materiais “preciosos”. Hoje, lembra-nos Douglas

⁵⁹ Disponível em <https://www.lifegem.com/index.php> Acesso em 3 fev. 2019.

⁶⁰ Brasileiros já dispõem de diamante humano. Scientific American Brasil, s.d. Disponível em <https://sciam.com.br/brasileiros-ja-dispoem-de-diamante-humano/> Acesso em 19 nov. 2018.

⁶¹ CARNEIRO, L.; BITTENCOURT, D. Diamante feito a partir de cinzas de mortos pode custar até R\$ 121 mil. G1, 28 nov. 2013. Disponível em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/meu-negocio-meu-emprego/noticia/2013/11/diamante-feito-partir-de-cinzas-de-mortos-pode-custar-ate-r-121-mil.html> Acesso em 19 nov. 2018.

⁶² No início do século XIX, a joalheria de fibra capilar se institucionaliza no Reino Unido. O luto da rainha Victoria após a morte do príncipe Albert, em 1861, foi ornamentado com acessórios que o lembravam, e a moda se espalhou entre corte e plebeus. Cf. Santos (2014).

(s.d.), pelos fora do lugar provocam repulsa, são indesejáveis, impuros, perigosos. Objetos de museu⁶³, joias de cabelo passaram para o registro do tétrico em vários contextos ocidentais.

Assim, é possível entender cinzas em casa como deslocadas, sujas e toleradas porque os olhos não as veem. Nesse cenário, torná-las diamantes seria uma possibilidade de devolver a pureza, o valor, o brilho ao morto. Aquele que morreu voltaria a ser belo e admirável. Retornaria do pó ao convívio social. Um retorno simbólico e físico à posição em que vivia e que lembra os guardiões de seus modos de ser e estar no mundo. Diamantes ancestrais consolam. Talvez fossem marcadores cosmológicos (WEINER, 1992), agentes capazes de dar sobrevida a elementos da família e lembrar quem se é e de onde se vem. Porque a morte altera o curso das coisas, ameaça coesões e solidariedades (RODRIGUES, 2006).

Contrastando com ornatos vitorianos de mechas de cabelo – em geral, escuros, opacos, despojados de excessos –, diamantes reluzem e valem em termos pecuniários. Pelo menos é o que se acredita e se imagina. Não por acaso colegas, professores e interlocutores me perguntam “quanto custa?” diante da informação sobre diamante de carbono humano. Ainda assim, a criatividade para lidar com vestígios e rastros do passado pode, a partir de estratégias, converter joias com antepassados em novas versões, retirando delas alguns elementos físicos, mas preservando relatos e os trazendo à tona diante da oferta da escuta.



Figura 4: Pulseira de ouro e fibra capilar humana (circa 1810)⁶⁴. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2017.

⁶³ Em Salvador, na Bahia, vi exemplares desses objetos expostos em museus importantes, como o Costa Pinto e o Instituto Feminino, que visitei em fevereiro de 2016.

⁶⁴ A joia constou da mostra *Time flies: vanitas art in the MNBAQ*, exibida no Musée National des Beaux-Arts du Québec, na cidade de Québec, Canadá, entre 6 de abril e 24 setembro de 2017.

Em conversa sobre joias de cabelo, em 2019, a psicóloga Vera, 59 anos, comentou que presenteara a filha de 28 com corrente de ouro enfeitada por pendentos de turquesas. “Meus pais me deram a joia quando fiz 18 anos. Fiquei frustrada, porque eu achei que ganharia um [carro] Fiat”, disse Vera. Mas a motivação de sua fala sobre o enfeite levado no peito pela filha foi minha menção a joias de cabelo. Segundo essa interlocutora, as gemas do colar foram retiradas de um broche de ouro e cabelos que pertencera à sua bisavó. “O broche veio da Alemanha. Tinha ouro, daí vinham cabelos, e as pedrinhas ficavam penduradas...”

Das fibras capilares, Vera nem tem notícias. Sobraram o ouro, as turquesas, as crônicas rememoradas e reformuladas em prospectiva e a linhagem de quatro gerações de mulheres judias – pelo menos até a conclusão deste trabalho, pois não parece ter se encerrado. “Se eu tivesse ganhado o Fiat, provavelmente esse carro não estaria mais aqui.”

Parte dos enfeites criados com cabelo no registro de adornos de saudade foi guardada, reformulada, esquecida, revendida, negociada, doada a museus (SANTOS, 2014). Longe da era vitoriana, o asco a fios naturais fora do lugar se naturalizou, ainda que não seja universal. Manipular madeixas de entes queridos, que já testemunharam laços de afeto e saudade, tornou-se estranho em algumas cenas. Da mesma forma como joias de cabelo, diamantes humanos são produzidos socialmente, fabricados com carbono das cinzas de corpos, estes também resultantes de processos culturais. Na morte, seguem vivendo.

Considero joias de família processos inacabados, mutáveis e relacionais que transitam através de gerações e que animam e se animam por narrativas e afetos. Todavia, esforcei-me para apreender características simbólicas que distinguem joias de família de joias – preocupação nativa, inclusive – e demonstrar que essas coisas, geralmente inseridas nas famílias por homens e propagadas por afetos do universo das mulheres, precisam se acoplar às coletividades para receber a partícula “de família”. Isso ocorre com a elaboração de relatos nutridos por ancestralidade, que também precisa ser produzida.

Poucos foram os episódios de acoplamento antes de transmissão geracional, é verdade. A crônica sobre um relicário para a foto da mãe da jornalista Marta, relatada no início do capítulo, é uma das exceções no meu percurso etnográfico, ainda que reitere a relevância de elementos simbólicos para sua configuração como parte do grupo afetivo, o que pode marcar conexão já na intencionalidade da confecção ou em práticas de apropriação. O fato de acumular menos de dois ou três acoplamentos geracionais não impede, portanto, que joias se

tornem de família, tampouco que estejam livres de serem vividas como fardo e discórdia. O litígio pode, inclusive, acrescentar mais valor simbólico ao bem.

Ensinar algo do passado a presumíveis tutoras é essencial. Viver experiências de tutela de joias de família e programar repasses integra o reconhecimento da linhagem. Quem recebe uma joia de família aceita o encargo. Convertida está quem acolhe a coisa já como “de família”, conectando-a a aspectos da dimensão simbólica do coletivo por narrativa e *performance*, animando-a com vida privada e pública. Fundamental é a triangulação entre a joia, quem repassa e quem recebe o adorno e o reconhecimento da ancestralidade, instância que fixa o lustro.

Na seção a seguir, procuro desnaturalizar a partícula “de família”, entendendo-a como constructo social, relacional e cambiante, e pensar alguns efeitos que esse componente exerce em conexões e nas relações entre aqueles que vivem e se imaginam atravessados por essas coisas densas de vida e morte e repassadas entre gerações.

3 ARRANJOS E REARRANJOS FAMILIARES



Figura 5: *A família* (1925), de Tarsila do Amaral. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 9 de abril de 2019.

Seria leviano afirmar que a tela *A família*⁶⁵ não está entre as mais notórias obras de Tarsila do Amaral. Posso dizer, entretanto, que eu não a levava na minha lista de expectativas quando visitei a mostra *Tarsila Popular*, em abril de 2019, no Masp, em São Paulo. Mas, motivada pelo tema da pesquisa e pela bibliografia perpassando múltiplas noções socialmente construídas de família e parentesco, aproximei-me da tela ao avistá-la numa das galerias.

Estar alerta para quaisquer indícios que remetam a concepções de família se tornou praxe após devotar tantos meses a esta etnografia. No museu, aproveitei que a maioria dos visitantes disputava espaço para *selfies* defronte de *Abaporu*, *Antropofagia* e *Operários* e pude me dedicar ao treino onírico diante d'*A família*.

Vi ternura no olhar da mãe para o bebê junto ao peito. O homem à esquerda seria quem? Pai do pequeno e de outros? Ou avô? Tio, quem sabe? Poderia haver tias, viúvas, “solteironas”... E aquela pitando cachimbo? A menina, a boneca, o garoto, as frutas, o gato, o cachorro. Intrigou-me o menino sem rosto. Imaginei essa alegoria se desdobrando, crescendo, desfazendo-se em aquarelas menores, sobrepostas e recompostas. Como enquadrar a intimidade? Como emoldurar relações e tônicas afetivas? Como conter sujeitos cujas volições enfrentam o avanço do individualismo, a ansiedade da pertença, a tensão entre aceitação e

⁶⁵ O quadro integra o acervo do Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, de Madri, na Espanha, e foi emprestado para o Masp durante a mostra *Tarsila Popular*, de 5 de abril a 28 de julho de 2019.

rejeição? O que fazer com rostos desbotados, nomes silenciados, amores sussurrados, rumores, desejos policiados, epílogos e reinícios?

De frente para o instantâneo, era utópico inferir sobre dinâmicas internas. No máximo, poderia arriscar termos de parentesco e papéis sociais a partir de meus referenciais, estes já desconcertados e incomodados pelo olhar inquisidor das personagens. Sentindo-me observada pelas pinceladas, recapitulei minhas famílias e fiz o mesmo com outras famílias recuperadas e contadas em joias no campo.

Concluí que, talvez, aquela imagem retratada por Tarsila do Amaral estivesse mais bem definida se o artigo antes do substantivo do título da obra fosse indefinido. Uma família. E que esta estivesse situada num determinado momento e em espaço específico, pois é composição sujeita a mudanças, a partidas e a chegadas e a algumas constâncias. O movimento é constitutivo das famílias, já que elas “existem através do tempo e das gerações” (PINA CABRAL, 2003, p. 119). O mesmo se passa com as joias de família, divaguei.

Para além de cores e formosura artísticas, concentrei-me na fragilidade da moldura. De quantas possibilidades familiares Tarsila participou no seu tempo e ao mesmo tempo? Sobre qual tipo de família falamos quando falamos em joias de família? Como ilustro adiante, no capítulo etnográfico conduzido por um anel que pertenceu à artista e se encontra aos cuidados de sua sobrinha-neta homônima, família é plural, expande-se e se retrai. Pode conter sangue, alianças, conexões, emoções, cuidados, amálgamas e fissuras. Apenas instantes se deixam enquadrar. E esses instantes são narrados e refeitos com vozes e imagens em situações tão ímpares que nunca se repetem, nem quando eu os repasso ao recontá-los.

Na época em que pintou *A família*, em 1925, a Tarsila de “família tradicional”⁶⁶ desafiava leis do Estado, moral burguesa e preceitos católicos para anular o primeiro casamento e se unir ao poeta Oswald de Andrade, com quem se relacionava desde 1922. Ela tinha uma filha da união anterior; ele, um filho. E o casal e os herdeiros viajavam juntos à Europa e ao Oriente, desfrutavam fazendas dos Amaral, gozavam a opulência do café até o revés financeiro decorrente da quebra da Bolsa de Nova York em 1929 e outros dramas – pasmem! – familiares. A esses episódios retorno com detalhes no capítulo 8.

Por enquanto, o preâmbulo anuncia minha intenção de percorrer autores, conceitos e exemplos que me permitem desnaturalizar a família, partícula essencial na constituição de joia de família em sentidos plurais e nas suas singularidades. A partir desse aceno, tento compreender a produção de ancestralidade e dinastias nos movimentos de um tipo de adereço

⁶⁶ Expressão empregada por Tarsila do Amaral, sobrinha-neta homônima da pintora, para definir sua família.

corporal transmitido e retransmitido entre gerações com relatos que ajudam a perceber realidades sociais mais amplas sobre os sentidos da vida e da morte, da continuidade e da interrupção, da complexidade de conexões e rupturas afetivas sobre famílias.

3.1 UMA GRAMÁTICA INCESSANTE

Se disputas pelo conceito de família eclodem na rotina política e no cotidiano do corpo social, por que não provocariam furor na comunidade científica? Não é por acaso que esse tema ocupa posto de destaque em disciplinas que compõem as Ciências Sociais desde a virada para o século XX, quando se consolidaram Sociologia e Antropologia como áreas de estudo. As perspectivas apresentadas foram múltiplas (PEIXOTO, 2007; SEGALEN, 2002), amplas e nem sempre valorizaram práticas específicas (PEIXOTO, HEILBORN e LINS DE BARROS, 2007). Da mesma forma que não temos consenso em abordagens, tampouco as percepções sobre “a família” convergem para unanimidade conceitual e analítica (PEIXOTO e CICCHELLI, 2000; PEIXOTO, 2007).

Alguns enfoques contemporâneos enfatizam processos de individualização em relações interpessoais (PEIXOTO, 2007; SINGLY, 2007); outros se voltam com maior intensidade para laços de parentesco conectando gerações (LINS DE BARROS, 1987; SEGALEN, 2013). O fenômeno de transmissão inter e transgeracional de joias de família oferece alternativas para essas interpelações se atravessarem na medida em que se verificam construção da identidade individualizada num espaço de socialização e relações afetivas (SINGLY, 2001; 2007), ao mesmo tempo em que somos motivadas a examinar elaboração, adensamento e afrouxamento de laços em situações de constante ajuste imersas em transformações históricas, culturais e sociais que percorrem as vidas dos sujeitos implicados.

Pode-se, desta forma, entrever família para além de uma noção de instituição, pois ela transcende a expressão de obrigações e hábitos transmitidos e incorporados no decurso da socialização, conforme perspectiva privilegiada por Segalen (2002) e Lins de Barros (1987; 1989). Conciliações e práticas cotidianas não abarcam toda a parentela, como bem demonstram os trânsitos de joias de família e a produção de tutoras. Local de negociação e elaboração da diferença, família é relacional (SINGLY, 2007).

No senso comum, todavia, são recorrentes as suposições de “crise da família” oriunda da aceitação social de divórcio, de formas múltiplas de organização, como casais sem filhos e homoparentalidade, ou de tantas possibilidades promovidas por tecnologias de reprodução assistida, apenas para citar uns exemplos. Amparada pela revisão bibliográfica desse campo

extenso e dinâmico, considero significativas proposições de autores que refutam premissas de que “a família” estaria ameaçada de extinção (CARSTEN, 2004; PEIXOTO, 2007; SEGALEN, 2002; SINGLY, 2007). O que se verifica é a emergência de modelos alternativos em meio a fenômenos diversos e a necessidade de se repensar categorias de parentesco na tradição ocidental, além de reconhecer transformações em relações de gênero e sexualidade (CARSTEN, 2004; FONSECA, 2008b; PEIXOTO, HEILBORN e LINS DE BARROS, 2000). “Escutar” joias de família ao longo da pesquisa me fez perceber o entrecruzamento dessas percepções, que não se descolam das mudanças geracionais nas interações com os adornos, também em constante atualização no movimento.

É importante frisar que, nesta investigação empreendida em centros urbanos e contemporâneos e, predominantemente, em estratos médios e altos, família foi inúmeras vezes citada em função de arranjos consanguíneos e de afinidade ou considerando sobrenomes. De mais a mais, parentesco imperou nas falas dos sujeitos como espécie de sinônimo para família, passando ao largo de minúcias antropológicas acerca de diferenças entre domínios formais do conhecimento. A substância sangue é relevante, mas não basta para definir parentesco nem consideração familiar na definição dos repasses dos adornos, afinal, há mais veias e fluidos circulando do que bens transmitidos e retransmitidos.

Tanto que os conjuntos de parentes “de sangue” ou “de coração”, classificações tão comuns, expandiam-se ou se retraíam em conformidade com rumos narrativos elaborados para produzir efeitos dramáticos, com figuras adicionadas e subtraídas segundo intencionalidades e movimentos de coisas que vão ao encontro das sensibilidades, do imaginário que investe valor afetivo na transmissão mesmo quando essas coisas, na falta de testamento ou declaração, são repartidas de maneira pragmática após a morte da tutora prévia.

Modelos familiares prevalecentes se constituíam, em geral, por três gerações, privilegiando o encadeamento de avós, filhas (e irmãs e irmãos) e netas (e primas e primos). Grupo conjugal e filhos, o arranjo mais comum no Brasil (BOSI, 2010), incluía uma geração anterior acoplada à memória e a responsabilidades diversas, como eventual coabitação ou existência de vínculo intensificado por cuidados e sustento total ou parcial de netos por avós (LINS DE BARROS, 1987). Tias e tios eram mais comuns do que primas e primos. Estes raramente irrompiam em primeiras falas, mas alguns entravam em brechas de diagramas rascunhados de improviso, puxados em linhas tortas, por vezes sem nomes, somente termos com ressalvas e rasuras, suscitando explicações adicionais referentes a afetividades, embates, merecimentos, esquecimentos. Mostrava-se recorrente a confecção de explicações na alusão a pessoas precisas e mais ou menos preciosas, mesmo sem demanda minha. Houve situações

em que essas dinastias afetivas tomaram rumos inesperados, surpreenderam e transbordaram da família modelar conforme noções hegemônicas e heteronormativas.

Com laço conjugal menos enrijecido pelos costumes, participação feminina ampliada no mercado de trabalho e incremento na expectativa de vida em função de avanços científicos, variáveis acentuadas a partir dos anos 1960 e 1970 (SINGLY, 2007), é notável o fortalecimento de vínculos geracionais, com viabilidades parentais se multiplicando verticalmente. Antes, demonstram Segalen (2013) e Lins de Barros (1987), famílias tendiam à horizontalidade, apoiando-se em irmãos, irmãs, primos, tios e tias. Mais recentemente, a dilatação da longevidade impactou relações ao permitir a convivência de avós e bisavós com netas e bisnetas. À vista disso, práticas de transmissão de coisas íntimas também se alteraram e alternaram gerações. Aparentados se agrupam, conversam e se veem pelas mídias digitais; netos, filhos, pais, avós, bisavós, madrinhas, tias, afilhadas e sobrinhas têm mais chances de (sobre)viver e conviver com qualidade, ainda que estejam longe do ponto de vista geográfico. Logram-se três ou quatro gerações coexistindo e, assim, trocas, cuidados, controles e fluxos de lembranças e afetos se ativam entre pessoas que, em conjunturas passadas, podiam nem se conhecer fisicamente, construindo laços múltiplos (LINS DE BARROS, 1987; PEIXOTO, HEILBORN e LINS DE BARROS, 2000). Não ignoro, nada obstante, conflitos e cisões facilitados por essas tecnologias.

A trajetória de um anel recebido por Eduardo, 51 anos, é exemplar para se pensar alternativas à composição pai-mãe-filhos e à condução desses adereços por rota de gênero, paralelamente à tônica narrativa. O relato desse interlocutor se iniciou no acervo de um tio-bisavô “solteiro e sem filhos” no século XIX, foi passado para uma irmã dele, a bisavó; esta o repassou à filha, que entregou o adereço ao neto “tudo-único”, como Eduardo se define: “Sou filho único, sobrinho único, neto único, então herdei uma boa quantidade de joias das mulheres da família. Eu vendi algumas. Outras, guardei”.

Como abordarei no capítulo 5, sobre interdição moral para afastar trocas mercantis de joias de família, homens costumam ser menos confiáveis no que diz respeito à manutenção, zelo e repasse. Não que desconheçam “regras” e proibições e, em alguns casos, até lamentam desfechos e partidas desses bens. Todavia, não encontrei tutores relatando a venda dessas coisas com a dramaticidade recorrente entre tutoras que “tiveram” que vender joias de família ou temem “precisar” fazer isso em algum momento pela impossibilidade de mantê-las, ainda que o desejável fosse mantê-las pela impossibilidade de vendê-las (GOTMAN, 1988, p. 220).

Foi sobre o anel de grau do tio-bisavô que Eduardo se prontificou a falar em conversa mediada por uma amiga minha, prima dele. “Deve ser um anel de Comércio, ou de Técnicas

Comerciais, sei lá como esse curso se chamava.” Destacou materiais e formas: de ouro, tem pedra rosa e dois caduceus, símbolos de Contabilidade. “Vou te mandar foto”, prontificou-se, *online*, em meados de 2017.



Figura 6: O anel do tio-bisavô de Eduardo. Crédito: Acervo pessoal.

O tio-bisavô de Eduardo foi pároco em Porto Alegre e, conforme meu interlocutor, “morreu virgem”. “A família jura que era *gay* enrustido. Um século depois, o anel está comigo, e eu sou *gay*”. Conforme Eduardo, o feitio da joia jamais foi modificado:

Está no original [o anel], com um trabalho artesanal muito bonito. Ela [a avó] me deu há muitos anos, na década de 1990. Ela morreu há dois anos, aos 96 anos. Nunca chegou a usar o anel. [...] Era uma das poucas peças masculinas do acervo dela. Vendi algumas joias dela no início deste ano, porque estou construindo e precisei de dinheiro.

Eduardo reside com o marido, *designer*, em Caxias do Sul, município do Rio Grande do Sul, e eles não têm filhos. “Não trabalho, mas não sou *lúmpen*. Organizo os negócios da família e cuido da minha mãe, que tem Alzheimer.” Do ingresso da joia na família, ele ignora detalhes. Não sabe se foi presente de alguém ou se o próprio tio-bisavô o comprou. Também não expõe o futuro que planeja para a herança que lhe remete primordialmente à bisavó, ainda que lhe cause languidez pela sexualidade do tio-bisavô. “Esse anel me traz alguma tristeza por pensar que ele [o tio] não pôde viver a sua vida. Vida escondida não é vida plena. Cresci com a ideia de ele ser um frustrado que se agarrou à religião como válvula de escape.”

Em poucas linhas afetivas, Eduardo expõe elementos recorrentes nas crônicas sobre joias de família que indicam sensibilidade forjada em cultura de classe, de formação de gosto,

do capital cultural e conhecimento estético, além da gestão familiar de transmissão. Ao criar uma dinastia afetiva, o anel encadeia presenças individuais e coletivas num relato que negocia com o tutor a narrativa para o grupo. Por fim, Eduardo sublinhou que vida escondida não é vida plena, daí a exibição também do anel para que vidas nele contidas não se percam e o bem e o tutor possam vivê-las ao recontá-las e confirmar, tal qual Pina Cabral observou, que “identidade pessoal e identidade familiar se implicam mutuamente e se reproduzem conjuntamente” (2003, p. 119).

Relações familiares assumem variadas conformações em momentos históricos, estratos sociais e localizações geográficas, e essas condições podem coexistir. Entretanto, permanências aparecem em relatos sobre negociações e percursos de joias de família, especialmente em grupos longevos e que se imaginam como dotados de propriedades dinásticas, com clara inspiração em monarquias europeias, como exploro no capítulo 4. Mesmo que não pretenda discorrer acerca de mudanças na família do ponto de vista da historiografia, é imprescindível reforçar o caráter múltiplo que esse espaço relacional apresenta em contextos socioculturais.

Estudos sobre família centrados em interações conjugais e parentais ou intergeracionais podem dissipar a riqueza de arranjos conectados a processos históricos e sociais. Reside aí parte do potencial analítico de práticas de transmissão e retransmissão de adereços negociados em conexões próximas, ainda que difusas e nem sempre harmoniosas. Mesmo se movendo no âmbito privado, são experiências públicas, afinal, herdeiras e heranças se constroem em relações familiares e em processos de socialização. Obrigações morais e decisões acerca das rotas de joias de família não são experimentadas da mesma maneira por camadas sociais distintas, tampouco se descolam de transformações culturais que ultrapassam a esfera doméstica e são afetadas por mudanças socioeconômicas e por experiências individuais e coletivas. Há os que recusam os mandatos ou cultivam as coisas, e essas situações podem coexistir nas ambivalências que acompanham heranças.

Escolhas e sentimentos reivindicados pelos sujeitos como individuais aparecem contemplados em narrativas dos movimentos, assim como estratégias para driblar a finitude da existência (GOTMAN, 1988). Porém, relatos misturados a explicações sobre como e por que triagens tomam este ou aquele rumo transcorrem em meio a ações e em diálogo com vivências concatenadas à história, às memórias individual, familiar e coletiva – estas entrelaçadas e renovadas – e àquilo que se deseja expor.

3.2 DINASTIAS AFETIVAS E LINHAGENS

A compreensão dos movimentos das joias de família enquanto conectoras de gerações me exigiu percorrer múltiplas noções de família, suas complexidades e referências conceituais debatidas por autores clássicos e contemporâneos que oferecem suporte teórico a reflexões sobre esse fenômeno e seus significados. Tão logo comecei a explorar a literatura, impressionou-me a bibliografia extensa, com consensos e discordâncias e impossível de ser percorrida e citada em completude. Segalen e Singly, por caminhos distintos, apresentam sínteses de genealogias da disciplina e me ajudaram a compreender a organização de estudos de parentesco e sociologia da família na França (cf. SEGALLEN, 2001, 2002; SINGLY, 2007). Neste ponto, todavia, ao invés de reproduzir o arcabouço teórico, esforço-me para contemplar algumas vertentes que mobilizaram um diálogo com o material empírico que busquei e acolhi.

Percebi que a noção hegemônica de família ocidental composta por categorias presentes em três gerações sucessivas – avós, tias, padrinhos/pais, padrinhos, tios/filhos, netos, sobrinhos, por exemplo – figurou como constructo preferencial na elaboração de narrativas nativas para a categoria joia de família, ideia que não prescinde de atos de transmissão e retransmissão. Não significa, todavia, que eu tenha me deparado com um ou dois modelos familiares. Há casais separados ou homoafetivos, pessoas solteiras ou viúvas, com ou sem filhos e outras possibilidades na realidade social. Impasses emergem, em geral, na ausência de descendência contínua ou na falta de interesse pelas coisas, desinteresse mais lamentado por idosos em relação às gerações jovens, mas nem sempre confirmado em minha experiência de campo. É importante reter que predominou o arranjo heteronormativo, ainda que com adesões, críticas e recusas, situado entre gerações ascendentes e descendentes e conectado por sangue, aliança e sobrenomes.

Extraída da possibilidade de se mover, aparecer e carregar reminiscências repetidas e reformuladas num emaranhado de tutoras, a coisa deixa de existir enquanto parte de arranjo coletivo. Por meio dessa modalidade de herança que não costuma constar de inventários formais e não é tributada nos repasses nem é distribuída segundo legislação de sucessão igualitária entre herdeiras e herdeiros, mas confiada a algumas poucas pessoas, recusada à maioria e interdita à venda (cf. capítulo 6), exploro afinidades, sensibilidades, conexões e descontinuidades familiares, além de tonificação e relaxamento de vínculos afetivos.

É nesse sentido que proponho a noção de **dinastia afetiva** para essas linhas de indivíduos enlaçados por sentimentos e repartes de coisas imaginadas, vividas e reverenciadas como símbolos nobres ou sagrados nos grupos afetivos. A cada repasse entre tutoras eleitas e

cultivadas, alimentam-se responsabilidades com a propagação da sacralidade ancestral ao longo de uma linhagem sólida e que tende à ramificação feminina. Evidenciam-se, nos movimentos, valores que norteiam e conformam a produção de parentesco, algum tipo de diferenciação e o adensamento de laços nos limites de uma mesma família entre as gerações.

Realço que, ao me referir à ideia de linhagem, sigo a sistematização de Laburthe-Tolra e Warnier (2010), para quem cada membro estabelece o laço que o une a outro membro, sendo possível remontar ao ancestral comum histórico e nomeá-lo. Linhagem se diferencia de clã porque, neste último, é reconhecido um mesmo ancestral, mas pode ser mítico. “A linha designa os ascendentes e descendentes vivos da linhagem de ego. Seus pais e aliados constituem sua parentela”, explicam Laburthe-Tolra e Warnier (2010, p. 112).

Reparo, ainda, no viés de gênero recorrente nos trajetos das dádivas para identificar estratégias políticas e sociais de doadoras e encadeamento de donatárias na reivindicação de posições simbólicas e objetivas e na produção de valores, hierarquias e identidades culturais (WEINER, 1992) dentro e fora de grupos em contextos urbanos. A dinâmica desses adereços em trânsito desvela, inclusive, os sujeitos que são mais ou menos defensores de fronteiras familiares, além dos que acolhem, toleram e consideram a inserção de novos integrantes.

Menções a avós e bisavós foram recorrentes nas crônicas, ou porque repassaram os bens diretamente às netas e bisnetas, ou porque deixaram algum tipo de recomendação nesse sentido, ou, ainda, porque essas ancestrais são rememoradas em circunstâncias de ritualização de mudanças em ciclos de vida. Um exemplo significativo de joia condutora de dinastia afetiva na família é o “broche da bisa”, peça de prata e marcassita⁶⁷ com uma fotografia de um casal exposta. Tutelado por Frantieska Schneid, professora de moda e uma das minhas principais colaboradoras na pesquisa de campo realizada no município de Pelotas, no Rio Grande do Sul, o bem foi repassado em vida pela avó paterna, a costureira Thereza, filha da costureira Edith, a dona originária do enfeite e dupla do marido no retrato reproduzido no centro na joia. Como expôs minha interlocutora:

São meus bisavós paternos [na foto]. Ela é a mãe da minha avó, e essa fotografia é das bodas de prata deles, dos 25 anos de casados. Aí, depois que faleceram, a minha avó mandou fazer o broche, e é da família. Só a minha avó o usava. [...] Somos cinco netas, mas eu sou a única que dá bola.

Encontrei Frantieska pela primeira vez em 2014, num evento acadêmico. Ela se dedicava à análise de fotografias de casamento para sua dissertação; eu investigava a biografia de um vestido para meu mestrado; ambas pesquisavam memória. Quando cogitei ir a Pelotas

⁶⁷ Marcassita é um mineral de sulfeto de ferro e brilho metálico usado em joalheria como alternativa ao diamante, este mais caro. Foi moda no início do século XX, sobretudo nos movimentos *art déco* e *art nouveau*.

para esta investigação, decidi contatá-la em rede social. Imaginei que ela entenderia minha necessidade de acessar joias de família locais. “Posso falar sobre esse broche”, ofereceu-se, enviando-me a imagem do adorno preso ao seu buquê de casamento.

Foi na oferta de narrativas sobre o broche da “vó Dith”, joia repassada pela vó Thereza à neta Frantieska, que se iniciou minha experiência etnográfica em Pelotas. Numa mesa do Café Dádiva, naquele município, minha interlocutora detalhou a joia de família:

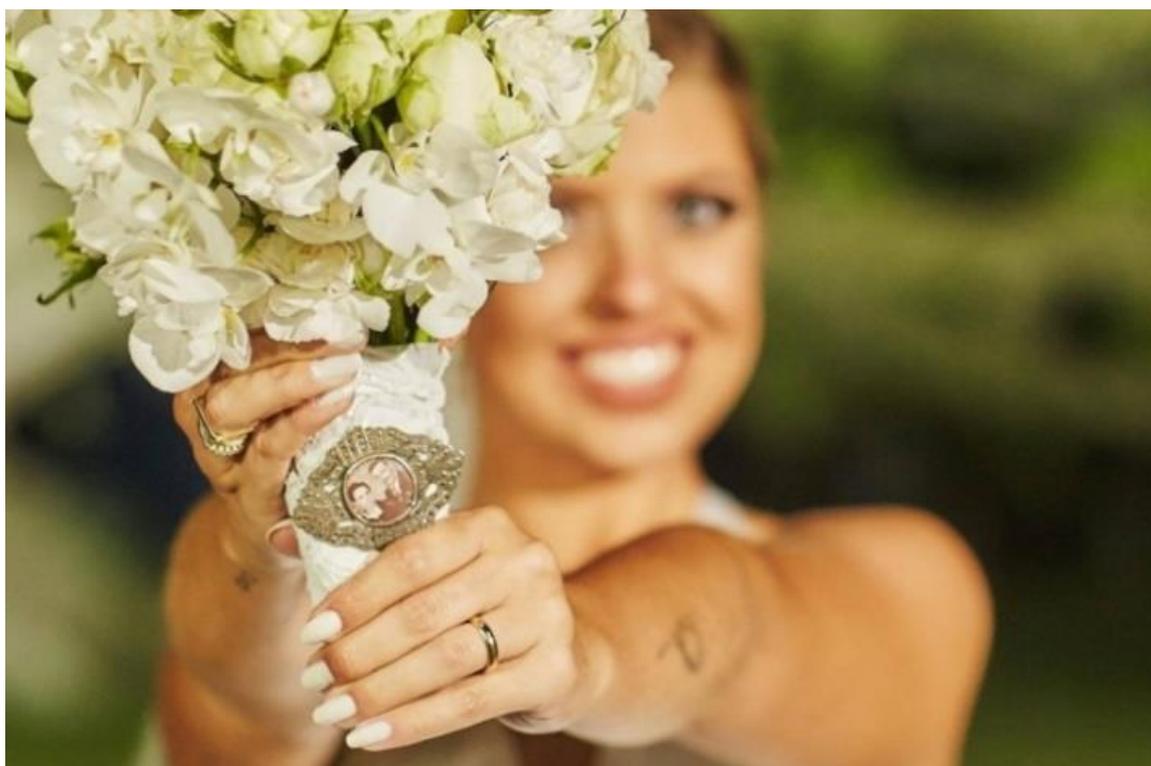


Figura 7: Frantieska e o broche, em 2016. Crédito: Arquivo pessoal.

Eu te disse que depois que a minha bisavó faleceu é que mandaram fazer... Mas, não! Agora, eu lembrei da minha bisa usando o broche. Eu acho que ela é que mandou fazer o broche quando ficou viúva. Minha vó ficou viúva com 34 anos. E a minha bisa também [viuvou]. Meu pai nem conheceu [o pai]. Foi cedo, de tuberculose. Minha vó guardava [o broche] como relíquia, dentro de uma caixinha. Se bem que, agora, estava dentro da minha bolsa. Ela usando [o broche], eu vi poucas vezes. Eu acho que ela [aponta para a bisavó] é que mandou fazer o broche quando ficou viúva. Aliás, no dia em que ela morreu, eu estava deitada na sua cama. Morreu velhinha, aos 94 anos. Sou a neta mais nova, a bisneta mais nova, e era a queridinha dela. Estava sempre por perto. Então ela passou mal, e fui chamar a minha vó, mas ela já tinha falecido. Eu tinha 7 anos e me lembro perfeitamente dela. E esse broche me liga à minha bisavó, porque é a fotografia dela com o meu bisavô, que eu não conheci. E é legal porque não é uma fotografia qualquer. É uma fotografia dos 25 anos do casamento deles. É o registro de uma união. O casamento deles foi em 1914, acho.

O broche não ingressou no grupo para pontuar contrato matrimonial nem qualquer ocasião ligada a ciclo reprodutivo. Encomendado por Edith, o adorno fundou o estatuto de

viúva. Por outro lado, exibe foto do casal unido por um quarto de século, testemunho do compromisso que a morte não encerra. No casamento de Frantieska, a joia de família foi do luto à festa, marcando um novo enlace, em 2016.

Pensando sobre o início da existência de um anel em fábrica ou ateliê, Nicholas Thomas observou que reviravoltas se antecipam a momentos de ressignificação nas famílias (1991, p. 18-19). Processos artesanais pedem paciência, precisão e cuidado, observa o autor⁶⁸. Posta à venda, a joia pode se desconectar do fabricante ao receber a assinatura de *designer* ou de joalheria, chegando a ser associada a objeto de arte, afinal, é exclusiva – ou quase.

Grife ou assinatura expressam objetificação de intelecto e trabalho de um criador, indicam originalidade. O mesmo se aplica a coisas com tempo acumulado, antiguidades, artefatos em que se celebram donos anteriores, perdurando ou não a figura do criador. Em trânsito, costuram gerações e acumulam *pedigree*, ou seja, assomam fatores que ultrapassam propriedades estéticas e históricas, confirmando, retrospectivamente, a linhagem (PRICE, 2000, p. 145-146). Outro exemplo é o das alianças de casamento, joias cujos significados evidenciam contratos e que, em outros contextos, são ressignificadas. Thomas as chama de dádivas performativas (1991), considerando que a transmissão, acompanhada de palavras adequadas em solenidades específicas, participa do enlace que significam.

Da relação com a bisavó Edith, nota-se o argumento da proximidade emocional, ponto recorrente em favor do merecimento de joias de família, com a contradádiva se antecipando à dádiva (WEBER, 2005). Já o aniversário de união do bisavô com a bisavó inspirou Frantieska a incluir o bem na composição do traje de noiva criado pela mãe, Beth, estilista. Em novembro de 2016, às vésperas de caminhar com o pai, o empresário João José Schneid, ao altar da Catedral São Francisco de Paula, a neta solicitou o broche à dona Thereza:

Quando eu pedi para usar [o broche] no casamento, ela [a avó] me perguntou se era sério. Eu disse: “Claro!”. Entrei na igreja com ele preso ao buquê, mas lá a vó não viu muita coisa. Ela tem 89 anos, é cadeirante, não se locomove com facilidade e enxerga pouquinho. A gente [os noivos] chegou à festa, não fomos de mesa em mesa. Fomos direto para a pista de dança. Uma pessoa trouxe a vó para me dar um beijo. E a primeira coisa que eu fiz foi mostrar o broche no buquê. Estava escuro, era noite, ela não estava enxergando, mas ela tocou e disse: “Ah! Tu colocaste mesmo!”. Era a presença dos pais dela. E a importância que eu dou pra isso.

⁶⁸ Joalheiros profissionais ou aprendizes de técnicas de ourivesaria com quem conversei identificam no momento da fundição dos metais a ocasião em que se conhece o material usado na fabricação da joia. “Os metais falam”, exprimiu uma artesã, referindo-se a eventuais “denúncias” feitas pelas matérias-primas sobre qualidades, autenticidades e purezas. Segundo outra joalheira de Porto Alegre, é comovente a decepção daqueles que descobrem, por meio dos profissionais contratados para remodelar joias herdadas, que o ouro de suas avós não era, digamos assim, tão valioso quanto se imaginava. O mesmo se passa em situações de penhora, quando técnicos avaliam as peças (cf. MÜLLER e VICENTE, 2012).



Figura 8: Thereza percebe a presença dos pais no buquê da neta. Crédito: Arquivo pessoal.

Após a boda, Frantieska devolveu o adorno à avó; contudo, tornou a solicitá-lo para um editorial. Então, dona Thereza, já tendo identificado a tutora entre as herdeiras, teria lhe dito: “Minha filha, leva [o broche]. Porque, sabes, para essas coisas velhas, a única que dá bola és tu. Já pode ficar contigo”. Um repasse exposto em palavras e na confirmação e no sentimento da produção de tutela bem-sucedida.

A intenção da professora não é se enfeitar com a joia da porta para fora, mas exibi-la de tempos em tempos em família. Segundo Frantieska, o bem lhe foi confiado e repassado sem atrito com primas e tias. “Como a vó disse, sou a única que liga para ele.” Não conheço demais familiares, mas suponho que esse consentimento coletivo passa, ao menos parcialmente, pelo fato de o adorno de prata ser cravejado de marcassita, mineral com baixo valor venal e empregado em bijuteria. Uma suposição, pois não tenho outros elementos.

Por outro lado, conhecendo Frantieska, com quem estreitei laços no percurso etnográfico, devoção e reverência à família expressa com o broche é ponto de exclamação na composição da dinastia afetiva. Cabe à minha interlocutora zelar pelo dom que ora se mostra, ora se esconde. Ela assumiu encargo e implicações: não basta guardar o broche; mostrá-lo em situações específicas e especiais é necessário, assim como repassá-lo com obrigações. É no movimento que a família vive. Cada vez que exhibe o broche e com ele se exhibe em *performance* e palavras, a tutora se reencontra, de forma ritualística, com avó e bisavó e com a narrativa que costurou sobre a história familiar.

O broche da bisa não é a única joia das famílias de Frantieska. Peças mais valiosas para o mercado foram surrupiadas em roubos “há alguns anos”. Episódios sobre os quais minha interlocutora prefere nem falar. O fato é que o broche inspirou nossa conversa estendida às mídias digitais, encontros *offline* e trocas diversas, abrindo trilhas etnográficas para mim no campo pelotense.

Esse cenário é importante, pois expõe conexões que habitam joias para além da composição casal e filhos. Envolvem-se gerações ascendentes e descendentes, algumas alternadas, além de colaterais e afins. Contam características fenotípicas, profissionais e comportamentais, e não apenas ordem de nascimento, sistemas de nomeação e gênero. Definem-se excluídas da rota de repasses pela eleição de poucas. Como produzir, manter e reproduzir laços familiares e, ao mesmo tempo, incentivar o florescimento pessoal dos indivíduos? Em tensões, joias de família em movimento evidenciam dinastias afetivas nem sempre lineares. É possível sobreviver a prenomes e sobrenomes, como revelam diagramas e crônicas. Demonstra-se, ao mesmo tempo, escassez de adereços e trânsitos restritos, às vezes planejados e com implicações ambíguas e que modificam estatutos sociais e familiares.

Modelos de família exaltados em tempos e locais diversos jamais foram estanques, nem são universais ou praticados de acordo com enunciados produzidos com fins políticos e culturais similares. Através de joias de família e de sua capacidade de produzir diferença conforme rotas confiadas ou negadas a membros das linhagens, também é possível acompanhar, pelos movimentos, mudanças e permanências concorrendo nas vidas concretas dos sujeitos e em interações. O que informa a posse ou o uso desses adereços?

A exemplo do que Hart observou em relação ao dinheiro e à sua potência persuasiva (2009), joias de família “falam” ao produzirem valor e significado através das gerações. Aliás, prefiro o advérbio “através de”, que indica a ideia de atravessar, à locução “por meio de”, ligada a instrumento intermediário, por entender joias de família não como objetos contidos em si, mas como coisas em fluxo e habitadas (INGOLD, 2012) por fluxos geracionais que transpassam as famílias e por elas são transpassadas.

3.3 ESTRANHAMENTOS E AFILIAÇÕES

Parte das joias de família apresentadas em minha pesquisa tem origens sociais fincadas entre fins do século XIX e primeira metade do século XX e ingressou no rol de bens pessoais em conjuntura norteadora da produção teórica inicial, quando o primado do casal formado por união entre homem e mulher e a percepção da valorização crescente da individualidade no

Ocidente eram tão caras a nossos autores clássicos (DURKHEIM, 1975 [1892]; SIMMEL, 2004). Ou seja, certos adornos prolongados entre gerações são contemporâneos – há conterrâneos – dos primeiros teóricos interessados no estudo de dinâmicas familiares e herança em Sociologia e Antropologia, especialmente em contextos urbanos atuais.

Ao expor essa consideração, informo que não estabeleço comparativos entre sistemas de parentesco. Entretanto, é imperativo evocar nomenclaturas como exercício de desnaturalização e distanciamento dessa ficção bem fundamentada que é a família, para usar apreciação de Bourdieu (2008, p. 126). Segundo o autor, diante do reconhecimento coletivo, o princípio de construção da realidade social é percebido e admitido como real no cotidiano (2008, p. 127), razão pela qual família nos é tão familiar.

Em registros narrativos sobre joias de família em movimento, identifiquei como laço mais citado o da filiação biológica, prevalecendo tendência matrilinear. Todavia, nem sempre pai e mãe sociais correspondem nos relatos a pai e mãe biológicos, tampouco a identificação afetiva está imune à parentela paterna. Deparei-me com crônicas envolvendo mulheres “criadas” por avós ou tias, o que era evidenciado para justificar o porquê de joias serem cedidas a determinadas netas ou sobrinhas, preterindo a geração intermediária, com filhas ou filhos, expondo devoção e preferências e embaralhando repasses.

A empresária Amália⁶⁹, nascida em Florianópolis e residente em Porto Alegre, por exemplo, quase se tornou órfã de mãe ao deixar o ventre. Seu relato evidencia a representação da figura materna exercida pela avó paterna por imprevistos no curso da vida:

Minha mãe estava grávida de mim e começou a passar mal na casa do meu avô. Ela estava sofrendo eclampsia. Meu avô é médico, viu o que estava acontecendo e a levou para o hospital, e me tiraram da barriga dela numa cesárea de emergência. [...] Minha mãe passou um mês em coma. Bom, sobreviveu, tudo certo. Só que a primeira pessoa a cuidar de mim foi a minha avó, a mãe do meu pai. Meus avós me levaram para a casa deles e meio que me adotaram. Até porque o meu pai precisou ficar no hospital com a minha mãe. Por isso, meus avós são minhas primeiras referências. Nossa conexão sempre foi intensa. Cresci perto da casa deles. Claro que fui beneficiada em relação à minha irmã e à minha prima. As melhores joias da vó vieram para mim. É uma ligação sensitiva. Tem esse lance na família.

A afiliação demarcada por Amália nesse relato concedido em 2017, quando ela aportava nos 30 anos, concentra-se no ramo paterno, fluminense e letrado, tendo frágil conexão com a porção materna. Insisti para que falasse sobre a parentela do lado da mãe, porém cheguei ao fim do encontro sem extrair a cidade natal, no interior de Santa Catarina. Em outro momento, já no final da pesquisa, perguntei se Amália gostaria de ler trechos dos meus escritos – procedimento que adotei com muitas interlocutoras quando me indagavam

⁶⁹ Nome fictício.

sobre o trabalho. Os comentários confirmaram e reconfiguraram conflitos familiares já sanados entre a primeira entrevista e sua leitura, em 2020. Mesmo assim, laços expressos sobre joias foram admitidos novamente como mais intensos com a avó paterna, de quem minha interlocutora recebeu a maioria dos adornos. Dos avós maternos, entretanto, ganhou o anel de formatura, presente tradicional nesse ramo familiar, cuja narrativa resiste ancorada na ascensão pelo trabalho na lavoura, com passagens de sofrimento do imigrante italiano, ainda que o avô materno fosse desembargador. “É uma retórica que persiste na família, essa, a da pobreza. Se perguntar para a minha mãe, que é dentista, ela diz que é pobre.”

De qualquer sorte, em sociedades euro-ocidentais, adota-se o sistema indiferenciado em relação à descendência, sendo essa bilateral, inclusive para fins jurídicos. Contudo, a herança genética do ego, na mesma lógica, provém de ambos os pais e de quatro avós consanguíneos. Nada impede que, ao narrar joias de família, sejam mencionados e atribuídos a diferentes tutoras, ou afastados dessas pessoas e coisas traços físicos e comportamentais associando dois ou mais indivíduos da coletividade, e que isso se concentre numa linhagem.

Por vezes, encontrei cenários que cruzam e pulverizam propriedades ancestrais atribuídas ou que saltam e alternam gerações. É o caso evidenciado pela cenógrafa e atriz Andrea Terra Mazza, interlocutora da cidade de Pelotas:

Sou meu pai, meu tio [materno] e minha avó [materna]. Do pai e do tio veio o humor. O tio contava que foi uma criança sem graça com uma mãe linda. Bom, a vó foi rainha do carnaval... E a irmã dele, a minha mãe, também. Nas colunas sociais, quando publicavam fotos do vô e da vó com os filhos, todos eram identificados pelos nomes, exceto o tio. Saía sempre “o menino”. Nos bailes de carnaval – ele adorava contar isso! [risos] –, davam para ele levar um estandarte, e o tio ia assim, encoberto, pelo salão: “Viva o Zé Pereira, viva o Zé Pereira”⁷⁰. Ele contava isso e ria [risos]. Da vó, que foi quem me criou, fiquei com as principais joias de família. Até porque sou a neta mais velha. Bom, com meu irmão foi diferente, ele era o protegido da mãe. E minha mãe era apegada com minha filha. São mais reservadas. Foi a primeira neta dela, né? Minha filha também era apegada com a mãe da minha mãe. As duas conviveram pouco, mas são parecidas em várias coisas, nas manias, no jeito. A minha sobrinha já puxou o meu pai. É mais engraçada.⁷¹

Colaboradoras evocam consanguíneos para traçar diagramas de parentesco ao mesmo tempo em que explicam caminhos e interdições para as joias. Às vezes, há casamentos, nascimentos e, após divórcios, intensificam-se ou rompem-se laços, afastam-se parentes,

⁷⁰ A marchinha de carnaval *Zé Pereira* foi criada para o espetáculo de teatro *Zé Pereira Carnavalesco*, protagonizado pelo comediante Francisco Correia Vasques (1839-1892). *Zé Pereira* teria sido um sapateiro de origem portuguesa que animou o carnaval do Rio de Janeiro por volta de 1850. Disponível em http://www.educacaopublica.rj.gov.br/cultura/folclore/0013_04.html Acesso em 18 mar. 2019.

⁷¹ Andrea conduzirá o capítulo 7. Adianto sua entrada para ilustrar a exposição de propriedades ancestrais embaralhadas. Recebi a fala semanas após a morte de seu pai, Dagoberto Terra. A propósito, almoçávamos na padaria onde seu pai costumava ir até poucos dias antes de sua passagem. Esta contextualização é importante porque sobressai do luto e dos dilemas do indivíduo o desejo de pertencimento.

desfazem-se vínculos, apartam-se primos, enfatizam-se ligações com este ou aquele, reelaboram-se religiosidades, elos de colaboração com amigos e amigas se fortalecem, renegociam-se compromissos, quebram-se promessas.

Relações são mobilizadas e transformadas, e famílias se refazem em sentimentos conflitantes, desafiando a hegemônica oposição biológico/social e encorajando possibilidades de parentesco por outros símbolos. São momentos de crise que indicam com maestria interconectividade entre mortos e vivos, aliados e inimigos, dimensões mundana e espiritual, indicando relacionalidade (CARSTEN, 2000) e laços transpessoais, além da expressão de comunhão, intensidade e reverência, categorias exploradas por Duarte e Menezes para pensar homologias entre religião e família (cf. 2017), discussão que retomo à frente.

Nos movimentos de adereços familiares, tanto em experiências contadas no campo quanto na literatura, há situações de recomposições, nos termos de Segalen⁷² (2001), com rearranjos posteriores a dissoluções. Divórcios e novos matrimônios, mortes, adoções, parentescos rituais e recombinações podem atender a algumas “regras” em suas explicações, como viés de gênero, ordem de nascimento e sequência geracional. Alterações nos laços formais deixam vazar afetos, preferências, obrigações morais, solidariedades e mutualidades expressas. Como observa Strathern, é viável relacionamentos perdurarem após rompimentos. “Poderíamos até dizer que família se dissolve, mas o parentesco permanece” (STRATHERN, 2015, p. 51). Um episódio extraído de uma biografia de Lévi-Strauss, aliás, demonstra rotas viáveis e ilustrativas desse fundamento:

Em 1984, Emma Lévi-Strauss, morre aos 98 anos de idade. Seu filho Claude fica órfão aos 76. [...] Emma não é apenas a mãe de Claude; é uma personalidade excepcionalmente cativante que, ao longo da vida, continuou a se encontrar com as duas ex-noras, as quais lhe permaneceram fiéis mesmo depois da separação de seu filho. Daí a ideia deste último, quando da sua morte, de dar a cada uma delas uma joia em memória de Emma, coisa feita por intermédio de Monique⁷³, que se encontra pela última vez, nessa oportunidade, com Dina Dreyfus e Rosália-Marie Ullmo. (LOYER, 2018, posição 13328-13340).

Meu empenho em pinçar movimentos das joias de Emma Lévi-Strauss não é obra do acaso. Movida pela curiosidade sobre vidas que provocam, percorri versões da biografia do filho único de Emma, pensador que se tornaria um dos teóricos mais originais do século XX, para explorar parentesco, trocas, alianças e família. Entre o trabalho de Lévi-Strauss e sua

⁷² Segalen (2001) discorre sobre mudanças no papel de avós na sociedade francesa, atentando para transmissão, memória, ancestralidade, laços familiares e conflitos. Conforme a autora, os “novos avós” têm uma forma peculiar de envolvimento com os netos, com corriqueira produção de laços intensos de afeto mesmo quando não “criam” os filhos de seus filhos. Essa relação seria distinta daquela de gerações anteriores, quando os avós ou criavam os netos, ou tinham uma relação muito distante, com visitas ocasionais.

⁷³ Monique Lévi-Strauss foi a terceira mulher de Claude Lévi-Strauss. Antes, ele fora casado com Dina Dreyfus e Rosália-Marie Ullmo.

trajetória romanceada, repensei repasses de joias de família, fenômeno que se opõe à produção de conexões exogâmicas, intensificando vínculos internos e interdições à venda pela proibição da saída desses adereços imaginados como sagrados dos limites do grupo (cf. capítulo 5). Ao mesmo tempo, inspira conflitos que não se restringem a arranjos com longo pertencimento a estratos sociais abastados nem a disputas por joias de alto valor pecuniário.

Maria Pia

Maria Pia descendia de comerciantes chegados do sul da Itália ao Rio Grande do Sul no final do século XIX. Logo se casou com um fazendeiro de raízes lusas em ascensão política e econômica na fronteira oeste. Ele fez reluzir na sua pequena cidade o papel de provedor poderoso ao cobrir a mãe de seus seis filhos e filhas com brilhantes, ouro e pérolas até o final da vida dela, nos anos 1970.

O anel Maria Pia acabou confiado em vida à caçula do casal, esta batizada com o nome composto de sua mãe e da joia. A doadora incumbiu a donatária de repassar a dádiva a uma filha a quem deveria chamar por seu prenome. Entretanto, a segunda Maria Pia não gerou descendentes. Mas adotou uma menina que lhe chegou com prenome. Cristiane⁷⁴ era a criança, e cresceu como prima e sobrinha dos consanguíneos da nova mãe e do novo pai.

Maria Pia, a segunda, acolheu Cristiane grávida no final da adolescência. O recém-nascido até recebeu nome de apóstolo. Teve casamento católico, e teve divórcio, contando, mais uma vez, com a bênção da mãe.

Pelo lado paterno, familiares contraíram dívidas, e a prima de sangue diverso se prontificou a socorrê-los com o anel herdado daquela que a adotou. Sacrificou o Maria Pia, que vinha do outro ramo, mas tinha liquidez.

Quem contou a história foi Elisa⁷⁵, nonagenária e nora da primeira Maria Pia. Segundo ela, Cristiane não usa joia, não é homônima da linhagem e não pretendia ter mais filhos de sangue. Além disso, o herdeiro não deveria se interessar pelo anel. É homem. Vender a joia de família não deve ter sido traumático, julgou Elisa.

Tudo indica, ainda assim, que Cristiane não queria o Maria Pia na mão de qualquer uma. Visitou a prima pelo lado da mãe, expôs a dificuldade dos primos “do outro lado” e lhe ofereceu o bem à venda. A parenta, que fora excluída do porta-joias da avó por descender de um neto de Maria Pia, a primeira, comprou-lhe o anel, e o negócio é comentado no tribunal da fofoca: “Ela teve que comprar o anel da família...”

Décadas depois, o filho de Cristiane providenciou a neta, Maria Pia. Não pelo anel; quis homenagear avó e bisavó que acolheram sua mãe de coração e direitos. “Imagina”, comentou Elisa, “se ela tivesse esperado, o Maria Pia podia continuar a tradição do nome, como minha sogra queria. [...] Um anelão desse tamanho! Está lá, com a prima, que o mostra pra todo mundo. Comprou, né? É deeeeeesse tamanho...”

⁷⁴ Nome fictício.

⁷⁵ Nome fictício.

3.4 SOBRE LAÇOS PROFUNDOS E DURADOUROS

Repassando notas de campo sobre encontros etnográficos e esboçando diagramas, era evidente, desde o início da pesquisa, que apenas alguns membros e algumas modalidades de parentesco acessavam os adereços repassados entre gerações. Uma minoria estava incluída nos repartes, e a consanguinidade, embora sagrada e aclamada, não definia as rotas. Proximidade afetiva passava por cima de regras propagadas e proferidas, até da genealogia.

Não foram poucos os casos de joias de família entregues “em vida” por avós a netas, principalmente pela avó paterna, confirmando a instituição da tutora pelo repasse e pelo recebimento da joia e a produção de relacionalidade afetiva entre gerações alternadas. Lins de Barros (cf. 1987) e Segalen (2013) discorreram sobre esse estreitamento de laços entre avós e netas, tanto no Brasil quanto na França, e isso se verificou no itinerário de boa parte das joias de família acessadas, independentemente de origem social. O movimento dessas coisas confirma qualidade das relações, afinidades, valores e outros elementos que prevalecem no momento de levar um bem dessa natureza por um ou outro caminho.

Partindo de etnografias junto ao universo de violação de direitos humanos envolvendo internações compulsórias de pacientes de hanseníase no Brasil no século XX (cf. MARICATO, 2019), Fonseca (2019) optou por empregar os termos “parentesco” e “família” como “praticamente” intercambiáveis para refletir acerca da produção de laços mobilizados por emoções, afetos e sentimentos morais a partir de documentos escritos, lembranças e exames de DNA. Ela sublinha que, em boa parte da história da antropologia, esses dois campos de estudo estavam separados. A antropóloga sublinha que

No início dos anos setenta, Jack Goody (1973) editou o que iria a ser um clássico moderno da pesquisa anglo-saxônica sobre o “caráter do parentesco” (*The character of kinship*). Organizado em homenagem a Meyer-Fortes, os capítulos, acompanhados por gráficos genealógicos e estatísticas, debatiam questões de filiação, descendência, incesto e exogamia em uma perspectiva comparativa voltada para a construção de modelos. Nesse volume, o parentesco era representado através das conexões genealógicas que, particularmente nas sociedades tribais, eram tidas como chave no ordenamento do “domínio político-cultural” da vida. A “família”, por outro lado, seria um elemento distinto, embora complementar, dessa discussão, representando a esfera doméstica mais íntima, afetiva e “natural” da reprodução sexual. (FONSECA, 2019, p. 22).

No mesmo artigo, Fonseca compara capas de dois livros, *The character of kinship*, de Goody (1973), e a coletânea *Relative values: reconfiguring kinship studies*, organizada por Franklin e McKinnon (2001) com textos que desafiavam “certezas” do parentesco (2019, p. 22). Na primeira encadernação, a imagem de uma escultura do britânico Henry Moore (1898-

1986) retrata um casal e duas crianças, figuras sem feições nem contornos, mas que um leitor euroamericano associaria a uma “família”. A segunda capa, produzida três décadas depois, apresenta, em tela do mexicano Julio Galán (1959-2006), um gato e um cachorro fazendo às vezes de casal e uma criança. “Assim como os autores do volume, o pintor parece brincar com a noção de parentesco, levando o leitor a territórios inesperados” (FONSECA, 2019, p. 23).

A antropóloga, então, sintetizou transformações na antropologia do parentesco entre as duas obras, apontando mudanças diante de movimentos anticolonialistas e necessidade de se repensar fórmulas aplicadas ao estudo de sociedades tribais ou tradicionais. Lembrou que parentesco era campo nas antigas colônias, onde se refletia sobre regras estruturais, e que noção de família ficava reservada às sociedades complexas (FONSECA, 2019, p. 23). O movimento anticolonialista teria reconfigurado essa área, demandando alternativas para métodos, técnicas e teorias.

Como notou Fonseca, Schneider se tornou o primeiro a estudar o parentesco na sua própria sociedade ([1968] 2016), mas a obra que ele produziu quase duas décadas depois, *Critique of the study of kinship* (1984), repreendeu o etnocentrismo Ocidental. Mesmo refutando o parentesco, porém, foi um autor que influenciou possibilidades para se retomar estudos em perspectivas que desconstroem dicotomias.

A crítica elaborada por Schneider enfraqueceu a versão clássica do conceito. Nesse sentido, Carsten é uma das autoras mais citadas, ao propor a noção de relacionalidade como alternativa à ideia de parentesco, pois considera a experiência vivida atentando para sentimentos de “solidariedade difusa e duradoura” existentes, em diferentes culturas, entre pessoas que se consideram parentes (2000).

Encontros com autoras como ela me ajudaram a identificar sutilezas ao longo de movimentos de joias de família, bens que incluem e excluem, formam e adensam vínculos. Alguns são ofertados às pessoas que adentram os arranjos, e há consequências e repreensões em levá-las para fora, com fofocas e acusações. O parentesco, todavia, tende a continuar, e joias de família podem apresentar tanta influência sobre relações familiares e relacionalidade quanto sangue, sêmen e outras ancestralidades. Como observou Fonseca,

A noção de pertencimento não seria o resultado de uma rede dada de consanguíneos e afins, truncada por fatores externos, mas sim das formas momentâneas e circunstanciais de relacionalidade produzidas através de diferentes elementos (materiais e imateriais, humanos e não humanos) que compreendem os emaranhados fios de pertencimento. (2019, p. 24).

Fonseca, Carsten e Strathern mobilizam questões que vão ao encontro das minhas inquietações nesta pesquisa. Aliás, sem pretender modificar o verbete “joias de família”,

consagrado em literatura, artes, cinema, metáforas e histórias da interlocução em vários idiomas, registro que, ao falar sobre esses bens⁷⁶, eu os tenho como produtores de relações profundas e duradouras, como se fossem “joias de relacionabilidades” por contribuírem com a produção das dinastias afetivas ao interferirem nos rumos das peças, nas escolhas e no adensamento de vínculos. Quem participa das linhagens percebe que algumas pessoas estão ou não estão conectadas pelos movimentos dos adereços acoplados às famílias. Quem recebe e quem não recebe joias de família identifica sua posição na composição política no grupo, pois esses trânsitos de adornos indicam encontros, aproximações e desconexões.

3.5 IMERSÕES NO SAGRADO

Em relatos com joias de família, é crucial considerar variáveis como gênero, faixa etária, adesão religiosa, condição socioeconômica, saúde, entre outras, sempre através das gerações. Experiências, condições e sensações tampouco são estanques. Foram inúmeros casos em que, dias ou meses após discorrerem sobre joias e famílias, colaboradoras me procuraram para reelaborar falas, reorganizar pensamentos, reformular expressão de afeto por um adereço ou ancestral. Como se, ao extrair palavras dos silêncios, renovassem histórias guardadas, pouco acionadas, ainda por complementar e refazer.

Episódios ritualísticos – nascimentos, casamentos, funerais e formaturas, entre outros – também exacerbam a exposição de emoções em círculos íntimos. Há atravessamentos narrativos, experiências, gestos e usos de artefatos interligando religião e família, instâncias que, em outras sociedades, não são tão compartimentadas como na tradição ocidental. E nem sempre esses processos dizem respeito à devoção eclesiástica ou a uma doutrina específica. Independentemente da adesão a uma crença, expressões múltiplas apontam para conexões entre níveis ordinários e extraordinários. Intersecções conhecidas para a Antropologia já foram abordadas em muitas perspectivas (cf. DUARTE *et al.*, 2006). Da mesma maneira, é extensa a herança antropológica crítica a construções guiadas por visões estereotipadas euro-americanas levadas a contextos não ocidentais (cf. CARSTEN, 2000; STRATHERN, 2006; DUARTE e MENEZES, 2017).

Interessados em discutir a conceituação do *self* para além de modelos individualistas e objetivando compreender processos e características do que denominam como pessoa

⁷⁶ “Joa de família” é expressão reconhecida e usada em muitos idiomas. Alguns exemplos são *family jewel* (inglês), *bijou de famille* (francês), *joya familiar* (espanhol), *Familienjuwel* (alemão), *gioiello di famiglia* (italiano) e *bijuterie de familie* (romeno).

estendida em condições “modernas”, Duarte e Menezes sublinham que, mesmo em sociedades nas quais classes médias e elites urbanas cedem a essa cosmologia, vale reparar na complexidade do parentesco em organizações conflitantes e com discurso de desencantamento, sistemas ideológicos hegemônicos e noções de indivíduo autônomo. Relações sociais podem ser negociadas em um éter transpessoal, ou, como definem, “uma malha de laços de parentesco e ligações sagradas, abrangendo os vivos e os mortos, o visível e o invisível, o material e o imaterial”⁷⁷ (2017, p. 2, tradução minha). Ao amarrar religião e família, esse éter promove ambiente para firmar e adensar elos em contextos urbanos:

Descrever as suas experiências de vida imersas em um éter transpessoal pode ser uma contribuição para uma consciência mais ampla da copresença dessas dimensões na maioria das sociedades modernas, mesmo naquelas comprometidas com um estilo de vida mais explicitamente desencantado.⁷⁸ (DUARTE e MENEZES, 2017, p. 3, tradução minha).

Mesmo onde se exalta o valor do indivíduo, coexistem experiências de pertencimento. Isso parece se intensificar, sobretudo, em situações de ameaças e ansiedades relativas à morte ou crises familiares mais amplas. A autossuficiência dos sujeitos também esmaece na incerteza e se acirra a tensão entre ânsia por vínculo e desejo por autonomia. Ademais, reverencia-se o passado, negocia-se ancestralidade e se tenta compreender linhagens, com família condensando essa experiência.

Distanciando-se de muitos interlocutores de Duarte e Menezes (2017), camadas médias e altas do Rio e de São Paulo, porém, parte das minhas colaboradoras expressou verbalmente comunhão religiosa sua ou de quem repassou alguma joia, devoções a crenças constituídas e legitimadas ou não, mesmo pertencendo a estratos sociais similares. Sincretismos e reconversões espirituais compunham narrativas pelo glossário que se movimentava com esses bens e com gerações intercaladas e se ligavam a quem partiu numa aura religiosa ou próxima da religião. Inclusive entre acadêmicos autodeclarados agnósticos, ateus ou desencantados em algum grau, deparei-me com mãos vestindo anéis de formaturas ou noivado, bens ancestrais de proteção, às vezes com atravessamento de gênero. De família, converteram-se em amuletos com relações prévias, memória e prestígio: o relógio de sorte da tia-avó; a medalha de São Jorge do amor que morreu; o relicário com foto da genitora; o anel da vó que transmuta energias; a joia de formatura do vô, hoje proteção para a neta no trabalho.

⁷⁷ No original: [...] a meshwork of kin ties and sacred links, encompassing the living and the dead, the visible and the invisible, the material and the imaterial.

⁷⁸ No original: To describe their experience of life immersed in a transpersonal ether may be a contribution to a wider conscience of the co-presence of these dimensions in most areas of modern Western societies, even those engaged in a most explicitly disenchanted life style.

A investigação elucidou, ainda, que receptoras de joia de família tendem a arriscar explicações para a confiança sacramentada. Elaboram versões, revelam fatos ou recolhem algumas histórias para decompô-las e forjar novas crônicas. Mesmo com tempo de redigir algo de próprio punho ou expor justificativas oralmente num repasse à geração seguinte, doadoras nem sempre explicitam todos os motivos para a eleição desta ou daquela sucessora a ser convertida em tutora. Até pode alardear a explicação. Em certas ocasiões, prefere-se silêncio ou sussurro. A escolha se deu por gênero? Pela ordem de nascimento? Pela “capacidade” de guardar? Ou porque “sabe dar valor”? Por vínculo sanguíneo ou proximidade afetiva? Como retribuição? Desculpas? Às vezes, a eleição é delegada à geração seguinte, como foi o caso da mãe de Carmem⁷⁹, que faleceu sem indicar a rota da sua joia:

Minha mãe tinha uma medalha com Nossa Senhora de perfil. Ela foi criada como católica, mas não era praticante. Eu também não sou. Só que ela usava todos os dias essa joia. Essa medalha, de ouro, é muito bonita, bem diferente, moderna até pra época dela. Pena que eu não tenho uma foto no celular pra te mostrar... Mas era um rosto de perfil. A mãe a tinha pendurada num correntão, assim, no peito.

Fui apresentada à Carmem em Pelotas, em 2017, onde realizava trabalho de campo. Numa festa, a anfitriã me informou que sua “querida amiga” era professora universitária. Na minha vez de responder à indagação acerca de minha ocupação – “Sou doutoranda em Antropologia”, como me apresentava na cidade –, mencionei o tema da pesquisa. Não precisei explicar mais para a docente aludir à santa da falecida mãe.

De acordo com Carmem, a avó materna transmitiu o enfeite às gerações seguintes. Ignorava se houve repasses anteriores. “Deve ter sido presente do meu avô. Não tenho certeza. Não é tão antiga. O *design* é interessante. Uma santa estilizada, diferente, de perfil. E ela deixou para a minha mãe, que era a filha mais velha.” A mãe de Carmem não indicou em vida a responsável pela guarda. Deixou para as filhas resolverem o destino. “Decidi entregá-la à nossa sobrinha, à filha do nosso único irmão. Quando comuniquei isso à minha irmã... [risos] Ela me olhou furiosa: ‘O quê?’. Quase me matou.” A irmã teria expressado desejo para que a santa ficasse com ela ou com Carmem. Esta se antecipou ao risco:

Perguntei [à irmã] como a gente faria essa escolha, se nós duas éramos muito apegadas à mãe? Nem a mãe teve coragem de decidir. Passar a joia à nossa sobrinha evitou o conflito entre a gente. Pensando nisso, hoje, esse gesto nos uniu. Além disso, essa sobrinha era a neta mais apegada à avó, e eu sei que ela gostou de ganhar a medalha. É importante pra ela, ela cuida [...] Não, minha irmã não tem filha. Eu tenho uma, e ela não dá bola para joia – eu ganho algumas do meu marido, bem bonitas. [...] Bom, acredito que a filha do meu irmão vai cuidar e passar a medalha da santa para outra geração. Eu acho que a mãe gostaria disso. Como te disse, não era uma pessoa religiosa, mas gostava dessa joia.

⁷⁹ Nome fictício.

Da fala de Carmem, extraio o enredamento do **veneno da joia** (cf. capítulo 4) com a reverência à mãe, a preocupação com os repasses, a santa e graus de devoção à família, à imagem, à estética, ao tempo, ao ouro. O problema não era de vínculo religioso, insistia, mas de reverência à linhagem, à mãe e à avó e ao compromisso com as vidas na coisa. Refuta-se a venda (cf. capítulo 5), e a neta eleita – resguardada em posterior anuência – é percebida como tutora, a mais apta para dar longevidade à dinastia afetiva no pingente. Carmem não teoriza esses movimentos, todavia os reconhece e reafirma regras apreendidas de transmissão entre mulheres, compreendendo que repasses criam diferenças e novas forças. Ao confiar a medalha à sobrinha, confia-lhe obrigação moral de prolongamento da linhagem.

Outro relato instigante chegou através da jornalista Viviane Possa, minha amiga. Ela soube da pesquisa por postagem que fiz no Facebook em julho de 2017 e me enviou uma mensagem por escrito, em tom epistolar:

*Minha avó materna usava, desde criança, um amuleto. Era um pendente grande com os olhos de Santa Luzia. Ela teve uma doença ocular quando criança, mais ou menos aos nove anos de idade, ficou seis meses vivendo num quarto escuro na fazenda em Coxilha, interior de Passo Fundo. Os pais mandaram fazer os olhos num ourives da cidade. Ela usou esse pendente até a velhice. Faleceu aos quase 80 anos, quando estávamos na faculdade⁸⁰. Mas, como ela já estava senil – tinha Alzheimer e foi cuidada por enfermeira e, depois, foi para um lar de idosos –, quando nos deram os pertences, achamos somente a corrente de ouro com a argola que segurava o pendente. Aquela era a marca da vó Alayde Miranda Kauer. Minha irmã e eu sempre quisemos herdar aquele pendente. Não foi possível. Nem foto tínhamos para mandar fazer uma joia igual. Há uns três anos, procurando um presente pra minha irmã, algo significativo, achei na Coliseu⁸¹ um pendente dos olhos de Santa Luzia, porém minúsculo! **Comprei um pra ela e outro pra mim.** Vou te mandar a foto pra você conhecer essa peça. Imagino que seja um amuleto religioso comum desde o início do século passado, nunca pesquisei, mas para existir até hoje numa joalheria contemporânea, deve ter explicação! [...] Lindo deve ser esse teu trabalho de resgate afetivo! Muito obrigada por me fazer lembrar disso com tanto carinho! (julho de 2017).*

Grifei trecho do relato de Viviane, com pouco mais de 40 anos na época, por motivos diversos. Dentre eles, para assinalar elementos que já vimos e veremos à frente. Um chama a atenção para o fato de minha amiga ter comprado dois pendentes similares à relíquia da vó Alayde – um para presentear a irmã; outro, para si. Ela entende o significado da peça como elo entre netas e avó, reforçando minha hipótese de que joia de família não se encerra nos limites do adorno, podendo transcender, reunir propriedades e ser negociada afetivamente com outros enfeites. Ou seja, embora a “marca da vó” e a avó não estejam presentes, narrativa e lembrança perduram, persistem, prolongam repasses, são relacionais. Para que sejam retransmitidas – mesmo como reminiscência –, é necessário que sejam recebidas. Mostra-se

⁸⁰ Viviane e eu fomos colegas na faculdade de Jornalismo, nos anos 1990.

⁸¹ Rede de joalherias de Porto Alegre.

fundamental, não obstante, que quem as receba imagine seu papel e suas responsabilidades, aceitando-se tutora e se fundindo à dinastia afetiva produzida na concatenação de gerações e pelo adensamento de vínculos. A crônica ancestral é acrescentada aos novos olhos de Santa Luzia. O pendente original se foi apartado da avó. Reverenciado, acompanha as netas e não cerra o prolongamento dos afetos.

A jornalista ainda se refere ao adereço como amuleto religioso, o que alude a conexões entre sagrado e família e, mais uma vez, afiança o entendimento da noção de joia de família anexada à sacralidade. Mesmo com o extravio da joia original, a lembrança dessa relação ancestral chegou a mim adornada pelo agradecimento da acolhida.

Esses são alguns exemplos com referências místicas e religiosas que reuni – nuances estão em todas as joias de família que conheci. Da noção de talismã e amuleto a imagens de santos, figa, crucifixo, berloques diversos, número 13, o olho de Santa Luzia... O próprio relicário com nicho para fotografias, tão mencionado, presente e repassado, satura-se da ideia eclesiástica em seus sinônimos nem sempre precisos, mas etéreos: sacrário, santuário, bentinho, patuá. Reparar em dimensões espiritual e transpessoal, no extraordinário, na coexistência manifesta do emaranhado religioso com o cotidiano familiar, como afirma Duarte (2006), não é desprezível diante da intenção de compreender criação e fortalecimento de vínculos transpessoais e a produção de linhagens e ancestralidade, mesmo na contemporaneidade e em centros urbanos perpassados pela ideia desencantada, racionalizada.

Percebi, ainda, que rotas das narrativas se notabilizavam conforme origem em retrospectiva, expondo, de maneira seletiva, detalhes de processos de decadência ou ascensão e evocando termos e práticas conectados a algum sistema religioso ou místico. Em qualquer caso, sobressaíam as três dimensões de emoções destacadas por Duarte e Menezes (2017, p. 5) para tipificar o sagrado: comunhão, reverência e intensidade.

O senso de comunhão familiar parece embasar a experiência das relações a partir do trânsito de joias de família. Revela, por crônicas improvisadas ou ensaiadas, compromisso moral, vínculo e senso de responsabilidade, apesar de rugas vividas ou herdadas. Integrar linhagens sublinhadas por características positivadas ou não é enfatizado em transformação social. A noção de comunhão, portanto, revela-se imprescindível para que se resguardem, com tabu da venda, joias com valor venal, mesmo diante de dificuldades econômicas⁸².

Como regra, sentimentos de pertencimento e laços morais se manifestam em famílias da classe trabalhadora e nas de camadas altas. Duarte e Menezes (2017) observam que as

⁸² Um caso extremo será apresentado no capítulo 7, seção que versa sobre uma joia que pertenceu à esposa do Barão de Santa Tecla, de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

diferenças sobressaem nas razões para essas conexões: obrigações morais são manifestas em solidariedade e na apologia ao trabalho quando se lida com sujeitos com origens em camadas populares ou que ascenderam socialmente há uma ou duas gerações; e enaltecimento para a tradição e para interesses econômicos comuns sobressaem nas histórias com trajetórias abastadas, ainda que, da bonança, tenha restado somente uma recordação.

Em camadas populares, a *memorabilia* é mais discreta, guardada em documentos protegidos em plásticos e envelopes e recuperados para comprovar e legitimar narrativas e reivindicar ascendência. Se a joia narrada funda ou se funde aos cenários, o relato privilegia sofrimento, dificuldade para aquisição do adereço, além de afeições. A exposição pode brotar em soluços, sem a preocupação de remontar muitas gerações.

Entonação, manipulação das joias e seus usos, postura corporal e expressão de sentimentos indicam reverência, e esta nem sempre é positivada. Também identifiquei manifestações de expectativa de reencontro com antepassados em alguma vida pós-morte.

Interlocuções contêm queixas. Porém, senso de comunhão e reverências positivadas são recuperadas, ajustando desqualificações ou relativizando o aspecto humano. A intensidade dessas expressões tende a se modificar na experiência reflexiva. Até porque, como sinalizei, uma mesma pessoa experimenta a relação com joias de família de forma diversa ao longo da vida, percebendo e revelando, por exemplo, que não compreendia conexões ancestrais.

Nascimentos e mortes de entes queridos alteram cenários e, como novos elos em dimensões diferentes, pontuam vínculos verticais. É comum, ainda, discorrer sobre avós, padrinhos, tios e pais com graça, gargalhando e, na *internet*, postando *emojis*, com anedotas familiares expressas na crônica e até exprimindo ironias. Relatos sobre joias de família, nesses contextos, dilatam as possibilidades de reflexão sobre o eu estendido, o *self* ampliado ligado a relações transpessoais, noções exploradas por Duarte e Menezes (cf. 2017).

Religiosidade, desta forma, não é irrelevante quando se fala em família ou em joias de família. Preenchido com relacionamentos transpessoais e conectores de afetos, porta-joias guardam anjos, cruzes, lembranças de Israel ou do Vaticano. Há altares nas residências, marias em enfeites, escapulários, terços, presentes de batismo, alianças, relicários e epígrafes.

A tentativa de manter a comunhão e a reverência na produção de um patamar sagrado se verifica em estratégias reforçadas por gerações adultas que investem na formação de descendentes e futuras tutoras. As “guardiãs da memória” (LINS DE BARROS, 1989) estão investidas com a responsabilidade de repetir as narrativas edificantes da ascendência, preservar documentação e repassar a memória familiar. Interlocutoras com origens distintas se apresentam como eleitas. Quando não se aceita a incumbência, é preciso indicar outra pessoa

capaz de reconstruir o passado do grupo. Alguns homens assumem esse lugar, mas mulheres perduram como repositórios da memória familiar, pelo menos nos casos de joias de família.

O modelo nuclear de família, tão citado em contextos nos quais individualização é exaltada, não anula o sentimento de pertença a uma ordem mais ampla. Como pontuou Duarte, congregação imaginária forma um complexo de parentesco bilateral transgeracional privado (2006, p. 14). Porém, algum convívio afetivo é necessário para haver intensidade. Esse vínculo pode ser vivido ou imaginado no repasse do processo de socialização daquele indivíduo do grupo eleito como sucessor.

Nuances do cotidiano indicam o que cada pessoa considera sagrado, e isso permite identificar momentos em que se ingressa num mundo distinto do ordinário. Todavia, joias não nascem sagradas, tampouco as “de família”. Acopladas, tornam-se mais ou menos especiais em processos sociais ao acumularem vidas. Esse fenômeno se realiza com os sentidos de encontros e narrativas. Algumas coisas não tinham importância na infância e vão, no acúmulo de relações, somando crônicas, mistérios e *pedigree* e se modificando em termos simbólicos, inclusive com a compreensão mais ampla de seu valor de pecúnia, mesmo não havendo intenção de venda. São anéis de coragem e potência, confianças e poderes. Investi-los de nomes próprios pode ser um atalho para a sagração (LEIRIS, 2017).

A caneta de ouro e prata

Lola me perguntou se eu gostaria de ouvir a história da caneta “de ouro e prata” que o pai lhe deu na formatura: “Guardo essa caneta e, com ela, guardo uma briga do meu pai com o pai dele”. Respondi a ela que sim, e minha amiga pousou a caneca de café e iniciou o relato:

Meu avô era italiano. Muito racista. Já meu pai não é assim, nunca foi. Então, eles brigavam muito. E meu pai tinha um amigo. Um amigo que era pobre. Bom, a família do meu pai morava ao lado do Congresso, em Buenos Aires. Eram pessoas de classe média. E meu avô viu meu pai com esse amigo e perguntou: “O que você está fazendo com esse homem?”. Meu pai ficou nervoso, chorou, foi um escândalo familiar. Então, meu avô se chocou com a reação do meu pai e pediu desculpas pela primeira vez. [...] A coisa se acalmou. Nessa noite, o meu avô morreu. Acho que até hoje o meu pai não tem essa relação resolvida. Penso nessa história e fico triste. Meu pai tinha 18, 19 anos quando isso aconteceu. Ele é sociólogo, mas, nessa época, tinha começado a estudar Direito, por causa do pai.

O avô nasceu na Itália, e o pai dele morreu no *front*, na I Guerra Mundial, deixando esposa e o casal de filhos. A viúva se casou pela segunda vez na década de

1930 e teve o terceiro filho. A família viveu na Líbia, na época colônia italiana, mas, com o fim da II Guerra e a conversão do país em protetorado inglês, os cinco migraram para a Argentina, onde o avô de Lola acrescentou uma consoante ao sobrenome para escapar do serviço militar.

O pai de Lola foi o último da prole. “Herdou a caneta por ser homem”, disse a socióloga, com 42 anos na época. Ela desconhece a origem do bem que leva a inicial do sobrenome. É provável que o avô o tenha comprado:

Ele era narcisista, tinha muitas coisas com a letra do nome gravada. O robe dele era bordado com as iniciais. Teve dinheiro, mas, assim como ganhou, perdeu. Trabalhava como advogado e jornalista. Depois da morte dele, minha avó, que vinha de família mais rica, gastou tudo. E vieram as crises da Argentina. Ela perdeu apartamentos. Essa avó acabou morando num bairro bem chique. Imóvel pequeno, dois quartos, mas você entrava lá e era um Palácio de Versalhes, porque tinha coisas supercaras. Quando morreu, em 2007, e isso é interessante, ela ainda tinha muitas joias.

Muitas joias de família destinadas às primas de Lola:

Meu pai guardou algumas coisas de valor, mas minhas primas levaram todas as joias de família, porque são filhas das filhas. Acho que nem tive vontade de ter essas joias na época. Minhas primas eram mais próximas dessa vó. Tive uma relação parecida com a mãe da minha mãe.

A resignação não é a mesma quando Lola menciona um relógio prometido pelo avô materno. Solicitou o bem ao tio, sem sucesso. “Meu avô disse que o relógio seria meu!” Já a caneta foi repassada na formatura, embora Lola a desejasse desde pequena.

Eu a usava um pouquinho. Pedia para ficar com ela, e meu pai dizia que me daria. Quando me formei, ganhei. Para meu pai, o final da universidade era o momento de me repassar a caneta. Pensando bem, pode ter sido porque entrei no universo dele, no curso e no mundo do trabalho, que ainda é visto como “masculino”. [pausa] Falar sobre isso me ajuda a pensar sobre minha família.

Chegava o Dia dos Pais e Lola ia ao cemitério visitar o avô num passeio inventado pelo pai, que aproveitava a ocasião para sublinhar diferenças com o genitor e reforçar para a filha a ascendência italiana. Por relatos de contornos mais nítidos a cada ano, o filho produzia o ancestral e aliviava o peso do morto. Sem poder levar adiante sobrenome, que Lola se inscrevesse na caneta.

E agora? O que é que eu vou fazer com essa caneta? Porque eu tenho que pensar no destino da joia, e ela faz com que a gente pense na própria morte, né? Meu irmão é jornalista. Eu tenho uma irmã das Ciências Sociais. É do segundo casamento do meu pai. Só que eu não vou dar [a caneta] para ela, porque ela já tem o meu pai [risos]. Eu tenho a caneta.[...] Acho que, hoje, quando formos à Fundación PROA⁸³, vou jogar essa caneta no Riachuelo! [risos]⁸⁴

⁸³ A Fundación PROA é um centro cultural de arte contemporânea no bairro La Boca, na capital argentina.

⁸⁴ A fachada da Fundación PROA está virada para o Riachuelo, rio que banha a cidade.

3.6 IDENTIDADES CONTINUADAS E LENDAS FAMILIARES

Na produção desta pesquisa, alguns descendentes demonstram descompasso, outros assumem identidades formuladas no tempo com o convívio com bibelôs lascados, mobiliário, coleções, trejeitos, léxicos, álbuns de fotografias, prataria, livros de receitas e cobertas de linho. Essas identidades forjadas, jamais absolutas, coexistem no sujeito e são atravessadas por outras, mesmo havendo predileção por uma ou outra narrativa. Pina Cabral as denomina identidades continuadas (2003a) e as define como laços resultantes de uma comum identificação com gerações anteriores, inclusive com os mortos, que continuam exercendo poder aglutinador entre os que estão a eles associados pela memória.

A repetição de relatos é fundamental para esse universo mutante não se esfacelar e ser esquecido. A isso Pina Cabral chama de lenda familiar, crônica quase mítica que tende a atingir um nível de coerência de forma consciente de reelaboração do passado. Feitos, conquistas, características familiares são explicitados e revividos em transformações. Nem tudo é positivado, mas algo precisa sobreviver. E muitos comportamentos derivam de narrativas que integram esse patrimônio (PINA CABRAL, 2003a, p. 128).

É possível perceber lendas familiares em diferentes camadas sociais, mas elas são essenciais para a alta burguesia ou para famílias que se recontam como dotadas de características “aristocráticas” ou “dinásticas” associadas a trajetórias afortunadas (PINA CABRAL, 2003a; LOMNITZ e PEREZ-LIZAU, 1987; PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 2013; MARCUS, 1992, 1995; SAINT MARTIN, 1995). Isto porque identidades continuadas tendem a ser objetivadas por bens materiais e privilégio do sobrenome, e lendas familiares facilitam processos de integração. Nesses arranjos, transmitem-se patrimônios notórios em meio a tensões, desqualificação ou intriga sobre beneficiamento de um ou outro. Em termos legais, entretanto, a divisão igualitária normatizada pelo Estado é obrigatória (PINA CABRAL, 2003a, p. 122). Exceto para algumas coisas, como joias de família.

A memória genealógica, já mencionei, costuma ser mais profunda quando se apresenta pretense passado dinástico (PINA CABRAL, 2003a). Não significa que não haja genealogistas ou interessados em recuperar linhagens em outros estratos sociais. Como sugerido por Segalen e Michelat, a busca pela origem da filiação é fenômeno atestado universalmente (1991, p. 194). Nas sociedades que denominam como “exóticas”, a prática teria uma “função social coletiva” na medida em que, ao reafirmar a memória e a territorialidade, permitiria a legitimação de poder político de chefes.

O exercício da reconstrução de origens familiares, em sociedades europeias, ocupa-se de traçar a anosidade das linhagens e a identificação de ancestrais, sendo acessada como testemunho de gênese por vezes pensada como quase divina ou datada da Idade Média. A prática até foi romanceada pelo português Eça de Queirós em *A ilustre casa de Ramires*, de 1900. Na trama, o fidalgo Gonçalo Mendes Ramires ambiciona ingressar na política e produz uma novela histórica a partir de um antepassado que teria sido cavaleiro de um monarca de Portugal no início do século XIII:

Gonçalo Mendes Ramires (como confessava esse severo genealogista, o morgado de Cidadelhe) era certamente o mais genuíno e antigo fidalgo de Portugal. Raras famílias, mesmo coevas, poderiam traçar a sua ascendência por linha varonil e sempre pura, até os vagos Senhores que entre Douro e Minho mantinham castelo e terra murada, quando os barões francos desceram, com pendão e caldeira, na hoste do Borguinhão. E os Ramires entroncavam limpidamente a sua Casa, por linha pura e sempre varonil, no filho do Conde Nuno Mendes, senhor de Treixedo e de Santa Irenéia, que casou em 967 com Dona Elduara, Condessa de Carrion, filha de Bermudo, o *Gotoso*, rei de Leão. (QUEIRÓS, s/d, p.12).

Pina Cabral identifica horizontes em que sujeitos constroem reflexivamente as imagens que têm de si, isto é, o *self* (2003a). Segundo ele, relatos produzidos em cenários aristocráticos acumulam antepassados – nesta pesquisa, isso sobressaiu em narrativas de joias de família com menção, em alguma instância, de posse de vultosas propriedades rurais. É comum personagens arrefecerem ou demandarem outras formas de rememoração. Em casos mais abastados, tende-se a buscar “famosos” em cenários culturais, políticos ou econômicos.

E onde se criam as lendas familiares? As que figuram que compõem esta etnografia sobre transmissão de joias de família emergiram de cafezais do interior de São Paulo, de charqueadas pelotenses, da imigração portuguesa, de estâncias de Cruz Alta, da fronteira do Brasil com Argentina e Uruguai, da política, da diáspora libanesa, de revoluções, da península de Nápoles, de comerciantes ibéricos... Títulos, brasões e ancestrais distintos não são tão reivindicados quando se descende nos estratos sociais ou quando a narrativa da ascendência se elaborou com recorte urbano e apresenta origem pouco rastreada, com ou sem essa intencionalidade manifesta e reconhecida. É a persistência e o senso de trabalho árduo do imigrante que prevalece nesses casos, no comércio ou no campesinato.

Antepassados recuados na genealogia são regulares como lendas ou mitos familiares quando a ascendência se conecta a propriedades rurais ou indústria e comércio da virada do século XIX para XX, inclusive se antigos domínios persistem apenas em narrativas orais ou imagéticas. Como verificado junto a famílias burguesas/de elite (LOMNITZ e PEREZ-LIZAU, 1987; MARCUS, 1995; PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 2007b), “mitos de origem” se inclinam para homens brancos, bons de negócios, sensatos e empreendedores, que

ascenderam social e economicamente “pelo trabalho”, mesmo se a riqueza seja resultado de um processo coletivo ou da exploração de força alheia. Algo dessa conquista pode ser celebrado no presente, ainda que o relato se adorne com reveladora imprecisão. Descendentes têm abundância de fotos e retratos, artefatos empregados na socialização da família e na sua legitimação ao permitirem associações com outras imagens da memória (MOREIRA LEITE, 2005), porém dispõem de poucos registros escritos sobre o passado, como certidões e papéis que marquem desembarques nas Américas, por exemplo. Crônicas dúbias e vagas desbotam, pedem esforço e criatividade para retroceder mais de dois séculos às nascentes ibéricas.

Algumas interlocutoras que se identificaram como provindas de camadas populares e de ascendência italiana ou espanhola expuseram informações esparsas sobre uma ou duas gerações adicionais em retrospectiva se baseando em resultados de alguma pesquisa feita por familiares que recolheram dados não com o objetivo de produzir as genealogias. Uma motivação para o mapeamento desses históricos familiares confluía para a elaboração de documentação exigida por embaixadas para concessão de cidadanias adicionais. Descendentes de imigrantes do Oriente Médio, sujeitos que nutriram do lado de cá do Atlântico atividades de comércio ou na “terra” num primeiro momento, tendem a iniciar relatos pelo primeiro ancestral a se fixar em algum ponto do Brasil.

Avós e bisavós são mais frequentes, e não são muitas as gerações acessadas. Não chegam, contudo, a isolar essas figuras como mitológicas no sentido de fundadoras da família, nem manifestam preocupação em convergir o relato nesse fluxo. Conforme constatei, a figura mitológica sobressai como personagem evocada com maior recorrência em famílias longevas na narrativa (cf. MARCUS, 1995; LOMNITZ e PEREZ-LIZAUR, 1987; PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 2007b). Há exceções, mas foi mais comum.

As condições de apropriação da herança, nesse cenário, dependem do modo de depoimento simbólico e jurídico dos bens pelo falecido e de prescrições ou obrigações que acompanham a sucessão (MASSON e GOTMAN, 1991, p. 215). Em contextos abastados, com ou sem declínio social, propriedades rurais, imóveis ou negócios de família adquirem caráter sagrado ligado a narrativas que incluem esforço, trabalho, extensões de terra e tempo empregado na construção do patrimônio. Joias de família reluzem como triviais ou essenciais, pois suas presenças estão integradas “naturalmente” a esse modo de vida.

Onde ascensões sociocultural e econômica se deram mais recentemente, há uma ou duas gerações, é comum encontrar joias de família em adereços de formatura ou alianças de casamento, algumas fundidas na viuvez, sendo mais raros adornos de noivado ou presentes de aniversário de 15 anos. Observei maior precisão narrativa dos deslocamentos intercontinentais

entre quem armazena papéis ligados a processos migratórios ocorridos há menos de dois séculos. Situações estas inclinadas a protagonismo de pessoas com origens reclamadas “alemã”, árabe – síria ou libanesa, na maioria – e “italiana” que aportaram na América Latina no final do século XIX ou no “entre guerras”.

Em quaisquer situações, houve ancestralidades convergindo em função de encontros matrimoniais dispersos. Uma mesma narradora poderia contar as joias da linhagem embaralhando propriedades e se vinculando a um ou a outro ramo. Era plausível, ainda, um conjunto familiar ser exibido em configurações sortidas – família “muito rica” por um ramo, e família “muito pobre” pelo outro –, conforme o avanço da conversa, para explicar minúcias afetivas e encaminhamentos das joias. Exaltavam-se mulheres pela dedicação, benevolência ou atitudes e iniciativas atualizadas em falas desse início de século XXI. Eram realocadas na vanguarda por afrontarem preceitos morais e religiosos. Polos, esses, que podiam ser recombinados e sobrepostos, expondo portadoras de predicados ambíguos e figuras de admiração ou recusas, berços de inspiração ou contestação. Percebi, em meio a isso, mais integrantes numa mesma crônica que situa membros em termos usuais de parentesco ocidental do que quando se descrevem relações, solidariedades e compartilhamento de adereços. Ligações firmadas por vínculos rituais também participavam de relatos, bem como pessoas aproximadas pelo viés afetivo e apresentadas “como se fossem da família”.

4 DÁDIVAS, O SAGRADO E A IMAGINAÇÃO

Este capítulo tem as suas raízes em inquietações pontuadas por Marcel Mauss, alguns comentadores e reflexões constatadas ao longo de meu percurso etnográfico. Adianto que ambiguidades observadas para dádivas são constantes na trajetória de joias de família que transitam verticalmente e enredam gerações, pois essas coisas desejadas, sentidas, reivindicadas e animadas continuamente se acoplam ou, por infortúnios ou intencionalidades, desacoplam-se, conquistando ou perdendo propriedades individuais e coletivas que lhes conferem sacralidade e pertencimento na elaboração de dinastias afetivas e na tutela para prolongar suas vidas, desafiando a finitude com a ilusão da eternidade.

Reconheço que, inicialmente, eu pensava com frequência em *Ensaio sobre a dádiva*, de Mauss (2003), ao cogitar o fenômeno de transmissão de joias de família como objeto de pesquisa. Para além da riqueza ensaística e dos desafios intelectuais lançados por esse autor, o texto mais notório de Mauss, publicado pela primeira vez em 1925, impelia-me a atentar para o encadeamento de afetos e suas ambivalências, construções de laços familiares e sociais, para as ambiguidades e a produção de compromissos firmados nos movimentos de coisas imbuídas de valores tão distintos e antagônicos nas interlocuções, porém coexistentes e complementares. Também tinha certa predileção por estudar camadas médias e altas em contextos urbanos, estivessem os sujeitos nesse espectro em função de ascensão ou descenso social ou por alguma conformação de permanência.

Explorar a transmissão de joias de família partindo das reflexões de Mauss se mostrava profícuo na medida em que os repasses de adereços corporais entre gerações indicavam firmamento, adensamento e rompimentos de vínculos. É fundamental pontuar, inclusive, que adornos feitos de materiais nobres não são estranhos a inquietações antropológicas e sociológicas que precederam meu interesse pelo tema. Ademais, esses artefatos tão dependentes do trânsito entre vida e morte indicavam a acumulação e a prevalência de valor simbólico ao animarem e serem animados por rituais e narrativas singulares proferidas pelos que os recebem, os guardam e os repassam. A questão venal, todavia, não era ignorada nas falas, denunciando sua presença reconhecida, inclusive quando desdenhada ou negada.

Por conta disso, amparada por discussões prévias, aproximei-me de Godelier, autor de *O enigma do dom* (2001), texto do qual tomo emprestada a noção de sagrado que me parece

mais adequada para compreender as razões pelas quais joias de família adquirem e propagam caráter tão singular no reparte das heranças, sendo confiadas à descendência sem ser alienadas por completo da ascendência, conectando tutoras, produzindo ramificações em linhagens e indicando a primazia do aspecto imaginário sobre o simbólico, ou seja, invertendo a equação de Lévi-Strauss (2003) quando este criticou o trabalho de Mauss. Retomo esse ponto adiante.

Por ora, destaco que tanto Godelier quanto Weiner enfatizaram a quarta obrigação da dádiva, regra mencionada, porém pouco elaborada por Mauss – que discorreu longamente sobre a tríade dar-receber-retribuir – e que trata de contratos e trocas entre homens e deuses. “Não fizemos o estudo geral que seria preciso para realçar a importância disso”, reconheceu Mauss (2003, p. 203), identificando especificidades nos contratos firmados com deuses ou mortos em relação aos movimentos de circuitos dádivosos tradicionais. Essa característica permite pensar elementos que nutrem a noção de sacralidade de algumas entidades das famílias, sujeitos imaginados como presentes em coisas nas quais idealmente sobreviveram e que seriam capazes de transmitir virtudes.

Expus, no capítulo anterior, incidências místicas, míticas e religiosas no percurso referente às reflexões sobre “a família”, constructo social imprescindível para o reconhecimento de um tipo de coisa cuja transmissão mobiliza esta etnografia. Isto porque não se pode ignorar a dimensão espiritual e o emaranhado religioso no cotidiano familiar, com atitudes de devoção, reverência e intensidade (DUARTE e MENEZES, 2017) perpassando narrativas, práticas e performances envolvendo joias de família.

Ainda com Godelier, portanto, considero que, havendo imaginação, imaginam-se linhagens; havendo relações, criam-se afetos. Daí a sugestão de produção de dinastia afetiva como noção que se propaga em linhas quando joias de família estão em fluxo no interior das coletividades, tecendo e adensando distinções. Desta forma, joia de família combina ancestralidades, enreda sentimentos, marca posições e acumula *pedigree*. Penso ser prudente sublinhar, ainda, asserção de Godelier na qual ele observa que:

As coisas não se deslocam por si mesmas. O que as põe em movimento e as faz circular em um sentido, depois em outro e em outro ainda etc. é sempre a vontade dos indivíduos e dos grupos de estabelecer laços pessoais de solidariedade e/ou dependência entre eles. Ora, a vontade de estabelecer tais laços pessoais exprime *mais* que a vontade pessoal dos indivíduos e dos grupos, e *mais até que o domínio da vontade*, da liberdade das pessoas (individuais ou coletivas). Pois aquilo que se produz ou se reproduz através do estabelecimento desses laços pessoais é o conjunto ou uma parte essencial das relações sociais que constituem a base de sua sociedade e que lhe imprimem uma certa lógica global que é, ao mesmo tempo, fonte da identidade social dos indivíduos e grupos membros. Em suma, o que se manifesta através dos objetivos que perseguem, das decisões que tomam, das ações que realizam voluntariamente os indivíduos e os grupos que compõem uma dada sociedade não são apenas as suas vontades pessoais, mas necessidades a-pessoais ou

im-pessoais ligadas à natureza de suas relações sociais e que ressurgem sem cessar da produção-reprodução dessas relações (quer se trate de relações de parentesco, de poder ou de relações com os deuses e os espíritos dos mortos etc.). (GODELIER, 2001, p. 157, *grifos no original*).

Sobre joias de família em movimento, observei que esses adereços também não são levados de um ponto a outro em definitivo nas genealogias, mas são como itinerários delineados nos movimentos e podem se ramificar por caminhos complementares, aleatórios ou alternativos, se considerarmos as joias repartidas, refeitas e distribuídas para mais de uma tutora. Podem ir e vir por trilhas entrelaçadas, mas não devem se afastar dos fluxos afetivos.

Outro aspecto essencial é a verticalidade dos repartes, com joias de família tendendo a movimentos inter e transgeracionais, ou seja, enredando duas ou mais gerações na esperança da continuidade. Aliás, eram recorrentes narrativas de vínculos aprofundados na passagem de avós para netas, uma prática intensificada com aumento na expectativa de vida e maior convívio, o que permite perceber afinidades e identificações transgeracionais. Ademais, com a aceitação do divórcio, noras parecem ser preteridas com maior frequência do recebimento de adornos, com avós paternas tomando a iniciativa de repartir suas joias entre as netas.

A professora Suely Goulart é uma das tantas avós lembradas no campo que transmitiram joias diretamente para uma neta, dando continuidade ou iniciando uma dinastia afetiva no movimento dessas coisas que honram e obrigam ao mesmo tempo. “É pouca coisa. Minha avó tinha um conjunto de brinco, anel e gargantilha que tinha ganhado do meu avô. É de ouro com pedra granada, vermelha. Ela me deu quando eu menstruei”, contou-me a atual tutora dos adornos, Leda Goulart, servidora da Justiça do Trabalho, de Porto Alegre.

Leda me procurou numa rede social por indicação de uma amiga em comum. “Oi, tenho uma história de joia de família”, ela escreveu em mensagem privada, em 2017. Naquela época, essa colaboradora tinha 37 anos e uma filha adolescente que, lamentou, não “dava bola” para os adornos regalados pela avó paterna de sua mãe. “Talvez mais tarde se interesse. Com o tempo, a gente passa a valorizar mais.”

O conjunto de Suely – “Ela foi uma das fundadoras do CPERS-Sindicato⁸⁵” – não são exibidos por Leda em qualquer situação. A tutora os reserva para o que denominou “ocasiões especiais”. “Eu adoro elas [as peças]. E olha que não sou ligada a joias”. Mesmo com uma prima mais velha que vive na França, a tutora foi escolhida para cuidar do conjunto, talvez, pela convivência, pela proximidade afetiva. Pelo menos é isso que arrisca.

⁸⁵ Sindicato que representa professores, funcionários e especialistas em educação da rede pública do Rio Grande do Sul. Foi fundado em 1945. Disponível em <https://cpers.com.br/>. Acesso em 15 dez 2019.

Há algo peculiar nos trânsitos de joias de família em relação à movimentação de tantas outras heranças, e acoplar ou desacoplar a partícula de família modifica o estatuto da coisa no conjunto de bens – não são coisas exteriores aos grupos, mas fazem parte deles. Porém, nem todas as coisas de família são feitas de ouro, prata, platina ou gemas, ou seja, nem todas têm valor venal ou *appeal* para serem trocadas por dinheiro ou penhoradas. Nas joias, isso se apresenta com muita potência. Não fosse o tabu da venda, interdição moral sobre a qual discorro no capítulo 5, essas coisas seriam quiçá alienadas.

É relevante considerar, ainda, as ambivalências apontadas por autores na trajetória semântica de dom, nem sempre convergentes, mas recorrentes para a tensão entre os significados das palavras (BENVENISTE, 1995; GODBOUT e CAILLÉ, 1999; MAUSS, 2003). Em estudos empreendidos no início do século XX, verificou-se que “dom”, “dádiva”, “dose”, “dar” e outros vocábulos próximos retrocedem à mesma origem indo-europeia. A discussão chamava a atenção para o fato de, pelo ramo germânico, o termo *gift* corresponder a “presente”, em inglês, e a “veneno”, em alemão (*das Gift*).

O perigo que a coisa dada ou transmitida representa não se percebe em parte alguma melhor, certamente, do que no antiquíssimo direito e nas antiquíssimas línguas germânicas. Isso explica o sentido duplo da palavra *gift* no conjunto dessas línguas – dádiva, de um lado, e veneno, de outro. Em outro estudo examinamos a história semântica dessa palavra. O tema da dádiva funesta, do presente ou do bem que se transforma em veneno é fundamental no folclore germânico. (MAUSS, 2003, p. 291-292).

Aponto outra ambiguidade para heranças que estão “a serviço do laço social” (GOTMAN, 1988; GODBOUT e CAILLÉ, 1999). Em geral, quando minhas colaboradoras se referiam à propriedade de adensamento de afetos através do recebimento de joias de família por um caminho positivado, entendido como fruto de relação profunda e duradoura de “bons sentimentos” na relação com a doadora, desconsideravam a polissemia da palavra “laço”, também “cilada”, “armadilha”, “logro”, “traição” e outras. Receber, aceitar e honrar responsabilidades repassadas em joia de família – e que não se esgotam na guarda, mas engendram obrigações e restrições na coisa confiada, porém não alienada – é se emaranhar em satisfação, mas também é arcar com um peso, acúmulo de gerações, um veneno, uma responsabilidade da qual não é tão simples se desvencilhar. O que obriga a repassar uma joia de família é o fato de que repassar uma joia de família obriga, tem consequências, sobretudo para quem recebe o bem, pois recebe uma série de compromissos e incumbências.

Dádiva é ato voluntário, cria dívida e reúne paixões. É, simultaneamente, generosa e violenta. Quem a repassa, todavia, não parece fazê-lo disfarçando interesse. A produção da obrigação é intencional. A joia de família, em seus movimentos pela família, mantém o

caráter pessoal. Quando isso se perde, quando ela se desacopla da personalidade pela venda ou pelo esquecimento de suas singularidades, a coisa deixa de ser sagrada para se tornar mais um dentre tantos membros ordinários da família que, em geral, desaparece das narrativas.

4.1 AMBIGUIDADES E INALIENABILIDADE

Ornatos associados a prestígio e a poder não são exclusividades de realezas ou aristocracias. Pensados a partir de fundamentos de tradição ocidental, todavia, a comparação é recorrente, inclusive na teoria antropológica. Malinowski (1978) e Weiner⁸⁶ (1992) pesquisaram o circuito do *kula* na Melanésia e correlacionaram braceletes (*mwali*) e colares (*soulava*) a joias da Coroa britânica, percebendo semelhanças na medida em que os artigos, mesmo ligados a portadores ou doadores individuais e reunindo propriedades individualizantes, têm dimensão coletiva. Essas coisas, segundo eles, acumulam valores em rituais, circulação, histórias singulares dos que os recebem, os guardam e os repassam.

Pioneiro na classificação de dom e contradom e na enunciação da reciprocidade como base das relações em sociedades “primitivas”, Malinowski identificou e minuciou o *kula* para seus pares no início do século XX, na obra *Os argonautas do Pacífico Ocidental* (1978). O complexo sistema de trocas cerimoniais entre homens do arquipélago das Ilhas Trobriand implica a produção de canoas nas quais viajam colares e braceletes feitos de conchas em direções opostas, vinculando tribos e formatando uma instituição econômica que conecta sujeitos em duplas no movimento de dois artigos permutados e cujas posses são temporárias.

O indivíduo que participa do *kula* (nem todos os nativos no âmbito desse sistema têm autorização para isso) possui apenas um número limitado de pessoas com as quais pode negociar. Esta parceria é estabelecida de um modo definido, exige a satisfação de certas formalidades e constitui uma relação permanente, para toda a vida. (MALINOWSKI, 1978, p. 77).

De volta à Europa após seis anos no Pacífico Sul e na Austrália, Malinowski visitou o Castelo de Edimburgo, na Escócia, onde turistas podem admirar joias da Coroa. O antropólogo ainda refletia sobre a importância conferida por trobriandeses aos ornamentos do *kula* e, diante dos adereços reais, elaborou a seguinte analogia:

O guarda contou-me diversas histórias, de como as joias haviam sido usadas por este ou aquele rei ou rainha, nesta ou naquela ocasião; de que modo haviam sido levadas a Londres, causando com isso justa indignação a toda nação escocesa; como as joias foram por fim restituídas; como todos estão agora satisfeitos, sabendo-as em lugar

⁸⁶ A capa do livro *Inalienable possessions: the paradox of keeping-while-giving*, de Weiner (1992), que realizou sua pesquisa nas Ilhas Trobriand, é justamente uma imagem de uma coroa.

seguro, trancadas a chave e cadeado, fora do alcance de pessoas que as queiram tocar. Enquanto eu olhava para as joias e pensava comigo mesmo como eram feias, inúteis, pesadas e até mesmo vistosas demais e de mau gosto, tive a sensação exata de que algo parecido já me havia sido relatado recentemente e de que eu já vira inúmeros outros objetos desse mesmo tipo, que me impressionaram de maneira idêntica. (MALINOWSKI, 1978, p. 75).

Conclui-se que um colar ou bracelete de conchas inserido no *kula* jamais seria igual a outro do mesmo material. Igualmente, joias da Coroa britânica, tanto as guardadas no castelo escocês quanto as armazenadas na Torre de Londres, no Palácio de Buckingham ou em outra fortaleza, recebem credenciais e conferem *status* em circulações junto a membros da dinastia em exercício e em falas de guardiões, retornando com novas histórias a cofres e acervos, acrescentando mais *pedigree* a crônicas futuras.

A correlação de artigos do *kula* com joias apresentada por Malinowski se tornou paradigmática para introduzir e disseminar o encantamento dos trobriandeses por seus adornos de conchas. O impacto desse trabalho foi tamanho que tantas vezes é evocado por outros autores que produziram pesquisas naquela ou acerca daquela região do Pacífico e se debruçam sobre a economia do dom, teorizando material etnográfico recolhido em diversos locais e períodos e pensando sobre a alienabilidade e a inalienabilidade de alguns artigos, com especial atenção para sociedades onde lógicas de mercado imperam e mostram o quanto é complexa a relação dos indivíduos com as coisas que imaginam ser sagradas ou preciosas para além das suas propriedades materiais e de “valor de uso”.

Os relatos preliminares para esta pesquisa, aliás, acentuavam a relevância de se explorar atributos valorativos concedidos a esses presentes e a essas heranças que têm entre peculiaridades transitar num imaginário sagrado, na medida em que joias de família “não têm preço”, e nos limites do que se acredita ser uma família. Questão central era me certificar de que considerar adornos como dádivas poderia fazer sentido do ponto de vista conceitual, além de verificar como isso aparecia no trabalho de campo.

Relembro que a teoria maussiana fundamenta discussões sobre reciprocidade e se organiza pela tríade de obrigações dar-receber-retribuir (MAUSS, 2003). Essas disposições é que moveriam pessoas e coisas. Preocupado em compreender o “espírito das coisas dadas”, o autor levantou a hipótese de que haveria alguma força ou alma no objeto e a chamou de *hau*, tomando emprestada a noção nativa Maori, a partir de um texto de segunda mão. Nessa força, que considerou animada, independentemente de portadores e repasses seguintes, residiria a explicação para o fenômeno da dádiva. Para Mauss, o importante era perceber que o *hau* desejaria voltar ao ponto de origem, o que obrigaria o contradom.

Muitos comentadores discutiram a aplicação da noção de *hau* por Mauss. Para Lévi-Strauss, que tece a crítica mais célebre, o sociólogo teria se deixado mistificar pelos nativos (2003). Lévi-Strauss objetou a postulação maussiana e sustentou que a troca é condição para a comunicação, pendendo desta a instauração do social. A não retribuição ou uma contrapartida que frustrasse o retorno almejado conduziria à ruptura ou a algum tipo de hostilidade entre as partes. Um contradição condizente com as expectativas produziria alianças “para fora” ou adensaria vínculos. De acordo com Lévi-Strauss, retribuir integraria a reprodução social.

A breve menção a Mauss e Lévi-Strauss me ajuda a chegar a outro autor de grande valia para esta etnografia e que citará esse debate acerca do *hau*⁸⁷, sem deixar, contudo, de ser crítico. O teórico ao qual me refiro é Godelier (2001), que ilumina a dimensão sagrada da dádiva, e suas exposições encontram inspiração em Mauss e Lévi-Strauss. Mas também se entusiasmou com o olhar empreendido por Weiner, a quem referencia e reverencia seu percurso intelectual (GODELIER, 2001).

Weiner (1992) conduziu pesquisa nas Ilhas Trobriand cinco décadas após Malinowski. Ela observou que alguns objetos retirados de esferas de trocas cotidianas eram dados sem que fossem alienados do doador. Não seria a “norma da reciprocidade” (MALINOWSKI, 1978; MAUSS, 2003) a questão central para a vida social, insistia. Para a antropóloga, a chave estaria no paradoxo do *keeping-while-giving*, ou seja, na possibilidade de um objeto ser conservado e doado ao mesmo tempo (1992).

Ao examinar categorias familiares em trocas, além de destacar a importância das mulheres no exercício do poder onde empreendeu sua pesquisa, Weiner constatou que a motivação para a reciprocidade não se centrava na dádiva, mas na autoridade de se conservar posses inalienáveis e na restrição à circulação e ao trânsito de certos objetos. Portar bens com características inalienáveis marcaria mais diferenças do que equilíbrios nas trocas. Guardar ao invés de alienar o inalienável permitiria àqueles que detêm as coisas validar posições privilegiadas numa hierarquia social circunscrita (WEINER, 1992).

Segundo a autora, a existência de posses inalienáveis para além das vidas dos guardiões é fundamental. Tratar-se-iam de coisas capazes de corroborar e prolongar identidades, autoridades, *status* e poderes de grupos, mais do que de indivíduos. Weiner ainda

⁸⁷ Em artigo propondo encerrar a discussão em torno do *hau*, Babadzan postulou que o erro de Mauss foi enfatizar, no início do ensaio, o laço entre doador e donatário como dimensão espiritual mediada por coisas, sugerindo uma mistura de laços espirituais, de almas (1998). O *hau*, argumentou, seria o menos relevante no texto, e escreveu: “Insistir na dimensão social da troca continua sendo uma das grandes lições de Mauss. A contribuição decisiva do *Ensaio* é, evidentemente, a teoria do fato social total e da reciprocidade, na análise da natureza simbólica do presente, na combinação das três obrigações em que o dialeto é liberado e constrangido. Seu esforço para ‘entender a vida social como um sistema de relações’, que Lévi-Strauss acolheu com razão, Mauss poderia tê-lo feito sem o *hau*”. (BABADZAN, 1998, p. 260, tradução minha).

refletiu sobre o caráter inalienável de certos bens – aqueles que, por serem sagrados, não poderiam ser dados nem vendidos, mas guardados⁸⁸. Como assinalou, mercadorias seriam mais fáceis de passar adiante do que bens transmitidos entre gerações em contextos familiares e que estão intrincados com identidades individuais e coletivas (1992, p. 6). Não significa que essas coisas fossem invioláveis, pois existe a iminência de extravio, deterioração física e diversos desafios políticos ameaçando separar a posse inalienável da figura do proprietário, transpondo-as para outra esfera de significação.

Quando inalienável, porém, a coisa retém memória, com passado inscrito e futuro projetado. Por esse motivo, recebimento e cultivo de um bem transcendente retirado de circulação por pressões morais e coletivas acentuam a dimensão de fardo e responsabilidade em paralelo ao entendimento de conquista. Afinal, nem todos os guardadores de algo que sobreviveu a gerações têm capacidade e possibilidade de enfrentar as forças adversas, preservar e repassar o adereço e tudo o que nele está contido. Como pontua Weiner (1992, p. 7), o paradoxo do *keeping-while-giving* cria a ilusão da permanência num mundo em constante modificação e risco de deterioração.

Inspirado em Weiner e identificando dívidas ancestrais entre os Baruya da Nova Guiné, Godelier (2001) analisou o caráter sagrado de coisas que são mantidas para que outras sejam repassadas, cunhando a noção do *keeping-for-giving-and-giving-for-keeping*. Para ele, *dar* não se opunha a guardar, pois dar poderia estar acompanhado de promessa de inalienabilidade. Quem doa, nesses casos, conserva direitos sobre a transferência, e a alienação não se completa. O enigma do dom, desta forma, não estaria na coisa dada, como indicou Mauss, mas na explicação de que a dádiva pode ser parcial, sem cessão total. Em outras palavras, dar não se opõe a guardar e pode se realizar com a promessa de conservação.

Como apontado por Godelier, Weiner mostrou que faltou a Mauss discorrer acerca de objetos retirados da esfera de troca, os que devem ser mantidos para que se conservem valores associados à descendência e à ancestralidade. Esses bens seriam os oferecidos aos deuses, correspondentes à quarta obrigação citada por Mauss, ainda que não explorada, pois ele se concentrou na retribuição, tomando dar e receber como autoevidentes. Em concordância com Lévi-Strauss (2003), aliás, Godelier refuta a noção de *hau* como explicação para a retribuição.

Cumprir observar que Godelier também lançou críticas às convicções de Lévi-Strauss, para quem estruturas mentais inconscientes de caráter universal dariam corpo às trocas,

⁸⁸ Dentre as críticas dirigidas a Weiner, destaco as de Mosko (2000), para quem a antropóloga não superou noções dicotômicas como pessoas/objetos, indivíduos/grupos e masculino/feminino. Segundo Mosko, a autora se preocupou demais com relações entre pessoas e objetos ou objetos e objetos e deixou de prestar atenção nas relações entre as pessoas (2000, p. 380).

desconsiderando a diversidade das formas culturais (GODELIER, 2001). Godelier não despreza ensinamentos dos antecessores, mas inverte essa lógica e apregoa a primazia do imaginário sobre o simbólico, como perspectiva mais adequada à abordagem do dom (2001, p. 46). Segundo ele, objetos trocados e guardados seriam materializações do imaginário, condições para que esse registro da vida humana pudesse fabricar a sociedade:

São antes de tudo as diversas maneiras como os homens imaginam suas relações entre eles e com aquilo que chamamos de natureza que distinguem as sociedades, assim como as épocas durante as quais algumas delas continuam a existir. Mas o imaginário não pode se transformar em social, fabricar “sociedade”, existindo apenas “idealmente”. Precisa materializar-se em relações concretas que tomam forma e conteúdo nas instituições e, claro, nos símbolos que as representam e fazem com que correspondam entre si, que se comuniquem. “Materializando-se” em relações sociais, o imaginário torna-se parte da realidade social. (GODELIER, 2001, p. 46).

O autor ainda localizou no imaginário a origem das crenças e, por meio delas, a distinção entre sagrado e profano:

[...] ou, em suma, o mundo do religioso, do mágico, um mundo fundado na dupla crença de que existem seres e forças invisíveis que controlam a ordem da marcha do universo e de que o homem pode atuar sobre eles, sobre elas, através da prece, do sacrifício e adequando sua conduta ao que imagina serem seus desejos, suas vontades e suas leis. (GODELIER, 2001, p. 46).

Penso que Godelier oferece chave analítica rica para guiar reflexões acerca do enlace vertical de gerações, indivíduos e coletividades que se emaranham nas joias de família, em suas narrativas, nos sentimentos que se propagam, na maneira como se expressam comoção de comunhão e reverência.

Acompanhando movimentos de joias de casas reais europeias e eventuais associações destas com joias de família, creio que Godelier ajuda a pensar sobre sacralidades e preciosidades. Para ele, coisas sagradas estão numa condição em que não podem ser dadas nem vendidas. Isso implica a circulação de outros artigos. Ou seja, é crucial que algumas coisas se movimentem para que se conservem as sagradas, as estáveis (GODELIER, 2001). Inclusive, escreveu, faltou a Mauss o reconhecimento da necessidade de se retirar bens das trocas mercantis para que o movimento fosse possível. Essas coisas seriam pontos fixos a partir dos quais homens, bens e serviços poderiam se movimentar:

É preciso que em toda sociedade, ao lado das coisas que circulam, que se movimentam, haja pontos fixos, pontos de ancoragem das relações sociais e das identidades coletivas e individuais; são elas que permitem a troca e fixam seus limites. (GODELIER, 2001, p. 240).

Arrisco, nesse paradigma, que joias de família são pontos autorizados a se mover “sem traumas” somente em situações específicas, como em heranças e casamentos, pois são entregues a sucessoras que as recebem, mas não as possuem de fato, pertencendo, essas coisas, a dinastias como elos afetivos e tornados públicos, com referência a ancestralidades ilustres e ilustradas conforme as narrativas sempre cambiantes que as enfeitam, as recriam e as enriquecem com novas camadas em distintas dimensões.

4.2 QUANDO O CAMPO REMETE À REALEZA

Nas transmissões de joias de família, em que as coisas tendem ao trânsito vertical, entre gerações sucessivas ou alternadas, ao invés de apresentar horizontal circulação intertribal ou intrageracional, um colar de pérolas herdado da bisavó não costuma ser comparado a outro colar da mesma matéria-prima. Pelo menos não para as pessoas inseridas na linha de repasse desse artigo de natureza específica e ambígua, com afetos, relações, poderes e valores emaranhados.

Reforçarei, com base nas interlocuções, que joias de família contêm valor de pecúnia derivado do entendimento de que são meios de pagamento, moeda, apresentam liquidez. A essa equação, acrescenta-se o elemento afeto, e este potencializa a construção de camadas geracionais. Assim, o poder imaginário concedido a posses inalienáveis é combustível para o valor simbólico (GODELIER, 2001, p. 55).

Seria viável começar a exemplificar os movimentos por meio de casas reais, sem, com isso, restringir o fenômeno à nobreza ou a camadas burguesas ou aristocráticas. A associação à monarquia europeia foi sugerida por muitas interlocutoras e no meu trabalho de campo e em distintos estratos e meios sociais. Ademais, a maior parte dos ornamentos corporais relatados no processo de pesquisa porta narrativas com características dinásticas no sentido de somar e embaralhar duas ou mais gerações (LINS DE BARROS, 1987) e relacionalidades (CARSTEN, 2000), muitas vezes envolvendo relatos sobre ascensão social a partir de camadas populares, com glorificação do passado e reverência a sobrenomes expressos e celebrados por produzirem comunhão (DUARTE e MENEZES, 2017; DUARTE, 2006).

Além do mais, receber, guardar, usar, exibir e exibir-se com e (re)transmitir joias de família impacta a sacralidade, a construção da singularidade dessas coisas que tendem a não fazer parte do conjunto dos bens triviais, alienáveis. Já venda e extravio podem provocar sensação de perda, de falta ou luto, mesmo quando as pessoas se digam libertas dessas coisas que, por serem de família, participam da engrenagem das relações.

4.2.1 A monarquia alimenta a imaginação

Desde que anunciei o tema da tese em meus ambientes social, acadêmico e familiar, recebo notícias e imagens de joias exibidas por membros de casas reais, além de sugestões de filmes, livros e seriados sobre o tema da monarquia. As menções se intensificaram ao redor do enlace do então príncipe Harry⁸⁹, neto da rainha Elizabeth II, da Grã-Bretanha, com a ex-atriz estadunidense Meghan Markle, celebrado em maio de 2018. No dia do casamento, ainda pela manhã, vi no meu aparelho celular dezenas de mensagens com fotos e informações sobre o diadema usado pela noiva, empréstimo da monarca⁹⁰. Fui inteirada por professores, colegas, amigos e parentes que o adereço com filigranas de platina e diamantes data de 1932, e que o broche é do século XIX, presente para a avó de Elizabeth II, Mary, quando a neta desposou o príncipe George, em 1893⁹¹. Note-se que adornos femininos da Coroa estão reservados ao uso de mulheres daquela família real por berço e àquelas introduzidas na linhagem por aliança.

Acerca dos enfeites evidenciados pela rainha, órgãos de imprensa de segmentos diversos publicaram – e parte da minha rede compartilhou – que o broche de diamantes e pérola chama-se Richmond, tem raízes no século XIX e foi legado à soberana por sua avó paterna, Mary, a mesma ancestral que lhe repassou a tiara dispensada à Meghan para subir ao altar⁹². O colar de pérolas da soberana, por sua vez, teria sido presente de seu pai, o rei George VI. Realeza e joias de família, desta forma, reluziam em *blogs*, *sites* e televisão.

Também se ostentam em celebrações oficiais os itens privados. De posse de ornatos à margem da coleção real, William e Harry presentearam as futuras esposas com peças da princesa Diana (1961-1997). Foi o caso da água-marinha que Meghan usou após a cerimônia

⁸⁹ Quando se afastou com a esposa e o filho das atribuições da realeza britânica, em janeiro de 2020, e se mudou para o Canadá com a família, o herdeiro caçula de Charles e Diana perdeu o título de príncipe, mas manteve o de duque de Sussex. Em 19 de fevereiro de 2021, o Palácio de Buckingham anunciou a saída do casal, com devolução de todos os títulos honorários e responsabilidades com instituições de nobreza.

⁹⁰ Um dito popular inglês recomenda que, para atrair sorte, a noiva reúna itens especiais no dia do casamento: “Something old/something new/something borrowed/something blue/and a silver sixpence in her shoe.” Em recentes enlaces da monarquia britânica, Elizabeth II emprestou às noivas plebeias diademas da coleção da Coroa para a cerimônia religiosa. É a esses enfeites que se atribui o papel de “algo emprestado”. No caso do anel de pedra água-marinha de Diana, que constava do acervo particular da sogra e estava sob a guarda de Harry, a imprensa britânica considerou a joia o “algo azul” da noiva. O “novo” seria o vestido Givenchy que Meghan exibiu no altar, e a coisa “velha”, um par de brincos da joalheria Cartier com o qual ela já tinha aparecido em público. Disponível em <https://www.telegraph.co.uk/luxury/jewellery/meghan-arkle-wears-dianas-ring-evening-reception-something/>. Acesso 13 jun. 2018.

⁹¹ Disponível em <https://www.goodhousekeeping.com/beauty/fashion/a19991637/meghan-markle-tiara-royal-wedding/>. Acesso em 13 jun. 2018.

⁹² Disponível em <https://www.townandcountrymag.com/style/jewelry-and-watches/a20874398/queen-elizabeth-royal-wedding-jewelry-richmond-brooch/>. Acesso em 13 jun. 2018.

religiosa e com a qual a sogra fizera aparições⁹³. Já seu anel de noivado contém diamantes retirados de outro enfeite de Lady Di⁹⁴, gemas ladeadas por um solitário adquirido pelo príncipe Harry em Botsuana, na África.



Figura 9: Elizabeth II e o broche Richmond. Crédito: Reprodução⁹⁵.



Figura 10: Meghan e a tiara emprestada por Elizabeth II. Crédito: Reprodução⁹⁶.

⁹³ FASSEL, Marion. Did Harry give Meghan on of princess Diana's rings? Postagem no blog The Aventurine. Disponível em <https://theadventurine.com/culture/royalty/did-harry-gave-meghan-one-of-dianas-rings/>. Acesso em 13 jun. 2018.

⁹⁴ ROYCE-GREENSIL, Sarah. Meghan Markle wears Diana's Asprey ring to her evening reception – a 'something blue' gift from prince Harry. In.: The Telegraph. 21/05/2018. Disponível em <https://www.telegraph.co.uk/luxury/jewellery/meghan-markle-wears-dianas-ring-evening-reception-something/>. Acesso em 13 jun. 2018.

⁹⁵ Disponível em <https://www.townandcountrymag.com/style/jewelry-and-watches/a20874398/queen-elizabeth-royal-wedding-jewelry-richmond-brooch/> Acesso em 20 jun. 2018.

⁹⁶ Disponível em <https://www.telegraph.co.uk/luxury/jewellery/meghan-markles-wedding-tiara-queen-marys-diamond-bandeau-tiara/> Acesso em 20 jun. 2018.

Anos antes, em 2010, holofotes se direcionavam ao príncipe William e à Catherine Middleton, colocando em relevo a entrega do anel de safira do Ceilão e 14 diamantes que Charles comprou para noivar com Diana, em 1981, à presumível rainha consorte do Reino Unido. A controvérsia da época: William não deveria ter ofertado algo comprado para a noiva? Até porque o anel de sua mãe fora adquirido por seu pai e não acumularia gerações.

Em entrevista à rede de televisão BBC, o príncipe respondeu à polêmica dizendo que seu gesto era uma tentativa de sentir a presença de Diana⁹⁷. Movimento arriscado para a opinião pública, sobretudo por envolver joia de compromisso com desfecho malsucedido aos olhos mais conservadores, a saber, o divórcio. Vale lembrar que William e Harry tinham 15 e 12 anos, nessa ordem, quando perderam a mãe em acidente em Paris. Diana somava 36 anos e estava acompanhada do seu namorado, Dodi Al-Fayed, além do motorista e de um guarda-costas. Um incidente excepcional no curso da realeza e para a própria exploração midiática.



Figura 11: O anel de noivado que o príncipe William deu à Catherine, em 2010, é o mesmo que seu pai, príncipe Charles, deu à sua mãe, Diana, quando do noivado deles, em 1981. Crédito: Reprodução⁹⁸.

A transmissão de joias de Diana às noivas dos filhos da princesa permite associações com fenômenos identificados e intensificados em arranjos familiares do século XX, com enfraquecimento dos laços matrimoniais e valorização das individualidades (SINGLY, 2007). Essas mudanças assombravam o palácio, mas ultrapassam portões da nobreza a ponto de influenciar e, por vezes, abalar publicamente o modelo mais tradicional de família propagado

⁹⁷ Disponível em <https://www.bbc.com/news/uk-11770033> Acesso em 27 jan. 2019.

⁹⁸ Disponível em <https://www.popsugar.com.au/fashion/photo-gallery/41597105/image/41597098/Princess-Diana-Engagement-Ring>. Acesso em 30 jan. 2020.

no Ocidente.⁹⁹ Em meio a escândalos, tensões, segredos, intrigas palacianas que colocam em xeque a fábula “viveram felizes para sempre” e a sugestão da sacralidade real, monarcas foram, aos poucos, cedendo aos anseios dos noivos¹⁰⁰.

E o que isso tem a ver com uma etnografia sobre transmissão de joias de família? Entendo que a família real britânica ocupa lugar privilegiado no imaginário em estratos altos e médios no Brasil e ao redor do planeta. A audiência de telespectadores e, desde os anos 1990, internautas quando se realizam as uniões indica o interesse. O auge dessa constatação para efeitos desta pesquisa se deu na boda de Harry e Meghan, a atriz com quem o príncipe se casou. Em relatos no trabalho de campo, a conexão também irrompia, ou como desculpa pela “simplicidade” das joias que me eram apresentadas – “não são joias da rainha da Inglaterra” –, ou para pontuar semelhanças com “o anel da Diana”. A dádiva hoje em uma das mãos da duquesa Catherine foi evocada mais de uma vez por quem detém anéis de família “similares” e confeccionados antes mesmo do noivado de Charles com Lady Di. Cito dois depoimentos recolhidos por mim no campo e que são ilustrativos dessas conexões:

Eu tenho um [anel] de safira, aquele da Diana. Acho uma coisa muito interessante... Havia dois na família, um mais precioso, com safira e 22 brilhantes¹⁰¹ na volta. Eu levei esse anel. Era da minha mãe. Um joalheiro disse que eu tinha uma verdadeira safira oriental, e que vale mais do que diamante. E fui ao Plaza São Rafael¹⁰², e tinha uma mulher que vendia joias lá. Ela disse a mesma coisa. Então se usava muito, de vários tamanhos, com a safira no meio e brilhantes na volta. Acho que meu pai deu para ela [a mãe]. Vou te mostrar um retrato [sua mãe como rainha de clube]. A coroa... – minha mãe, lindíssima. A coroa é fantasia... (Marina, octogenária, jornalista, Pelotas, 2018).

Minha mãe me repassou em vida esse anel. Ela o ganhou da madrinha, uma tia que não teve filhos. Quando ganhei o anel, ele ficava grande para mim, mas nunca mandei diminuir-lo. A gente não sabe se vão tirar as pedras. Agora me serve. E nunca mandei limpá-lo pelo mesmo medo. Ele me lembra o anel da Kate, da mulher do príncipe William. O anel que foi Diana, sabe? Era um modelo de época. Talvez tenha sido presente do pai dessa tia, meu bisavô. Eu me recordo dessa tia como uma mulher chique e que sabia misturar bijuteria com joias. (Milda, sexagenária, psicóloga, Porto Alegre, 2017).

⁹⁹ Nos últimos 30 anos, intensificaram-se as transformações nas genealogias reais europeias no que diz respeito à aceitação de indivíduos sem “sangue real”, com artistas, profissionais liberais, modelos, jornalistas e outros sujeitos há poucas décadas improváveis nos círculos dinásticos.

¹⁰⁰ Polêmicas envolvendo matrimônios e divórcios acompanham a família real britânica há séculos. Vale lembrar que um monarca inglês, o rei Henrique VIII (1491-1547), rompeu com a Igreja Católica e criou a Igreja Anglicana para anular o casamento com Catarina de Aragão (1485-1536) e se unir a Ana Bolena (1507-1536), a quem mandou decapitar anos mais tarde, antes de se unir a Jane Seymour (1509-1537) e emendar outros casamentos – e execuções. Mais recentemente, nos anos 1930, a Grã-Bretanha enfrentou um escândalo com a renúncia do rei Edward VIII (1894-1972) para desposar a *socialite* estadunidense Wallis Simpson (1896-1986), uma mulher divorciada e de quem fora amante. Discutiram-se outros casos no Parlamento, revelados pela imprensa e abafados ou contornados na corte para “proteger” a Coroa. Nos anos 1950, a atriz Grace Kelly (1929-1982), também dos Estados Unidos, tornou-se consorte do príncipe Rainier III (1923-2005), de Mônaco.

¹⁰¹ Verbetes empregado pelo senso comum como sinônimo de diamante. Não é um material gemológico: refere-se a um tipo de lapidação.

¹⁰² Fundado na década de 1960, foi um dos hotéis mais refinados de Porto Alegre até os anos 1990.



Figura 12: Um dos anéis associados à joia da princesa Diana hoje tutelada pela duquesa Catherine, também conhecida como Kate. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2017.

Além de referenciar o anel de noivado de Diana e ressaltar o presumível valor da joia recebida – avaliação feita por um especialista, “um joalheiro” de um hotel outrora de prestígio –, Marina incrementa sua fantasia de paralelos com a coroa do clube que sua mãe ganhou na cidade onde residiu na juventude. Sem pretensões reais, por seu turno, Milda não retira do anel o valor venal das pedras e o temor de roubo por cobiça alheia. Tanto é assim que nem ajustou o enfeite à mão, o que a impediu de vesti-lo. Em ambos os casos, as entrevistadas especulam que os enfeites ingressaram em suas respectivas famílias oferecidos por homens. Não têm certeza de quem teria sido a fonte. O que parece importar é a linhagem de mulheres vinculadas à comunidade de privilégios, posse e merecimento dessas joias.

Pois é sabido que, pouco tempo após se retirar do casamento, Diana restituiu o anel ao ex-marido. Príncipe Charles o repassou ao caçula quando da morte da ex-mulher, e Harry o cedeu ao irmão para ser da futura cunhada. Esse repasse foi alardeado pela imprensa internacional, inclusive com a menção de que Kate, como a duquesa é mais conhecida, seria estimada pelo cunhado como “irmã”. Cada vez que ela surge em público com a mão vestida pela safira (vimos nos exemplos acima), o mito da sogra resplandece.

Ao se observar Kate e “o anel de Diana” a partir de reflexões de Strathern sobre traços prefigurados e figuras compósitas (1997), percebem-se a sogra, o fim do casamento e a atual guardiã da peça. É plausível, ainda, visualizar individualidades de Kate e de tantos e tantas que a precederam ou com ela convivem no artefato. Charles e William integram a cena por ações respectivas de dádiva original e de repasse e consequente instituição da eleita do príncipe. Detalhe do conjunto, o anel de Diana é narrado como joia de família, distinto de itens da Coroa usados por princesas e aristocratas e que retornam aos cofres após as exposições. O anel só pode ser vestido por uma mulher a cada geração. Foi dado e repassado; entretanto, não foi alienado. Sem preço e composto por ancestralidade, é sagrado (GODELIER, 2001).

Inspirada em Strathern, permito-me pensar no anel de Diana – e em tantas joias de família com as quais me deparei nesta etnografia – como evidência de relações prévias. Preciosidade e sacralidade não derivam da safira, nem dos diamantes ou do hoje “incalculável” valor de troca, como pontuam joalheiros. De família, a joia contém relações que antecederam a chegada de Kate à corte e a sua aceitação e adesão ao universo Windsor.

A individualidade da dona anterior é declarada por quem recebe o adereço – é Diana, porque as relações do anel passam por ela, mas a celebração se dirige à duquesa. Como o acesso a essa joia se restringe à Kate, a coisa testemunha a eleição da plebeia. Ao mesmo tempo, os feitos de Diana retornam à casa real. Vale observar, ainda com base em Strathern (1997), que a individualidade celebrada é a de quem recebe o artefato por sua capacidade de produzir relações. Entre acervo real e porta-joias privado, o anel de Diana e de Kate **evidencia concatenação de parentes e o fluir da vida.**

Ao fornecer detalhes à imprensa sobre enfeites do Tesouro – como modificações estéticas e biografias culturais (KOPYTOFF, 2008) –, o Palácio de Buckingham reforça o vínculo de relíquias a genealogias. Anéis de noivado na contemporaneidade costumam marcar contratos cada vez mais pautados por escolhas individuais – com a aceitação do acesso de plebeus à dinastia –, e as relações podem ter futuros negociados mesmo diante de conflitos e rompimentos. Aliás, anel de noivado é joia ordinária também em camadas médias e altas por mim estudadas bem longe das casas reais, mesmo se ainda não são de família. Já as tiaras...

4.2.2 Tiaras circulam, anéis transitam

Os ornamentos mais icônicos em circuitos reais enfeitam cabeças. Compósitos de dinastias longevas e passíveis de remontagens, tiaras aparecem veneradas com outras peças próximas ao rosto, como brincos, colares e broches, além de pulseiras. Circulam entre nações, gerações e figurinos nobres ou de quem chegou há pouco, com ou sem “sangue azul”¹⁰³.

Para não restringir a discussão a exemplos britânicos, evoco o caso da rainha Silvia, filha de um empresário alemão e de uma brasileira¹⁰⁴. A tiara com a qual desposou o rei Carl

¹⁰³ A versão mais aceita entre etimologistas para a origem da expressão “sangue azul”, assim como “nobreza de sangue”, usada para designar integrantes da realeza europeia, aponta para contexto de preconceito étnico, religioso e cultural na península ibérica no medievo. Faz referência à pele em geral muito alva de espanhóis, na qual veias e artérias azuladas sobressaem. Indicava pouca exposição ao sol pelo trabalho, ou seja, expunha condição privilegiada em relação à plebe. Além disso, evidenciava a não miscigenação com etnias que apresentam tonalidades mais escuras por características genéticas ou pela condição de trabalhadores e que não pertenciam ao círculo da realeza, como judeus e mouros.

¹⁰⁴ Nos anos 1970, a questão da “nobreza de sangue” para a formação de casais na monarquia ainda imperava nas convenções europeias. Mesmo ligações extraconjugais eram preferíveis à ausência de qualquer relação biológica.

XVI Gustaf, da Suécia, em 1976, foi levada pela princesa Victoria, a filha mais velha do casal, quando esta selou aliança com Daniel Westling, seu *ex-personal trainer*, em 2010.

A primeira pintura de alguém portando o diadema de camafeus da Suécia data do século XVIII. A pessoa retratada com a joia na cabeça é a rainha Hortense, da Holanda, filha da imperatriz Josephine, mulher de Napoleão Bonaparte. Em 1823, o adereço desembarcou em Estocolmo levado por Josephine de Leuchtenberg, neta de Napoleão Bonaparte e esposa do rei Oscar I, da Suécia e da Noruega. Consta que a joia seguiu para um sobrinho e este a emprestou à princesa Margaret, da Suécia. Depois, foi visto ornando a princesa Sybilla de Saxe-Coburg Gotha quando ela desposou Gustaf, herdeiro do trono sueco. Sybilla cedeu a joia à cunhada Ingrid, mais tarde rainha da Dinamarca, para uma festa à fantasia à qual a princesa se vestiu de imperatriz Josephine.

Atribui-se à Sybilla a invenção da tradição do uso do diadema de camafeus em casamentos. Suas filhas, princesas, fizeram a estreia: Birgitta, em 1961; e Désirée, em 1964. Carl XVI Gustaf, da Suécia, filho de Sybilla, outorgou o adereço à Silvia no seu enlace, em 1976. A noiva seguinte foi Victoria, herdeira do trono, em 2010.



Figura 13: Do séc. XVIII ao XX: Hortense, Josephine de Leuchtenberg, Margaret, Ingrid e Sybilla. Crédito: Reprodução.¹⁰⁵



Figura 14: Birgitta (1961), Désirée (1964), Silvia (1976) e Victoria (2010). Crédito: Reprodução.¹⁰⁶

A família de Silvia tratou buscar conexão com a Coroa portuguesa: o avô materno, Artur Floriano de Toledo, descenderia do rei Afonso III (1210-1273), de Portugal, e de sua amante, Maria Peres de Enxara. Disponível em <https://www.noticiasaoiminuto.com.br/lifestyle/588656/conheca-a-rainha-da-suecia-que-tambem-e-brasileira> Acesso em 17 fev. 2020.

¹⁰⁵ Disponível em <https://tiarasandtrianon.com/2012/07/25/tiara-time-the-cameo-tiara/>. Acesso em 13 fev 2010.

¹⁰⁶ Disponível em <https://tiarasandtrianon.com/2012/07/25/tiara-time-the-cameo-tiara/>. Acesso em 13 fev 2020.

Nos repasses da tiara, vemos semelhanças e distanciamentos com os movimentos de anéis de noivado. Compromisso do casal, as alianças misturam e conformam outras famílias dentro de famílias, fundam relações e papéis que se modificam ou não. As alianças não iniciam suas biografias como “de família”. Quando repassadas e acopladas é que tendem a ser transmitidas entre gerações e a indivíduos específicos em cada repasse e em coreografias jamais estanques, aprofundando e fortalecendo elos internamente em seus movimentos. Tiaras reais podem estar com algumas pessoas por um tempo, mas é plausível que sejam incluídas no circuito e ornem cabeças distintas, retornando aos cofres do reino ao qual foram anexadas.

Não é possível, desta forma, apontar uma única possibilidade de movimentação para joias da Coroa, menos ainda para joias de família, adereços polissêmicos e com “regras” ainda mais diversas por se adequarem a contextos, temporalidades e arranjos bem menos tradicionais ou protocolares que os das Casas Reais. Todavia, há passos esperados em circunstâncias ou conjunturas, conformados pelo passado e adaptados ao futuro em composições fortalecidas pelo *pedigree* contado e consagrado, inventado e refeito.

O acúmulo de qualidades a serem valorizadas, ou seja, o *pedigree*, merece rememoração pela produção da tutela. Isto porque reafirma a potência das histórias das dinastias reais europeias no imaginário no mundo Ocidental, incluindo o Brasil. Foram frequentes os casos em que colaboradores desta pesquisa me indagavam sobre o número de gerações necessárias para autenticar uma joia como “de família”. Notei, ainda, o engajamento de minhas relações com a série *The Crown*, do serviço de *streaming* Netflix. Confesso que resolvi assistir à atração movida pelo interesse de colegas antropólogos e pesquisadores que jamais imaginei se sentirem atraídos pelo enredo. Alguns não apenas admitiram acompanhar temporadas de intrigas palacianas do Reino Unido, como diziam se lembrar da minha pesquisa sobre transmissão de joias de família enquanto as cenas se desenrolavam na tela e me procuravam para contar curiosidades e associações que faziam com meu tema.

Tornar-se tutora de joias com algum passado, de toda sorte, aponta para o ingresso em fluxos preexistentes. Podem ser coisas de família sem que sejam de todos e de todas da família. Compõem dinastias afetivas que não se propagam por sobrenome nem abarcam todos os membros coligados por sangue ou afinidade. Com inclusões e exclusões, encadeamentos podem se encontrar em prenomes e DNA. Quando articulações se restringem ao sobrenome, porém, percebem-se fragilidades, já que o traço de distribuição abundante se esvai no tempo.

A exemplo dos cocares de penas dos dançarinos de Hagen, na Papua Nova Guiné (cf. STRATHERN, 1997), joias de família seriam evidências: manifestam, revelam, demonstram individualidades únicas e compostas, prefiguradas e relacionais. Estão com alguém e são de

muitos, prefiguram e reúnem. Assim como sobrenomes, distinguem uma família da outra. Por outro lado, sublinham diferenças internas, abrindo novas possibilidades de relacionamentos, ou conectividades, criando dinastias afetivas.

As joias de família avançam num fluxo que se alimenta de inclusão e exclusão e de exaltação e apagamento, ou não despertariam desejo, respeito e reverência na coletividade. Em movimento, os adornos costumam gerações constituindo grupos de pertencimento e, ao mesmo tempo, consagram uma dinastia de tutoras e tutores à qual será confiada a obrigação da memória e dos afetos. A seguir, exponho uma *performance* registrada durante o trabalho de campo que evidencia o imaginário de sacralidade reforçado pela produção de narrativas e expresso através da tutela almejada de uma composição de joias de família.

4.3 “EU SINTO QUE TENHO UMA RESPONSABILIDADE”

Eu assistia às gravações de um documentário na cidade de Pelotas, pois Raphael Scholl e Andrea Mazza Terra, alguns dos meus principais colaboradores locais da pesquisa, estavam na equipe do filme. De trás das câmeras, avistei uma aliança na mão de uma cliente e amiga de Pompílio de Freitas, finado estilista e carnavalesco cuja trajetória ilustra o roteiro. Esperei pelo final da jornada e perguntei se a joia era de família. Sim, respondeu-me a *designer* Mariana Valente Gomes, acrescentando que aquela aliança a conecta a Maria de Lurdes Louzada Valente, sua avó que suspirou pela última vez em 2004.

Viúva de Alcides Valente, a avó é lembrada no município como Mariazinha Valente, sempre associada à estirpe do marido que mal teve tempo de lhe dar um anel, uma filha e um sobrenome. “Casou com o noivo da irmã, porque a irmã morreu. Bom, ela casou com ele. Ai, uma loucura! Casou e engravidou da minha mãe. E o meu vô morreu três meses depois. Então, essa é a única joia de família da vó”, abreviou a tutora da aliança de brilhantes da mãe de sua mãe. “Uso meu anel de noivado e esse aí todos os dias. Essa avó viveu até os 90 anos.”

Foi no entorno da Catedral Metropolitana que Mariazinha passou a maior parte da vida do seu 1m50cm coberto por meia-calça, saia, cardigã, sapatos, tudo preto, contou Mariana. Levava a farda de quermesse a baile de gala. Coque preso com dois ou três grampos era o único penteado possível, e nada de joias. “Hoje, ninguém usa preto na família. Ninguém usa! E eu não notava que era absurdo a vó Valente dormir e acordar de preto.” Vizinha do principal templo católico da cidade, Mariazinha frequentava mais de uma missa num dia só.

Mariana partilha com a avó a estatura *mignon* e a habilidade com as mãos. Foi a anciã quem introduziu a neta em muitas artes manuais, como pintura com agulha. Eram tantas

semelhanças e afinidades que até aniversário se festejava no mesmo dia: 12 de agosto. Para a *designer*, vó Valente

era lindíssima. Todo mundo dizia para a minha mãe que ela era bonitinha, mas que a mãe dela era muito mais. E eu também escuto isso. Tive um professor na faculdade que era da geração da minha mãe e, quando ele descobriu quem era a minha mãe, ele me dizia: “Ai, a tua mãe era bem mais bonita do que tu nessa idade”. E eu falava para ele: “Ah, tá bom! Já conhecemos essa história.” É o mito da beleza perdida que acompanha a minha família.

A joia de Mariazinha não foi repassada à minha entrevistada pela avó. Maturou na tutela de Terezinha Valente Gomes, mãe de Mariana. Apenas quando a viúva faleceu, sua filha confiou o adorno à (então) caçula da linhagem. Destaco que há irmãos precedentes: Fabio, médico, e Jaqueline, advogada. Jaqueline é a mais velha, com 18 anos de diferença.

Como eu fiquei mais tempo em casa [morando na casa dos pais], eu ganhei muitas coisas que eram muito caras para o meu pai. Acho que sou a herdeira porque meu pai quis. Este móvel ali era da casa da vó Aida, a mãe dele; aquele outro ali da sala é irmão deste móvel aqui, e tem outro ali atrás. Essas coisas que eu trouxe para a minha casa... Parece que sempre viveram aqui. Este outro móvel estava na casa da minha mãe e não tinham nada a ver com ela, e ela se incomodou com ele, então mandei trazer. Ela fica dizendo “Ai, manda pintar com uma cor!”, mas eu gosto dele assim. Pode ver que o bisotê¹⁰⁷ do espelho está estragando. Não me importo. Eu sou muito pelotense e gosto das coisas antigas.

Mariana veste mulheres num casarão rente à calçada. Quando cheguei ao imóvel localizado entre o Clube Diamantinos – agremiação social da qual minha interlocutora foi rainha e da qual os pais foram presidentes – e a Catedral Metropolitana, toquei a campainha. A *designer* abriu uma das duas folhas do umbral de quase três metros, e poucos degraus me levaram ao relicário de móveis dos Carvalho, estofados contemporâneos, gravuras antigas, espelhos, lustres, coleções, cortinas retas e translúcidas, tapetes, paredes pintadas, rebocos arrancados para mostrar os afrescos, croquis emoldurados, vestidos, lantejoulas e plumas, pôster de Carmen Miranda e poltronas em *pied-de-poule*.

A dona da casa é graduada em Publicidade e Propaganda, viveu em Londres, retornou a Pelotas, especializou-se na criação de vestidos e fantasias de luxo e aparata sonhos da nova geração de noivas, formandas, debutantes, madrinhas e foliãs esplendorosas. Cerca-se de profissionais que corporalizam as criações. “Sou publicitária que faz vestidos.”

Eu vou me casar e não vou morar numa casa com móveis planejados. Não cogito de maneira nenhuma. Meu primeiro ateliê foi no apartamento onde eu morava, também aqui perto da Catedral. Minha vida é na volta da Catedral. No apartamento, esse móvel já morava lá, e a tevê ficava dentro daquelas portinhas, porque eu não queria a TV aparecendo. Então era um apartamento da década de 1960, não era muito superantigo, mas já era esse o espírito.

¹⁰⁷ Acabamento chanfrado em angulação em bordas de espelhos sem moldura.



Figura 15: Mariazinha Valente na coroação da neta Mariana, rainha do Clube Diamantinos, de Pelotas, em 2001. Crédito: Acervo pessoal.

No dia em que me acolheu, Mariana se dividia entre a celebração do noivado e a lembrança de um ano da morte do pai, José Carlos Carvalho Gomes, “homem de clube” e tradição. Era pouco afeito ao trabalho, pelo menos às alternativas formais, disse a filha. Gostava de presidir agremiações, como o Clube Diamantinos, e de organizar eventos. Um personagem, resumiu ela. Pedi a Mariana fotos do pai, e todas realçavam José Carlos ativo, valseando ou à mesa, com a caçula ou Terezinha, a esposa de sorriso alumiado, presença refinada e dedicada à educação de crianças com necessidades especiais.

José Carlos cresceu com mordomo, era apegado à memória lusitana e a objetos de família. Formou-se em Contabilidade, praticamente não a exerceu, administrou secretarias municipais e usufruiu o que pôde do patrimônio, riqueza que já não correspondia à abundância de anos atrás, mas que jamais descapitalizou a família. Integrantes da linhagem alteraram rumos de negócios e renovaram fontes de renda em comércio e serviços.

A fala sobre José Carlos naquela tarde de fevereiro de 2019 não soou dolorida na voz de Mariana, então com 32 anos. “Meu pai morreu doente, eu não fico triste. No fim, nem parecia ele. A pessoa entra no estágio que nem sabe mais quem é.”

José Carlos era filho de Aida Alves Carvalho, uma das herdeiras do comerciante português José Maria Carvalho, e de Manuel da Nova Gomes. “O pai do meu pai, da porção Gomes, não era rico. Aliás, o avô do meu pai era poeta e andava por Pelotas com uma flor na lapela num terno estampado. Pessoa exótica. E a flor tinha um caninho. Apertava e saia perfume. Os ricos eram os Carvalho.” Foram comerciantes “muito ricos”; foram donos de um armazém fundado na virada do século XIX para o XX.

Mariana não tem na ponta da língua todas as informações. “Tinha umas mulheres loucas.” As preferidas são as desviantes, e ela as narra com cuidado, ensinando que muito do silêncio não é esquecimento, como observou Pollak (1989). Há zelo por vivos e mortos.

Algumas histórias chegaram pelo pai, que identificou na caçula a tutora e a preparou, seguindo a estratégia de gênero que, no caso das linhagens masculinas de joias de família, tendem a adequar as rotas para as mulheres, mais confiáveis na condução das memórias. “Quando eu me mudei para esta casa, meu pai me deu o gramofone e o lustre da sala.” Mesmo aprendiz de José Carlos na curadoria ancestral, a *designer* estreita elos com linhagens femininas. “Porque tenho várias características das mulheres que vieram antes de mim.” Hoje, os detalhes estão guardados com Terezinha, a mãe, que os repassa à filha quando demandada.

Mariana não porta apenas características de mulheres que a antecederam. Porta boa parte das joias contadas e marcadas por sobrenomes. Da porção Valente, exhibe todos os dias o único anel. Das Carvalho, abundam lembranças em ouro, prata e platina, a maioria velada por Terezinha, que regula como pode a exibição de adereços confiados ao marido pelo espólio da sogra, avó que Mariana não chegou a conhecer, pois enfartou em 1970, aos 66 anos de idade.

Minha colaboradora me recebeu vestindo macaquinho estampado. Antes de iniciar os relatos, pediu alguns minutos para trocar de roupa antes de exhibir as joias de família: queria posar com o figurino com a qual atende às clientes noivas.

Mariana retornou de camisa alva arrematada no colarinho pelo broche ancestral numa fita de veludo. E foi sobre a folha branca usada para esboçar criações que acomodou “as joias da vó Carvalho”. “Eu avisei a minha mãe sobre esta entrevista e ela me trouxe coisas para eu te mostrar.” Relógios de bolso e de pulso, pendente em cruz, dois anéis, uma corrente, um

relicário e um *poudrier*¹⁰⁸ de platina com tampa decorada pelas iniciais AC - Aida Carvalho, a avó “rica”. Mariana incluiu um broche com o qual presenteara Pompílio (carnavalesco e estilista homenageado no documentário) e que lhe foi “devolvido” pelo companheiro dele após a morte, a cigareira do vô Manuel Gomes, marido de Aida, e o broche que ela portava.

José Maria Alves Carvalho, pai da vó rica, é o ancestral que cruzou de Portugal para o Brasil com parte das joias. “Ele as trazia de lá quando ia visitar a família.” Mariana apontou para monogramas. “Nesse aqui diz Aida”, mostrava, referindo-se à avó, uma das três filhas de José Maria. Minha entrevistada não conheceu as irmãs da avó, apenas a geração seguinte, “as herdeiras”, conforme suas palavras.

Eu sinto que tenho uma responsabilidade. É a família da gente em primeiro lugar. Eram pessoas que outras pessoas conheceram, pessoas de bom gosto. Eram pessoas que circulavam na sociedade, e eu sinto, sim, responsabilidade em relação ao meu pai. [...] Eu gosto dessas aqui. Não só pelo peso familiar, que eu sei que é um privilégio, mas porque é uma obra de arte, de design. Porque não se faz mais. [...] Ah, eu posso ficar pobre, posso não ter dinheiro para pagar as contas, mas eu não vou vender nada de joias de família.



Figura 16: Mariana e o broche no colarinho. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.

¹⁰⁸ Acessório feminino feito com ouro, prata ou platina. Apresenta compartimentos para pó compacto, *blush* e pequeno espelho. A criação desse objeto é atribuída à joalheria parisiense Van Cleef & Arpels, entre 1920 e 1929. Também era confeccionada em tampa esmaltada ou com algumas pedras preciosas.

O reconhecimento do caráter inalienável dos bens e a devoção e reverência à ancestralidade do pai são explicitadas por Mariana, que também se entende tutora eleita e responsável pelo *pedigree* acumulado nos adornos. Percebe-se privilegiada, vê-se enredada nas vidas que a fazem e pelas quais se torna responsável ao recebê-las. Imagina-se ligada à dinastia afetiva da qual sobressai e condena a venda de adornos do gênero. As joias de família são reverenciadas e usadas em cenário e figurino para reafirmar o pertencimento às famílias e à sociedade na qual ela se formou e se imagina soberana.

Para joias triviais existirem, portanto, exibição pode ser suficiente; as joias de família, por outro lado, não prescindem de narrativas com ancestralidades, histórias que suscitem e evoquem a escuta e provoquem libido social (BOURDIEU, 2008b, p. 141). Os bens sagrados têm de atrair desejo e admiração ao serem usadas, manipuladas e exibidas. Têm de convencer que valem o envolvimento e, inclusive, eventual indisposição com outras herdeiras. Interesse é essencial para o jogo prosseguir, afinal, joias de família sobrevivem através do desejo.

Mariana está tão imersa no jogo que relembra com dramaticidade a tristeza da perda de joias de família. “Uma história que eu queria te contar é a do meu anel de 15 anos, que foi roubado em Londres.” Não foi qualquer anel. Foi um presente encomendado pelo seu falecido pai a partir de uma peça ancestral:

Outras joias foram levadas. Mas a única que eu me lembro com pesar é desse anel, porque era feito do broche da gravata do meu avô. A pessoa que me roubou deve ter vendido essa minha memória por meia dúzia de euros, sabe? Foi em 2009, eu nunca vou esquecer. [...] Meu irmão estava indo no outro mês [para Londres] e me deu uma joia, porque eu liguei chorando, enlouquecida. Eu não tive coragem de dizer para a minha mãe. E daí ele me deu, o coitadinho, um anel de ouro branco com dois brilhantes... Eu estava na rua e dizia para ele: “O problema não é o dinheiro! São as minhas memórias! Eu perdi meu anel de 15 anos!”.

Essa fala de Mariana abre caminho para o próximo capítulo, no qual abordarei o tabu da venda, interdição que regula a permanência de joias no território da família. Afinal, são coisas com valor de troca e liquidez no mercado. Essa sacralidade depende da elaboração de crenças. Evidentemente, não é algo universal e precisa ser trabalhado nos intervalos entre cada repasse, adicionando prestígio, nome, sangue, valores e fabulações forjadas também com auxílio do cinema, da literatura e de suportes midiáticos, além de álbuns de família, narrativas míticas e um entorno semântico que ajude a organizar o imaginário coerente e convincente.

Ser tutora implica saber acolher com devoção e compromisso esses bens em trânsito. A noção de dinastia afetiva encadeada com essa dádiva e que se movimenta, em geral, no sentido vertical segue modelos disseminados e em associação com realzas europeias e dinastias imaginadas a partir desses referenciais.

Ex-rainha de clube e “muito pelotense”, Mariana cresceu em contexto que alimenta o imaginário aristocrático e respira a profundidade do tempo, razão pela qual ajudou a construir este capítulo ao destacar a relevância da ancestralidade e das dinastias afetivas e exaltar a sacralidade das joias de família em *performance* e narrativa, com preparo de figurino e cenário. Tutora comprometida com antepassadas, Mariana vê nos adereços que tutela em conjunto com a mãe uma potência para impedir que a linhagem se desgarre da corporação após morte física. Diferentemente do que vemos no circuito de braceletes e colares do *kula*, por exemplo, não se trata de firmar alianças com grupos sociais contemporâneos, mas de confirmar vínculo com as ancestralidades. Os adornos sagrados contêm a essência da linhagem e, para serem guardados, precisam ser repassados, reconhecendo, honrando e conservando os direitos das origens.

5 TABU DA VENDA E OUTRAS INTERDIÇÕES

Nos anos 1960, Woody Allen estrelava *stand ups* em clubes de Nova York. Um trecho desses monólogos está disponível em áudio na *internet*, com o cineasta provocando risadas na plateia ao enunciar a história de um relógio que teria pertencido a seu avô:

*Queria mostrar este relógio. Eu o mostro todo tempo. É meu antigo relógio de bolso, e faz com que eu pareça britânico, e eu preciso disso para a minha terapia. É um lindo relógio de bolso dourado, entretanto. E eu me orgulho dele. Meu avô, em seu leito de morte, me vendeu esse relógio. Meu avô foi um homem insignificante. Em seu funeral, seu carro fúnebre seguiu os outros carros.*¹⁰⁹

O riso cresce com a menção à oferta do avô, pois é compartilhado por aquela plateia que essa joia de família deve ser repassada por sangue e afeto, e não mediante transação monetária entre familiares. Quando Woody Allen informa que o avô lhe vendeu o relógio, o neto se exime do encargo de tutor, ou seja, da responsabilidade de amparar, representar e glorificar o antepassado, a quem classifica como “homem insignificante”. Novas gargalhadas endossam o tabu da venda, interdição moral que se impõe para regular o fenômeno de transmissão de joias de família e evitar a venda, ameaçando a perenidade ancestral na coisa.

Para compreender a anedota, é essencial que o público saiba, ou ao menos perceba em entrelinhas, que o trocista tem origem judaica – porque o estereótipo do judeu avarento é parte da piada – e, muito mais importante nesta investigação, que se compartilham regramentos para repasses desses bens na esfera íntima, movimentos implicados em proteção e cuidados.

A ênfase dos sujeitos de pesquisa em relação a temores envolvendo extravio e perda de joias de família foi o que chamou a minha atenção para mecanismos reguladores nesse sentido. Dentre as menções, destaco interdição de trocas comerciais de dentro para fora, ou seja, com coisas vendidas para alguém que não é reconhecido como familiar; desencorajamento de trocas mediadas por dinheiro entre os próprios parentes, sobretudo se a joia foi destinada pela doadora a uma pessoa específica; e a recompra do item por algum integrante da família, na tentativa ou no empenho de resgatá-lo de volta ao grupo ou para ocupar, a partir da posse do bem, algum estatuto distintivo.

¹⁰⁹ No original: Wanted to flash this watch. I flash it all the time. It's my antique pocket watch, and it makes me look British, and I need that for my analysis. It is a gorgeous gold pocket watch, however. And I'm proud of it. My grandfather, on his deathbed, sold me this watch. My grandfather was a very insignificant man. At his funeral, his hearse followed the other cars. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=J2ZvK8AMchM> Acesso em 11 fev. 2020.

No Brasil, também aparecem indicações do tabu da venda na indústria da cultura, como em filmes, livros e folhetins. Em *Mulheres de Areia*, telenovela exibida pela Rede Globo, em 1993, Virgílio Assunção, personagem de Raul Cortez, presenteou a filha Malu, vivida pela atriz Viviane Pasmanter, com broche que pertencera à avó dele e recordou a rebelde herdeira de que a ancestral fora “baronesa do Rio Preto”. Malu, rivalizando com o pai, improvisou um leilão da joia numa boate durante sua despedida de solteira. Marca a cena o flauteio ao passado aristocrático seu e do adorno. Na pista de dança, uma amiga desaprovava Malu diante dos amigos, afirmando e enfatizando, em horário nobre televisivo, o tabu da venda: “Você não pode leiloar uma joia da sua bisavó!”.

Ainda sobre o reconhecimento do tabu, recupero trecho de *Joias de família*, romance de Zulmira Ribeiro Tavares, em que a personagem principal, Maria Bráulia Munhoz, viúva do juiz Munhoz e sem filhos, pede a Julião, sobrinho do finado, que avalie seus bens:

Vamos começar pelo meu rubi sangue-de-pombo. Acho que é o que tenho de mais precioso. Avalie muito direitinho, viu? Agora, não fique muito assanhado com o que vou lhe dizer, mas, quando fizer cinco anos de serviço aqui comigo (daqui a um ano, tia Brau), então a gema será sua (tia Brau). Se você for louco o bastante para vendê-la (nunca tia Brau), bem não me importa, não estou lhe dizendo que vai ser sua? Não é você o único sobrinho do Munhoz? Você apura o que puder e aplica como quiser, só que, para mim, um rubi desse tipo não tem preço! (tia Brau). (TAVARES, 2007, p. 17).

Parte da interdição vai de encontro à produção de conexões exogâmicas, aquelas efetuadas “para fora” do grupo familiar. Tenta primar pelo adensamento de vínculos internos e pela manutenção de reputações e memória de alguns integrantes lapidando as memórias, ou melhor, algumas memórias. Essas ligações costumam ser conduzidas verticalmente, encadeando gerações sucessivas ou alternadas, ao invés de apresentar circulação horizontal, intertribal ou intrageracional, como ocorre com braceletes e colares do *kula* (MALINOWSKI, 1978). Por isso, poderiam ser significadas como sagradas por quem participa da linhagem (e nela acredita), bens desencadeadores de conflitos que extrapolam arranjos de estratos sociais abastados do ponto de vista econômico e disputas por adornos de alto valor pecuniário.

Joia de família não parece ser alienável como uma joia, e as vidas dos adornos estão investidas de valores nem sempre mensuráveis e constantemente sujeitos a ajuizamentos. Pedem, portanto, regras explícitas contra ameaças de desvios que cessem o acúmulo de gerações. Não significa que regramentos permaneçam imutáveis nas famílias, para quem detém autoridade sobre a coisa e para quem recebe e aceita a incumbência. Tampouco há garantias de que regularidades serão respeitadas. Prescrições não são universais, e premissas para isenções flutuam, inclusive numa mesma família e na trajetória de um indivíduo.

Além disso, relações implicadas na manutenção ou na venda de joias de família não estão apartadas de transformações socioculturais, econômicas e políticas. Há situações em que a transação de bens se justifica mais do que em outras, e é preciso compreender os sentidos do jogo para lançar mão das estratégias (BOURDIEU, 2004) e reduzir danos morais e emocionais pelas transmissões (RAMOS, 2005).

Cumprimento, desobediência e julgamento exercidos por quem compartilha a lógica grifam a endogenia das joias de família, sua forte tendência a adensar vínculos para dentro, uma força de apuração de laços vividos ou herdados (preferencialmente) “por sangue” e com objetivo de aprofundar elos e evitar fragmentação da memória, inclusive quando a integração persiste em lembranças, imagens e narrativas. É nesse registro que arrisco o trocadilho com o tabu do incesto, tema clássico da antropologia teorizado por Lévi-Strauss que se ocupa da produção de alianças “para fora”, aspecto estrutural determinante, conforme o etnólogo, para a formação e a sobrevivência social (cf. 1982).

Claro que não busco modelos universais nem estruturas, como o fez Lévi-Strauss, mas considero valorosas suas sugestões para que se atente a aspectos proibitivos das relações. Afinal, a existência de famílias implica coibições de alguma ordem. Decidi, assim, olhar para interdições nos caminhos e trânsitos das joias de família: por onde não podem seguir? De onde não devem vir? A quais censuras estão submetidas?

A (re)transmissão desses bens responde a regramentos que não se apresentam explicitamente a sujeitos implicados nos movimentos e se modificam ou são questionados conforme transformações socioculturais mais amplas. Algumas explicam supressões da linha sucessória pelo dever de se respeitar linhagens guiadas por gênero, grau de parentesco ou ordens de nascimento, por exemplo. Entretanto, há contestações. “Meu tio disse que me entregaria o relógio da minha avó. Era a mãe dele, mas é um relógio feminino. Ele não tem filhas, então deveria passar a joia para mim, que sou a neta mais velha”; “Tenho medo que, sei lá, ela venda a aliança da vó”; “Eu posso ficar pobre, posso não ter dinheiro para pagar as contas, mas não vou vender nada de joias de família”.

Proibição da venda aparece como mecanismo ativo para regulação de saídas das joias dos limites da família, permanências de alianças íntimas e negociações financeiras. Uma interpretação – que não esgota possibilidades – é considerar o movimento como tentativa de evitar um trânsito cujas transformações simbólicas vividas e sentidas provoquem alguma ameaça à coesão e a práticas de cuidado e obrigações morais.

A transação monetária, ao reverter joias em mercadorias simples, colocaria em perigo a pessoalidade que se imagina habitá-las, assim como neutralizaria a inalienabilidade,

propriedade fundamental na produção da sacralidade dessas coisas acopladas às famílias e de enlaces entre algumas pessoas de duas ou mais gerações. Em outros termos, é possível associar a proibição da venda a estratégias de produção da sacralidade através dos movimentos de adornos.

Nesse sentido, uma joia de família não seria, em si, o que desperta o sentimento de sagrado. A partir de Durkheim (1996), parece razoável considerá-la símbolo do sagrado na família, coisa que alinha tutoras e tutores e coloca esses sujeitos em relação com o extraordinário. Por meio da incumbência e da autoridade para usufruir – no sentido de poder, em alguns casos, modificar e repartir os adornos em negócios mobilizados pelo afeto –, cuidar, exhibir, narrar e repassar algo prenhe de ancestrais, confirmam-se lealdades e pertencas ao conjunto e singularidades na sucessão. Mesmo que essa diferenciação interesse a um número restrito de elos. Não parece exagero afirmar, portanto, que joia em trânsito é objetivação de alianças internas, pois marca quem faz e quem não faz parte da linhagem imaginada, é praticada e exibida no envolvimento com os adornos e suas obrigações são lembradas nas presenças físicas, narradas ou imagéticas da coisa.

A dimensão sagrada reforçada pela interdição da venda se evidenciou pela repetição nas interlocuções de que joias de família “valem mais” por aspectos simbólicos, afetivos, emocionais e, às vezes, históricos. É narrativa recorrente, apesar de os adornos acumularem, em suas composições materiais, atrativos para a troca mercantil, pois contêm metais nobres e gemas com valor venal reconhecido no mercado econômico, diferentemente de álbuns de fotografias, cadernos de receitas e tantas coisas valiosas do ponto de vista afetivo para as famílias – e esses sentimentos não são mensuráveis –, mas nada ou pouco atraentes para “o mercado” e para quem não se insere no jogo dos repartes geracionais.

“Tem que ficar no mesmo sangue” e “Seria bom que seguisse no sangue” foram comentários manifestados em relação às rotas preferenciais para joias de família, e repetidos em variações, endossando a noção de sacralidade desse fluido corporal em culturas ocidentais, onde parentesco é comumente definido como biogenético (cf. SCHNEIDER, 2016). Uma mesma pessoa pode ser crítica da imposição política e sociocultural, buscando vetores alternativos para classificar e organizar relações íntimas, e, em outros momentos, retornar à substância genética para ponderar considerações, repensando bens que tutela, incumbência e compromisso. Foi o caso de uma colaboradora que ainda não definiu a sucessora para um anel herdado da sua avó:

Como não tenho filhos, nem terei, não sei para quem repassar [o anel]. Tenho uma sobrinha, filha do meu irmão, mas ela não é tão próxima de mim. Sou bem mais

próxima da minha afilhada, filha de uma amiga. Ela é pequena. [...] Pensei em deixar para ela, por causa dessa afinidade. Mas tem a questão do sangue, né? [pausa] Talvez deva ficar mesmo com a minha sobrinha. Não sei ainda. (Cinara¹¹⁰, 41, jornalista, Porto Alegre).

Jóias de família não seguem todas as ramificações sanguíneas em complexidade e quantidade, nem se distribuem como sobrenomes, componentes acionados como definidores de parentesco e pertencimento, digamos, “mais democráticos”. Alinhados, adereços acoplados a linhagens e repassados entre gerações interferem na produção de dinastias, em geral, guiadas por afetos e em sentido vertical e que tendem a percorrer viés de gênero. Estes não são repartidos de forma equivalente na família, tampouco são fixos ou estão finalizados.

5.1 ALIANÇAS PARA FORA, ALIANÇAS PARA DENTRO

Seria imprudente forçar paralelos entre o tabu da venda e o tabu do incesto, até porque, como indiquei, não busco modelo universal pela transmissão de jóias de família, nem sequer pretendo demonstrar estruturas sociais, como o fez Lévi-Strauss em sua complexa teoria acerca das estruturas elementares do parentesco (1982). O potencial endógeno ao qual me refiro “se encerra em” e encerra algumas pessoas. O jogo de palavras é sugestão, ou melhor, *insight* para se perceber implicações e dinâmicas envolvendo negociações de certos bens de família entre gerações. Inclusive, muitas famílias não têm jóias de família, da mesma forma como inúmeras jóias dentro num porta-jóias não compartilham o mesmo estatuto hierárquico no conjunto de sentimentos, não sendo cotadas pelas mesmas variáveis por toda a parentela. Não há como, numa economia de trocas simbólicas, igualar essas coisas em escala de valores afetivos e qualitativos – do mesmo modo, esses se movimentam nas narrativas, nas performances e nas exposições, com enlaces e desenlaces.

Sabemos, ainda, que Lévi-Strauss estava preocupado com a origem do incesto, e encontrou resposta na aliança exogâmica e nos benefícios sociais dessas trocas “para fora”. O sociólogo pontuou assim: “Considerada do ponto de vista mais geral, a proibição do incesto exprime a passagem do fato natural da consanguinidade ao fato cultural da aliança” (1982, p. 70). A origem da proibição da venda de jóias de família não é central nesta etnografia, já esclareci, ainda que motivações morais apareçam fortemente nessa nascente. Chama a minha atenção a resistência de tutoras a precificar jóias tornadas de família e o esforço para que não

¹¹⁰ Nome fictício.

saiam do grupo ao qual foram acopladas, para que permaneçam e, se possível, movimentem-se em linhas afetivas, sem se distanciar demais de sangue ou sobrenome.

A retirada dessas coisas dos limites do que se imagina como família ou da condição inalienável pela interferência comercial precisa ser explicada, e demanda justificativa convincente, caso se pretenda afastar riscos de julgamentos, atritos, condenações ou suspeita de desfeita aos antepassados, recusando pertença à família ou acusando desprezo pela pessoa morta. “Se alguém precisa vender, é porque chegou ao fundo do poço. A gente sente até pena”, comentou Nádia, de Porto Alegre, tutora de joias confiadas em vida pela avó paterna.

Observo que esse tabu não interdita apenas a venda “para fora”. A negociação monetária entre familiares tem ressalvas e, dependendo dos vínculos afetivos entre quem detém a autoridade e quem faz a oferta, pode representar ofensa para quem “precisa” capitalizar com o bem. Da mesma forma, vender joia ancestral a um parente causa o mal-estar ironizado por Woody Allen no início do capítulo. Mas tudo depende de contextos culturais, evidentemente. Niva, cunhada da minha avó Nina, por exemplo, repassou a esta os brincos da sogra, Maria Cândida, que outras noras da falecida lhe destinaram no reparte da burra. Priorizar consanguinidade é expresso como desejável em muitas famílias, porém, não é sempre compartilhado por todos da família.

Infiro que joias de família parecem produzir relacionais no espectro das coletividades e endossam a preocupação com solidariedade por fluxos sanguíneos, além de reforçar conexões preestabelecidas. Nos caminhos desses complexos “vetores de parentesco” ou “substâncias” (CARSTEN, 2014) que misturam materiais com valor venal combinado com imenso afeto e outras propriedades incomensuráveis, e que não se distribuem na abundância do plasma hereditário, é plausível acompanhar pactos políticos e fraternos adensados e expostos em oferta ou recusa das coisas.

Um adorno de família, já vimos, depende da formação de tutoras que abracem e legitimem proibições e concessões, que consigam elaborar e acatar justificativas reconhecidas para as coletividades. As mais engajadas sabem que o movimento não se esgota na transmissão e que a venda utilitária dissipa mortos.

É fundamental notar, ainda, que joia de família deve ser retransmitida no tempo, e não de imediato, ou corresponde ao que Bourdieu identificou como desfeita em relação à dádiva:

Mauss descreveu a troca de dádivas como sequência descontínua de atos generosos; Lévi-Strauss definiu-a como uma estrutura de reciprocidade que transcendia os atos de troca, nos quais a dádiva remete à sua retribuição. Quanto a mim, observei que o que faltava nessas duas análises era o papel determinante do intervalo temporal entre a dádiva e a retribuição, o fato de que, em praticamente todas as sociedades, admite-

se tacitamente que não se devolve no ato o que se recebeu – o que implicaria uma recusa. (BOURDIEU, 2008b, p. 159).

Ele comparou o intervalo a um “véu” para disfarçar a gratuidade da dádiva, dando a ilusão de que o gesto de um repasse seria gratuito, que não esperaria uma retribuição, uma troca “toma lá, dá cá” (BOURDIEU, 2008b, p. 159-160). Trata-se de um elemento da economia das trocas simbólicas ambíguo, porém bastante presente na realidade das famílias. Outra propriedade apontada por Bourdieu é o tabu da explicitação, que interdita resposta para a pergunta “quanto custou?”, uma ameaça à dádiva bem-sucedida, sujeita à anulação caso o preço, composto da economia das trocas econômicas, seja exposto (1996, p. 162).

Os significados múltiplos de um adorno se modificam, assim como uma joia pode ganhar formatos ou crônicas em usos e contextos por onde transita. Não se produz imaginário e simbolização sem empenho ou intencionalidade dos sujeitos implicados. É fundamental doutrina, esforço e entusiasmo para participar. Produção de sensibilidades para a sacralidade das joias de família se torna crucial no processo de elaboração da tutela, a arte do cultivo e do cuidado com a coisa e com tudo o que ela contém, produz, tornou-se e se tornará.

A avaliação social é outro fator relevante em biografias culturais de joias que precisam acumular histórias que importam e incorporar novos capitais enquanto se movimentam. Estes artefatos duráveis, jamais eternos, costumam sobreviver às tutoras e acabam repartidos entre gerações, indicando que algumas pessoas tentam neles continuar vivendo quando não estiverem fisicamente mais neste mundo (STALLYBRASS, 2012).

O laço do broche

João aprendera o ofício de joalheiro com pai e avô, herdando, ainda, clientela e reputação. Na tentativa de animar a conversa, expliquei-lhe como joias transitavam na minha família e repassei minhas versões para conflitos em repartes. João media nas minhas palavras a afinidade com o tema. Aos poucos, ele me mostrava revistas de joalheria e mencionava casos de repasses.

Cheguei a João por indicação de um cliente do joalheiro. O encontro se deu no início da pesquisa, em janeiro de 2017. Apresentei-me, agradei a disponibilidade e, antes de explicar-lhe o trabalho, disse que precisava de serviço de reparo para um anel da minha bisavó, joia que herdei aos 15 anos e que quebrei ao batê-la contra uma barra de metal numa freada de ônibus.

Perguntei se havia joias na família dele, e João narrou aventuras de um broche da avó, adorno roubado, recuperado pela polícia, confiado a uma tia na geração seguinte e, segundo ele, vendido pela tutora para uma viagem “de estudo” da filha. “Outra prima chegou a pensar em comprar o broche, para que esse não saísse da família, mas ficou

constrangida. Podia ofender, entende?” Pelo menos restou foto da avó com o broche num casamento, e ele pode exibir para mim o enfeite no peito da matriarca. Questionei se eu poderia falar com essa tia; já havia morrido. Perguntei pela prima, João informou o nome e local de trabalho, e lembrei que tenho uma amiga que poderia ser colega dela.

Dias após a visita a João, retornei para buscar meu anel consertado e, “de brinde”, lustrado. Paguei pelo serviço e perguntei ao joalheiro se lembrava de outras histórias. Contou mais três ou quatro, todas de clientes, cuidando para não expor nomes. Nesta conversa, eu lhe mostrei, no celular, fotos de joias sobre as quais tinha dúvidas sobre estilo. João me ajudou, conversamos mais um pouco e parti exibindo o anel da minha bisavó, todo lustroso.

Quase dois anos depois, conheci a prima de João na casa da amiga. Comentei que seu primo me falara sobre o broche da avó deles e confirmei que o adorno fora confiado à sua mãe. Antes que eu tivesse tempo de comentar o fim do broche, ela disse que a joia fora vendida para pagar pelo tratamento de saúde da sua falecida mãe.

5.2 UMA INTERDIÇÃO MORAL

As bases para discutir a proibição da venda de joias de família se anunciaram nas primeiras investidas e me acompanharam em conversas formais e informais. O principal temor das tutoras se expressava na menção ao repasse de um adereço ancestral mediado pelo dinheiro, por elas ou por qualquer sujeito que as vendesse sem anuência de alguma coletividade. Em parte dos depoimentos, tudo se passava como se a dádiva original já emergisse como presente e “sem preço”: “Meu avô deu essa pulseira para a minha avó”; “Isso foi presente do meu bisavô para a minha tia”; “Ganhei esse anel dos meus pais”. Era frequente o emprego negatizado de “dinheiro” associado ao fim da vida da joia de família e ao retorno do bem ao mundo ordinário, com singularidades drenadas no processo.

Na ausência de mulheres interessadas ou estando essas coisas aos cuidados de homens, venda pode ser mais ou menos interdita. Mas ainda depende de quem a transmitiu – avó, tia, madrinha, mãe, sogra, alguém próxima ou distante ou alguém com quem se pretende romper. Para tentar compreender os trânsitos, desta forma, há de se atentar para o tipo de relação entre quem repassa e quem recebe (como neta e avó), o tipo de transação (se é herança por afeto ou por outra justificativa), o que foi transacionado (há diferenças no conjunto das joias de família), o significado negociado (maternidade, morte, aliança de casamento...).

Não é qualquer coisa que se vende, nem se vende a qualquer pessoa ou em qualquer circunstância, tampouco de qualquer jeito e sem justificativa. Decorre do que se pretende guardar, com quem se pretende adensar ou romper laços afetivos. Joias de família vendidas podem, inclusive, minar liames íntimos. Às vezes, não a ponto de romper para sempre, mas de

coibir menção aos bens. Intimidade e troca por dinheiro, pelo menos no entendimento e na vivência relatada pela maior parte das colaboradoras desta etnografia, escancaram-se em esferas separadas (ZELIZER, 2011a) quando se trata de situações que envolvam a venda de joias de família, coisas imaginadas como sagradas.

Tanto que a etapa de aquisição podia ser reconhecida e lembrada na experiência de campo, sobretudo se joalheria, ourives ou fabricante tivessem renome para assomar valor simbólico. Em Porto Alegre, destacaram-se Casa Masson e Joalheria Ibañez, ambas localizadas na Rua dos Andradas, no centro da cidade, e falidas nos anos 1990 e 1970, respectivamente. Era mais comum, porém, a incerteza ou o desdém, confirmando pouca importância conferida a esse aspecto de trocas financeiras. As crônicas tendiam a pular a etapa e investiam no familiar, no que se desejava iluminar, que eram os negócios firmados entre mulheres e acertados pelos afetos. Ainda assim, o bem era presente de alguém, e este alguém não era qualquer um ou uma: pretendente, pai, avó, marido, madrinha etc. Existiu e deixou algo em joia ou memória.

Algumas evidências vieram em relatos sobre como mulheres e homens se desfizeram de adornos os vendendo “para fora” ou, esporadicamente, transacionando nos limites do que consideravam o seu grupo afetivo. O dilema se explica pelo entendimento recorrente de que esses bens são confiados, não sendo totalmente cedidos, embora possam ser (re)significados. Afastam-se da família no paga-recebe-entrega, na troca imediata. Anula-se o tempo, o cuidado, a dedicação que demanda o repasse entre gerações. Um intervalo é preciso para a tutora se inscrever na coisa, aprender com ela e preparar sucessão. A constituição do enlaçamento da dinastia é complexa e ambígua, é vínculo e armadilha.

Não há documento de propriedade – no máximo, foram-me apresentados ou citados manuscritos delegando a responsabilidades definidas pela doadora, certificados de qualidade das peças, sem notas fiscais, e fotografias, além de algumas fofocas. E a partícula “de família”, com a preposição providencial, contribui para a ambiguidade acerca de limites e possibilidades de disposição. **São coisas de família, mas não são da família, tampouco são individuais.** É quando se pensa em desafiar a proibição da venda que se acionam estratégias, reforçando e evidenciando variantes desse tabu.

A apreensão diante da possibilidade de dissipação da pessoalidade das linhagens pelo encontro do dinheiro, instrumento que medeia uma venda da joia de família, parece mais habitual e intensa entre tutoras de fato e as presumíveis herdeiras. Isso desponta em registro próximo ao da lógica de “esferas separadas e mundos hostis”, tensão tão debatida por Zelizer (2011a) em argumentações acerca de conexões entre vida econômica e intimidade. Nesta

etnografia, não há dúvida que valor pecuniário e valor afetivo se embaralham, mas o que parece importar para as implicadas, mesmo quando citam o dinheiro, é a interdição da venda.

5.2.1 Quando a venda se justifica

Tabu da venda não impede alienação – esta ocorre e pode ser aceitável em momentos de crise. Assim, o rol de justificativas e possibilidades para transações varia. Despesas contraídas em tratamentos de saúde e mensalidades atrasadas de instituições privadas de ensino foram motivos mais verbalizados para fundamentar situações de “necessidade”. Dentre as tutoras que colaboraram com esta pesquisa, duas ofereceram bens a ourives interessados em ouro e gemas, independentemente de estarem modificados ou danificados; e três negociaram com antiquários – uma venda não foi concretizada –, estes atentos também às origens e à conservação dos itens, considerando joalheria e *design*. Apenas um caso trata da venda entre parentes, grupo talvez sensível ao *status* acumulado no bem, já na quarta geração de uma família abastada do Rio Grande do Sul.

Leilões aparecem como modalidade “para fora” apreciada por estratos altos quando o reparte de bens infungíveis é considerado “necessário” – necessidade, aliás, é categoria polissêmica também. De acordo com leiloeiro com quem conversei ao visitar um apartamento decorado num bairro nobre de Porto Alegre, e que apresentava lotes classificados como “joias de família”, isso ocorre se as joias colocadas à venda têm baixo *pedigree* familiar e alto valor venal; e quando há recusa de conexão ou vínculo por parte de quem herda, como noras em relação a sogras.

Amortização de dívidas com moradia – financiamento, aluguel, necessidade de reforma do imóvel de residência – foi outra alegação mencionada para o sacrifício, mas esta, curiosamente, tendia a gerar desconfianças em quem lia meu texto em produção ou escutava relatos sobre a pesquisa. Ou seja, o tabu se manifesta inclusive em comentários de quem nem sequer conhece as implicadas, mas projeta julgamentos e desconfianças.

Uma situação representativa da complexidade da tutela e das responsabilidades morais que costumam interditar a venda de joias de família foi expressa por uma colaboradora que evitou revelar à parentela o destino de bens que lhe foram confiados. Preferiu mentir – verbo empregado por ela – que ladrões levaram os adornos de sua residência¹¹¹:

Na época que arrombaram minha casa, eu estava na praia, e as joias da minha vó, no penhor. Acho que um ano depois, tinha começado o tratamento de saúde, quando

¹¹¹ Prometi que reproduziria a fala sem qualquer informação que pudesse identificá-la.

uma prima perguntou por um colar. Na hora, menti que foi roubado. Ninguém ofereceu ajuda para meu tratamento, e eu vendi as joias da vó a um antiquário, porque eram as mais antigas e pagavam melhor. Sei que [os familiares] diriam que teriam me ajudado e tal. Mentira por mentira. Falariam isso para me sentir mal, para achar que eu não merecia as joias da vó. Bom, vendi quase tudo, e o meu filho nem se importou. Não sei se notou. [risos] Na verdade, vendi o que era mais valioso, que deu mais dinheiro, que era o que eu precisava. De sentimental, sobrou um anel. Mas te digo que foi bem difícil. Hoje, digo que foi a vó que me curou. Falo pra mim, né? É importante falar pra mim. Estou contando pra ti. Pra minha prima, digo que roubaram.

Se o relato expõe transações “para fora”, estas quase sempre se davam com pessoas ou joalheiros com quem não se tinha amizade ou intimidade prévia. São encontros que se inclinam à mediação de amigos e conhecidos bem relacionados com “entendidos” e investidores. Mesmo na dessacralização visando venda e repasse para fora do núcleo íntimo, o afeto demanda tempo e negociação para ser desacoplado e se sobrepõe ao valor de pecúnia quase até o último suspiro. “Se é para vender, tem que vender bem. Se precisa se desfazer por necessidade, que vá a peça mais cara. Venderia a mais cara e tentaria não vender mais nada”, comentou Silvia, médica em Porto Alegre, 47 anos, tutora de uma pulseira, dois anéis e uma corrente, adereços recebidos da avó materna.

O mercado de joias não é o mesmo que mercado que compra ouro. Conforme um joalheiro, em conversa informal, o bom ourives busca qualidade em metal e gemas e esse serviço de avaliação, na maioria dos casos, é cobrado à parte, por demandar conhecimento técnico. Consideram-se, raras vezes, *design* e grifes.

Algumas clientes preferem vender a quem revende e não desmancha as peças. Pensar que joias da família não serão derretidas nem desmembradas, em alguns casos, conforta, mesmo que a pessoa saiba que isso não é verdade. Outras ficam tristes quando descobrem que o ouro é baixo e a avó não valia tanto assim [risos].

Se o bem mantém propriedades da modelagem original e se esse modelo é representativo de um período ou de algum evento, colecionadores podem cobrir a oferta de ourives. Justificativas são necessárias em todo caso, tanto para situações imprecisas quanto para as detalhadas.

Mais do que encontrar uma explicação que sintetize aprovação ou reprovação da venda, enumerei alternativas que explicitam a impossibilidade de esgotar interpretações. Por certo, nenhuma das decisões acerca da comercialização dessa herança de natureza tão específica corresponde a uma escolha individual. Mistura negociação e atravessamentos de variáveis conectadas a vínculos, produção afetiva e identidade dos sujeitos junto às famílias e com toda complexidade que acompanha relações. Ao mesmo tempo, há quem se recuse a considerar a venda de alguma peça recebida de gerações precedentes.

O anel do vô

Cinco minutos se passavam do horário combinado e nem sinal de Paola e Milda. Eu encostava a segunda folha da porta do auditório do Museu de Arte do Rio Grande do Sul (Margs), em Porto Alegre, quando elas apareceram. “Trouxe o anel do vô!”, cochichou Paola, mostrando-me a joia. Mãe e filha se acomodaram, e começou o seminário *Imagens de moda: corpos e cultura*¹¹².

Na semana anterior, eu as convidara para assistirem a uma exposição que eu faria, afinal, elas estão entre as interlocutoras da pesquisa, e eu falaria pela primeira vez sobre o anel de Fritz Stroschoen, herança que o advogado confiou à neta Paola. Esta, então, sugeriu levar a joia ao evento.

Encerrei revelando que Paola estava no auditório, assim como sua mãe e a joia herdada do avô. A interlocutora ergueu o anel acoplado num dedo para que a audiência o avistasse. Seguiram-se falas sobre adornos transmitidos, extraviados, desmembrados. Muitos tinham algo para contar.

Paola é irmã de Lívia, minha amiga, mediadora do encontro. Em agosto de 2017, toquei a campainha da casa, em Porto Alegre. Viviam ali minha interlocutora, os pais e o filho dela, adolescente. Avistava outras joias sobre a mesa, enquanto as narrativas de Paola partiam do “anel do vô”. “Minha principal joia de família é o anel que ganhei do vô, o pai da minha mãe. É o anel de formatura dele. Eu sou a única neta formada em Direito, levei onze anos para me formar, e ele, o vô, acompanhou o processo, preparou tudo.” A colação de grau foi em 19 de fevereiro de 2011; Fritz faleceu em 14 de janeiro, aos 91. “Não sei se é ouro valioso, até porque não tem valor monetário. Não tem dinheiro que pague. Na verdade, eu nem teria coragem de mandar avaliar o anel do vô.”

Para Paola, a peça não tem preço, não pode ser quantificada. Avaliá-la é desrespeitoso para a relação de afeto com Fritz, afinal, o avô a elegeu sua sucessora. Mesmo o valor afetivo tem diferentes gradações e não é desprovido de valor venal – é comum que joias melhor avaliadas sejam repassadas às pessoas com que têm maior proximidade sanguínea ou afetiva –, não é concedido na mesma cotação simbólica a outras lembranças deixadas por uma mesma pessoa. O que tem nesse anel que o torna especial? Paola explicou.

Antes da graduação, ela planejava ter vô Fritz no palco: “Ele era advogado e muito apegado aos netos, e eu queria que me entregasse o diploma. Vaidade minha.” O obstáculo, até aquele momento, eram as regras impostas pela organização da cerimônia, que limitava a pais e cônjuges a entrega do canudo. “Imagina o companheiro ser mais importante que um avô! Fiz um auê e, enquanto a comissão avaliava, o vô faleceu.” Mas Fritz, prevenido que era, pediu ao filho que cuidasse da joia. “Meu tio foi depositário temporário, porque a vó tinha Alzheimer, e o vô deve ter ficado com medo que acontecesse alguma coisa.” Na noite da festa, o desejo se cumpriu.

A vó me entregou [o anel]. Chegou com a caixinha. Eu imaginei que havia uma joia dentro, mas foi uma surpresa quando vi o anel do vô. Uma choradeira absurda. [...] Eu não sabia que ele ia me dar. Nem imaginava. Essa é a história que vou contar para meus netos.

¹¹² O seminário “Imagens de Moda: corpos e cultura” foi organizado pelo Grupo de Pesquisa História da Arte e Cultura de Moda (UFRGS/CNPq), vinculado ao Instituto de Artes da UFRGS. O evento se realizou como atividade aberta à comunidade entre 26 e 28 de setembro de 2017 no Margs, em Porto Alegre.



Figura 17: Olga entrega um estojo com uma joia à neta Paola. Crédito: Acervo pessoal.



Figura 18: Paola reconhece a joia do seu avô Fritz. Crédito: Acervo pessoal.



Figura 19: Paola e Olga. Crédito: Acervo pessoal.

Nem sempre as interlocutoras se lembravam do recebimento da joia. Algumas descreviam gestos, cenário ou até reproduziam diálogos. Paola, por sua vez, guardou imagens do repasse do anel do avô à sua responsabilidade.

Pouco antes de eu deixar a casa, Paola pediu que a reverência ao anel não fosse interpretada por mim como tentativa de “reduzir alguém tão brilhante” a uma “coisa”. Sugeri que repensasse o termo “redução”, afinal, Fritz quis ser lembrado com o anel. Paola, então, lembrou-se da última vez que usara a joia:

Fui com o anel do vô a outra festa, e vários familiares, quando o viram, vieram beijar a pedra. Sabe, tipo cena do filme O Poderoso Chefão¹¹³? As pessoas reconheciam porque o vô o usou a vida toda. Reconheciam o anel e uma frase que ele sempre repetia quando chegava a algum lugar – “Alegria, alegria”.

Quando me despedi de Milda, mãe de Paola, recebi um agradecimento pela escuta da “história do anel do vô”: “Você mexeu com nossos sentimentos físicos”.

5.2.2 Onde dinheiro e afeto não se entendem

Pessoas misturam dinheiro e transações comerciais com afeto e intimidade em muitas circunstâncias, demonstrou Zelizer (2011a), desafiando noções dicotômicas apregoadas pelas economias clássica e neoclássica e alertando cientistas sociais para a perspectiva que refuta a separação dos mundos íntimo e econômico. Mas encontros de dinheiro e afeto produzem efeitos diversos e impactam dinâmicas sociais de formas muito específicas. Atentando empiricamente para essas negociações, percebi, em situações ligadas a fenômenos de transmissão de joias de família, peculiaridades, como a recusa de se atribuir preço a esses bens. Qual seria a especificidade dessas coisas para que houvesse tanta repulsa?

A venda de adornos acoplados a gerações até aciona justificativas, aparentemente, convincentes, pois a questão é regulada por interdições morais. São transações que parecem revelar mais sobre a produção afetiva no âmbito familiar – sobre como afetos são construídos, nutridos, transmitidos, anulados e distribuídos – do que sobre a relação dos sujeitos com o dinheiro em si. Mesmo assim, a presença desse elemento apontado como impessoal e incolor por Simmel (2014) e a sua percepção como ameaça à sacralidade da linhagem ou aos sentimentos é recorrente nas interlocuções, sobretudo em encontros com mulheres, tutoras ou não, conectadas por alguma dimensão a joias de família.

¹¹³ *O Poderoso Chefão* (1972) é um filme dirigido por Francis Ford Coppola e aborda a história de uma família mafiosa nos anos 1940 e 1950, em Nova York.

Zelizer esclarece que “as pessoas participam rotineiramente do processo de diferenciar relações sociais significativas, inclusive seus laços mais íntimos” (2011a, p. 33). Seja como for, a interdição da venda dessas coisas reforça uma noção de supremacia dos afetos no conjunto dos valores atribuídos subjetivamente pelos discursos nativos aos adornos, ou melhor, ao *pedigree* que os habita e demanda uma infraestrutura para que vidas e afetos sejam depositados, vistos, lembrados e reforçados, como parte do zelo assumido. O tabu da venda, imposto tanto “para fora” quanto entre os membros no interior do grupo, dá pistas de que o dinheiro pode não ser percebido como lugar adequado para se realocar sentimentos; pelo menos não os coexistentes com valores econômicos nas joias de família, coisas associadas ao culto ancestral, ao sagrado (GODELIER, 2001). É como se, uma vez depositados no dinheiro que participou da mediação da venda, os afetos perdessem potência e prevalência que teriam permanecendo em joia de família ou em outro elemento de reverência ancestral.

Por isso, parece adequado recuperar algumas asserções de Simmel acerca do dinheiro como valor universal. Não se trata de explorar usos e significados sociais, que, como Zelizer argumentou, não são únicos e não se esgotam. É preciso pensar na qualidade de relações e sentimentos manifestados em situações concretas ou trabalhadas cotidianamente e ao longo dos anos, por narrativas e *performances*, com compartilhamento de fotografias, cuidados, elaboração de confiança, reverência, lealdade e atenção. É possível contar uma experiência pessoal com joias de família contemplando uma foto ou relatando um tratamento de saúde bem-sucedido, por exemplo. É plausível que dinheiro prolongue a vida na coisa vendida, mas a venda precisa ser justificada e cristalizada em algo longo, como um diploma, relato de cura ou, até, fotografias de viagens, apenas para citar algumas possibilidades.

Afeto e dinheiro falam, mas, às vezes, não se entendem por completo quando se trata de venda de joia de família. Do contrário, o encontro do bem com o equivalente monetário não seria tão discutido. Na prática, dentro e fora de contextos familiares, regula-se o que pode ou não pode ser vendido, e joia acoplada a uma família e confiada a uma tutora demanda comprometimento, com prazeres e dissabores que o encargo instaura. Isso inclui preservação da coisa e sua exibição para além do entendimento de que a sobreposição de vidas as retira do mundo profano das trocas financeiras. Tutora que sabe dar valor reconhece a coexistência de valores e está entre suas atribuições enfatizar a dimensão afetiva e reverenciar ancestralidade, sem desconsiderar potencial venal, este exposto, de preferência, com discrição, mas explicitado para que seja desejado.

Boa parte do esforço intelectual de Zelizer é demonstrar que relações íntimas estão atravessadas por transações econômicas (2011a, p. 20). Concordamos, já indiquei, pois não é

possível isolar economia de outros aspectos socioculturais e políticos que participam da vida cotidiana dos sujeitos. Todavia, ao considerar o fenômeno de reparte de joias de família, a impessoalidade da contraprestação monetária, assim como seu emprego como forma de dissipar constrangimentos implicando obrigações pessoais (SIMMEL, 2014), não é desprezível. Por mais que me esforce para pensar num emaranhado de intimidade e dinheiro nos temores que assombam o porta-joias e me recuse a sucumbir a clássicas dicotomias, procuro levar a sério receios expressos por quem vivencia e manifesta repulsa pelo encontro desses mundos. Afinal, se uma possível venda é combatida, é porque há um sentimento de ameaça. O tabu é em relação à venda, mas o dinheiro escancara o valor venal, aquele que precisa constar sem ser mencionado. E essa é percepção recorrente no campo:

A mãe teve que vender uma joia da vó para ter dinheiro para pagar pelo tratamento de saúde. Médicos, hospital, remédios. Nenhum familiar ofereceu ajuda na época. Agora, ficam dizendo que ela vendeu [a joia] pra eu viajar. Que cara de pau! (Ana¹¹⁴, professora, Porto Alegre)

Joia que se herda não se vende. É a segurança num “aperto”. (Marisa, aposentada, Porto Alegre)

Ah, não! É a família da gente nas joias. Não tem dinheiro que pague. Venda, só em último caso. (Luana, jornalista, Porto Alegre)

Outra implicação da monetarização, indicada na anedota de Woody Allen no início do capítulo, levaria à despersonalização das relações de dominação e a uma libertação da personalidade do servo em relação a obrigações com a ancestralidade. É interessante a asserção simmeliana de que dinheiro dá margem de liberdade pessoal, até porque a liberdade nem é absoluta para o autor. O tabu da venda ajuda preservar emaranhados éticos, sagrados e afetivos na família, mesmo imaginados. Arrastar transações monetárias para longe das relações das joias de família parece ser uma maneira de proteger a pessoalidade dessas coisas.

Entre tutoras, todavia, dinheiro não recupera joia de família roubada, vendida ou perdida. Transação econômica é afronta à memória, da mesma forma como é tabu quantificar ancestral. A noção de esferas separadas e mundos hostis se mostra central para desencadear conflitos, mas não atinge todas as coisas, tampouco todos os bens e tipos de negócios, como negócios afetivos. E é interessante que, quando joia ingressa presente, chega enredando intimidade, afeto, transação econômica e dinheiro. Uma vez acoplada à família, sacralizada e preenchida pela ancestralidade, resguarda-se no tabu da venda.

¹¹⁴ Nome fictício.

Não digo que vida econômica não se atravesse por afetos, tampouco que dinheiro não seja usado para criar ou manter laços sociais, como insiste Zelizer (2011a; 2011b). Porém, joias de família em movimento apresentam uma situação “boa para pensar” esses fluxos. A teoria das esferas separadas é atribuída ao senso comum, mas também é vivida e sentida em situação de venda de joias de famílias. Não parece envolver tabu desprovido de explicação. É interdição justificada pelo desejo de manter algo de coletivo e distintivo. Tutoras e demais interessadas no jogo da transmissão têm consciência de que tantas coisas podem ser vendidas. Mas escolhem seus elementos sagrados, aqueles que são guardados e celebrados para outros se moverem, como preconiza Godelier (2001). Para muitas tutoras, a felicidade reside na responsabilidade com antepassados.

As mesmas pessoas que condenam a passagem do dinheiro pela intimidade podem, em outras associações, reconhecer a sua inserção na vida íntima. Anterior à produção da joia de família, antecedida, ainda, pela troca financeira, há uma rede de serviços que conecta a coisa a instâncias de produção, pois adorno não brota de geração espontânea. E os fios precedentes também se emaranham na coisa e lhes conferem valores perigosos.

Para Simmel, dinheiro é vulgar por se equiparar a muita coisa (2014, p. 31). Talvez a nobreza e a sacralidade imaginada para joia de família esteja no *pedigree*, na singularidade, na ancestralidade, naquilo que se recebe, e não no que o dinheiro compra. “E a língua tem razão, por isso, quando chama de ‘impagável’ o que é muito especial e assinalado” (SIMMEL, 2014, p. 31). Joia de família fala de procedência, indica berço ou passado, inclusive idealizado. Se não entrega a verdade, engana. Dinheiro é dúvida; sem explicação, tem origem incerta. Não é à toa que Simmel o chama de “meio de troca totalmente descolorido, desprovido de qualquer caráter definido e específico” (2014, p. 39).

Refletindo sobre bens inalienáveis e heranças, comecei a prestar atenção no que era mais facilmente tornado fungível dentre o que tinha valor venal, mas que não constava de testamentos oficiais. Para além de algum vestuário, obras de arte apareceram como “menos infungíveis”. Tanto Tarsila do Amaral quanto Andrea Mazza Terra, personagens de capítulos etnográficos mais alongados e detalhados, recorreram à venda de obras de arte, algumas compradas, outras revendidas (cf. capítulo 7 e capítulo 8). Joias de família, por sua vez, foram poupadas. Quando muito, penhoradas.

“Só se vendem joias de família quando se está necessitada”

Marina Oliveira, colunista social, natural de Tupanciretã e residente em Pelotas há quase seis décadas, narrou a venda de um par de brincos de brilhantes, mais conhecidos como bichas, pela própria mãe, dona do adorno:

Meu pai as tinha comprado lá por 1940. Ela [a mãe] inventou que estavam muito pesadas, que estavam rasgando as orelhas dela, e comentou com o médico, já viúva e tal. E o médico perguntou por que ela não as vendia. E ela disse que não tinha para quem vendê-las. O médico falou que as compraria. Daí ele comprou, e comprou por um preço que... Não sei... vou te dar um exemplo... [pausa] Por 100! Aí ficamos sabendo. Meu irmão ficou sabendo e me disse que ela tinha vendido os brincos. Eu não sou assim... Mas, com isso... Ai, eu fui! Achei um desaforo, né?

Com testa franzida e dedo em riste, a colunista repudiava a atitude do médico que ousou tomar posse da joia que nem virou uma geração na família, mas na qual Marina já projetava ancestralidade. Alertada pelo irmão, intercedeu junto ao comprador para reaver o bem:

Cheguei lá e fui falar com o médico, e ele disse que poderia vender de volta. “Vocês me pagam o preço que eu paguei.” Nem eu nem meu irmão tínhamos dinheiro para comprar. Então, ele disse: “Eu vou a Porto Alegre” – não era um homem desonesto, só abusou do momento – “vou avaliar e pago a diferença a vocês”. Eram 200, o dobro! Minha mãe? Deus o livre se voltasse pra ela. A gente estava tirando dinheiro do homem, e ela achava isso humilhante, uma vergonha. Metade ficou com meu irmão; a outra metade, comigo. Sabe o que fiz com a minha metade? Fui pra Europa. Olhando para trás, agora, sim, eu gostaria de ter ficado com as bichas. Minha mãe não precisava vendê-las. Só se vende joia de família quando se está necessitada. É uma garantia, uma segurança.

Uma vez reconhecida a transação por quem vendeu, quem comprou e quem não se conformou, e havendo a possibilidade de apropriação por nova troca financeira, instaurado estava o entendimento de dessacralização do bem, do seu retorno ao mundo das mercadorias – fora avaliado, negociado, trocado, poluído, desdenhado e já nem era mais inalienável. Marina e o irmão aceitaram receber a “diferença em dinheiro”.

Pelo desfecho da venda das bichas, a ausência de consenso em torno do entendimento dos enfeites como joias ou joias de família criou situação embaraçosa para a mãe, o médico, o irmão e a minha interlocutora. Como joias, não havia interdição para venda dos brincos. Como joias de família, impunha-se o tabu da venda, ou uma permissão em caso de “necessidade”.

Encerrei a visita quando um neto de Marina chegou ao apartamento. A anfitriã pediu que eu escrevesse meu nome num pedaço de papel, para que ela fizesse um registro da minha passagem por Pelotas em sua coluna social. Solicitei ao seu neto, rapaz com pouco mais de 20 anos, que fizesse uma foto de sua avó comigo no meu celular. Quando ele me devolveu o aparelho, eu lhe perguntei se conhecia as histórias sobre joias de sua família. “Não, são coisas das mulheres. É um assunto delas.” Enquanto eu aguardava pelo elevador, Marina comentou:

Ficam os anéis e vão-se os dedos. As joias ficam, e precisam ficar as narrativas. Já passei as narrativas das minhas joias de família para as filhas e as netas. O que os avós fazem de mais importante na família é transmitir a cultura. Os avós, lá dentro, trazem os avós deles, e isso vai trazer os outros contigo. Mas os homens não dão esse valor às narrativas.

5.3 PENHOR COMO “UMA SEGURANÇA”

Quando se diz que joia de família é “uma segurança” ou “uma garantia” e, por isso, não deve ser vendida, a maioria das interlocutoras alude ao penhor, linha de crédito com baixas taxas de juros para pessoas físicas que dispensa avalista e não considera restrições cadastrais. Trata-se de uma alternativa de transação financeira para obtenção de algum dinheiro sem que os bens sejam alienados, uma instância ambígua, na qual ocorre uma transação financeira. Porém, a família não é desacoplada; é apenas colocada em risco.

Conforme folheto que recolhi numa agência da Caixa Econômica Federal (CEF)¹¹⁵, em Porto Alegre, em 2017, e o site da instituição financeira¹¹⁶, joias de ouro, platina e algumas gemas, canetas “de valor”, relógios “de valor” e prataria “de valor”, documento de identidade, CPF e comprovante de residência são o suficiente para o cliente receber o empréstimo à vista, sem avalista nem burocracias. Os bens, de família ou não, ficam sob a custódia da instituição, guardados num cofre, por até 180 dias, prazo de contrato que pode ser renovado por meio da quitação da dívida. Se o débito não é honrado no prazo, as joias podem ir a leilão, sendo, então, trocadas por dinheiro “de venda”, não mais “de empréstimo”.

Müller e Vicente (2012), que pesquisaram penhor como instrumento de crédito, destacam desencontros entre percepções de técnicos e famílias nas avaliações de joias repartidas entre gerações. Descendentes se centram em parâmetros afetivos, enquanto a instituição considera quantidade e qualidade do material utilizado na confecção da peça avaliada e a cota conforme o mercado da matéria-prima. Os autores também chamam a atenção para a permanência dos laços entre aqueles que detêm a guarda e os bens da família:

¹¹⁵ A instituição financeira detém o monopólio da atividade no Brasil.

¹¹⁶ Disponível em <https://www.caixa.gov.br/voce/credito-financiamento/penhor/Paginas/default.aspx>. Acesso em 25 ago. 2019.

O penhor existe como mecanismo de crédito justamente porque as joias permanecem como patrimônio das famílias e dos indivíduos, não sendo, a princípio, consideradas mercadorias. No âmbito familiar, as joias não têm preço e, sim, um valor que é definido a partir das relações sociais que simbolizam. (MÜLLER e VICENTE, 2012, n.p.).

Técnicos narraram a Müller e Vicente uma variedade de situações e origens dos adornos, suas procedências étnicas e representativas de ciclos da vida. Eles ainda sublinharam a prevalência da clientela feminina como usuária de penhor – 80% na época da pesquisa –, pois são elas as principais “responsáveis” pelas memórias familiares, ficando atribuído aos homens o papel de expressão de compra, um gesto íntimo atravessado por avaliação social (2012). Da mesma forma, joias de família jamais pertencem a uma única pessoa:

Embora esse detentor possa usar, e até mesmo penhorar esses bens em uma situação de necessidade, a ele é atribuída a responsabilidade pela manutenção e integridade desse patrimônio enquanto ele estiver sob sua guarda, a qual nunca deixa de ser alvo do controle coletivo (MÜLLER e VICENTE, 2012, n.p.).

Na verdade, não obtive tantas revelações ou menções ao uso do penhor no campo, ainda que conhecessem a modalidade e a considerassem como possibilidade em caso de crise financeira. Algumas tutoras, sobretudo cuidadoras de joias mais longevas, disseram que não venderiam, nem considerariam penhorar os bens. Nestes casos, temiam assaltos a banco: “Você não lembra ‘daquele caso’ em que levaram tudo do cofre? Imagina? Como é que o banco vai te ressarcir? Essa minha joia não tem preço”, comentou uma das colaboradoras.

Nos círculos de quem comunga do universo inalienável das joias de família, há interdições apreendidas, compartilhadas e cultivadas. Maria¹¹⁷, sexagenária dona de uma loja de roupas, relatava joias deixadas pela sogra, adornos que recebeu para repassar à descendência, para que acompanhassem “o sangue” do marido. De repente, baixou a voz, embora estivéssemos apenas nós na butique. Ela, então, confidenciou que ganhara, havia poucos dias, um anel arrematado pelo esposo em “leilão da Caixa”. “Enfeitado com pérola, bem antigo.” Supondo que a joia fora joia de família e não resgatada, Maria considerou o presente “de outra família”. Retornou à CEF e penhorou o adorno sem intenção de resgate. O dinheiro “emprestado”, disse, acabou doado a uma instituição. Sem anuência do marido, seu segredo quase foi descoberto por notificações sobre o risco de o objeto ir a leilão.

E leilão foi a sina do broche de ouro confiado a Aline Jeronimo, 37 anos, que recorreu à linha de crédito mais de uma vez. Num encontro casual na casa da minha orientadora, em 2018, a nutricionista me disse que recebera uma joia em forma de abelha da avó paterna. “Ela tinha três abelhinhas. Uma ficou comigo. As outras duas ficaram com uma sobrinha e com a

¹¹⁷ Nome fictício.

afilhada.” O presente, de tempos em tempos, era penhorado no banco e essa modalidade ajudava a única neta de dona Antonieta a custear a faculdade numa universidade privada da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Certa vez, num período de apuro financeiro, Aline não conseguiu resgatar o broche no prazo fixado pela instituição financeira, e o presente foi a leilão. Quando juntou dinheiro, ela tentou obter, junto à CEF, o nome do comprador da “abelhinha da vó”. Em vão. Não se fornece o paradeiro de bens leiloados.

Não restou nem fotografia da joia, lamentou Aline neste e em outros encontros nossos. Entretanto, abundam lembranças, histórias e receitas guardadas por dona Antonieta desde os anos 1940, tudo repassado à neta. “Essa avó era ‘do lar’ e morava comigo. Morávamos ela, meu avô, meu pai – que era filho único –, meu irmão, eu e minha mãe. Meu pai faleceu em 2006; e a vó, em 2008. Moramos a vida inteira juntas, na mesma casa, no bairro Jardim Botânico, em Porto Alegre.”

Sem conhecer detalhes sobre a origem do broche da abelha, Aline centra a memória na relação com dona Antonieta, porém ainda chora pela joia. “É a maior dor que carrego.” Perguntei-lhe se preferia ter o nome trocado neste texto; ela pediu para constar identificada: “Sou muito grata a essa história, porque é a minha história. De alguma maneira, ela [a avó], mesmo depois de partir, deixou um bem para que eu pudesse seguir em frente. Ela me deu uma carreira. Muito obrigada por contá-la [a história]. Obrigada pelo seu interesse.”

O penhor pode aparecer como “uma segurança” ou “uma garantia” financeira em alguns momentos, sobretudo quando se necessita de dinheiro e não se deseja vender as joias de família. É uma possibilidade intermediária entre a alienabilidade e a inalienabilidade. Há o risco de assalto ao banco, como observou uma interlocutora, e existe a possibilidade de não quitação da dívida, inclusive quando não se intenciona fazê-lo, como aconteceu com Maria.

No episódio relatado por Aline, que teve sua joia de família vendida num leilão pela impossibilidade de resgate em tempo, a linha de crédito não impediu o adorno de ir “para fora”, de ser trocado por um dinheiro que Aline não tinha, tampouco recebeu. Ainda assim, a nutricionista parece ter elaborado uma narrativa que se esforça para glorificar a avó e mantê-la conectada ao bem vendido e à antepassada para que sacralidade e pessoalidade não se dissipem. Pelo testemunho terno, Aline também parece expiar um fio de culpa ou tristeza ao transferir a ancestralidade para o diploma do curso superior custeado com o entra e sai da abelhinha dos cofres do penhor.

5.4 HOMENS NEM SEMPRE SÃO CONFIÁVEIS

Em encontro casual, quando citei o tema deste trabalho, meu amigo Gustavo¹¹⁸ comentou que sua mãe teve muitas joias, algumas de família, e de família judia. Não teve filhas nem netas, e as noras se separaram dos seus filhos quando ela ainda estava viva. Após a sua morte, o porta-joias foi mantido pelo pai de Gustavo no lugar onde a esposa guardava os adereços – sobre a mesa de cabeceira. “Nem sei o que tem dentro [do porta-joias]. O pai é que guarda. Mas eu não sei nada das histórias dessas joias. Nunca soube. Não sei se o pai sabe. A mãe gostava das joias, e ficaram lá. Não sei se contou algo para alguém [sobre as joias].” Perguntei o que aconteceria com as joias de família de sua mãe depois que seu pai falecesse. “Meu irmão e eu vamos vendê-las e repartir o dinheiro. Mas só depois, porque, agora, a gente deixa lá com o pai, no quarto dele. A gente sabe que está lá, mas ninguém mexe. Só ele cuida, porque eram da mãe. Tá lá com ele, a caixa.”

Sei que o pai de Gustavo, que já estava doente na época do meu encontro casual com meu amigo, faleceu ainda durante a realização desta investigação. Mas não sei o que aconteceu com as joias de família da mãe. O que retive da conversa, e que registrei em minhas notas de campo, foi a inquietação diante de relações tão vastas entre a maioria das interlocutoras e parte dos homens que colaboraram ou comentaram o trabalho. Não era desconforto, mas curiosidade para as diversas maneiras de se deixar atravessar por adereços e histórias familiares. O tabu da venda, por exemplo, não parece fazer sentido nesse caso, assim como também não parecia abalar outras tantas situações nas quais não havia tutoras para aceitar a incumbência dos cuidados com as joias de família.

Na verdade, justificativas para venda de uma joia de família – efetuada ou considerada – eram breves, como se esses adornos fossem “nada além de” joias, numa alusão a mais um reducionismo sublinhado por Zelizer (2011a), ou “assunto das mulheres”. É claro que o protagonismo dos homens tende à inserção do bem no grupo como dádiva original. Todavia, seria prudente considerar que papéis atribuídos ao feminino são comumente associados à incumbência de cuidados com a família. Não é por acaso que homens sensíveis à preservação de joias em movimento no grupo – e não de todas, mas de algumas – estão mais implicados em redes de cuidados, sobretudo de idosos, como Eduardo, tutor do anel de grau do tio-bisavô, ou mesmo o pai de Gustavo, que cuidou da mulher e de seu porta-joias até expirar. Outras hipóteses seriam o fato de essas coisas não terem sido recomendadas pelas doadoras

¹¹⁸ Nome fictício.

aos herdeiros – o que diminui a sensação de compromisso –, nem por escrito, nem oralmente, e a possibilidade de não terem se formado tutoras ou tutores para passá-las adiante.

Ainda que existam as prescrições, e que estas sejam reconhecidas e repetidas, sobretudo pelas mulheres, há situações em que justificam a venda na tentativa de atenuar julgamentos, com o dinheiro da transação empregado no custeio de estudo, saúde e moradia. Existe controle para que, em último caso, essas coisas sigam vivendo, mesmo que em outras formas sociais. Aliás, apesar da interdição, é frequentemente associada à segurança financeira, com venda mediante “necessidade”.

Raramente se fala em joia de família sem se mencionar venda, dinheiro ou algum aspecto econômico que acompanha a coisa. E o tabu entra para regular as falas e as negociações. Há diferentes formas de se relacionar com as joias de família e com a própria interdição – note-se que o tabu da venda se aplica às joias de família, não a quaisquer joias.

Em 2018, na casa de interlocutora que projetava os rumos de joias de família cravadas no Brasil “há uns 300 anos”, ela confidenciou:

Vou te contar um segredo. É sobre um colar que a minha mãe herdou da madrinha dela. De pérolas. Acho que foi presente do pai dela, o meu bisavô. [...] A mamãe era viva quando recebeu essa joia da madrinha dela, e me repassou esta e algumas outras uns tempos depois, porque já estava doente e esquecida. Daí, eu dei essas pérolas para meu irmão mais velho – eu tenho dois irmãos. Sei lá, achei que deveria dividir essas joias de família com eles. Achei que seria justo, porque eu já tinha recebido bastante coisa por ser a única filha mulher. Pedi permissão à mamãe, lógico... Ela estava viva quando me repassou as joias, né? Bom, meu irmão deu o colar à mulher dele na época, e eles se separaram depois. E eu não sei, mas acho que ela levou o colar. Tenho quase certeza disso, porque nunca mais o vi e não se fala nisso. Meu irmão casou outra vez, fez a família dele. [...] E eu não tenho coragem de perguntar pelo colar que a mamãe ganhou da madrinha dela. Ele nunca falou sobre isso. Na verdade, eu tinha que perguntar a ele... Bom, é isso. [risos]

A confiança dessa interlocutora é preciosa: concatena antepassadas; esboça genealogia; expõe incertezas sobre o ingresso do colar na família; confirma a expectativa de que, como joias de família, as pérolas deveriam animar laços; mostra intencionalidade no reparte da herança e em tentativas de controle de propagação; evidencia tensões e afinidades; revela inclusões, exclusões, rupturas e recomposições; desencadeia novas conexões; produz segredos; enuncia peculiaridades de divisão de herança “especial”; coloca em relevo sacralidades e relacionais.

O mais importante não se expressa em palavras, mas é indicado no conjunto das suas preocupações: quando afastado das relações da família, o tabu de venda corre mais riscos de ser violado, pois se alargam as chances de profanação do adereço e, com o distanciamento de sucessoras e tutoras, de ranhuras na ancestralidade.

O colar de pérolas, é bom lembrar, não foi alienado das antepassadas (mãe e madrinha da interlocutora, ambas já falecidas) ao ser dadivado à cunhada pelo irmão. Afinal, ele recebeu o bem e aceitou a responsabilidade de alongá-lo, pois a dívida não se cancela de uma geração para outra (FORTES *apud* SEGALLEN, 2001). Pelo menos não para quem se imagina ligada à dinastia, à linhagem nutrida em transmissões e retransmissões de coisas imaginadas, vividas e reverenciadas como sagradas (GODELIER, 2001) e que só podem se movimentar em situações muito específicas, como em casamentos e repartes de heranças.

Na próxima seção, exponho algumas características de repartes de heranças familiares, chamando a atenção para particularidades das transmissões de joias de família, que podem ser entregues em vida pelas doadoras, repartidas por critérios diversos e por vezes conflituosos em casos de mortes repentinas ou sem preparo de tutoras ou redigidos de próprio punho. Em geral, são momentos solenes e ritualizados, públicos ou privados, mas quase sempre negociados com alguma coletividade e atendendo às lógicas compartilhadas.

6 REPARTES E TRANSMISSÃO

Ao longo da tese, sublinhei peculiaridades no que concerne à divisão de herança pautada pela legislação: herdeiros e herdeiras têm direitos assegurados pelo Estado, independentemente de serem pessoas benquistas ou malditas, quando se trata de bens imobiliários, depósitos bancários e veículos, por exemplo. Joias de família não costumam ser confiadas a todas as integrantes do grupo afetivo num reparte e não constam de inventários formais. São recebidas e tuteladas, em geral, por quem logra gratidão, retribuição ou compensação de alguma ordem. Reveladoras de laços afetivos, essas coisas estão imbuídas de especificidades morais norteadoras das transmissões por quem tem o sentido do jogo e por quem sabe o que se pode ou não negociar (BOURDIEU, 2004).

Em alguns cenários, joias de família se apresentam até mais duradouras do que a própria coletividade, na medida em que podem levar o arranjo para além do tempo e das gerações, grifando identidades plurais e individuais e acompanhando inclusões e exclusões. Pelo tom visceral empregado por interlocutoras em relatos, a questão do reparte dessas heranças permanece tão atual quanto fora “antigamente”, ainda que perdure de formas múltiplas em contextos distintos e transite por diferentes épocas.

Como enfatizado, adornos repassados entre gerações se inclinam ao trânsito vertical e se realizam em sequência temporal, articulando ascendência e descendência e pressupondo mortes, mesmo quando os artigos são repassados ou prometidos “em vida”. Mudanças de papéis de donatária para doadora são esperadas antes ou após as passagens, preparando ou instituindo de vez a tutela, ou seja, o imperativo que demanda zelo e cultivo contínuos, bem-estar, exibição e repasse das relações. Nas vidas das diferentes tutoras e nos movimentos, a significação familiar é reelaborada com afetos, alterna hierarquias e reanima laços.

Adornos nesse terreno não devem se desacoplar da família para não perderem a partícula que lhes confere sentido e que os protegem de exposição em direções indesejadas. Até porque há significados acumulados e pré-gravados coibindo liberdade total sobre repasses e recebimentos. Sentidos têm de ser assimilados e ajustados, e isto corresponde a interesses para manutenção de algo. Em casos de recebimento, aceite e transmissão de joias de família, buscam-se, idealmente, elos geracionais entre algumas pessoas, adaptando uma dinastia afetiva na linhagem e com eventuais pontas enlaçando os “de fora”.

Convém lembrar que a antropologia clássica enfatiza, em estudos de parentesco, a substância “sangue” (SCHNEIDER, 2016), as alianças (LÉVI-STRAUSS, 1982), a filiação e

muitas terminologias, recomposições e reconfigurações. **Proponho privilegiar a dimensão qualitativa das relações afetivas através de joias de família** e considero que, na prática, assumir a tutela de um adorno é arcar com honras e conflitos. O episódio da caneta que a argentina Lola acolheu do pai e que este herdou do próprio pai, com quem tinha divergências morais, enreda heranças ambíguas e doídas inscritas em atos de transmissão e convívio. É mais do que ouro e prata, certamente; porém, é ouro e prata, tem apelo “para fora” e é preciso convencer quem recebe o bem a resistir à tentação da venda, rendendo-se a cuidados e prescrições. Idealmente, firma compromisso para a vida, para o que houver e para quem vier.

Emoções se tornam visíveis na memória nutrida desde a infância pela recapitulação de crônicas fabulosas e recontadas como se fossem extraídas de livros inacabados e com personagens porvir. Abaixo, reproduzo trecho de conversa com Luísa, publicitária de 32 anos, tutora de adereços repassados há pelo menos uma década pela avó paterna. Destaco a ação pedagógica e lúdica empregada na produção de uma tutora de estrato médio/alto:

Quando eu era criança, a vó assinava a revista Veja e tinha anúncios da H.Stern¹¹⁹ nas primeiras páginas. A gente recortava esses anúncios, e a vó me ajudava a colar num caderno que ela mesma me deu. [...] Ela colecionava duas coisas em cadernos: receitas, também recortadas, e anúncios de joias da H.Stern. Guardava receitas, mas nunca as fazia. E os anúncios das joias, ela dava esses pra mim. Não sei se ela ainda tem as receitas, mas eu ainda tenho o caderno com os anúncios das joias.

Insisto na lapidação de tutoras por julgá-la essencial para a existência de joias de família. Antes de avançar, todavia, sublinho que as herdeiras podem ou não ter consciência das responsabilidades impostas pela confiança do bem e de tudo o que ele emaranha, uma vez que, possivelmente, incorporem o jogo social. Também é válido lembrar que esse jogo não se distribui de forma equivalente para todos da família (BOURDIEU, 2004), o que pode gerar interpretações diversas sobre repartes e direções dos adornos.

Minha intenção neste capítulo é destacar especificidades de joias de família, bem infungível e autorizado ao reparte à margem das partilhas legais, mesmo contendo valor venal. Há testamentos escritos que dividem conjuntos, assim como repasses podem ser efetuados em vida ou resolvidos após a morte de quem confia. Mesmo alguns artigos delegados pela própria doadora à donatária constam em artefato redigido. Ademais, rascunhando movimentos de objetos em diagramas, encontramos linhas nada óbvias produzindo conexões entre um e outro nome, bem diferentes dos traçados retos e conectores que desconsideram vidas e seus movimentos sinuosos.

¹¹⁹ A joalheria, fundada em 1945 por Hans Stern (1922-2007), no Rio de Janeiro, tem lojas no Brasil e pontos de venda em Estados Unidos e Europa.

Percebi nas falas ênfase em afetos, assim como emoção nas *performances*. São crônicas de aspirantes, reclamantes, tutoras e potenciais herdeiras que desdenham, por conveniência, as propriedades econômicas das joias. Essa significação memorial, característica de colecionadores e consumidores curatoriais (McCRACKEN, 2003), parece guiar a triagem entre as mais aptas a herdar e evitar o esfacelamento de dinastias assomadas num artefato pela acumulação de relações iniciadas no passado e projetadas ao futuro. Emaranhada em ambiguidades, todavia, a antecipação do contradom por cuidado e atenção não é variável única. Mas é recorrente para escolhas ou produção de expectativas de quem receberá o quê – inclusive, para definir quem nada terá.

Até herdeira legal precisa se tornar herdeira em processo coletivo, demonstrar interesse, apreender o sentido de família, deixar-se afetar por histórias e genealogia e incorporar responsabilidades (BOURDIEU, 2004; GOTMAN, 1988; McCRACKEN, 2003; PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 2013). Do contrário, é plausível se desfazer dos bens pela dilapidação¹²⁰ ou abrir mão da herança, indicativo de rejeição ou recusa da sacralização do outro consigo, rompimento de vínculos, desejo de anular a origem ou aspiração de deixar a linhagem e privar gerações do recebimento do privilégio, entre outras interpretações.

6.1 ENTRE A LEI E OS AFETOS

Apesar de ser “material etnológico por excelência”¹²¹, conforme atestou Augé (1988, p. v, tradução minha), herança é pouco estudada e comentada nas esferas públicas e privadas (CARVALHO, 2005; GODBOUT e CAILLÉ, 1999; GOTMAN, 1988; PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 2013). Na avaliação de Gotman (1988), que realizou etnografias sobre recebimento, transmissão e dilapidação junto a camadas médias francesas, o assunto se configura tabu pelo caráter providencial, contrapondo-se àquela herança meritória, exaltada pelo ideal republicano. Mesmo que se evite falar no tema, observou a autora, 70% da população daquele país herdará alguma coisa.

Herança pede discrição, inclusive quando é tratada como assunto *non grato*, pois se ganha algo ao mesmo tempo em que se perde alguém (GOTMAN, 1988). Em processos de

¹²⁰ Além dos aspectos históricos e sociológicos do fenômeno da herança, Gotman pesquisou a dilapidação e o esbanjamento de patrimônio herdado. Não exploro o tema em profundidade, mas o menciono porque perpassa este trabalho na questão do zelo e da renúncia. A autora argumenta que o interdito à dilapidação diz respeito, na verdade, àqueles que legaram ou deram origem aos bens, à representação elaborada sobre suas trajetórias, projetos e desejos. Rejeitar algo da herança ou recusar um sobrenome, por exemplo, é uma forma simbólica de romper com uma linhagem. Cf. Gotman, 1995.

¹²¹ No original: Tout d’abord l’héritage est matière ethnologique par excellence.

transmissão, ademais, privam-se liberdades e se assumem obrigações e significados (McCRACKEN, 2003, p. 76-77). Nos termos de Gotman, “nunca a perda e o ganho se veem juntos de forma tão crua”¹²² (1988, p. 118, tradução minha). Por isso, o que se “lucra” precisa ser minimizado – em público, pelo menos – perante qualquer perda humana.

Godbout e Caillé, que discutem herança pela obra de Gotman, definiram essa instituição como dádiva fundamentada na filiação (1999). Um aspecto sublinhado pelos autores é a condensação de tensões em paralelo com a produção de vínculos e linhagens, já que herança está impregnada de inícios e fins, alegrias e tristezas, memórias e esquecimentos, segredos e exposições. Sem falar em imperativos jurídicos, estratégias matrimoniais, redes, favores, confiança e táticas de concentração de riqueza.

Em grupos abastados, heranças ajudam dinastias familiares a prolongar privilégios, como é o caso das descendências de barões do charque e outras aristocracias rurais brasileiras que tratarei em capítulos etnográficos mais alongados desta tese (capítulos 7 e 8). Daí parte da insistência na necessidade de se proteger e manter bens nos domínios do grupo familiar – tanto que, em descenso econômico, social e político diante da perda de patrimônio, grupos se fragmentam em divergências sobre guarda e uso das propriedades. Havendo empresas, imóveis, terras e economias e ações depositadas e aplicadas no mercado financeiro a repartir, espera-se que herdeiros comprometidos com antepassados e futuros receptores se esforcem para incrementar o montante ao invés de gastá-lo, repassando-o a gerações vindouras (GOTMAN, 1995; McCRACKEN, 2003; PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 2013).

Há estudos sobre grandes fortunas e sistemas de repasse de terras ligadas a títulos de nobreza e outras modalidades de capital simbólico acumulado ou reconvertido na França (BOURDIEU, 2008a, 2008b; SAINT MARTIN, 1995; PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 2007a, 2013). No Brasil, destaco a etnografia de Piscitelli, que investigou processos de sucessão em grupos empresariais, enfatizando gênero e parentesco e observando os conflitos em torno do acesso das herdeiras a posições de comando dos negócios familiares (cf. 2006). Ela também marcou, com maestria, a diferença entre herdeiros e sucessores.

O sistema de herança, a maneira pela qual a propriedade é transmitida de mortos para vivos e, especialmente, de uma geração para outra, é parte do processo mais amplo, no qual as relações de propriedade se reproduzem no tempo [...] Portanto, os sucessores se diferenciam do conjunto dos herdeiros durante a vida do fundador. A interação entre gênero e parentesco [...] é crucial nessa diferenciação. (PISCITELLI, 2006, p. 118).

¹²² No original: [...] jamais la perte et le gain ne voisinent aussi crûment.

No caso de grandes empresas, processos de diferenciação entre herdeiros para fins de sucessão administrativa produzem tensões que podem se agravar após a morte do fundador (PISCITELLI, 2006, p. 119). Quanto a joias de família, enquadradas na categoria jurídica de bens infungíveis, conflitos tendem à discricção e poucos são levados aos tribunais. Eu não identifiquei nenhuma situação etnográfica que tenha se resolvido pela Justiça, para além de episódios pontuais narrados na literatura. É interessante observar, entretanto, que peças com maior valor de mercado costumam ser direcionadas a pessoas com quem a donatária tem, quer estabelecer ou deseja reforçar laços afetivos positivados. E gênero interfere na designação.

Mais próximo da minha pesquisa, Carvalho explorou a transmissão de coisas de família em camadas médias do Rio de Janeiro entrevistando integrantes de cinco arranjos (2005). Em cada um, ele interpelou pelo menos duas pessoas em posições geracionais distintas e, com elas, discutiu a partilha em eventos para além do momento da divisão. Dos casos expostos pelo autor, que incluíam heranças legadas conforme normas jurídicas, apenas um menciona joias. Todavia, a expressão “joia de família” não foi empregada, nem mesmo pelas interlocutoras, conforme as transcrições. Ademais, não foram repasses de doadoras a donatárias. Num caso, a neta se apropriou do bem da avó; no outro, o viúvo entregou às noras joias da esposa.

Seja como for, sabe-se pouco sobre herdeiras urbanas e apropriação e transmissão de bens como joias de família. Em breves parágrafos dedicados a esses adornos no contexto francês, Gotman sublinha que anéis de noivado têm estatuto mais elevado dentre objetos com afeto. São fundantes de grupos afetivos e, por isso, são ímpares. Havendo mais de uma filha, a depositária legítima é definida por sorteio. Entre filha e nora, dá-se preferência para a primeira e pela ordem de nascimento, ainda que, em composições com características patriarcais, seja plausível destinar o artigo à esposa do filho mais velho. Quando noras são excluídas, o repasse às filhas é alardeado; se uma filha é privilegiada, o recado vai sussurrado.

6.1.1 Bens fungíveis e infungíveis

Para propósitos de divisão legal de bens de família, o Brasil é herdeiro do Código Napoleônico ou Código Civil Francês, outorgado por Napoleão Bonaparte em 1804, no que diz respeito à vocação hereditária e ao princípio de igualdade (SOUZA, 2004, p. 46). Existem diferenças significativas em documentos e entendimentos jurídicos entre países cujas leis derivam do mesmo livro. Essa diversidade não será detalhada, pois a pesquisa não versa sobre Direito Sucessório nem Direito de Família – áreas que se ocupam de repartes em casos de

testamento –, tampouco explora o fenômeno da herança como um todo. Sem falar nas minhas próprias limitações sobre o tema. Desejo é realçar a coexistência de legislações que preconizam divisões igualitárias entre herdeiros necessários¹²³ – e que não são universais – com a prática de transmissão inter e transgeracional de bens fora do espectro jurídico. Joias de família correspondem a esta modalidade, mas não se equivalem a todo bem do tipo infungível por ter valor venal reconhecido pelo mercado.

Ressalto que o *Código Civil Brasileiro* não conceitua “bem infungível”. Porém, o artigo 85 define os fungíveis. Para legisladores e juristas, esses bens podem ser avaliados e, por essa razão, não seriam compreendidos como insubstituíveis. São posses móveis que podem ser substituídas por similares em termos de “espécie, qualidade e quantidade” (CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, 2008, p. 115).

Ao pesquisar condição de repartimento do patrimônio na Catalunha e demonstrar como herança instaura obrigações anteriores às mortes ou a desencontros de sujeitos implicados no processo¹²⁴, Weber sublinhou que 25% do total de posses na comunidade autônoma são distribuídos de maneira equivalente entre os prioritários, ficando 75% à disposição das vontades do concessor (2005). No Brasil, 50% do patrimônio da pessoa morta devem ser repartidos de forma equânime entre herdeiros necessários¹²⁵. O percentual se aplica a imóveis, veículos, economias, empresas, às coisas fungíveis, ou seja, bens móveis que, no entendimento de legisladores e juristas, são substituíveis.

A outra metade do montante pode ser transferida via testamento, respeitando o desejo do concessor ou, na ausência de formalidades, repartida de maneira equilibrada entre os mesmos herdeiros legais. Não significa, entretanto, que todo reparte amparado na lei se resolva sem tensões, tampouco que seja igualitário e, efetivamente, “justo”. Litígios ocorrem, há contestações. Na minha experiência de campo, constateei relativa incidência de conflitos em partilhas de propriedades rurais, empresas e imóveis urbanos, mas escutei muitos protestos e lamentos referentes a destinos de joias de família. Ainda que raramente apresentadas nos relatos, houve acusações por perda e desleixo nos cuidados e até *mea culpa* envolvendo adversidades. “Eu me pergunto se merecia ter recebido as joias”, comentou uma interlocutora cujas heranças de três gerações foram levadas num assalto.

¹²³ Segundo o Código Civil Brasileiro (2008), a prioridade na ordem de sucessão à herança é dada aos filhos em concorrência com cônjuge/companheiro.

¹²⁴ Weber analisa um caso de transmissão de herança envolvendo bens de uma mulher lésbica, viúva e cuidada por duas familiares colaterais durante seis anos: uma executiva numa empresa de segurança social; e uma afilhada de sua falecida companheira, psicóloga num hospital. Cf. Weber (2005). Disponível em <http://journals.openedition.org/terrain/3607> Acesso em 28 mai. 2019.

¹²⁵ Artigo 1.789: havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor da metade da herança (Código Civil Brasileiro, 2008, p. 371).

Imperativos jurídicos também são passíveis de contendas e contradições. A legislação, além de designar repasse legal, com ativos e passivos divididos, também reparte taxas e impostos a pagar entre beneficiários. Permite-se, porém, que patrimônios móvel ou imóvel sejam doados antes da morte – doações que não estão isentas de tributação, mas que podem ser maneiras de burlar e favorecer alguém antes da partilha igualitária –, da mesma forma como bens infungíveis têm outras modalidades de repasse, algumas desafiadoras de regras de sucessão ou que alternam gerações sem correspondência a um equivalente monetário explícito. Uma situação de benefício reconhecido por uma das herdeiras foi explanado por Luísa, a publicitária que citei parágrafos acima, ao detalhar repartes feitos pela avó paterna, entre ela e outras duas netas:

Minha vó não era religiosa, mas ela tinha essa cruz. Não sei de onde surgiu. [...] Bom, a cruz da vó tinha cada brilhantão desse tamanho na cor champanhe. Olha, deu pra fazer três anéis. Só o meu tem oito. Então eram 24 brilhantões numa cruz. Ela desmanchou e fez três anéis para as três netas, porque ela, a vó, só teve filhos. [...] Eu ganhei a [aliança] mais valiosa: a de brilhantes dos 25 anos de casamento. A justificativa é que sou a neta mais velha. Mas é porque, de certa maneira, eles [os avós] me veem como a continuidade deles. [...] Eu ganhei uma pulseira de ouro anos 1970. O que mais? Um correntão, mas disso ninguém sabe. Porque, na partilha, o que ficou público foram os anéis. A minha irmã ganhou a meia aliança de rubi; minha prima, a meia aliança de safira. Eu ganhei uma toda de brilhantes. [...] Ninguém sabe do correntão. É segredo. Eles não podem saber [...] Acho que a vó ganhou do vô. [...] Ah, pulei uma! Essa é especial. Foi presente do meu pai. Sempre tive relação difícil com ele. Eu tinha de 12 para 13 anos, e a gente fez uma viagem. [...] Em Florença, na Ponte Vecchio, ele quis comprar uns brincos para mim, de ouro amarelo com dois rubis, lindo. Parece uma renda. Considero joia de família porque foi ele que me deu. Ele estava doente, já sabia que ia embora. [...] A vó não falava sobre joias, mas na casa dela você entende. São muitos objetos, de certa maneira, conectados. É um universo semântico. Tem outra joia que me esqueci de falar. [...] A vó fez uma medalha com minha cara! Eu a usei quando era criança. Tinha conotação de ancestralidade. A vó estava criando uma tradição entre nós. Ela não usava [joia], mas me dava. Óbvio que espera alguma coisa. Sou o grande projeto da vida dela. Eu sou a minha vó.

Bem infungível pelo caráter “pessoalíssimo”, porém dotado de valor de mercado reconhecido pelas tutoras, joia de família vive a ambiguidade e o contraditório ao misturar alienabilidade e inalienabilidade. Talvez não seja presente ordinário quando ofertado antes ou após a morte da guardiã, que pode ter sido a primeira dona. Não se recomenda à receptora dispor dele livremente, já que, por ser de família, não está alienado e deve ser mantido nos limites do grupo, com prestação de contas e domínio sobre a exibição. Tampouco é herança comum, insisto. É coisa confiada no registro próximo de repasses afetivos, “sem preço” para algumas. Como observaram Godbout e Caillé, coisas em repasses livres formam um conjunto de herança que inspira reflexões sobre produção de valor de afeto ou sentimental e construção de relações sociais e familiares individualizadas e íntimas (1999, p. 58).

Embora fotografias sejam frequentemente associadas às joias de família pelo caráter da memória e do sentimento, não têm valor de mercado comparável com peças de metais nobres e gemas. Não há, claro, correspondência precisa entre valores monetário e afetivo. Entretanto, sinto-me à vontade para inferir que se depositam afetos em coisas de valor cobiçado para além do grupo afetivo supondo que, por conta disso, tornem-se ainda mais atraentes na própria família, marcando distintividade da tutora no interior do grupo. Nessa equação, a joia se faz tão densa de valor que a responsável corre o risco de ser tentada pelo dinheiro e sucumbir à venda, transmutando a relíquia em mercadoria.

O risco é real, pois o bem tem liquidez. E sua venda, apesar de moralmente interdita, não sofre impedimentos do ponto de vista legal. Então, há de se insistir em ideias tão verbalizadas, como “segurança”, “garantia” e “proteção”, que somente uma joia de família seria capaz de oferecer. Se não há interesse, desejo de firmar ou adensar laços através dos adereços, conquanto, é comum vendê-las, e vendas ocorrem. Para isso, recomenda-se dominar as regras e compreender que esse tipo de coisa não deve gerar rendimentos – não abertamente. Almeja-se que a sucessora queira inscrever as próprias credenciais na linhagem.

Quem se sente atraída pela coisa precisa seduzir quem doa com sutileza, por toque, olhar, palavras e compreensão da dinastia. Lola desejava a caneta do avô e, quando criança, pedia para tê-la, e o pai adiava o repasse dizendo que a filha receberia a joia do avô em algum momento “certo”. Em confidências, a socióloga ameaçou se libertar do bem o jogando num rio de Buenos Aires e se livrar do peso do passado do pai e do avô. Fez isso rindo, pois, identificando o veneno da dádiva em tensões vividas por pai e avô, desejava-se na linhagem e na companhia da ancestralidade europeia.

Há joias cobiçadas por mais de uma herdeira. Quando designadas ou tomadas, engendram desconforto. Rosa chorou pela aliança da avó que orna as mãos de uma tia. Uma vez assumida a peça, é recomendável mostrá-la e anunciá-la como parte do grupo afetivo sempre que possível. A tutora de um relicário recebido da avó indica, pelo adorno, a sua posição na família. Nesse processo, alude-se a um passado revivido ao ser recontado, a modificações físicas, a insinuações e litígios. Pois é essencial que joia de família testemunhe pertença e marque distinções pela crença que desperta, estas nascidas do imaginário (GODELIER, 2001). Para aquelas que não participam da composição, pode ter apelo econômico e estético e, por este motivo, está em perigo constante.

Biografias de adereços sobressaem em relatos que ressaltam curiosidade e cobiça e se revigoram com elogios, pois são coisas irradiadas para o Outro. Conforme Simmel (2014), é da natureza e da função do adorno conduzir as atenções para o indivíduo adornado. Destacam-

se como artefatos valiosos, longevos e duradouros que, ao enfeitarem os corpos e as fotografias, provocam, tentam e desafiam a gana da tomada à força. É coisa que realça quem a possui – ou melhor, a porta temporariamente –, e o faz pelos despossuídos (SIMMEL, 2014).

Mas joias de família também têm fragilidades e vulnerabilidades. Quando se perdem por roubo ou descuido, algo da vida perece. Além disso, em geral, as mais valiosas do ponto de vista pecuniário e com mais gerações ou feitos acumulados são confiadas a filhas, netas ou, nessas ausências, sobrinhas e afilhadas. Sangue como transmissor de atributos é componente importante para explicar e justificar caminhos, contudo demonstração de capacidade de preservação ou culto à coisa e ao que ela contém não se ignora – é esforço de pertencimento, valioso para a manutenção do grupo. Peças de menor valor venal e pouco aclamadas têm chances de seguir para pessoas sem vínculo sanguíneo, mas com proximidade ritual.

Vale considerar a possibilidade de entendimentos jurídicos entrarem em conflito nas questões de herança e que quantidade e qualidade de bens fungíveis e infungíveis recebidos e repartidos são diversas. O montante a assumir, tutelar e transmitir importa e impacta expectativa, conhecimento sobre linhagens, significados atribuídos, sentimentos individuais e coletivos. Em grupos com patrimônio e riqueza material abundante, a ênfase na perpetuação da identidade linear, por exemplo, evidencia-se. Sobretudo quando mais de uma ou duas peças são confiadas a uma tutora, preterindo outras herdeiras. Se o patrimônio é enxuto, sobressaem relações laterais, marcadas por referência a um espaço comum de inter-relação familiar (PINA CABRAL, 2003a, p. 121).

Percebi que nem todas as pessoas recebem joias de família e que os repasses parecem fortalecer laços internos. Perde-se uma dimensão importante do fenômeno se não se leva em conta que parte da composição se faz com a capacidade produtora de relacionamentos. A incapacidade de guardar e transmitir tem efeitos pesados para quem estava incumbida de assegurar a imortalidade da ancestralidade. Porque, ao fim e ao cabo, são coisas habitadas por relações prévias que animam suas relações, criando conexões e enfatizando laços, formando dinastias afetivas que não se organizam exclusivamente por ordem de nascimento ou por proximidade biológica, mas, em grande medida, por afetividade, cuidados e prestígio.

Nos casos em que tutora escolhe, repassa ou indica caminhos para as joias, creio que poderia substituir a partícula “de família” por “de relacionabilidade”, ou “de afetividade”, porque esses adornos formam dinastias afetivas com intencionalidade. Ainda que sucessoras formulem suas próprias teorias sobre as variáveis que conduziram os bens até elas, é importante reconhecer que eventual ambiguidade é mais frequente para quem recebe a coisa, especula os motivos e produz a crônica capaz de adornar o enfeite com seus afetos.

“Com o anel e ‘com tudo!’”

“Eu tenho um anel, uma das poucas joias que meu avô que veio do Líbano deu para a mãe do meu pai”, contou-me a tradutora e professora universitária Marlova Aseff, tutora de um adorno confiado a ela por uma avó.

A vó Maria era filha de um basco, compadre do meu vô turco. E era cuidadora da dona Rosa, a libanesa com quem esse avô viveu. Essa mulher, a Rosa, era quase 30 anos mais velha do que o vô. Parece que se conheceram na viagem da França pro Uruguai, onde meu avô teve um café. Depois, vieram pra Livramento [fronteira do Brasil com Uruguai, no Rio Grande do Sul]. Foi a velha, doente, com 80 anos, que pediu pra Maria se casar com o companheiro dela. A Maria, a avó, tinha 17 ou 18 anos. Foi aí, com mais de 50 anos, que o vô começou a ter filhos.

A convivência de Marlova com Maria foi “mínima na infância”, porque a avó, após a morte do marido, Julião Aseff, casou-se com um homem reprovado por Jesus, seu filho e pai da interlocutora. Seguiram-se anos apartados. Aos poucos, atenuaram-se as diferenças, e Maria repassou à neta o enfeite que ganhara do falecido. “Ela está viva, tem 98 anos! Resolveu dar o anel para mim há uns anos [...]. Nós até nos aproximamos bastante depois”, discorreu Marlova, em fevereiro de 2018, em Porto Alegre.

Minha amiga não sabia se a joia de família viera com o avô para a América do Sul, nem se fora comprada no Brasil. Sabia que a pedra não era mais a original: “A vó conta que a anterior era vermelha. Parece que perdeu o brilho. Não sei direito.” De qualquer forma, a gema acabou substituída por uma ametista que a nora Maria Helena, mãe de Marlova, comprou em viagem a Minas Gerais.



Figura 20: O anel da vó Maria. Crédito: Acervo pessoal.

Partiu da minha interlocutora o interesse de relatar afetos geracionais assim que tomou conhecimento desta etnografia em curso. Era julho de 2017 quando eu postei, no meu mural, no Facebook, três linhas sondando se alguém teria histórias sobre joia de família. “Tem que estar na família há quantas gerações?” Disse-lhe que o número de gerações pouco importava. O importante era a joia ser “de família”. Certa de que era o seu caso, enviou-me foto do bem. E teorizou sobre a escolha da avó:

Eu não sei por que ela resolveu dar o anel pra mim. Porque ela tinha netas mais próximas. Talvez porque meu pai, quando menino, tenha ido morar fora de casa, com um padrinho, e as mães costumam, sei lá, ficam culpadas com o filho que vai para longe. E ele foi morar com um padrinho, que era prefeito ou vice-prefeito da cidade. Na mesma cidade. Isso marcou bastante a vida deles, e ela [a vó] me deixou essa joia. Uma das poucas joias que ela ganhou do turco. Ela a deixou pra mim.

Um ano depois, vi um texto de Marlova, no Facebook, participando o falecimento da avó. Enviei-lhe uma mensagem: “Qual foi a vó que faleceu? A do anel? Era a vó Maria, que foi casada com o vô turco?” E ela respondeu: “Sim, foi a vó Maria, do turco. Guria, resolvi andar sempre com o anel. Tô com ele agora”. Passados minutos, Marlova me enviou uma mensagem de voz:

Estou saindo da aula, na correria, saindo da UFSC [...] Estamos aqui, trabalhando, lutando e resistindo, com o anel e “com tudo”¹²⁶! Com o anel de amuleto para transmutar as energias. É legal porque... Tu sabes que eu não sou de andar arrumada. Ando sempre esculachada [risos]. Daí eu tinha aquilo de que joia é só pra quando se anda arrumada. Agora eu tirei isso! Agora, qualquer roupa que eu ponha, não importa, eu ponho o meu anel. É estranho, acabei com a ideia de que tem que andar arrumada para andar com joia. Estou aqui, de tênis... “Super” com meu jeitão e o anelão! [risos] É legal, fica uma marca tua. Tem uma amiga que disse “Ah, esse anel a gente vê que é antigo, que é de família...” As pessoas percebem que tem uma relação diferente. (áudio enviado por Whatsapp em 28 de agosto de 2019).

6.1.2 Testamentos formais e informais

Nem tudo o que pertence ou está aos cuidados de uma pessoa é arrolado no inventário formalizado. Não encontrei adornos que tenham participado de reparte declarado em cartório. Quase todos foram entregues às tutoras diretamente pela doadora que as elegeu ou, na falta

¹²⁶ Em diálogos gravados em março de 2016 – no processo que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff – e divulgados em maio do mesmo ano, o então senador Romero Jucá sugeria ao ex-presidente de uma subsidiária da Petrobras que uma “mudança” no governo federal com o afastamento da presidenta poderia “estancar a sangria” representada pela Lava Jato, operação da Polícia Federal que investigava ambos. “Com o Supremo, com tudo” é um recorte de trecho no qual Jucá propõe a criação de um pacto nacional num eventual governo Michel Temer – que se concretizou e do qual o senador se tornou ministro. Em 2019, quando me enviou seu próprio áudio, já no governo Bolsonaro, Marlova participava de protestos contra o desmantelamento da educação pública e empregou o “com tudo”, na época já tornado um bordão ressignificado e apropriado pela parcela da população que entende o processo de *impeachment* de Dilma como um golpe orquestrado pelo Congresso Nacional com apoio dos principais veículos de comunicação do Brasil, do mercado financeiro e de segmentos do Judiciário.

desta, por familiar encarregado de antemão ou por alguém escolhido em consenso com herdeiros e familiares para deliberar o reparte. Outra possibilidade é a definição legada por escrito, o que já foi costume, mas é pouco usual nos dias de hoje, como observou Gotman:

Arma dos fracos, arma dos mortos, mas também atos de previdência, testamentos, ontem a regra, são hoje quase a exceção. Anteriormente temidos por sua iniquidade, sua ausência agora é lamentada tão ancorada está a ideia de que o voto dos pais é justo, de qualquer forma incontestável. Depositados no notário ou nos lugares mais incomuns da casa - sob o travesseiro, em uma pilha de lençóis - como objetos preciosos, os testamentos preservam uma grande variedade de formas. Escritos em estilo pseudolegal, esses documentos, sempre solenes para seu autor, também podem assumir uma forma infinitamente pessoal. Mas, sejam caligrafados ou rabiscados “a caneta em papel quadriculado”, eles têm a força da escrita e, nessas circunstâncias, das *reliíquias*.¹²⁷ (1988, p. 144-145, *grifo no original*, tradução minha).

No Brasil, Silva investigou repasses de bens de família por disposições testamentárias na Vila de São Paulo nos séculos XVI e XVII. A autora endossa que “testamentos são documentos muito úteis para o estudo das relações familiares, especialmente quando se objetiva analisar tais relações de maneira imbricada com a cultura material disponível no patrimônio dos indivíduos de outrora” (2015, p. 200). Produzidos na proximidade da morte, expõem dinâmicas do entorno da doadora e revelam aproximações afetivas com outros membros da parentela e com as coisas transmitidas. Além disso, fornecem pistas sobre condições e estilo de vida do grupo social e suas crenças religiosas – com ritos fúnebres e expectativas para a alma –, além de informar minúcias da composição familiar.

Na nota de rodapé 161 de *Sobrados e Mucambos* (2004), Freyre enumera “joias e alfaias” e a prataria do século XIX com as descrições forjadas em metais nobres e cravejadas de diamantes. Comenta, ainda, descrições de bens em anúncios de leilões de famílias do século XIX e inventários do século XVIII no Nordeste, mas que seriam representativos de outras cidades brasileiras.

Em 16 de agosto de 1787 o boticário José de Abreu Cordeiro e sua mulher, Da. Catarina de São José e Melo, residentes ‘numas casas de sobrado da rua chamada da Praça defronte do Pellourinho [...] temendo-se da morte e não sabendo quando Deus Nosso Senhor os levaria para si’, deliberaram fixar por escritos as suas últimas vontades.” (FREYRE, 2004, p. 376).

¹²⁷ No original: Arme des faibles, arme des morts, mais aussi actes de prévoyance, les testaments, hier de règle, sont aujourd’hui presque l’exception. Autrefois redoutés pour leur iniquité, leur absence est maintenant regrettée tant est ancrée l’idée que le voeu des parents est a priori juste, en tout cas indiscutable. Déposés chez le notaire ou dans les lieux les plus insolites de la maison – sous l’orieller, dans une pile de draps – tels des objets précieux, les testaments conservent une très grande variété de forme. Rédigés dans un style pseudo-juridique ces documents toujours solennels pour leur auteur, peuvent aussi revêtir une forme infiniment personnelle. Mais qu’ils soient calligraphiés ou griffonnés “au stylobille sur du papier quadrillé” ils n’en ont pas moins le force de l’écrit et, dans ces circonstances, de la *relique*.

Instigada por Silva, Freyre e Gotman, aproveitei uma ida a Pelotas, em 2018, para consultar arquivos da Bibliotheca Pública em busca de documentos similares. Encontrei uma cópia manuscrita e sem data do testamento de Amelie Justine Roux, nascida em 1837¹²⁸. Amelie se casou com o charqueador Edmond Joseph Berchon des Essarts em 1857 e, anos depois, viúva, arrolou pertences íntimos, preconizando vontades e citando filhos, filhas, netas e netos, entre outros. Além desses repartes, constam desejos para com funeral e encomenda da alma. Destacam-se proveniência de bens e afiliação religiosa, assinalando conexões comerciais, redes de sociabilidade e estilo de vida. Transcrevo, abaixo, trecho do testamento de Amelie, mãe de Amélie, Fanny, Cecilia e Edmundo:

Deixo para minha neta Amelia uma caixinha de moedas com cem réis para dar esmola aos sábados, e uma *bombonière* de louça que está na sala. [...] Desejo que minha roupa de uso seja repartida com Arminda e Paulina. A roupa fina, para minhas filhas. O meu enterro que seja pobre, não quero flores, só alguns galhos de eucaliptos. Mandem rezar uma missa de corpo presente. Uma missa quando fizer um mez [sic], e dar esmola para os pobres. O retrato da Antonia que está na sala e a Cruz da Rosa para meu filho Edmundo. O retrato do pae [sic] dos meus filhos que está na cabeceira da minha cama, a moeda de ouro, a colher de prata e a minha argola, tirem a sorte entre os quatro. Desejo que tudo que for meu seja repartido com meus quatro filhos, que nada va [sic] para mãos estranhas. São meus testamenteiros o meu filho Edmundo Berchon des Essarts¹²⁹, os meus genros Eduardo Gastal e Gabriel Gastal.

Jóias de família coexistem no texto com outras coisas de família, independentemente de apresentarem valor venal. Inclusive com moedas, estas guardadas para destinar aos “pobres”. Há outros indícios acerca dos estilos de vida e do desejo de manutenção das coisas nos limites do grupo, endossando as percepções de Silva, Gotman e Freyre. Como antecipei, todavia, esses testamentos se tornaram raros, embora eu tenha visto um ou outro rascunho indicando itinerários, sempre redações informais guardadas por uma tutora. Em quase todas as conversas no campo, indaguei sobre manuscritos ou documentos parecidos, tanto definindo rotas quanto contendo dedicatórias ou qualquer registro à mão.

Em meu ramo materno, conforme mencionei no capítulo 1, existe um manuscrito indicando repartes de jóias de família. Trata-se de um texto de autoria de Nina, mãe da minha mãe, rascunho que encontramos após sua morte. Estava numa agenda guardada em uma bolsa de viagem. Não sabemos quando Nina descreveu suas vontades. Sabemos que não era afeita

¹²⁸ Não encontrei a data de morte.

¹²⁹ O cirurgião Edmundo Berchon des Essarts nasceu em 1864, em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, e se mudou com a mãe e as irmãs para Pelotas em 1874, após o assassinato do pai no Paraguai. Coursou Medicina no Rio de Janeiro, Salvador e Paris, regressando a Pelotas. Dentre as atividades exercidas para além da saúde, foi presidente da Bibliotheca Pública Pelotense, instituição onde encontrei cópia do testamento de sua mãe numa caixa doada à instituição **por mulheres da família** após a morte de Antonia Berchon des Essarts Carvalho Sampaio, bisneta de Amelie e neta de Edmundo, em outubro de 2014.

ao controle de suas finanças, menos por escolha, mais por imposição masculina. Após a morte do vô Mário, quem o sucedeu em contabilidade e burocracias foi o filho caçula: tio Pedro¹³⁰ para mim; Pedrinho para a vó. O inventariante, naquele contexto patriarcal da fronteira oeste, era homem, “naturalmente”. Eles é que entendiam de negócios e política. Às mulheres cabiam decisões acerca dos rumos das joias da família, fotos, miudezas, memórias íntimas. E, neste caso, Nina fez valer sua autoridade e indicou os caminhos das SUAS joias:

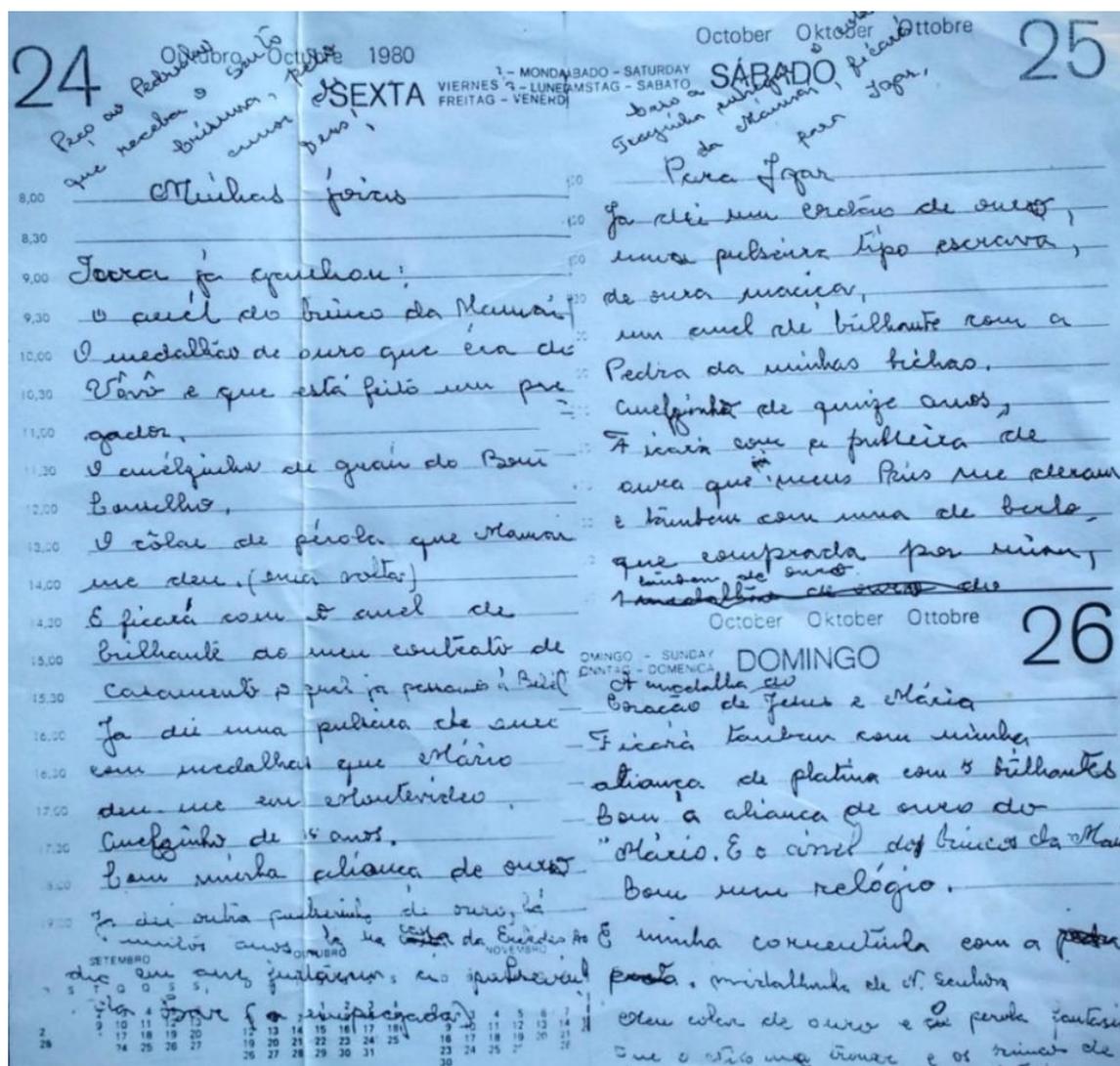


Figura 21: Rascunho das vontades de Nina. Crédito: Reprodução.

Pela escrita, Nina indica o reparte dos bens com pronomes possessivos: “meu anel”, “minhas joias”, “minha pulseira”, “minha aliança”, “minhas bichas”. Não são coisas genéricas, tampouco foram repassadas ao acaso. Há descrições detalhadas, como itinerários e

¹³⁰ Tio Pedro faleceu em outubro de 2020, antes da conclusão deste trabalho.

tipos de relação: “o que mamãe me deu”, “o anel que eu já dei”, “comprada por mim”, “que está feito anel”, “que já repassamos”.

A partir de Gotman (1988), entendo que, nesse tipo de delegação íntima, quem escreve não conversa consigo. Não se trata de monólogo, não é diálogo privado. A interlocução se orienta por relações entre vivos. No caso do manuscrito da Nina, a vó descreve o reparte de joias entre duas filhas, lembrando que haveria outros dois filhos, um deles com filhas. É também negociação com morte e futuro, com antepassados e sucessores, com os que herdarão e deverão preservar valores familiares por meio da reprodução de alguns bens simbólicos (BOURDIEU, 2008a) atuantes como pontos de referência. São formas de se colocar no mundo, disputar afetos, desafiar a finitude, encontrar aliadas, pertencer ou se diferenciar.

Atos de previdência redigidos de próprio punho costumavam ser a regra, sobretudo entre grupos com muitos bens a distribuir entre herdeiros. Hoje, como apontam Gotman (1988, p. 145) e minha experiência de campo, são exceções. Ainda assim, quando existem, impõem-se como documentos que não devem ser contestados. Decisões de escrever a transmissão desvelam o desejo, e ser beneficiário de uma peça “por escrito”, ainda que por documento pseudoformal, anuncia confiança, mas não impede o bem de ser uma dádiva-veneno. Além disso, escritos com a caneta em papel, esses textos não têm a durabilidade do diamante nem do ouro. Porém, mesmo quando breves e frágeis, costumam receber boa cotação por serem palavra e caligrafia instituindo a tutoria, indicando as responsáveis pelo zelo e pelo cultivo e repassando o encargo da continuidade da dinastia afetiva.

Nina poderia ter dividido suas joias antes de falecer, uma vez que decidira de antemão, como a redação evidencia. Preferiu compor documento a ser revelado na sua ausência – a versão final fora entregue por ela ao filho inventariante – e registrar as escolhas em relação às coisas suas, afinal, pertences que correspondem à divisão (em tese) igualitária com base no valor de troca seriam repartidos e tributados em processos legais.

Pela pena, minha avó nomeou herdeiras, expôs anseios porque a família esperava que o fizesse. Talvez nem tenha agradado a todas. Além de cumprir com a “obrigação” de delegar pertences pessoais e demonstrar que detinha controle sobre suas joias, Nina acrescentou no canto esquerdo, no alto, a súplica para que Pedrinho, o inventariante, recebesse o sacramento da Crisma, “pelo amor de Deus”. Noras e as duas filhas que meu avô teve antes de se casar com ela não aparecem mencionadas. As tutoras para suas joias foram eleitas pelo sangue.

No escrito da vó Nina, portanto, as joias são dela no título, são de muitas no texto e nas práticas, coisas que ela ganhou com pronomes pessoais que vão dizendo o que e quem deu

o que a quem. É uma dentre tantas fábulas possíveis para a produção de dinastia afetiva, de uma linhagem de tutoras de joias de família marcada, preferencialmente, pela ancestralidade.

Passado o primeiro ano do doutorado, quando comentei que acrescentaria o texto da vó na tese, minha mãe me entregou um envelope que eu não conhecia. Um pouco encardido, pingado de mofo, riscado por vincos e escrito a máquina:

*Ilma. Sr.^a.
Nina Monteiro Lopes
Nesta*

Abaixo, há duas linhas escritas à mão, reaproveitando o envelope. Letra da vó Nina:

*Para entregar a minha filhinha Izar
Pedido da Nina com todo o carinho*

Puxei de dentro um cartão duro, retangular, dobrado em duas folhas. Um “certificado” de “autenticidade” e “qualidade” de uma aliança.

*Nome: Mário Lopes
Data: 4 de janeiro de 1980*

Mário Lopes é o comprador; Nina, a primeira. Izar, minha mãe, a tutora nomeada. “Achei numa gaveta da mesa de cabeceira da mãe depois que ela morreu. Pra mim, esse envelope tem mais valor do que a aliança”, disse a minha mãe.

A maneira de se confiar algo, com ou sem intencionalidade, sobrepõe-se à coisa. No repasse, também se percebe a sacralidade da joia de família, ou seja, a sacralidade de algo transcendental e enlaces entre algumas pessoas. Confirma, na propagação desses adereços ancestrais, a produção de dinastia afetiva.

Foram poucas as respostas às minhas indagações sobre a existência de testamentos escritos – quatro pessoas disseram portar esses rascunhos, além dos bilhetes guardados por uma sobrinha-neta de Tarsila do Amaral, que cuida desses testemunhos produzidos pela geração intermediária. Louise, minha amiga e interlocutora recorrente no processo de elaboração desta tese, é uma dessas exceções. Ela me enviou a epístola redigida por sua avó paterna, Ralfa, e que acompanhou a entrega de uma aliança de diamantes. A anciã manifesta no manuscrito o desejo de se perpetuar através da neta e da joia de família.

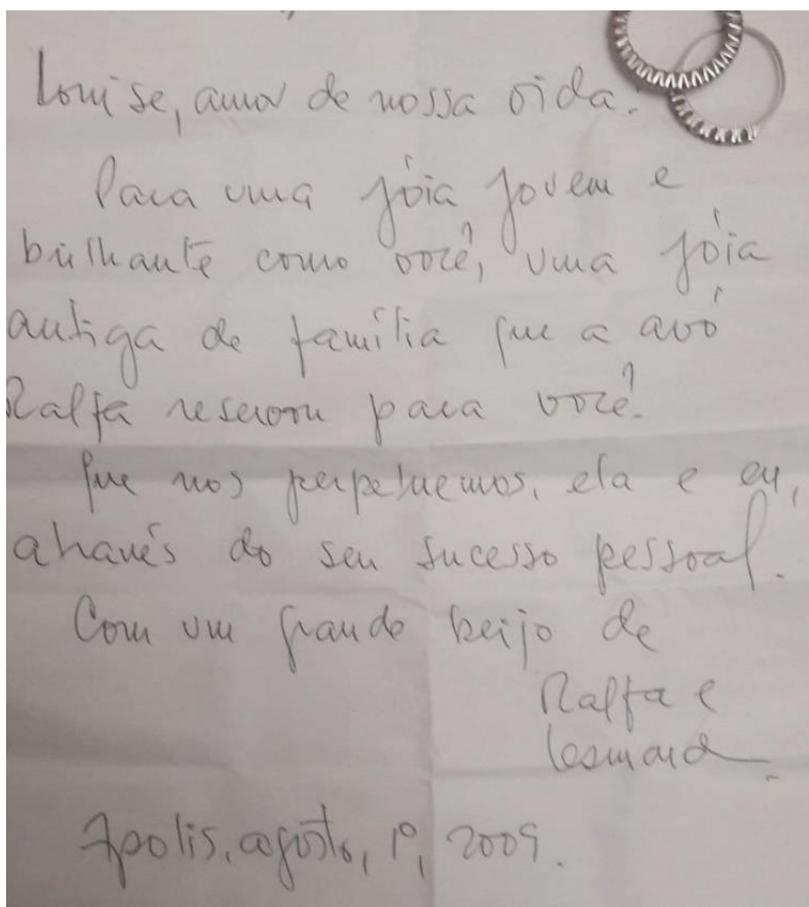


Figura 22: Bilhete entregue a Louise por Ralfa com joias de família. Crédito: Arquivo pessoal.

Há outras modalidades de repartes por escrito, como bilhetes, quase legendas, para tentar prolongar detalhes (cf. capítulo 8). E há listas de bens infungíveis encomendadas a profissionais. Em pesquisa anterior, por exemplo, acessei uma relação de coisas a ser dividida à margem da formalidade, mas com valor venal considerável. A doadora, octogenária, filha de estancieiros e radicada em Porto Alegre desde o internato, na década de 1940, puxou da gaveta três páginas contendo obras de arte, antiguidades, móveis herdados e comprados, tudo avaliado em quatro ou cinco dígitos por especialistas e dividido em lotes de mesmo valor, segundo ela, “para não haver briga” entre os filhos. Mas a divisão se concretizaria após sua morte. “Antes do testamento, chamei os filhos e lhes disse: ‘Escolham uma coisa’. Cada um levou algo que queria muito.” De porta-retratos às garrafas de cristal Baccarat, passando por esculturas de artistas renomados, lustres, espadas, candelabros, bengalas e outros enfeites.

Não consta da relação o colar de pérolas ofertado pelo pai da sua prole. Porém, as noras estão informadas de que cada uma tem direito a uma das fileiras. “Só depois que eu morrer. Até lá, uso eu!” A entonação baixou quando ela falou no seu anel de diamante, presente da avó materna, joia sobrevivente de roubos e perdas. “Preciso fazer algo antes de

morrer com esse anel. Se ficar aqui, essa joia... É imensa, porque minha avó era espanhola. Então, imagina o tamanho da pedra! Por esse anel vai dar briga”.

Observo que relações sociais não são fixas nem permanentes, e que isso interfere em decisões prévias e póstumas, criando possibilidades de reescrita e rearranjo de distribuições. O que está em jogo no repasse de joias de família não parece ser apenas reprodução social (BOURDIEU, 2008a): as transmissões podem abarcar uma complexidade de fenômenos que apontam para a conformação de dinastias, a maioria feminina, e para uma malha de cuidados e afetos tecida em função do universo feminino demonstrar mais abertamente os sentimentos (PERROT, 1998). Nos depoimentos, chego a reconhecer o firmamento de conexões morais.

6.2 JOIAS DE FAMÍLIA COMO HERANÇA: DAS REGRAS E DAS ESTRATÉGIAS

Tutelar e repassar joias de família tem efeitos. Imaginam-se nessas coisas valor de nobreza pela singularidade e pelo *pedigree* acumulado, e elas expõem vínculos entre estratos sociais. Ao observarmos repasses entre gerações, acessamos relações que se contrapõem a princípios de Justiça e marcam pertencimentos (MORTAIN, 2011). O que transita fora de inventários tributados é repartido entre algumas pessoas, ficando interdito a outras, e isso responde a lógicas múltiplas, acentuando diferenças ao mesmo tempo em que ativa a coletividade. É propagação mobilizada por fundamentos nada aleatórios.

Assim, disputas morais e ideológicas integram constituições das joias de família como bens singulares. São vastos os exemplos de construção de patrimônio e de incorporação de regras e a elaboração de estratégias para gerar espólios a serem recebidos, cuidados e repassados. Podem-se reconverter riquezas encolhidas em capital cultural, simbólico e escolar no presente em algo a ser transmutado em ganhos econômicos noutra momento. Para alinhamento imaginado como dinástico, formam-se tutoras e, ao mesmo tempo, ocorrem desvios e exclusões. Como direções de repasses e interdições indicam afinidades e mundos sociais, é prudente atentar para as qualidades dos vínculos.

Joias, se são de família, participam de dinastias em expansão e incompletas; dependem de movimento e relações intrafamiliares, e estas não são estanques. A reverência ao bem e ao que nele está incluso, na maioria dos casos desta etnografia, enfatiza valor sentimental. Há regras conhecidas, repetidas e respeitadas, algumas hegemônicas. Tenho a impressão de que outras desafiam e, na transgressão, fortalecem a norma ao serem reconhecidas e verbalizadas.

Bourdieu indicou que melhor contorna normas explícitas quem domina o sentido do jogo e consegue identificar limites e obstáculos referentes a proibições, predileções e

prevalências nas práticas. Estratégia, postulou, “é produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido” (BOURDIEU, 2004, p. 81). Não é, portanto, escolha individual, produto de cálculo racional, mas possibilidade orientada pelo social incorporado. Para compreender as estratégias de repasse de joias de família, a exemplo do que Bourdieu fez ao estudar estratégias matrimoniais em Béarn e Cabília, é essencial considerar forças internas no âmbito doméstico e a história de repasses anteriores – se foi de mãe para filha, de avó para neta, de sogra para nora e para neta etc. –, rituais e aquisição, entre outras práticas aparentemente ordinárias. Também através das relações triviais entre membros do grupo afetivo que incorporaram os sentidos do jogo apreendemos como os adornos se movimentam e fazem as dinastias atravessarem linhagens e negociarem laços. Tutora que repassa joia de família age em relação ao porvir.

Nem toda joia de família em movimento firma parentesco, vale pontuar. Contudo, para ser reconhecida, depende do envolvimento da receptora, ou seja, quem acolhe precisa se interessar pelo jogo, sentir-se atraída pela linhagem e pelo bem, seduzida, convencer-se de que vale o empenho. Escolhidas ou preteridas se submetem à expressão de sentimentos na tutela e no repasse. Assim como a dádiva, herança obriga (WEBER, 2005). Difícil justificar exclusões, pois razões partem com quem partiu. Um jogo de busca, esquecimento e rememoração dos motivos reconfigura lendas e afetos. Narrativas precisam ser convincentes para muitos e para aquelas que as enunciam. Ademais, por meio das crônicas, é possível destacar singularidades, como as do adorno, da tutora e da família.

Tutora bem-sucedida se reconhece como elo na dinastia afetiva por senso prático e sentido do jogo (BOURDIEU, 2004). Esforça-se para preservar a joia, além de se preservar na família. Outras herdeiras podem ser agraciadas sem cederem por completo, tendo a competência de tutela ou sucessão questionada. Relapsos ou desvios de algum aspecto da responsabilidade nem sempre significam recusa do encargo ou rompimento com ancestralidade. São múltiplas as variáveis e as formas de se envolver e, ao mesmo tempo, desafiar regularidades de gerações anteriores. Regularidade não é regra, mas resultado recorrente de ações individuais orientadas pela estrutura do jogo ou incorporadas, com alguma margem de ação, apesar dos limites para criatividade (BOURDIEU, 2004).

Gabriela¹³¹, artista plástica que conheci em 2018, em Buenos Aires, procurou-me ao final de uma apresentação que fiz num evento acadêmico para contar que, quando a avó

¹³¹ Nome fictício.

materna faleceu, as joias foram partilhadas entre duas netas, filhas da filha. Certa vez, o irmão de Gabriela surpreendeu mãe e irmãs ao questionar a exclusão no reparte.

Acho que, na hora, respondemos que joias são coisas de mulher, mas ficamos confusas. Pensando agora, depois de conversar com você sobre joias de família... Suponho que, pelo menos na nossa família, que é judaica, as joias da minha avó não deveriam ir para meu irmão porque... [pausa] Bom, porque o que conta é o ventre. Se a mãe é judia, não é mesmo? O meu irmão poderia se casar com uma mulher que não é judia, é isso. Mas, na verdade, eu realmente não sei. Estou supondo que haja essa regra. Meu irmão também já perguntou sobre isso.

Gabriela integra uma dinastia alinhada pelo ventre através das joias de família. Imersa nas regras, não as abstrai, a não ser quando provocada a pensar sobre elas. Esta hipótese se fortalece na atitude de buscar minha escuta para refletir sobre rumos possíveis para esses bens tão associados às mulheres, ainda que não sejam exclusivos. Uma possibilidade seria reconhecer que joias de família, no sentido literal – adorno corporal –, acabam protegidas, reconhecidas ou reverenciadas como adereços associados a esse tipo de bem pelo material empregado. O fato é que, mesmo tendo havido inquietações relativas aos movimentos desses artigos no interior do grupo, muitos trânsitos foram teorizados pelas interlocutoras ao se encontrarem com provocações lançadas por mim no processo e estimuladas pelo diálogo, mas também pela minha escuta. Conversar com alguém que demonstra interesse pelo fenômeno, e não pela moralidade, encoraja fala e expressão de sentimentos, desejos e frustrações.

Naquele mesmo ano, em Porto Alegre, ao escutar esta história contada por mim, Diana¹³², arquiteta, 60 anos, animou-se a relatar o reparte das joias de sua mãe:

Quando minha mãe morreu, no final de 2017, eu e minhas irmãs dividimos as coisas dela. Não tinha muita joia, mas tinha umas coisas boas. Você sabe que joias são importantes para famílias judias, né? Era com joias que se fugia na guerra. Bom, tem toda uma história... Daí eu sou a mais velha [das filhas], fiquei com o anel mais importante, o mais valioso, lindo. Só que meus filhos são homens, e as minhas irmãs criaram caso. No fim, só me deixaram ficar com esse anel porque eu prometi repassá-lo à minha sobrinha mais velha, a primeira neta. Eu fico com o anel agora, mas não posso dar esse anel para uma nora. Porque ela pode se separar ou dar para alguém de fora, que pode não ser judia. Eu tenho que repassá-lo para a filha da minha irmã. As outras divisões, das outras coisas, foram mais tranquilas. Mas a função das joias de família... Olha, foi uma novela.

A mãe de Diana não indicou o reparte. Coube às irmãs decidirem o futuro das joias, adicionando regras ao que entendiam como uma prescrição (SAHLINS, 2003). As variações, todavia, seguem normas em alguma medida, ainda que demonstrem atualizações históricas e contextuais. A próxima tutora, aliás, já foi designada e, pela fala da interlocutora, os movimentos da joia serão coibidos para que o artefato não deixe o grupo.

¹³² Nome fictício.

Para além da fiscalização das irmãs, que controlarão os próximos capítulos da biografia do anel tutelado pela herdeira mais velha – repasse definido por gênero, filiação, posição geracional e concordância com a imposição das irmãs quanto a futuro do adorno –, reforço que Diana é a geração-testemunho, nos termos de Gotman (1988, p. 220), por ser canal de transmissão. Como explica a autora, o bem se move ligado às doadoras que o repassaram – nem sempre diretamente – e que nele já estão contidas. Não assomaria a tutora presente, que poderá ou não se inscrever na coisa. Muito dependerá da sua capacidade para exercer a tutela, a incumbência que não se encerra antes do repasse da joia, exceto quando há desvio, como venda, ou alguma rusga com a geração seguinte. Um dia, Diana precisará reconfirmá-la como herança especial na família, tornando-se ancestral, caso assumo o compromisso e invista responsabilidade sobre a dádiva.

Não posso ignorar, contudo, que a maioria das joias da pesquisa foi repassada de avós para netas, ou as anciãs confiaram seus bens a filhas e noras, projetando a geração seguinte. Mesmo herdeira legal precisa aprender a ser herdeira em contextos nos quais cultivar algo da herança corresponde ao projeto familiar. O aprendizado se realiza no processo de socialização, quando se cultiva e se internaliza o senso de família, deixando-se afetar por histórias e genealogias e incorporando responsabilidades (PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 2013). Sem atração pela coisa, é plausível se desfazer por meio da dilapidação ou abrir mão de algum aspecto prescrito, o que indica rejeição e privação de gerações futuras (GOTMAN, 1995). Seria imprudente, todavia, não considerar a tentativa de afirmação de autonomia, de diferenciação do grupo em algum aspecto, sem deixar de pertencer a ele e de respeitá-lo.

Observo que herança é guardada e transmitida com o passado, com responsabilidades e ressignificações. É crônica que cria a fábula da continuidade, pois vive de transformação. A própria divisão material de um acervo redireciona memórias e narrativas refeitas. No caso de joias de família, a tutora instituída não precisa, mas pode modificá-las, ajustá-las, fundi-las, escondê-las, desmembrá-las, conceder-lhes histórias ou funções sem precisar desvencilhar as peças de tudo o que a coisa já passou. Informações são acrescidas ou subtraídas. Preenchem-se vácuos com episódios que poderiam ter sucedido e se indica o que é importante relatar no futuro. Às partes perdidas, acoplam-se outras, incrementando a crônica com incidentes.

No sistema da dádiva, em geral, herdeiros se colocam a serviço das heranças, até na tentativa de incrementá-las, afirmam Godbout e Caillé (1999, p. 58-59). Isso implica noção de fechamento do sistema de transmissão e evita que coisas da família transbordem. Passar adiante em vida é tentar controlar o caminho, mas pode ser renunciar alguma coisa (GODBOUT e CAILLÉ, 1999, p. 59). Seja como for, é investida para assegurar a dinastia,

relembrando que quem introduz a joia de família, na maior parte dos casos um homem, aparece como fonte, e não como canal. É veículo no trajeto, e pode ou não ser evocado.

De recorte de jornal sobre o leilão de uma joalheria citada com recorrência por interlocutoras de Porto Alegre, a Casa Masson, confirmam-se estratégias de produção de dinastias e tutela em no que tange à entrada, à manutenção e ao reparte de joias na família:



Figura 23: Reprodução de detalhe de reportagem “Marca da Casa Masson vai a leilão”¹³³, de Adriano Floriani, publicada no jornal *Zero Hora*, em 8 de setembro de 1999, na página 18.

Josefina ganhou anel e “bolsinha de ouro” dos pais ao atingir a maioridade, e o marido a regalou com anel de noivado, um par de brincos quando deu a luz à primeira filha e uma aliança de bodas de prata, adornos marcadores de ciclos da vida. Anos mais tarde, transformou o enfeite de gravata do marido em anel para uma filha – não sabemos se havia filhos homens – e repartiu outras joias para repassar, em vida, à neta. As figuras masculinas, nesse relato, introduziam os bens na família. O enfeite de gravata e o relógio alemão – coisa adquirida em joalheria – ganharam tutela feminina, avançando no tempo sem deixar de lembrar e reverenciar o morto pela *performance* e pelas narrativas da matriarca indicando as tutoras das joias de família.

¹³³ Criada em 1871 – na época do Império, portanto –, a Casa Masson começou como a loja de ourivesaria chamada Pêndula Misteriosa, foi renomeada com o sobrenome de um dos sócios na expansão e se tornou referência no varejo de joias e relógios até sua falência, no início dos anos 1990. Funcionou a maior parte do tempo num prédio da Rua dos Andradas, no centro de Porto Alegre, e tinha filiais em Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba, além de outras cidades do Rio Grande do Sul.

Há joias mais nobres, comentadas e ostentadas em casamentos, aniversários, formaturas ou batizados. Há as que jamais serão de família. Nem todas acumularão histórias “interessantes”, mas ganharão vida se forem personagens. Algumas pulam gerações, desviam-se, existem em fotografias e montam linhagens bem-sucedidas nem sempre lineares.

Quantas gerações seriam necessárias para se confirmar que uma joia é de família? Essa acumulação incrementa ou contamina um *pedigree*, mas não confirma o estatuto. Joias de família resistem pela ambiguidade, pela convivência, pela capacidade de seduzir e atrair, por corpos e ritos, fábulas convincentes, cobiça e admiração, cuidados e interdições. A transação econômica, mesmo na recompra, dilapida a pessoalidade, insulta os mortos mais do que diamante perdido ou pérola substituída.

Independentemente da origem social das colaboradoras, percebi respeito pelo bem transmitido, com preservação de dignidade para que histórias e afetos façam sentido no presente. Econômico e afetivo não são valores antagônicos nem excludentes. Regras que não atendem a princípios jurídicos chegam enunciadas e incorporadas como “regularidades objetivas que se impõem a todos aqueles que entram num jogo” (BOURDIEU, 2004, p. 79), várias hegemônicas e recorrentes.

O zelo não se declara por riqueza material, mas por relações estendidas no tempo. Isso inclui os que antecederam o repasse e que precisam ser reverenciados quando se almeja um futuro. Falar em joias de família como herança é, portanto, transcender questões econômicas convencionais. Seria buscar um lugar na família e na sociedade (AUGÉ, 1988; GOTMAN, 1988). Variações sobre preferência aparecem como expressões para justificar recebimentos em modalidades de repasse, que pode se realizar em testamento, oralmente ou secretamente.

Conforme Ramos (2005), a relação entre herdeiro e família e a transferência de propriedade no contexto contemporâneo permitem analisar estratégias individuais. “A transmissão coloca a questão de saber como o indivíduo reformula seu pertencimento familiar em relação à sua própria aspiração por autonomia”¹³⁴ (RAMOS, 2005, p. 45, tradução minha). Todavia, o eu é um nós, pois comporta o herdeiro e seu lugar no grupo e suas relações com parentes. Pensar a interconexão dessas dimensões elucida escolhas e formas de transferência.

Mesmo havendo mais adornos que herdeiras, algumas serão tutoras, e há o risco da frustração, reação pela exclusão, alívio pelo esquecimento, recusa e indiferença. Existindo mais beneficiadas do que joias a distribuir, lembrando que joias podem não ser joias de família, há alternativas, como desmanches e rearranjos de peças para a multiplicação de bens.

¹³⁴ No original: La transmission pose la question de savoir comment l’individu reformule son appartenance familiale tout en respectant sa propre aspiration à l’autonomie.

Entre minhas interlocutoras, aliás, constatei que, permanecendo a linhagem, desmembramento e reaproveitamento de um adereço não desacoplam a coisa do grupo afetivo. Algumas pessoas mortas perduram. Perdem características, transmutam-se e, por causa disso, permanecem. Em alguns contextos, joias de família precisam ser remodeladas para viver e atender a anseios contemporâneos, contendo o coletivo com algo individual e pessoal. Fundir personagens, misturar temporalidades, imprimir algo de si no que se faz com tantos e que, um dia, talvez seja responsabilidade de mais alguém.

As herdeiras agraciadas pela geração anterior ou por alguma alternância – às vezes, da mesma geração em cenário de morte por doença grave, como as primas Dulce e Helena, personagens do capítulo 7 – ocupam lugares específicos na estirpe, assumem incumbências e desfrutam a tutela, com ônus e bônus. Diante de óbito inesperado, talvez um bem do morto seja repassado a alguém por uma familiar sem que a marcação sobre o prolongamento da linhagem receba tratamento igualmente inesperado em função da privação dos significados atribuídos por tutoras anteriores. Sucessoras, por conseguinte, não se definem por laços sanguíneos nem por legislação, como ocorre com herdeiras “comuns”. O trânsito, neste caso, indica aproximações afetivas e elaboração de linhagens na medida em que repasses respondem ao movimento de bens a serem repartidos conforme determina o Direito.

No plano simbólico, tutelar joia de família não é preservar riqueza material; em grande medida, é tomar para si o compromisso de cuidado de relações sociais em muitas dimensões. Disputas por um adereço de antepassadas, que não deve ser vendido, mas tutelado, exibido e repassado em algum momento para outra tutora interessada (porque assim foi forjada) aponta para disputas reconhecidas, ainda que nem sempre expressas em palavras.

Referindo-se a pelejas e rompimentos pelotenses, Marina Oliveira atestou, com base em observações acumuladas em quatro décadas como colunista social no município: “Em muitos casos, a briga [pela herança] não é pelo dinheiro; é pelo amor dos pais. A mesquinhez não é pela coisa em si. É para tirar do irmão. É para ver quem tem mais poder e afeto”. Falar em joias de família transcende questões econômicas. “Eu era a filha/neta/sobrinha preferida” é expressão empregada para justificar o recebimento de joias de família em qualquer modalidade de alienação ostensiva.

S.A.B.E.R.

Quando se graduou em Educação Física, Maya recebeu um anel que fora da avó Luiza, mãe de seu pai. É uma joia com cinco pedras acompanhando, em círculo, uma estrela pontuada por uma pérola. [S]afira, [A]metista, [B]rilhante, [E]smeralda e [R]ubi. “É meu anel do Saber. Eu achava que era bem particular da família, mas você comentou que tem outros parecidos¹³⁵. Então, fui perguntar à minha mãe e soube que minha avó o ganhou do meu bisavô porque cursou magistério. É um anel com 74 anos”, explicou-me, por Skype, pois cursava pós-graduação na Irlanda na época, em fevereiro de 2017.

Antes de ornar a mão da minha interlocutora, a partir de 2011, o anel acróstico¹³⁶ fora confiado à sua mãe, Liese, nora de Luiza. “A minha sogra tem uma filha formada em Ciências Sociais. Como me graduei em Educação Física, e dona Luiza foi professora de Educação Física, ela me repassou a joia. Achei um gesto singelo”, contou Liese, com quem conversei por telefone:

Meu marido e eu conversamos com a minha sogra. Comentamos com ela a minha intenção de repetir esse movimento do anel, um presente tão importante para mim. Dona Luiza achou interessante e consentiu. A peça foi restaurada nas laterais, que se desgastaram. As pedras são todas originais, mas a pérola do centro, que tem um ponto de fixação, já foi substituída algumas vezes, porque cai. Na última vez que a Maya veio ao Brasil, mandamos colocar novamente a pérola e ela ficou alguns dias sem o anel. Ela sentia falta [de ter o anel na mão], a gente sabia.



Figura 24: Anel do Saber e o anel dos 15 anos. Crédito: Acervo pessoal.

¹³⁵ Quando contatei Maya, eu sabia que o modelo de seu anel era usado por normalistas na primeira metade do século XX. Fiz o comentário na conversa preliminar, imaginando que soubesse. Maya se surpreendeu. Até então, pensava que o *design* fora criado para a avó. Maya reformulou parte da crônica para a segunda conversa.

¹³⁶ Joia acróstica era moda na Inglaterra no século XIX. Em geral, as primeiras letras dos nomes das pedras formavam a declaração de amor ou outra mensagem afetiva, algumas secretas, ainda que à vista dos demais.

O anel do Saber, comprado pelo pai de Luiza e repassado a Maya por Liese com consentimento de Luiza manteve o nome e ganhou significados, condensando gerações, misturando a referência da graduação em Educação Física à formatura na Escola Normal. Carrega sentido individualizado, ainda que tenha passado por outras tutelas.

Enunciados expõem elementos que antecipei, como sentimentos de responsabilidade moral, de pertença familiar, de pertencimento a uma linhagem que se ramifica por sangue e por afinidade e por ofício, marcando diferentes recomeços. Ademais, aparece a figura do homem que festeja a formação da filha numa época em que poucas mulheres obtinham tão alto grau de instrução. Maya descende de família judia ilustrada, genealogia que tem entre os valores “o saber”.

É interessante observar que a nora solicitou autorização à sogra para instituir a neta tutora, criando novo elo de afeto, ligação destacada tanto por Maya quanto por Liese. A primeira também evoca o anel perdido em Israel, presente recebido da avó e cujo desaparecimento a marcou:

Ela [a avó] me deu quando eu tinha 12 anos. Em 2011, um mês antes de me formar, viajei ao invés de fazer festa de formatura. Fui apresentar trabalho em Portugal, depois fui a Israel visitar família e amigos e perdi o anel. Não sei, tirei para tomar banho, esqueci e sumiu. Voltei da viagem com a perda. Depois, a minha mãe me deu o Anel do Saber. E eu não estava esperando. Aquilo significou muito para mim. A minha mãe o usava direto, que nem eu. Eu o uso todos os dias, não tiro para nada, só para tomar banho e dormir.

Não pode ser substituído e é importante que seja lembrado em sua singularidade.

Aquele era um anel que minha avó me deu porque passei de ano. Quero transmitir este para alguém. Para uma filha, ou uma nora... [...] Quando ponho o anel do Saber, eu me lembro da minha mãe e da vó. Quando não estou com o anel, tem uma coisa faltando. É parte minha. [...] Na Irlanda, é um anel diferente. As pessoas notam e perguntam, e eu conto essas histórias. Estou sempre contando a história da minha família. Eu conto que meus pais são formados em Educação Física, que minha avó também é.[...] Outro anel que eu sempre uso é o que ganhei dos meus pais quando fiz 15 anos. Então tenho esse há 13 anos. O anel do Saber é o da família, mas o de 15 anos, também vou passá-lo a descendentes. Nunca fui menininha, nunca gostei de rosa, nunca fui superfeminina, não usava joia, brincos. Tinha furo na orelha, mas saía sem brincos. Depois que minha mãe me deu o anel de 15 anos, comecei a me ligar em joias. [...] Lembro que a vó tinha amigas que vendiam joias. Bom, a gente ia às casas delas para ver, e foi por causa dessa avó que eu comecei a me ligar em joias. A vó Luiza tinha o gosto por joias.

6.3 SUCESSÃO E TUTELA: MERECER É SABER CUIDAR

Sentir-se atraída por joia de família requer a produção de linhagem, e o *pedigree* precisa ser tão ou mais atraente que metais nobres e gemas. Porque receber o bem é arcar com uma história que precisa ser repassada e que deve ser atualizada para a geração futura compreendê-la. Compromisso depositado nas mulheres, tem de conservar o elã, precisa seduzir tutoras seguintes. Essa ação pedagógica deve se dirigir à próxima guardiã e à

coletividade, pois adereço de família pontua relações privilegiadas com a ancestralidade, e essas posições só existem se forem expostas.

Uma tutora de joias de família se coloca como responsável por uma dimensão transcendental da composição familiar e se compromete com repasse. Para honrar a confiança, precisa acreditar na linhagem, ensinam Pinçon e Pinçon-Charlot (2013, p. 336). Mas nem todas as herdeiras herdaram da mesma maneira, tampouco os repasses contemplam a todas da mesma forma. Há modalidades distintas de se vivenciar transmissão, uso e apropriação do conjunto de bens infungíveis. Por certo, na ausência de coisas a transmitir, aumentam as chances de vestígios da família se apagarem. E, mesmo na abundância dos acervos, percebemos as nuances das relações na escolha de quem herda o quê.

Quem logra (re)transmitir expondo as vontades por escrito conhece seus motivos. Repassa com intenção e impõe compromisso, sobretudo quando demarca a tutora principal pela indicação da peça mais valiosa por critérios de ancestralidade e mercado. Já quem recebe o bem pode não saber exatamente quais seriam as razões da eleição; outros podem discuti-las, discordar e divagar. Questão adicional chega à destinatária com uma vida anterior; autoridade que, assomada à coisa, enlaça no sentido de armadilha. Os sentimentos são conflitantes. Daí a relevância de interdições para evitar tantos perigos, como a tentação da venda.

Com tutoras em contextos de elite por ascensão social ou graças a alguma conformação, acessei anéis de grau repassados há uma ou duas gerações e contados com privações. Em geral, o adorno marca o ingresso de antepassado na instrução formal, orgulho para quem narra. Sacrifício acompanha a crônica, sendo revivido e exaltado para ser repassado como conquista, coragem e perseverança. Esse elemento aparece com ênfase no relato de Marília, 31 anos, concedido em Porto Alegre, em 2019:

Meu pai tem um anel de formatura que ele usa muito, porque foi o primeiro da família a se formar num curso superior. Era uma família muito pobre, então eu sei que meus avós trabalharam muito para conseguir comprar esse anel. Talvez até tenham vendido alguma coisa. Não foi fácil. Mas meu pai tem esse anel e já disse que vai deixar comigo, porque sou a filha mais velha, e essas coisas antigas de família ficam comigo. [...] Bom, a minha família não tem, assim, uma história. Começa com os que chegaram da Itália, os meus avós, que eram pobres. E eu quero ficar com esse anel não para usá-lo, mas para guardá-lo, porque é da formatura do meu pai em Agronomia, e isso foi muito, muito importante para a família. Minha irmã, mais patricinha, usa os anéis de outra avó, uns anéis até simples, com safira. Mas ela os usa para mostrar joias, sabe? Eu sei que esse anel de formatura do meu pai será meu, ele já falou. Bom, eu tenho todas essas quinquilharias de família, tudo fica comigo. No ano passado, ele me deu o presépio. É um presépio bem importante para a família, usado em todos os Natais. Parece que ele já está fazendo de mim a sucessora. Minha irmã nem quer esse anel do meu pai. Para mim, ele é importante. E o pai não tira o anel do dedo. Acho que está mesmo fazendo com que eu seja a sucessora. A nossa é uma história de gente que ascendeu pelo estudo, como você falou, porque meus avós trabalharam muito.

A fala de Marília, formada em psicologia, contrasta com as da descendência de famílias com ascendência “rica”, nas quais há poucas menções a anéis de formatura – ainda que esses itens fossem tradição –, e comentam-se menos ainda dificuldades para aquisição dos bens. É como se joias de família “sempre” estivessem presentes, e repasses fossem esperados. Em alguns contextos, inusitado era não ter um vestígio de ancestralidade para repassar.

E o que acontece se a presumível sucessora se recusa a acolher a joia de família? Não recebi nenhum relato do gênero no trabalho de campo, exceto menções sobre “conhecidas de conhecidas”. Mas recolhi crônicas em que mulheres distantes no parentesco “devolviam” adornos a filhas por acreditar que o reparte tinha sofrido algum desvio e devia percorrer a linha do ventre, ou filhas que recebiam joias em vida, mas as retornavam às mães indicando que, enquanto as genitoras vivessem, elas é que deviam exibir a ancestralidade.

Lévi-Strauss (1982, p. 99), entretanto, dá pistas ao assinalar que “o vinho oferecido atrai o vinho retribuído, a cordialidade exige a cordialidade”, e que indiferença no recebimento ou a não retribuição produz a hostilidade. Se aquele cuja vida biológica findou fez isso antes do fim, talvez outros julguem o ato. Extraviar ou vender uma joia de família sem justificativa convincente seria tutela malsucedida, indício da incompreensão da coisa como social e coletiva.

Aquele que abre o ciclo adquire a iniciativa, e o maior desembaraço social de que deu prova passa a ser para ele uma vantagem. Porque a abertura traz consigo sempre um risco, o do parceiro responder à libação oferecida por um copázio menos generoso, ou, ao contrário, do parceiro praticar uma maior oferta e nos obrigar [...] ou a perder, em forma da última gota, nosso último trunfo, ou a fazer ao nosso prestígio o sacrifício de uma garrafa suplementar. Estamos, portanto, é verdade que em escala microscópica, em presença de um “fato social total”, cujas implicações são ao mesmo tempo psicológicas, sociais e econômicas. Ora, este drama aparentemente fútil, a que o leitor talvez ache que concedemos uma importância desproporcionada, parece-nos ao contrário oferecer ao pensamento sociológico matéria para inesgotáveis reflexões. (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 99).

Por isso se exige das tutoras demonstrações de merecimento e compromissos com zelo. É essencial ter a sabedoria para se exibir – com discrição ou volúpia – e representar a família, confirmar a existência da joia, além de lograr escolher uma eleita capaz de conduzir a linha afetiva. Nesta pesquisa, as interlocutoras estão, majoritariamente, responsáveis por enfeites repassados ou ofertados por avós, bens que chegaram às herdeiras pela possibilidade de convívio, graças à expectativa de vida ampliada e o modo de viver urbano, pois parte dos cuidados dos netos e do suporte financeiro é assumido pelas anciãs enquanto filhos trabalham.

Mesmo com prescrições repetidas nas enunciações, são diversas as possibilidades de repasses, cuidados e formas de se relacionar com e experimentar joias de família. Algumas

regras são inauguradas, improvisadas nos contextos, reajustadas nos repasses ou adicionadas às conjunturas: “Nós modificamos o feitio a cada geração, às vezes pondo ou retirando alguma coisa. Tem algo da última guardiã”; “Esse bracelete é repassado à primogênita, por isso está comigo, que sou a sexta geração”; “A vó queria que essa joia fosse passando para alguém que tivesse o nome dela, mas chegou à minha geração e não nasceu nenhuma menina. Então, escolhemos outro nome para recebê-la”.

Desta forma, infiro, a partir de Sahlins (2003), que relações consolidadas em processos históricos, com as regras de transmissão preferencial de mãe para filha, são atualizadas por meio de transformações nas composições familiares e nos papéis sociais. Por mais que haja interdições e normas conhecidas e compartilhadas, essas prescrições podem ser modificadas.

De toda sorte, a partilha de joias de família separa quem recebe de quem não recebe, desestabilizando regras das heranças convencionais orientadas pelo Código Civil. Ao acolher um desses adornos, a tutora se mistura ao valor da coisa e se distingue ao mesmo tempo em que confirma pertencimento. Insere-se num sistema mais amplo que pratica tutela, sabendo que, para ser bem-sucedida e legitimada, deve, entre outras coisas, condenar transações que drenem a sacralidade das joias e evitar a extinção da ancestralidade.

Nem todas as descendentes diretas se tornarão tutoras, e essas incumbências, em geral, seguem conexões qualitativas. Joias de família são habitadas por relações prévias, conexões que precisam ser guardadas e nutridas, preenchendo a vida, formando dinastias que não se encerram nos quesitos de ordem de nascimento ou proximidade biológica, mas que se organizam por conectividades afetivas e pela adesão à arte da tutela. Aderir ao jogo implica guardar, cuidar, nutrir, exibir-se com, eleger sucessão, inscrever-se e repassar a coisa, com as narrativas mitológicas que dão sentido ao prolongamento das existências.

Os dois capítulos a seguir são episódios etnográficos alongados em função da extensão temporal dos adornos narrados, da qualidade da interlocução, da variedade de relações produzidas e do engajamento de colaboradores e colaboradoras. Foram elaborados a partir de conceitos e reflexões que, ao mesmo tempo, ajudaram a criar. Chamo a atenção para as modalidades distintas de se exercer a tutela – não existe uma única maneira de se tutelar adornos repassados entre gerações, ainda que alguns procedimentos sejam esperados – e de se relacionar com joias de família. Noto que as dinastias afetivas serão exaltadas no âmbito da interlocução e nas performances. Ademais, o afeto atravessa as narrativas que organizei a partir das histórias que me foram confiadas para serem contadas.

7 “A VÓ É UMA DÁDIVA”: AS JOIAS DA BARONESA

A trama que exponho nas próximas páginas é composta por construções parciais de realidades sociais erigidas ao longo de narrativas da cenógrafa e atriz Andrea Mazza Terra e de pessoas com ela alinhadas. Dedico um capítulo às prosas desta experiência etnográfica pela riqueza dos encontros a partir dos quais é possível dissertar sobre inúmeros fenômenos socioculturais que atravessam esta tese. Percorrer com Andrea e suas joias de família parte deste trabalho me auxiliou na elaboração de questões éticas, teórico-metodológicas e estratégicas para a escrita. Além disso, ajudou-me a refletir sobre os processos construídos em narrativas e sobre minha posição neste campo.

A produção deste capítulo se iniciou com entrevistas abertas e não dirigidas, encaminhando-se para conversas informais, interlocuções descontraídas, convergências de afetos e muita colaboração de colegas e amigos. A maioria dos encontros presenciais se realizou na residência de Andrea, no município de Pelotas, no Rio Grande do Sul, entre fevereiro e abril de 2018, e contou com mais um encontro presencial, em janeiro de 2019. Houve, ainda, trocas de mensagens e fotografias por aplicativos de celular e redes sociais e visitas a imagens de acervo pessoal ou obtidas ao longo da pesquisa.

Considero a narrativa de Andrea uma elaboração subjetiva da sua vida e compreendo que joias de família mencionadas engatam elos essenciais para a versão que ela me confiou e espera que eu recontei. Cogitei alterar o nome da cidade, além de empregar pseudônimos para assegurar anonimatos. Entretanto, compreendi que a fala fervorosa sobre suas famílias é, para Andrea, uma ação política, moral e estética no seu horizonte social. Respeito seu pedido de constar com nome e sobrenomes e localização e citar passagens povoadas por personagens de seus enredos. Mesmo assim, reservo-me o direito de prosseguir com responsabilidade e ética, omitindo informações que possam constranger terceiros por razões que vão muito além do objetivo desta etnografia e que podem gerar novos ou acirrar conflitos familiares.

Começo descrevendo o cenário e expondo um bracelete e um relicário, adornos que testemunharam o auge e a decadência do charque pelotense e acompanharam seis gerações de mulheres. A divisão se encerra com uma menção a joias da família espirituais de Nórís, a avó materna de Andrea, que se iniciou no candomblé na Bahia e influenciou a fé da neta.

Um segundo momento exhibe as origens itálicas da narradora em relato distinto do anterior, tanto pelas crônicas quanto por partitura corporal e entonação. Andrea adorna a

história dos Mazza com camafeus talhados na Península de Nápoles e me embarca num épico com situações de colorido felliniano. Dramática, convoca referências quiméricas, desafiando a mim, às leitoras e aos leitores a perceber a densidade notável e dúbia de antepassados que se reinventaram e foram reinventados na América.

No trânsito de joias de família, relatos revelam processos de descenso socioeconômico e apresentam estratégias de manutenção de prestígio por parte de herdeiras e herdeiros que sobreviveram às heranças. Embora seja assunto celebrado em obras de caráter ficcional – como *Os Buddenbrooks* (2000), de Thomas Mann, e o épico *O tempo e o vento* (s/d), de Erico Verissimo – e acadêmico – *Casa-Grande e senzala* (2006) e *Sobrados e mucambos* (2004), de Gilberto Freyre –, é pouco tratado pelas Ciências Sociais no Brasil.

A terceira experiência expõe os preparativos para um ensaio fotográfico protagonizado por Andrea, bracelete, relicário e camafeus e que teve como palco a casa habitada por gerações. O desfecho desse encontro endossa, com imagens, fluxos improvisados de uma vida cênica no movimento incessante de joias e o emaranhamento de muitas famílias. Mais do que evidenciar o “eu estive lá”, eu convido quem seguir a leitura a “se sentir lá”.

7.1 UMA CASA VIVA

“Nasci nesta casa. Era dos meus avós Raphael e Nóris. Eles a compraram quando se casaram”, disse Andrea na minha primeira visita, em fevereiro de 2018. À entrada, vi uma chapa de bronze presa ao umbral com vitrais. Lê-se “R.D.Mazza”, R de Raphael, D de Dias, formando o nome de um dos herdeiros de Raphaëlle Caetano Mazza¹³⁷, imigrante italiano criador de império comercial do início do século XX. Império suplantado nos anos 1990, mas que integra a mitologia pelotense como um titã. “Esta casa é o bastião, o símbolo do poder.”

Nossas conversas tiveram como principal cenário a propriedade habitada também pelo pai de Andrea, o octogenário Dagoberto, a filha da interlocutora, Isadora, eventuais inquilinos e animais de estimação, um sobrado da década de 1920 distante menos de um quilômetro do Centro. Da rua, a construção é eclipsada por arbustos, árvores e folhagens junto ao muro baixo. A pintura cansada da fachada, os musgos, as raízes que brotam de cima e apontam em

¹³⁷ Raphaëlle Caetano Mazza tornou-se Raphael Caetano Mazza quando ingressou no Brasil. Mantenho a grafia original para evitar confusão com seu filho caçula Raphael Dias Mazza, batizado com o prenome brasileiro do pai. Até porque, neste mesmo capítulo, temos outro Raphael, o Scholl, o amigo que me apresentou à Andrea, a neta de Raphael Mazza e bisneta de Raphaëlle.

linhas para o solo e as samambaias que revestem a floreira num bigode nietzschiano indicam que a contenção de tempo e espontaneidade da vida não é prioridade naquele endereço.



Figura 25: A porta da casa dos Mazza. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2018.



Figura 26: O sobrado onde a vida não cessa. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2018.

Dentro, o pé-direito impressiona. A escadaria de madeira que conduz à área íntima sussurra com o sobe e desce em curva, e os pisos de assoalho e ladrilho hidráulico dão pistas, pelo desbotado, de que muita gente caminhou ali desde a primeira metade do século XX. A casa pulsa, e pulsantes são as cores revestindo a sala em contraste verde e laranja recente. Nada se equipara, porém, aos vitrais multicoloridos atribuídos à Tiffany¹³⁸ e aos estofados adamascados de qualidade e formosura que já não existem mais.

O encontro com Andrea ocorreu numa quarta-feira, por volta das 21h, depois de ela passar um dia trabalhando em Rio Grande, município 60 quilômetros ao sul. Nosso compromisso teve mediação de Raphael Scholl, amigo que conhecemos em momentos diversos. Ela e ele se enlearam na Santa Casa de Misericórdia, no período em que as avós de ambos estavam internadas, nos anos 2000. Já eu esbarrei nele em eventos acadêmicos, em 2015. Na época da minha visita a Pelotas para conhecer Andrea, eles se dedicavam juntos à montagem do espetáculo *Sonho de uma noite de verão*, de William Shakespeare (1564-1616), como parte de um projeto social de inserção de jovens de baixa renda nas artes cênicas.

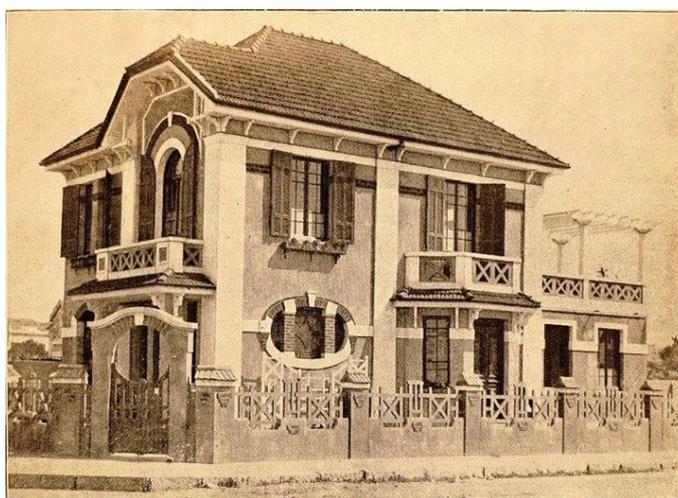


Figura 27: O sobrado, década de 1920. Crédito: Pretérita Urbe/Pelotas, Facebook

Raphael, o Scholl, é graduado em Moda e mestre e doutor em Educação e leciona no Instituto Federal de Pelotas. Sensível a manifestações culturais, externa apuro estético e encanta pela sapiência e precisão na sátira. Aproximamo-nos por interesses de pesquisa; tecemos nossa amizade, acredito, pelo humor. Foi interlocutor privilegiado durante quase todo o percurso de pesquisa, auxiliando-me com contatos, fornecendo-me sugestões de leitura e

¹³⁸ Filho de Charles Lewis Tiffany (1812-1902), fundador da joalheria Tiffany & Co., em Nova York, Louis Comfort Tiffany (1893-1933) dedicou às artes visuais parte da sua trajetória profissional na virada do século XIX para o XX. Também atuou em decoração de interiores. A notoriedade veio com a fabricação de vitrais coloridos. Disponível em https://www.metmuseum.org/toah/hd/tiff/hd_tiff.htm. Acesso em 17 jun. 2018.

filmes que remetem à temática de joias de família, provendo-me hospedagem e amizade e me ofertando suporte para desembaraçar códigos, enredos e entrelinhas pelotenses.

7.2 “EU VOLTO NA VÓ E SIGO A LINHA DELA”: A TUTORA DO BRACELETE

No pátio do casarão, a anfitriã instalou três cadeiras dobráveis. Sentamo-nos em semicírculo, Andrea, Raphael e eu. Pedi licença, liguei o gravador e o posicionei ao lado dela. Disse-lhe que queria conhecer a história do bracelete da baronesa, joia de família sobre a qual ouvira falar no Mercado Municipal, num domingo à tarde, dividindo mesa com Raphael e amigos dele – alguns se tornaram meus mais adiante –, em trabalho de campo anterior no município. Quem mencionou o artefato na ocasião fora Ricardo de Assumpção Osório Magalhães, parceiro de infância da dona da casa. Segundo ela, “Ricardo é uma espécie de parente, e isso é coisa de classe.” E me explicou que a classe à qual se referia dizia respeito à atividade econômica dos antepassados: a produção de charque.

Inclusive, antes de encontrar Andrea, Raphael e eu estivemos no antiquário onde Ricardo trabalha, e ele reiterou que a joia de família mais significativa na cidade era “a da baronesa de Santa Tecla, ainda no original” e na sexta geração de “uma linhagem do charque”. Eu pedia a ele outros nomes para entrevistar, e Ricardo, balançando a cabeça, repetia, sobrepondo-se a mim: “Não, não! A que está com a Andrea é a joia de família”.

Raphael, então, telefonou no mesmo instante para Andrea e perguntou se ela poderia conversar comigo à noite. A cenógrafa combinou de nos encontrar no centro de Pelotas. Chegou festiva e receptiva, com os cabelos grisalhos soltos, rindo com Raphael e me beijando e abraçando. Embarcamos num táxi e seguimos para sua casa.

No seu pátio, o cansaço logo se revelou. Fazia muito calor naquela noite de fevereiro. Andrea nem parecia incomodada em expor o exaurido legado aristocrático de passado escravocrata da sua família e o adorno remanescente dos idos tempos de opulência. Todavia, estava exausta. De pés descalços, calça jeans e camiseta, ela trouxe o cigarro um par de vezes, acariciou o gato preto de rabo alto que atravessou o seu colo e buscou as palavras:

Tinha a tiara, os brincos, o pendentif, esse bracelete... [pausa] E o conjunto foi se desmanchando nas heranças. Foi indo. [pausa] Esse aí chegou até mim, e acho que deve ser um dos poucos que ainda está montado. Os brincos viraram anéis. [pausa] Eles tinham dois brilhantes cada um, um de seis quilates e outro de um quilate. Já os conheci como anéis. Esse brilhante de um quilate que era do brinco foi o anel de 15 anos da Isadora, a minha filha. Está montado numa joia moderna. Os de seis quilates viraram dois anéis, um da minha vó, outro da minha mãe. [pausa] Esses já foram passados, vendidos deus sabe aonde. Até onde eu sei, o bracelete da baronesa é o único original.

O barão de Santa Tecla encomendou a *parure* a um ourives francês para presentear a noiva em meados dos anos 1850. E o conjunto começou a se repartir pelas mulheres. “O bracelete sempre passou pela primogênita¹³⁹. Por isso está comigo, porque sou de uma linhagem de primogênitãs. Nunca se cogitou que minhas primas ficassem com isso. Desde que eu nasci, sei que é meu. Antes, era da vó Nórís.”

Se a vó Nórís era a mãe de Branca, e esta a mãe de Andrea, por que a avó confiou a joia à neta? “A minha mãe não dava a menor bola para joia.” Branca só usava argolas de ouro e colar de pérolas. Gostava era de assistir a treinos do Pelotas¹⁴⁰ e de consertar carros. “Ela odiava uma joia, odiava.” Nórís era diferente: “A vó era uma mulher vaidosa”.

Disse a Andrea que Ricardo, do antiquário, comentara que, certa vez, o bracelete fora avaliado para venda. Ela confirmou:

Foi numa ocasião muito grave. Eu precisava. Foi a única vez que eu pensei que isso tinha... Aliás, não! Eu nem pensei nada. Foi o [amigo] Ricardo que disse isso para mim. Foi ele que falou. Ele sabia da situação pela qual eu estava passando. E foi ele que mandou avaliar o bracelete. Chegaram a levar a joia para Nova York, mas a venda não fechou.

Os problemas financeiros eram “imensos”, por isso não teria sentido “dor no coração”. “Sei que é o que minha avó faria. Tudo na minha vida é um pedido de socorro a ela, que é e continua sendo. No meu quarto, tem um altar [para Nórís]. Tudo o que a vó já me disse em situação difícil. Ela me guia e me aconselha diariamente. Eu volto na vó e sigo a linha dela.”

Para a neta, Nórís congrega as tutoras da joia, pois, apesar de ela ser identificada na família como “o bracelete da baronesa”, a vó a teria atualizado ao adicionar à história do charque o viés crítico, reconhecendo as desigualdades sociais promovidas pelo sistema de produção de carne-seca, uma indústria marcada pela exploração de mão de obra cativa. “E ela, a vó, trouxe até mim todas as outras mulheres da família. A vó é uma dádiva. Não está mais lá, mas está em mim.”

De repente, Andrea pôs o cigarro na boca, ergueu-se e entrou. Voltou ao pátio e me entregou o escrínio de veludo puído, indicando que eu estava apta a conhecer a joia, pois já havia conhecido o elenco familiar. Abri o estojo preto, que não era original, e me deparei com “o mito”, “a lenda”, como Andrea brinca ao falar sério. Firmei o astro e tentei contar as pedras. Perdi-me palpando o adorno e afinando a escuta na penumbra.

¹³⁹ Não consta do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), da Academia Brasileira de Letras (ABL), o verbete “primogênita”. Por ter sido mencionado por uma colaboradora da pesquisa, mantenho o termo no texto. Disponível em <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em 19 ago. 2018.

¹⁴⁰ Time de futebol local.



Figura 28: O bracelete da baronesa de Santa Tecla. Crédito: Fabrício Barreto, 2018.

Andrea usou o bracelete da baronesa uma única vez, na formatura da filha de “um amigo da família”:

Nessa festa, eu e o meu tio Carlinhos éramos os sobreviventes. A mãe já tinha morrido, e a vó também. Eu me arrumei para o meu tio, único irmão da minha mãe e meu padrinho. Ele [tio Carlinhos] me chamava de baronesa. Sempre me chamou de baronesa, porque o título seria meu, né? Pela linhagem, o título seria meu [risos]. E ele adorava brincar com isso. Ele chamava a minha bisavó de baronesa. [...]. Daí começou a chamar a vó Nóris de baronesa. No que a vó Nóris morreu, pulou a minha mãe e passou a me chamar diretamente de baronesa, porque a minha mãe não tinha o menor talento para baronesa [risos]. [...] E o tio Carlinhos era o mais jocoso, era a pessoa mais engraçada da família. Ele adorava brincar com essa história da baronesa. Era só alguém colocar o bracelete para a baronesa baixar.

O bracelete é peça de ouro ornada com uma rosa e um laço estilizados e cravejados de diamantes. Assim como Andrea, a joia sobrevive no ramo Silva Tavares desde meados do século XIX. Minha interlocutora se refere às mortes de parentes, à fragmentação de outros componentes da *parure* e à decadência econômica e a descensos político e social de um legado extenuado em decorrência do fim do regime escravocrata e da queda da monarquia (VARGAS, 2016, p. 15). Isto seguido do desmoronamento de patrimônios no início da década de 1930, sobretudo após a quebra do Banco Pelotense na esteira de terremotos financeiros do final dos anos 1920 e da proliferação de frigoríficos no Estado.

Para pontuar a importância da produção de charque do Rio Grande do Sul na época em que o bracelete foi confeccionado, visitei a pesquisa do historiador Jonas Moreira Vargas (2016), que conduziu estudo sobre charqueadores de Pelotas e construção de fortunas regionais através da análise de inventários *post-mortem*:

As charqueadas trouxeram grande riqueza para Pelotas, e os charqueadores acumularam fortunas que não se distanciavam da maioria dos cafeicultores e senhores de engenho do Brasil. Fabricar charque para abastecer as *plantations* açucareiras e cafeeiras do mundo atlântico foi a origem do grosso patrimônio de um pequeno número de famílias estabelecidas em Pelotas – cidade localizada no litoral do Rio Grande do Sul e que, ao longo de todo o século XIX, foi a maior produtora de carne-seca do Império. (VARGAS, 2016, p. 11).

O charque era mercadoria valiosa e essencial para acumulação de capital por uma elite escravocrata do país naqueles dias. Como informa Vargas (2006), a carne-seca fabricada nas propriedades às margens do Arroio Pelotas fornecia a base da alimentação em *plantations* atlânticas e no tráfico de africanos, participando de um sistema internacional de comércio de bens e serviços produzidos por mão de obra escrava. A partir de 1850, quando da proibição do tráfico atlântico, porém, essa força cativa e entendida então como mercadoria teve sua oferta reduzida, e seu preço, elevado. Pelo menos até 1880, quando se ampliou a onda abolicionista.

Isso colaborou para a concentração de poder e prestígio nas mãos de poucas famílias que podiam comprar e manter escravos, detentoras de charqueadas, sobrados e armazéns em Pelotas e atuantes em diversos segmentos profissionais de prestígio (VARGAS, 2006). Andrea é tutora do bracelete e descende de senhores do charque, como ela denomina seus parentes do século XIX, tanto pelo barão de Santa Tecla, um Silva Tavares, quanto pelo lado dos Moreira, e as famílias se emaranham na figura da avó Nórís.

7.3 “JOIA NÃO ERA COISA QUE SE VENDESSE”

Nórís nasceu em Pelotas, em 1923. Herdeira mais velha dos três filhos de Amélia da Silva Tavares Moreira e Carlos Viana Moreira, ela passou a infância no meio da produção do charque, atividade que suas famílias materna e paterna exerciam na região. Por parte de mãe, era neta de Eduardo da Silva Tavares, filho de Joaquim da Silva Tavares, barão de Santa Tecla, e de Ofélia Burlamaqui, a primeira responsável pelo bracelete quando a joia passou do estatuto “de casamento” para o “de família”. Da união de Eduardo com Ofélia nasceu Amélia Burlamaqui da Silva Tavares, cujo prenome reverenciava a avó, como era costume na época. Amélia se casou com Carlos Viana Moreira e deu à luz Nórís, a quem repassou o bracelete.

De pele jambo e cabelos loiros, Nórís tinha olhos verdes. “Olhos de esmeralda! Era belíssima! Que porte! Que elegância! E como pisava bem! É assim que a vó é lembrada por qualquer pessoa desta cidade. Pode perguntar”, desafiou-me Andrea, que tem muitas histórias sobre a avó. Histórias contadas pela própria avó. Uma descreve o episódio em que, aos 15 ou

16 anos, Nórís foi apresentada à “boa sociedade” pelotense. O baile de estreia¹⁴¹ do Clube Comercial¹⁴² serviu como desculpa para Ofélia, a avó materna, resgatar a adolescente do luto de mais de um ano imposto pela mãe, Amélia, inconsolável com a perda do marido, Carlos, que se retirou da vida por não suportar as falências das charqueadas nos anos 1930.

A rota do bracelete da baronesa

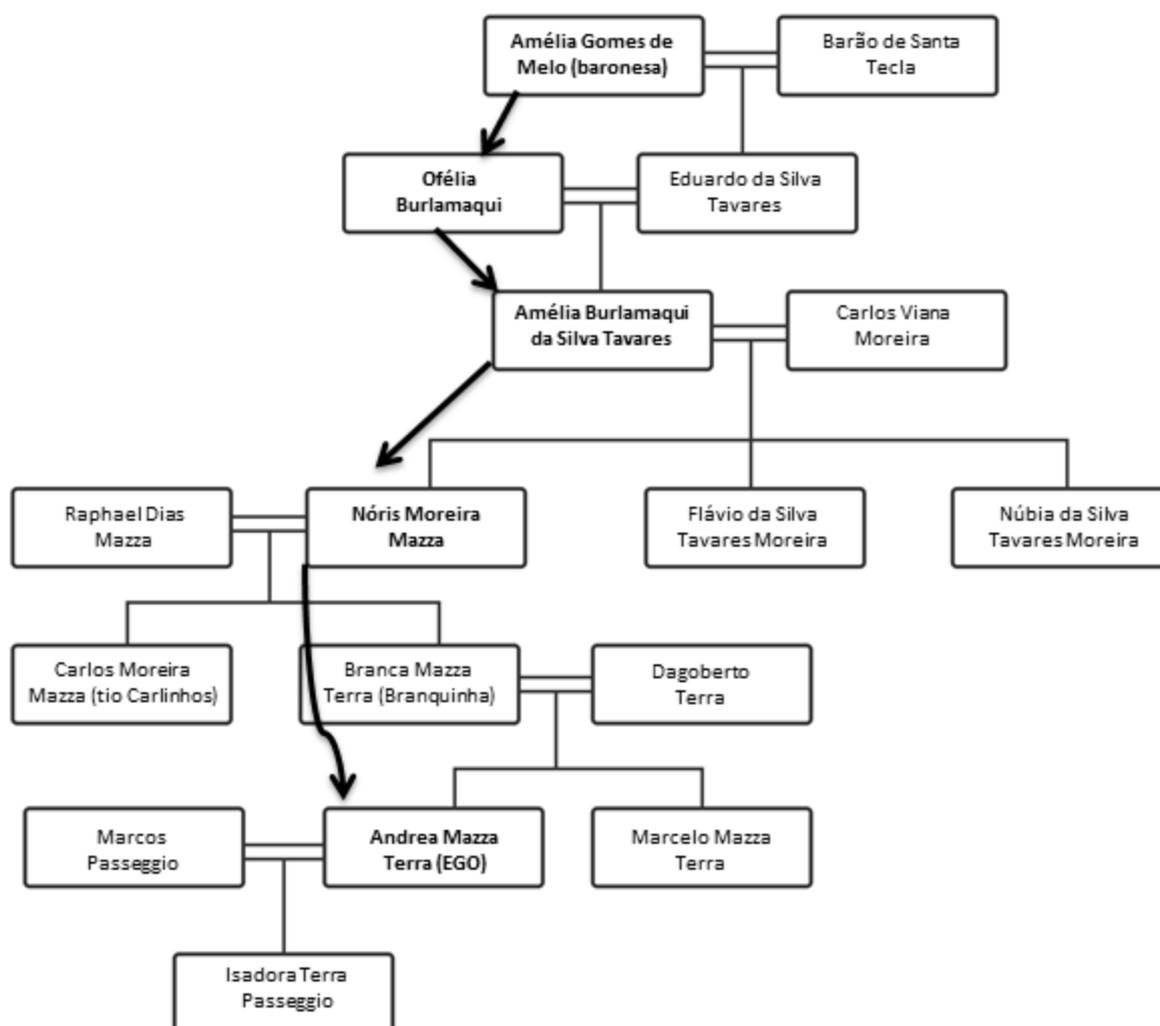


Figura 29: A linhagem do charque

¹⁴¹ Assim era chamado o baile de debutantes naqueles anos 1950.

¹⁴² O Clube Comercial de Pelotas foi inaugurado em 1871. Em 1881, ocupou o Palacete Braga, imóvel em estilo eclético que fora residência do charqueador Felisberto José Gonçalves Braga, localizado no centro da cidade. O hall do prédio é adornado com mármore de Carrara, cerâmica veneziana e vitrais coloridos. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445788&view=detalhes> Acesso em 25 jun. 2018.

Acertada a participação na festa do clube, Nórís preencheu seus sonhos com o vestido do baile, afinal, foram meses de isolamento seguidos ao trágico óbito do pai. “Nooooossa! A vó abalou Bangu¹⁴³! Ela surgiu no salão com um sorriso, uma alegria. Estava saindo de dentro do Tártaro¹⁴⁴, estava submergindo. Deve ter entrado naquele salão incandescente, faiscando para tudo que é lado!” E Nórís deixou o baile de estreia com o título de rainha da primavera do clube. “Ela não era só bonita. Era diferente!” A coroação, no entanto, ocorria após alguns meses, no baile de Carnaval. E foi neste evento que Nórís conheceu o futuro marido.

Nórís não imaginava que Raphael Mazza fora ao baile decidido a cortejá-la. O rapaz, recém-retornado a Pelotas após concluir estudos em Curitiba, avistara, dias antes, na rua, a soberana do Clube Comercial. E foi assim que a história chegou à Andrea: Raphael ensaiava com o amigo Eurico uma forma de comunicar ao pai que não ficaria na cidade cuidando dos negócios comerciais da família, pois seu irmão mais velho, Geraldo, poderia assumir a responsabilidade. A intenção do caçula dos Mazza era ir para o interior paulista trabalhar na vinícola do tio paterno, Amedeo, que não tinha filhos.

De repente, encostado no balcão do Café Nacional (hoje Café Aquários), no centro de Pelotas, Raphael avistou sobre os ombros do amigo e através da vitrine o desfile de carros anunciando o baile de Carnaval do Comercial. “Vais mesmo para São Paulo?”, indagou Eurico, tentando reaver a atenção do amigo com olhos para a Rua XV de Novembro, para o curso da rainha. “Não vou mais. Não vou... Vou ficar e vou me casar com aquela moça ali...”.

No primeiro contato, ao invés de escutar o “Queres dançar comigo?”, a soberana do clube ouviu do moço um atrevido “Queres casar comigo?”. Achou graça, não o retrucou e bailou. Também concedeu uma dança a outros inscritos, porque assim era o protocolo.

O amigo Eurico aconselhou Raphael a apressar a investida, afinal, era provável que muitos moços estivessem interessados nos olhos de esmeralda. Antes do alvorecer, na madrugada do baile, ébrio da beleza de Nórís, Raphael acordou os proprietários da Casa Levy Franck & Cia, joalheria parisiense com filial na cidade. Filho de Raphaelle Mazza, o principal nome do comércio pelotense, com loja instalada no Edifício Glória, símbolo da modernidade que despontava no município, o rapazote foi atendido. Ele comprou uma pulseira de diamantes e procurou uma florista a quem encomendou um travesseiro de rosas brancas.

¹⁴³ A expressão “Abalou Bangu!”, que significa surpreender pela beleza, era o bordão do personagem Edilberto, vivido por Luiz Carlos Tourinho, na novela *Suave Veneno*, exibida pela Rede Globo em 1999. O bordão, por sua vez, remete ao Miss Elegante Bangu, concurso promovido pela indústria têxtil Bangu, evento realizado no Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, nos anos 1950. Premiava “a elegância da mulher brasileira”, mas só podiam disputar o título moças “de sociedade” (PRADO e BRAGA, 2011, p. 199-203).

¹⁴⁴ Na mitologia grega, Tártaro corresponde ao mundo inferior, ao inferno.

Raphael depositou a joia sobre as pétalas e a enviou numa caixa ao casarão dos Burlamaqui, onde Nóris residia com a avó e a mãe viúvas, irmãos mais novos e empregados. “Elas moravam todas juntas. Estavam falidas... Mas joias, elas tinham, sempre tiveram. Joia não era coisa que se vendesse!” Ao receber o presente e ler o cartão, Nóris arregalou os olhos: Raphael queria compromisso. “Foi muito esperto, pois um anel a teria assustado. Esse bracelete, minha avó perdeu uma semana depois. E o vô deu outro.” Perdeu onde? “Perdeu!” O segundo bracelete? “Foi vendido numa das crises. Precisou-se de dinheiro”, disse Andrea.



Figura 30: Raphael Mazza entre Ofélia e Amélia, avó e mãe da futura esposa, Nóris, em 1940. O bracelete está no pulso de Amélia. Crédito: Acervo pessoal.

Não há incoerência, aliás, na fala de Andrea sobre a manutenção e venda das joias. Trata-se de um desencontro de joia de família com joia, cada uma com suas singularidades. Atentando para a fala da interlocutora, os adornos vendidos – ou extraviados – com desprendimento e descolados de justificativas foram ofertados à portadora como presentes e não tiveram tempo para se impregnarem de credenciais afetivas e simbólicas e se tornar de família através de gerações. Eram relevantes para o firmamento de alianças com famílias externas. A interdição à venda se aplicaria ao bracelete da baronesa, que teria se iniciado como joia de contrato de casamento e sobrevive confirmando a pertença e adensando vínculos internos de uma dinastia feminina – apesar de quase ter sido repassado numa “dificuldade”, como Andrea explicou. Porque a situação das coisas que se juntam a é diferente daquela das que se juntam com, ensinou Ingold (2020). Joias são joias; e joias de família foram joias tornadas de família. A aderência da primeira é instantânea. A coerência da segunda demanda árduo trabalho de tutela e produção afetiva.

Entre joias compradas, ganhas, repassadas, perdidas ou vendidas, Raphael e Nórís se casaram e tiveram dois filhos: Branca, que recebeu o nome da avó paterna, e Carlos, agraciado com o nome do avô materno. O marido seguiu nos negócios do pai; a esposa cuidava da prole. Residiam no sobrado onde Andrea nasceu e me acolheu.

O êxito dos negócios dos Mazza nos anos 1950 permitiu a Raphael presentear a esposa com uma desativada charqueada colocada à venda na região. Ao ganhar a São João¹⁴⁵, Nórís vetou a demolição da senzala e pediu que as ferramentas de labuta e tortura de escravos fossem recolhidas. Arranjou os instrumentos numa parede da casa-grande, constituindo, segundo Andrea, uma narrativa que dava protagonismo aos cativos. Na propriedade, a explanação histórica se organizava em torno das injustiças cometidas contra forças braçais, deixando a exaltação aos barões para palacetes urbanos. Andrea narra que

A vó começava a contar a história [das charqueadas] pela senzala. A única pessoa que eu vi fazendo isso. Se sou o que sou, se sou como sou, é tudo da minha vó. Fui criada por ela, e a consciência foi ela quem me deu. É a história da escravidão em Pelotas. Porque a história da escravidão foi negada sempre nesta cidade, e se inventou outra história, a de que teria havido uma escravidão light.

¹⁴⁵ Na partilha dos bens da família, a charqueada São João foi repassada ao empresário Marcelo Mazza Terra, único irmão de Andrea, e ele explora a propriedade como ponto turístico na região. Por ora, não pretendo percorrer essa parte da genealogia de minha colaboradora em função de tensões familiares, mas cumpre destacar que, em maio de 2018, a São João foi reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como componente do Conjunto Histórico de Pelotas, ao lado de quatro praças, de um parque e da Chácara da Baronesa. Sobre a decisão do Iphan, consultar o link <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4640/historia-e-tradicao-patrimonio-cultural-de-pelotas-e-reconhecido-pelo-iphan>. Acesso em 18 jun. 2018.

Com o bracelete de ouro e diamantes herdado da vó Amélia, Nóris teria instituído a neta Andrea sua sucessora ao lhe transmitir reminiscências das charqueadas e obrigações morais que estão para além do conhecimento do uso e da materialidade da joia de família. Tudo arranjado em crônica reconfigurada no tempo e embaralhando valores afetivo, histórico e pecuniário ao reascender os anais do charque, desvelando crueldades promovidas pelos barões. Andrea reconhece sangue africano fluindo na joia de família que a algema à dinastia escravocrata: “Ela, a joia, é bonita. Mas guardá-la tem um preço alto”.



Figura 31: Carlinhos, Branquinha, Nóris e Raphael Mazza. Crédito: Acervo pessoal¹⁴⁶.

Compreender complexidade, inconstância, sacralidade e valores dessa dádiva com mais de 160 anos repassada de mãe para filha, de sogra para nora ou de avó para neta e condutora de uma linhagem feminina implica conhecer a conjuntura de construção das vidas encadeadas e relacioná-la às circunstâncias de sobrevivência das personagens. A narrativa recebida, reelaborada e proferida por Andrea em tom didático condensa, além de afetos, ascensão e declínio de uma elite pelotense em termos simbólicos, econômicos e políticos e retrata o itinerário de exploração de trabalhadores escravizados, a imposição de papéis

¹⁴⁶ Disponível em <http://www.charqueadasaojoao.com.br/texto/menu--quem-somos--casarao>. Acesso em 2 de mai. 2018.

femininos e a reprodução de desigualdades e preconceitos visíveis e audíveis ainda hoje naquele município. Também exprime a elaboração de uma teoria improvisada sobre o arranjo familiar, a cidade onde nasceu e a casa da vida, uma composição com resíduos de pretensões aristocráticas afetadas por transformações sociais, políticas, culturais e econômicas.

Andrea endossa a tomada de consciência da avó acerca de seu pertencimento a uma classe que enriqueceu explorando seres humanos à exaustão e derramando sangue no Arroio Pelotas. Todavia, o bracelete a inspira a discorrer sobre as mulheres, sem deixar de informar que a introdução dessas coisas na família se deu pelo bolso de homens, os provedores. Eles inseriam a dádiva original, uma coisa que não é, inicialmente, dada às gerações seguintes, mas subentende-se que deve ser retransmitida no espectro da família.

Além de se dedicar à produção de cenografia e figurinos para teatro e cinema, Andrea atua em movimentos sociais, com participação em ações ligadas a questões feministas e à população negra, população segregada espacialmente na Pelotas que se vangloria da origem portuguesa, da “cultura francesa” importada nos séculos XVIII e XIX, da fabricação de doces e de um passado lustroso, omitindo, com frequência, a decadência posterior à falência do sistema do charque. Assim, a atual guardiã do bracelete da baronesa se filia a uma malha social e política nada óbvia para uma descendente do poderio outrora tão influente na região. Ela credita sua fala a Nóris, que, ao lhe confiar o fardo ancestral, transmitiu-lhe a narrativa. Anexar a joia a si é, diz Andrea, anexar-se à consciência da avó e atualizá-la. E associa os valores da coisa principalmente às dimensões histórica, estética e afetiva.

A narrativa de Andrea mostra como um bracelete que sobreviveu a mais de uma falência econômica adquiriu, em sua trajetória, significados diversos do inicial, quando selava o contrato matrimonial no século XIX. A condição de presente, entretanto, é rememorada quando se aciona a crônica sobre a joia de família. A exemplo de um anel de casamento, o bracelete não ingressa em outro contexto sem que seus significados sejam alterados.

Podemos compreender uma joia de família como uma dádiva performativa nos termos de Nicholas Thomas (1991, p. 19), pois a prática de transmissão é constitutiva da relação que enuncia. O adorno, ao ser exposto pela descendência, deixa de expressar um objeto conjugal, conectando guardiãs à “linhagem do charque”. A ausência do bracelete no cotidiano poderia marcar o fim do que restou a Andrea, ou seja, referência, pertencimento, apesar das críticas ao grupo. Mas outra joia legada por Nóris desperta maior apreço afetivo, ainda que o valor econômico seja reduzido.

7.4 O RELICÁRIO

O bracelete da baronesa é a joia de família mais conhecida do acervo de Andrea. “É a lenda. Não te falaram nele por aí? É como os barões de Pelotas, todo mundo fala neles”, disse a tutora. Todavia, o adorno mais significativo para a parentela é um relicário conhecido nos limites da família. De “ouro baixo” e com nichos para fotografias no interior, a peça lhe chegou também pela vó Nóris, que o usava quase diariamente. “Para todo mundo [da família], essa é a joia que mais lembra a vó. E ela está comigo. A mais valiosa do ponto de vista afetivo, muito mais do que o bracelete. Todo mundo da família reconhece a vó no relicário.”



Figura 32: O relicário. Crédito: Fabrício Barreto, 2018.

A propósito, quando soube que seu tio Carlinhos iria à formatura da filha do amigo, Andrea se adornou dos afetos. Montou o figurino a partir de um casaco de astracã¹⁴⁷ com gola de vison¹⁴⁸ que fora de alguma parenta e estava sob os seus cuidados – “Imagina, que horror: um casaco politicamente incorreto hoje, um absurdo!” –, o bracelete da baronesa e o relicário. A joia de família em cena foi apresentada presa à corrente que complementava o relógio de bolso do marido de Nóris, Raphael Mazza. Segundo Andrea, a avó costumava portá-la em

¹⁴⁷ Pelo frisado de filhote de cordeiro carcul usado em produtos de luxo.

¹⁴⁸ Mamífero de pelagem lustrosa e macia caçado com armadilhas ou criado em cativo para produção de golas e casacos. Ativistas pelos direitos dos animais combatem a produção dessa pele.

cordão comprido, no peito. A neta, por sua vez, prefere tê-la junto ao pescoço, por isso trocou a corrente. Pedi autorização para segurar o relicário e ver os detalhes de perto. Enquanto isso, Andrea prosseguia com a narrativa:

Para a época, devia ser até uma bijuteria. Eu nem a uso no diário. [...] É claro que tem ranço nisso, eternamente vai ter um ranço que nunca foi discutido. Porque eu fui privilegiada. É um objeto que provoca. Às vezes, eu o coloco no peito de propósito, como uma provocação. É um símbolo mesmo. O valor dele não é grande coisa, é um ouro baixo.

Segundo Thomas, quando as distinções indicadas pelos artefatos são reconhecidas para o grupo ao qual ele pertence, temos o reconhecimento das relações (1991, p. 18). Entretanto, nenhum significado ou tipo de relação é estável. As coisas se movimentam e ingressam em novos contextos. Andrea não conhece a origem do relicário, e essa não é uma questão que lhe tome mais do que um dar de ombros. Abri a caixinha e Andrea comentou:

Aí dentro, ela [Nóris] colocava fotos da gente. Sempre tinha uma foto do vô e uma minha. E isso causava mal-estar. Por que só a foto da Deia? Daí ela botou das três netas mulheres, mas foi uma coisa problemática... Quando nasceu a minha filha, a primogênita da geração seguinte, a vô colocou foto da minha filha, porque era a única bisneta. Foi a última foto ela que usou aí.

Andrea arrisca que o relicário tenha chegado à Nóris confiado por Ofélia, mãe de sua mãe, Amélia, a filha de Eduardo da Silva Tavares, herdeiro dos barões de Santa Tecla. “A gente chama a vô Ofélia de vô Téia, a avó de quem a vô Nóris mais gostava”, justificou. A reverência ao adorno foi assimilada também por Isadora, 27 anos. A bisneta, graduada em Engenharia Civil, chegou a conviver com Nóris e, conforme se comenta na família, carrega alguns hábitos ancestrais: “Isadora liga o lençol elétrico a mil e o ventilador na cara. A vô fazia isso. Elas gostam do ventinho [risos]. A gente nota que até tique se herda”.

Exibir a joia de família de vez em quando e exibir-se com ela é, como verificado em outras situações desta tese, prerrogativa das tutoras. “Ponho esse relicário e ele provoca”, diz Andrea, indicando a existência de rugas e conflitos que não são da nossa conta. O que interessa é perceber o relicário como animador de sentimentos com características sagradas semelhantes àquelas mencionadas por Duarte e Menezes (2017), ou seja, como coisa que inspira comunhão, intensidade e reverência. Isso se alimenta de narrativas e práticas, no convívio e nos cultos familiares e na *performance* de Andrea, que, mesmo com personalidade expansiva, torna-se introspectiva e cerimoniosa ao manipular e falar sobre a joia ancestral.

Em certa medida, apesar das hierarquias afetivas, bracelete e relicário traçam percursos similares no movimento linear e vertical – de mãe para filha ou de avó para neta –, correlacionando uma dinastia afetiva que sinalizava para a mais velha de cada geração a partir

de Ofélia. Nem sempre, porém, as coisas passavam de mãe para filha. Lembremos que, após Amélia ser presenteada pelo marido, a primeira a receber a responsabilidade pelo bracelete em movimento foi a nora Ofélia, acoplada à família, que batizou a filha Amélia com o nome da sogra e a ela confiou a herança. Os repasses seguintes tiveram o sangue como elemento importante, mas, de acordo com Andrea, a proximidade afetiva selecionou a depositária seguinte. Tanto que, de Nórís para Andrea, houve alternância de geração. “Esse [o relicário] vai ficar para a Isadora”, repetia Andrea.

7.5 A FAMÍLIA ESPIRITUAL

Convidei Andrea e Raphael para irmos a um restaurante próximo após a entrevista sobre o bracelete e o relicário. Sem gravador nos registrando, aguardando por pastéis e bebendo cerveja, minha interlocutora continuou dissertando sobre a família, com ênfase em Nórís: “Eu fui criada por essa minha avó”.

Ao justificar enlace afetivo tão intenso, Andrea confidenciou uma maldição: por gerações, netas foram cultivadas por avós porque mães e filhas tinham “gênios incompatíveis”. “Fui criada por minha avó; minha mãe foi criada pela avó dela; e minha avó, pela dela. Quebrei a maldição com a Isadora.” Aos poucos, renovava-se o culto à Nórís.

Andrea projetava seu corpo e sua confiança na minha direção. Raphael, ao seu lado, fizera poucas intervenções. Todavia, acompanhava e assimilava as histórias e, de vez em quando, seus olhos se cruzavam com os meus. Eu sabia que ele estava satisfeito com a fala de Andrea, e que ela se esforçava para me atender também porque a solicitação viera do seu amigo, com quem os laços se intensificavam.

Os pastéis chegaram à mesa, e o assunto se encaminhou para as artes, com Andrea narrando o encantamento de Nórís e Raphael, o marido, por músicos do final dos anos 1960. O foco era nos irmãos Caetano Veloso e Maria Bethânia, pilares da formação cultural de Andrea, conforme a própria. “A Tropicália entrou com tudo na minha casa!” Livros de Jorge Amado preenchiam cabeça e alma do casal e da neta mais velha. E foi provida por esse repertório literário, poético e musical que Nórís enfrentou o luto após a morte do marido, acometido por um câncer nos anos 1970.

A tristeza dissipou a luz da viúva Nórís por longo período. Ela se manteve reclusa, no quarto, chorando durante meses a saudade de Raphael. Só teve fim no dia em que apareceu com uma mala arrumada e comunicou aos familiares o seu embarque para Salvador, na Bahia.

À neta Andrea, Nórís confidenciou que partiria em busca de Jorge Amado, Mãe Menininha¹⁴⁹ e Vinicius de Moraes, que passava as tardes em Itapuã naqueles idos dos anos 1970.

Reza a lenda que Nórís avistou o escritor baiano num restaurante. Aproximou-se de Jorge Amado, elogiou sua obra, recebeu o convite para se sentar com ele à mesa e, depois de alguma conversa, comentou que pretendia se encontrar com Mãe Menininha. O novo amigo, então, entregou-lhe um cartão de visitas para ser apresentado no Gantois¹⁵⁰, pedaço de papel que garantiria à viúva de Raphael Mazza ingresso no terreiro sem enfrentar a fila que começava a se formar na madrugada. A recomendação de Amado surtiu efeito, e a mãe de santo acolheu lágrimas e angústias de Nórís, que retornou ao Sul iniciada no candomblé.

Já Vinicius, a avó de Andrea encontrou com ajuda do “santo acaso” no bar de seu hotel. Foi alertada pelo porteiro do estabelecimento, a quem havia segredado seus motivos para estar na Bahia. A antiga soberana do carnaval pelotense e o poeta e compositor carioca, por fim, brindaram a coincidência.

Quando Nórís faleceu, em 2001, cada neto entrou no quarto da avó e escolheu um objeto como lembrança num reparte seletivo. Andrea, já tutora do bracelete da baronesa e do provocativo relicário, tratou de pegar as guias da avó e retorná-las à família espiritual. Nessa época, minha colaboradora se iniciava no batuque.

A partir das crônicas de Andrea, portanto, percebemos que se enredar nos fluxos geracionais em trânsito com joias de família pode levar a contextos de sociabilidade, afinidades, valores, disputas, constrangimentos e projetos individuais e coletivos. São coisas tão íntimas, tão guardadas e escondidas e desveladas em situações especiais que, ao serem exibidas e narradas, emaranham-nos no precioso e no sagrado, nos encontros nem sempre percebidos, ainda que cotidianamente vividos e negociados entre muitas dimensões, organismos e sentimentos.

Encerrado o jantar, Raphael e eu caminhamos com Andrea até a sua casa. Enquanto aguardávamos o motorista de aplicativo que nos buscaria diante do sobrado dos Mazza, perguntei à dona da casa de onde saía a música clássica que escutávamos na calçada. “É o pai. O quarto dele é ali em cima. Ele dorme com música. É a única coisa que não posso tirar dele. As pessoas sempre acham que tem festa aqui em casa [risos]. É o pai dormindo.”

¹⁴⁹ Maria Escolástica da Conceição Nazaré (1894-1986), a Mãe Menininha do Gantois, foi a mãe de santo mais celebrada do país e exerceu grande influência espiritual sobre políticos e artistas da MPB, dentre os quais Jorge Amado, Maria Bethânia, Caetano Veloso e Vinicius de Moraes, as principais referências artísticas de Nórís, segundo Andrea.

¹⁵⁰ Sociedade São Jorge de Gantois é um terreiro de candomblé localizado em Salvador.

7.6 O ÉPICO ENREDADO DOS CAMAFEUS

Na manhã seguinte à conversa sobre o bracelete da baronesa e o relicário de Nórís, Raphael viajou com Andrea para o município de Rio Grande. Voltariam à tardinha. Buscavam materiais para confeccionar o figurino do espetáculo *Sonho de uma noite de verão*, pois estavam envolvidos nesse projeto social, como mencionei no início do capítulo.

Eu, hóspede que passara a tarde revirando testamentos e coleções e jornais na biblioteca pública, ocupava o sofá da sala quando Raphael entrou no seu apartamento. Tinha boas novas, disse, soltando a mochila ao meu lado. A primeira: Andrea apreciara a audiência oferecida por mim para que me apresentasse sua família na véspera. E isso era apenas o começo. Antes de retornar, Raphael passara na casa da amiga. A intenção não era se demorar, mas a conversa com o pai dela, Dagoberto Terra, o deteve.

O octogenário é a memória da estirpe de Andrea, diz ela. Guardião de fábulas e fatos pelotenses e natural do município, o advogado atuou em cartórios e teve inúmeros negócios e partilhas da cidade em suas mãos. Sabia quem estava e quem não estava enredado com o quê. Dagoberto dominava os bastidores da região, “para o bem e para o mal”, ria a cenógrafa. Quanto mais o tempo passava, mais o ancião afrouxava os laços com o entorno. E mais ele se sentia à vontade para revelar ou relembrar causos alheios.

Pois Dagoberto resolveu contar ao amigo da filha peripécias do avô da finada esposa, Raphaele Caetano Mazza. Ao (re)escutar as histórias do pai sobre o bisavô materno, Andrea olhou para o lado e enxergou uns camafeus que lhe foram confiados, objetos que o antepassado importava da Itália e comercializava em Pelotas e arredores. Então, ela me mandou um recado pelo nosso amigo: aguardava-me em sua casa com mais histórias de joias de família. Desta vez, pelo ramo do avô materno.

Recebido o comunicado, combinei novo encontro para o sábado seguinte. Cheguei sozinha à casa de Andrea, à tardinha, empunhando um vinho. Toquei a campainha do portão dos fundos, todavia só os cachorros me reverenciaram. Caminhei até a esquina, à entrada principal. Tentei a outra campainha e acho que nem soou. Posicionei-me diante do muro, espiei por uma brecha do arbusto e vi a porta aberta. Andrea estava fumando, trajando camiseta e jeans, reflexiva, descalça, mãos no quadril, fitando uma mesa.

A voz de Maria Bethânia abafou o meu alerta. No intervalo entre duas músicas da intérprete preferida da vó Nórís, ousei interromper a concentração. “Ô, minha querida!”, saudou-me Andrea. Entreguei-lhe a garrafa no portão, segui até a porta e admirei novamente os vitrais enquanto a anfitriã buscava cálices na cozinha.

Flores, miçangas, tecidos e arames a partir dos quais emergiria um figurino para um espetáculo de Shakespeare se alastravam na sala travestida de ateliê. Andrea retornou, abriu o vinho, serviu-me, acendeu mais um cigarro.

A pausa se estendeu porque ela necessitava solucionar o molde do toucado do burro, um dos personagens shakespearianos que montava. Precisava do modelo de vime para medir o adereço, mas a ferramenta ficou em outro endereço. Ofereci minha cabeça para que marcasse o lugar exato das orelhas. Concluídos os ajustes, Andrea buscou os camafeus da família Mazza. Novamente a sós com o timbre de Bethânia, eu tornei a me deleitar com os vitrais, desta vez extasiada com os últimos raios do dia que oscilavam através deles.

Sobre um retalho de feltro cinza, Andrea depositou três camafeus produzidos em Torre del Greco, na Península de Nápoles. Foi de lá, explicou-me, que os Mazza partiram para o Brasil. “É coral da lava do Vesúvio, então vem em camadas. Quando esculpido, parece que tem uma imagem sobreposta na outra. Mas não. Esculpe-se a camada de madrepérola e, por baixo, aparece outra camada vermelha.” Ganhara um da mãe; outro, da avó Nóris; o terceiro chegou pela madrinha. “Era da irmã do meu pai. Ela não gostava dele porque tem crucifixo, e ela é atea. Então me deu: ‘Pega pra ti, era coisa do teu avô’.” Andrea não confirma a data em que as joias desembarcaram no Brasil. Em momentos diferentes do século passado, quiçá pelos anos 1920 ou 1930, quando o bisavô Raphaele, pai do vô Raphael, já tinha comércio em Pelotas. Ou antes. “Tinha tantos! Tem outros por aí... Na real, foi vendendo corais de Torre del Greco que meu bisavô se ergueu e fez fama e fortuna.”



Figura 33: O vitral, o vinho e o figurino. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2018.

Sabe-se que os Mazza cruzaram o Atlântico antes, no epílogo do século XIX: os tataravós de Andrea, Onofrio e Emília, e os quatro filhos do casal, Amedeo, Raphaele, Angelina e Gilda. A belga Laurette, mulher de Amedeo, os acompanhou. Essa breve introdução foi novamente suspensa, agora por observação jocosa de Andrea:

Segundo o [poema épico] Paraíso Perdido do [John] Milton, foi na Península de Nápoles que Lúcifer caiu quando ele baixou [risos], quando foi convidado a se retirar lá do reino do Senhor. Então, eu sempre brinco que sou da terra do Lúcifer. Vocês conseguem ter um conterrâneo mais famoso do que o meu? Alguém tem um conterrâneo melhor do que o meu? Rá! Vem me falar em nobreza, vem me falar em barão... Eu sou da terra de Lúcifer, querida! [gargalhadas]

Ela dava sinais de que a história acoplada aos camafeus viria diferente das anteriores, aquelas sobre o bracelete e o relicário, adereços do “lado do charque”. Ao contar a odisseia do bisavô materno, minha colaboradora dilatou os gestos, sua modulação se tornou esfuziante, as expressões idiomáticas assomaram. Derramou um relato desalinhado, e os camafeus e os Mazza se fundiam em alegoria cênica, quase folhetinesca. Misturavam-se materiais de um figurino em construção com personagens de espetáculo cujo roteiro teria contornos tão indefinidos quanto a luz difusa ingressando pelos vitrais. Percebi que dádivas podem ter solfejos complexos, ritmos alternados e entonações flutuantes.

Enquanto eu levantava os óculos de grau para melhor enxergar os detalhes das esculturas napolitanas, Andrea repetia que a narração vindoura seria apresentada em estilhaços, alguns herdados, outros vividos. “Tem umas partes capciosas”, preveniu-me. Nem tudo viria como acontecera porque faltavam informações, e os registros que chegaram oralmente lhe permitiram deduções. Por isso, preencheria lacunas do mosaico de conquistas, romances e tragédias com versões forjadas para garantir fluidez à prosa. Se as coisas não foram assim, assim poderiam ter sido.

Esse preâmbulo serviu para ela construir cenários, afiar a curiosidade da audiência e apresentar personagens para a explanação das razões que fizeram com que aquele núcleo Mazza se retirasse de supetão da Baía de Nápoles. A causa, Andrea não esclareceu porque a ignora. “Eu não sei o que aconteceu. Sei que eles fugiram da aldeia.”

Um dos primos do vô Raphael, Onofrio, filho da Gilda, foi ao vilarejo em busca de complementos da história da família nos anos 1980. Chegou a Torre del Greco indagando se restavam familiares. Indicaram uma Mazza centenária. Onofrio encontrou a senhora na casa dela e se apresentou no dialeto napolitano, linguagem que aprendera com a mãe, natural da terra. Ele queria demonstrar que era de lá, mesmo sendo do lado de cá. Segundo Andrea,

No que o tio Onofrio disse que era Mazza do Brasil, a senhorinha começou a catar tudo o que estivesse ao alcance da mão dela e tascar nele. [risos] Foi feio! Só o que

a gente sabe é que foi feia a coisa. Imagina! Anos depois, a outra geração que nasceu no Brasil volta lá para ter informação e é corrida a qualquer coisa que tascam nela. E ninguém mais sabia o que tinha acontecido. Só ela sabia. Ou ninguém falava em respeito a ela. Não dá pra voltar lá! [risos] Estamos queimados! Se for lá, não cita os Mazza do Brasil. Melhor não!

Quem repassou o relato sobre o incidente em Torre del Greco foi o tio Onofrio, sobrevivente do bombardeio de bibelôs, cinzeiros e vasos lançados pela parenta italiana. “O tio contou o que sabia.” Onofrio também lhe guarneceu com aventuras de seus avós e pais na chegada à América, a experiência frustrada da abertura de um cinema no Rio de Janeiro e os tempos árdus num cortiço paulistano. Em períodos de escassez, era sua mãe, Gilda, solteira, quem acudia os parentes lecionando francês, idioma que aprendera estudando em Paris.

Tio Amedeo, o irmão do bisavô Raphaele, Andrea nem conheceu. Já com a esposa deste, Laurette, houve alguns encontros. Aliás, esta tia foi a mais longeva do grupo que, como insiste a narradora, fugiu para o Brasil. O casal não teve filhos e cogitou o repasse dos negócios para Raphael, o avô de Andrea. Foi Nórís a variável na mudança de planos, pois o sobrinho preferido de Amedeo e Laurette, apaixonado, permaneceu em Pelotas.

A outra irmã do bisavô de Andrea, Angelina, também não teve filhos. E não se casou. “Era *pazza*¹⁵¹”, abreviou a sobrinha-neta, salpicando termos italianos. Por outro lado, nenhum Mazza cozinhava como essa tia-avó. Aliás, pontuou Andrea, ao invés de ter uma negra na cozinha, comum na comunidade de passado escravocrata, era *zia*¹⁵² Angelina quem preparava as refeições da família já radicada em Pelotas.

A zia morou a vida inteira com meu bisavô. Só que ele sempre tratou a irmã como uma empregada. Como era pazza e não reclamava das coisas, ela cozinhava. Eu me lembro da figura da zia Angelina de chinela, roupinha puída, sempre na cozinha. Desdentada, muito, muito, muito carinhosa. Era pequeninha, baixinha.

7.6.1 O corvo

Descrevendo Raphaele Caetano Mazza moço, Andrea evocou a parábola bíblica da Arca de Noé. Para ela, o bisavô corresponderia à figura do corvo. “Ele ponteava, farejava um negócio e ia. E não voltava para dar satisfação para a família, em São Paulo. Por isso eu o chamo de corvo.” Se Raphaele passava tempo sem dar notícias, os familiares desconfiavam. E foi farejando o charque na virada do século XIX para o XX que Raphaele chegou ao sul.

¹⁵¹ Doida ou louca, em italiano.

¹⁵² Tia, em italiano.

Andrea conta que o bisavô conheceu, ainda jovem, talvez em Porto Alegre, ela não tem certeza – há outras versões –, um pelotense herdeiro do charque, e esse rapaz o teria incitado a tentar a sorte como mascate. Ocorre que, naquela época, o imigrante Mazza tinha uma espécie de sociedade com um sujeito de origem pouco rastreada:

Diziam que meu bisavô era mascate, mas ele era contrabandista [risos], e montou um esquema com outro italiano, provavelmente da mesma região, uma parceria. [...] Os sobrenomes italianos são registrados, fáceis de localizar, e esse sujeito tinha um sobrenome que não existe na Itália. Não sei, eu suspeito que fosse um fugitivo [risos]. Passeggio. Era esse o nome que ele usava no Uruguai. E meu bisavô e o Passeggio formaram essa sociedade para trazer esses corais da Itália.

A cada peça da epopeia Mazza, a colaboradora acrescenta novo suspense. Sobre viagens dos camafeus ao Brasil, tem até uma suposição. Seria a seguinte: um dia, Andrea se deu conta de que tinha na casa que fora dos avós telas pintadas por um mesmo artista italiano. E que esse artista assinava obras expostas em paredes das moradas de todos os Mazza da cidade. A família, porém, jamais negociou arte; Raphaele, o bisavô, vendia joias importadas, como camafeus napolitanos. Então, ela fotografou a assinatura do pintor e enviou a imagem a um amigo professor universitário e “perito em várias coisas”. Juntos, descobriram que o tal artista também era de Torre del Greco, cidade de onde a família emigrara.

A minha conclusão é que as telas eram as embalagens do contrabando. [risos] Eu acho que os camafeus vinham dentro das telas. Meus familiares nunca venderam quadros aqui. Essas coisas ficavam empilhadas nas casas. Ali na escada tem um, lá tem outro. Vem cá! Olha quantos eu tenho aqui! E vendi uns oito quando precisei de dinheiro. [pausa] É óbvio que ali dentro vinham corais. Óbvio! [risos] Nunca discuti isso com ninguém dessa parte da família porque, quando me dei conta disso, eu tinha me retirado. Então, não tem comprovação, só a conclusão à qual cheguei.

É valoroso atentar para as descrições de Andrea sobre os parentes ao se cercar das joias de família. Com exceção de Nóris, não há apologias. Em meio a rompantes de risos, pontua imperfeições. As crônicas contêm minúcias, são diversas de histórias que lapidam vidas e lhes retiram fraquezas, astúcia, humor, vulgaridade. Ela recompõe a memória tempestuosa para condecorar a humanidade daqueles que a antecederam e autorizam sua própria irreverência. Os camafeus enredam ambiguidades, e ambíguos são os relatos. Histórias impossíveis de se verificar, e registros escassos abundam. As crônicas variam entre os familiares, mas as de Andrea têm graça, arranhões e detalhes:

Ah, eu tenho muito orgulho dessa história. O meu pai fica brabo comigo por causa disso. Ele diz que eu não posso ter orgulho de bandido. Porque, para ele, meu bisavô era bandido. Mas eu o acho bárbaro. [risos] O sentido de sobrevivência dele... E meu pai fica furioso comigo. [risos] Então digo para ele: “É meu bisavô, não é teu. Nem é teu parente. Tu só te casaste com a minha mãe...” [risos] Mas o pai tem a maior má vontade com meu bisavô.

Dos camafeus napolitanos, Andrea nutre apreço pelo que leva a imagem de Nossa Senhora esculpida e tem alfinete de broche atrás, além de elo para pendurar em corrente. Percebi uma medalhinha de número 13 e outra com imagem de São Jorge. “Essa aí era da vó Nóris. Era o número da sorte dela. Nasceu em 13 de agosto.” E o São Jorge? “Esse foi do homem que eu realmente amei. Outra figura, outra grande história...”. Hélio, o amor, morreu dois anos antes da minha visita. Liderança negra em Pelotas. Entretanto, o relacionamento de uma descendente de escravocratas com um homem negro, claro, foi, é e será assunto em Pelotas. Na verdade, eu mesma ouvi versões dessa história antes mesmo de conhecer Andrea, quando comentei com familiares, amigos e conhecidos locais que a encontraria para conversar. Eu não precisei dizer isso a ela; Andrea sabe: “Nessa cidade, todo mundo fala sobre mim e sobre a minha família”.

Pois os camafeus que Andrea tutela “têm que ficar com a descendência”, afinal “são os últimos” do conjunto acoplado à estirpe. Vale lembrar que, quando mercadorias, muitos desses objetos foram vendidos. Os que se tornaram “de família”, inalienáveis, portanto, serão confiados à Isadora, a filha de minha colaboradora, conforme regularidades da tutelação. E quem é o pai de Isadora? “Ai, agora é um rolo!” Pela continuidade da prosa, que ainda não tinha virado do século XIX para o XX, previ mais algumas horas de conversa.



Figura 34: Telas de Torre del Greco. Crédito: Fabrício Barreto, 2018.

7.6.2 A pomba

Raphaelle chegou a Pelotas sem a família, mas apadrinhado por filhos do charque. Seguindo indicações do herdeiro pelotense sobre valores e modos de vida na cidade, portanto, o corvo de Andrea investiu “num bom sapato, num alinhado terno branco e, com a malinha de mão, desembarcou como um lorde” no sul do sul do Brasil. Com o nativo da “boa sociedade”, montou “um esquema”: o filho do charque promovia saraus para senhoras e senhoritas, público para prataria, cristais, rendas, tecidos e demais produtos ofertados pelo já mascate Raphaelle. “Ele era excelente vendedor!”

Enquanto conquistava clientes, o italiano buscava, segundo Andrea, “um lugar para amarrar seu burro”. Encontrou dona Branca Dias, filha de estancieiro uruguaio, pessoa muito boa e dotada de excelente coração. Conforme Andrea:

Quanto mais passa o tempo, mas sintética fica a descrição da personagem, e tu entendes, né? Já percebes que a Branca é feia, sem graça. Se alguém falar da vó Nóris, que também era uma pessoa boa e de excelente coração, ela é lembrada pela elegância, pela beleza. Ninguém vai dizer “como a Nóris era boa”. Não! “A Nóris era belíssima!”; “Que elegância!”; “Como pisava bem!”.

Na versão da minha interlocutora, a família Dias era gente de bom coração e de muitas, muitas posses no Uruguai. “Um amigo meu dizia: ‘Aquilo é rico, rico mesmo. Rico que nem tem aqui. [elevando a voz] Isso não é daqui! É muito rico’”, divertia-se. E foi com a Branca Dias que Raphaelle Mazza se casou. E com ela ficou rico. Tornou-se comerciante e, anos mais tarde, *il commendatore*, ocupando o primeiro banco nas missas da Catedral Metropolitana de Pelotas.

Então, quando pensamos que Andrea está encaminhando para o final a narrativa sobre os camafeus, ela revira a trama: “Agora é que vem a parte cabeluda!”. Nisso, meu gravador alertava que sua memória se exauria. Rapidamente, apanhei o celular na bolsa, conferi a bateria, abri o aplicativo do gravador e sinalizei: prossiga. Andrea respirou e continuou.

A retomada se ancorou na passagem bíblica de Noé para lançar luz na participação de Gilda, a irmã do bisavô, que ficara com a família em São Paulo enquanto Raphaelle explorava negócios Brasil afora. À tia-bisavó, coube o papel da pomba. “Na parábola, o corvo vai e não volta, e a pomba vai e volta com o raminho no bico para alertar: ‘Temos abundância’.”

Quando o irmão ficava tempos sem dar sinal, Gilda voava atrás. “A tia, claro, sentiu, sacou, deu aquele tempo e veio.” Tia esta admirada e descrita por Andrea como mulher empertigada, de queixo erguido, com golinha de pele ao redor do pescoço. Uma mulher de vanguarda, segundo a sobrinha-bisneta. Conforme minha interlocutora,

A Gilda guardou ressentimento da fuga para o Brasil pelo resto da vida, porque ela tinha conseguido, por conta própria, estudar na Sorbonne, em Paris, o que não era coisa que muitas mulheres fizessem naquele tempo. Ela tinha ido para a casa dos pais, em Torre del Greco, para um batizado. O forrobodó se deu no dia do batizado. Dali ela não voltou mais para Paris. Eles fugiram. Teve uma explosão, uma bomba... é tudo fragmento histórico, né? Primeiro, tinha o dialeto, que eu nunca entendia direito. Entendia o italiano deles. No meio do bate-boca dela com meu bisavô, dava para saber que houve explosão, a casa desmanchou, eles tiveram que fugir no meio da noite, ela ficou embaixo de uma portada. Aonde a Gilda chegava, ela segurava a onda da família dando aula de francês.

Na época em que a pomba chegou a Pelotas, o corvo vivia momento hostil com Passeggio, o italiano que conhecera no Uruguai e de quem se tornara sócio. Além de ter se aproximado de um filho do charque e mudar o rumo dos negócios, Raphaele precisava compor um personagem digno de subir ao altar com a bem-nascida Branca. Gilda e sua “rigidez moral” acrescentavam obstáculo a ser transposto pelo moçoilo, ponderou Andrea. Porém, a formosa irmã de Raphaele sucumbiu à sedução de Passeggio. “Acho que, em outras circunstâncias, meu bisavô não abençoaria essa união. Claro que ele sabia que o amigo não era de confiança. Bom, mas o encantamento dela pelo Passeggio caiu como uma luva.”

Gilda se casou e deu à luz dois meninos. Raphaele, contudo, dispensou o sócio e enriqueceu sozinho, e uma crise se instalou a ponto de Gilda privar os pequenos Passeggio do sobrenome Mazza. Certa vez, num de tantos ímpetos, Passeggio debandou, deixando para trás Gilda e os pequenos. Com 30 e poucos anos, rompida com o irmão, sem marido e precisando de dinheiro para o sustento das crianças, a pomba da parábola de Andrea resgatou seus conhecimentos de francês e passou a lecionar:

Na mitologia pelotense, a primeira professora de francês de Pelotas foi uma Simões Lopes. Um dia, estávamos almoçando, e um amigo que já faleceu e era filho dessa senhora começou a conversar com o tio Onofrio. Lá pelas tantas, o tio disse “Sou filho da primeira professora de francês de Pelotas”. E o outro disse: “Não, a primeira professora de francês de Pelotas foi a minha mãe”. O tio falou: “Olha, verifica a tua informação, porque minha mãe estudou na Sorbonne, veio da Itália, e foi a primeira a dar aula, a ter um curso de francês aqui.” E o outro: “Bom, só se o senhor for filho da lendária Gilda Passeggio”. “Sim, sou Onofrio Passeggio.”

Passaram-se cinco anos, Passeggio voltou para a família, apareceu no meio da madrugada e havia mais gente na casa. As crianças se acordaram com a barulheira, a mesma que alertou a vizinhança. Em síntese, nunca mais se soube do sujeito que acompanhava Gilda. Após uma briga, Passeggio foi levado à casa do cunhado, mas faleceu na semana seguinte. Consta pneumonia. “Meu bisavô lhe pagou enterro digno e não se falou mais no assunto.” Viúva, a irmã de Raphaele embarcou para São Paulo levando as duas crianças. Já crescido, um dos filhos rompeu o silêncio: “Foi o tio Onofrio quem me contou essa história.”

Tio Onofrio teve quatro filhos, e foi com Marcos, o primogênito, que Andrea se casou em Pelotas aos 22 anos, mudando-se para São Paulo. “Casei de véu e grinalda, festa, coluna social, tudo o que tinha direito. E mais!”, contou ela. Pois Marcos é o pai de Isadora, a única filha da minha interlocutora. Separada do neto da pomba, seu primo distante e amigo, a bisneta do corvo voltou para Pelotas no início dos anos 2000.

Esta casa, os camafeus e esta história são dela [de Isadora, sua filha]. O nome Mazza está morto, acaba nesta geração. O único homem que nasceu foi meu ex-irmão [com quem está rompida há mais de uma década], mas só teve filha mulher. E não passaria, porque somos Mazza Terra. A Isadora é Terra Passeggio. Mas é bi-Mazza. Sanguineamente, é a mais Mazza de todos nós. Porque ela descende do corvo e da pomba. Ela, a Isadora, é a nossa joia de família.



Figura 35: A linhagem de Torre del Greco.

Mesmo sem narrativa organizada sobre os camafeus de Torre del Greco, Andrea improvisou seu épico com virtuosismo. No caso do bracelete – diria até mais do que no do relicário –, a crônica está encadeada, pois já a contou algumas vezes. Sobre o relicário, fala com devoção sobre a saudade da vó Nôris. Acaricia a peça como quem toca num ente querido. Acerca dos camafeus, discorre com pujança, intensidade e improviso. Ressalta que, para si, o significado das joias de família talhadas na Itália é de outra natureza que não a do valor afetivo do relicário, nem do valor histórico ou pecuniário do bracelete. Os camafeus a ligam ao trabalho, mas com dimensão quimérica. “É a nossa vida, nosso sustento financeiro. Sei que tenho um olhar diferente para os camafeus. É mais pragmático. Os camafeus contêm uma história de luta, de oceano atravessado, de sobrevivência.”

7.7 A DÁDIVA EM CENA: OPERETA SOBRE JOIAS DE FAMÍLIA

De acordo com Pina Cabral e Lima (2005), narrativas em que a memória familiar perdura por várias gerações tendem a ser conduzidas em contextos de prestígio social e acumulam bens e/ou capitais simbólicos. No caso de Andrea, as fortunas do charque e comércio ficaram para trás, mas persistem os vestígios, o sobrado dos Mazza, onde ela reside; os sobrenomes; o mito dos barões, colados ou não a referências escravocratas; a beleza idealizada de Nórís; e a fama de empresário de sucesso do comendador Raphaele Mazza, homenageado *in memoriam* pelo Sindicato do Comércio Varejista de Pelotas (Sindilojas) em 2015¹⁵³. Assim, as diferentes ramificações da família de Andrea ilustram com riqueza situações diversas e um tanto complexas no que diz respeito à coexistência de transformações e permanências acopladas nas crônicas expostas nos trânsitos de joias de família e nas relações que as atravessam.

Iniciei este capítulo etnográfico por um bracelete e acessei relatos guardados em relicário de afetos. Com essas coisas, percorri com o leitor 170 anos de experiências familiares ao longo de uma dinastia afetiva adensada no movimento de adereços, não sem considerar fluxos que transpassam Pelotas em conexão com outras regiões, países e dimensões espirituais. Depois, fui apresentada à epopeia Mazza, sobrenome cada vez mais escasso, todavia presente na mitologia local. E a própria Andrea reconhece a força tecida por esse legado. “Se eu levantar o telefone, qualquer pessoa da cidade me atende. Por quê? Porque sou Mazza”, diz. “Quando uso Terra [sobrenome do pai], não acontece nada.”

Narradoras destas histórias oscilam entre ramificações conforme as relacionalidades às quais se vinculam em cada linha. Aspectos reprodutivos, sangue e sobrenomes são importantes para a configuração da parentela em sociedades de tradição ocidental, mas dimensão afetiva e práticas cotidianas expressas são fundamentais para fortalecer laços no repasse e no recebimento. No movimento, percebo que carregar “mesmo sangue” não assegura um posto na linha de tutoras. Ou seja, relação biológica ou constituída por aliança permite reconstituir diagramas convencionais de parentesco, esquemas que conectam um nome a outro nome, ou quaisquer categorias. Todavia, quando busco as rotas de adornos passados e repassados através das gerações, deparo-me com um curso de afluência restrita, mesmo que sinuosa e em crescimento, com mais exclusões do que inclusões, com a

¹⁵³ A resolução nº 001 de 8 de outubro de 2015 do Sindicato do Comércio Varejista de Pelotas instituiu o Troféu Comendador Raphael Mazza “para prestar homenagem a pessoas e instituições consideradas relevantes ao setor”. Na primeira edição, o troféu foi outorgado à família Mazza, representada na ocasião por Antonio Carlos e José Antonio Mazza Leite, netos do homenageado e primos da mãe de Andrea.

intensificação das relações e com objetificação das diferenças dentro dos limites do território da família e de onde essas coisas, por serem sagradas, não devem sair.

Ao falar sobre o charque, Andrea investe nas críticas à prática escravocrata ao mesmo tempo em que se deleita com trejeitos aristocráticos apreendidos no convívio com a vó Nóris, que, segundo a cenógrafa, os tinha como inatos. Quando requerida, a tutora recupera os recursos corporais para encenar com propriedade, destreza e deboche personagens do que definiu como “uma nobreza de opereta” pelotense:

Tem curso de cinema aqui em Pelotas, né?, e eles têm que fazer TCC, os coitados. [...] Aí, volta e meia aparecem alguns me requisitando. O papel em voga é o da bruxa. Mas teve a fase da baronesa [risos]. No cinema, eu montava cenários urbanos do século XIX [...] Na véspera da filmagem, a atriz que faria a baronesa ligou e disse que não poderia filmar. E o diretor olhou pra mim – ele não sabia quem eu era. Eu estava em cima de uma escada, montando uma coisa, e achou que eu daria uma boa baronesa. [...] “Eu quero tu como tu é. Esse teu jeito de sentar”. Naquela época, devo ter feito umas três ou quatro baronesas em diferentes trabalhos. Agora, estou no momento da bruxa. Sabe as fases do Picasso? Pois é, eu tenho as minhas: a baronesa, a bruxa...

Enquanto Andrea falava, eu fantasiava papéis que ela criaria portando as joias de sua família e sugeri uma sessão de fotos. Seria uma maneira, inclusive, de retornar à sua casa em outro momento e observá-la novamente em suas dinâmicas e encontros com as joias da família. Talvez meu colega Fabrício Barreto, fotógrafo profissional, estivesse disposto a me acompanhar. Propus a ele uma ajuda com a criação de um ensaio em troca da revisão de sua dissertação, e a resposta foi positiva. Raphael Scholl se entusiasmou: “Eu produzo o ensaio”. Andrea acatou a ideia. Eu só não consegui imaginar a dimensão que essa proposta tomaria em termos de envolvimento de pessoas e de expectativas.

7.7.1 Elaborando o script

Precisava articular minha próxima viagem a Pelotas no mesmo período em que Fabrício estivesse por lá, pois, assim como eu, ele reside em Porto Alegre. Acertamos uma data possível para ambos. Numa segunda-feira, confirmei com Raphael que eu iria na quarta-feira seguinte, sem falta, e que faríamos as fotos na quinta-feira à tarde. Ele me ofereceu hospedagem e disse que tinha criado uma roupa para Andrea, “algo simples”.

Na quarta-feira, acompanhada por Raphael, tracei no centro de Pelotas a cartografia mnemônica indicada por Andrea. Ele me levou ao Edifício Glória, onde térreo e sobreloja foram ocupados no início do século XX pelo Ao Bazar da Moda, e, mais tarde, por uma das unidades das lojas Mazza. Na época da minha pesquisa, a farmácia São João estava instalada

no imóvel – coincidentemente, o estabelecimento é homônimo da charqueada oferecida como presente à Nórís pelo marido nos anos 1950. Meu cicerone me atentou para o fato daquele endereço, tanto pela arquitetura quanto pelo tipo de comércio nos áureos tempos dos negócios do bisavô Mazza, representar a modernidade em Pelotas. Contou-me que as vitrines decoradas para o Natal eram premiadas em concursos municipais. Na mesma caminhada, Raphael me levou ao prédio onde funcionaram escritórios da empresa e que hoje abriga pequenas lojas.

Ali perto, a Mazza feminina tinha ares de *grand magasin*, com arquitetura planejada, pastilhas de vidro verde-água nas colunas, vãos livres, ar refinado. A escada em caracol amplo é escoltada por corrimão outrora flavescente, hoje embaciado, e jaz esquecida e escura ao fundo. Foi a primeira loja com elevador da cidade, repetem os nostálgicos. E ruiu como o comércio central, convertendo-se em *shopping* fatiado em quiosques por divisórias de laminado ou gesso acartonado. “Eu tenho uma raiva daquele *shopping*, porque arrancaram as pastilhas de vidro. Era um luxo aquilo! Ah, se eu morasse em Pelotas na época”, esbravejou Andrea quando lhe contei, mais tarde, que visitara a antiga Mazza. “Tinha luminárias de opalinas brancas...”, seguiu descrevendo.

No mesmo passeio, Raphael me levou a uma livraria. Percorreu prateleiras e puxou pela lombada um exemplar de *Bazar da Moda e Edifício Glória: uma parceria de sucesso*, de autoria de José Antonio Mazza Leite. “É um primo da mãe da Andrea, filho da Amelina, irmã do Raphael Mazza”, situou-me. Como consta da apresentação, resulta de monografia do autor realizada para a Especialização em Arquitetura e Patrimônio Histórico, cursada na Faculdade Porto Alegrense (Fapa), em 2003. Ainda que eu tenha comprado o exemplar e constatado pontos diversos da narrativa de Andrea, optei pela fidelidade à crônica da minha interlocutora. É uma decisão que honra compromisso e evita acirramento de conflitos familiares. Reconheço outras versões, todavia priorizo a voz de Andrea também por ela ter a sua própria teoria sobre a família e por não existir outro suporte em que as suas crônicas estejam gravadas.

Percebi que as joias de família tuteladas por Andrea podem ser pensadas como unidades de análise materiais e praticadas pelos sujeitos que nelas se emaranham, ocupam posições cambiantes, desafiam-se, rendem-se, vão e voltam em arranjos dinâmicos, conflituosos, por vezes inesperados. O sobrado no qual minha colaboradora vivia com o pai, a filha, cães e gatos e reminiscências se revela personagem e referência permanente para moradores, vizinhos e frequentadores. Bracelete, relicário, camafeus, medalhinhas, casa e lembranças contêm *status* míticos para quem percorre as linhas que fluem em afetos. A casa onde nasceu, lugar de tradição e acolhimento para si e para tantos. Casa dos avós, mistura de infância, família e passado e de quem entra e sai em busca de conforto, proteção, escuta,

amizade e lembranças. Daquela esquina escapam fios vitais em muitas direções, e para ali convergem lendas, ritos, alianças e confiança.

Compreender a proximidade desses negócios, os caminhos percorridos pela família, a atuação, os locais por onde seus membros se propagaram ajuda a captar o universo no qual as joias de família transitam e se fazem. Também se assimila a polifonia de Andrea quando oferece diferentes entonações a ramos distintos. Pelo charque, por anos seus antepassados constituíam alianças matrimoniais entre iguais. É na geração de Nóris, após a falência das charqueadas, nos anos 1930, que enlaces de jovens de uma “aristocracia rural falida” – nos termos da própria narradora – começam a se aliar e a procriar com novos imigrantes, pessoas do comércio, forasteiros que se inventaram para se alinhar àquela sociedade orgulhosa e, ao mesmo tempo, empoeirada de vergonha pelo arrefecimento de seu mundo, um mundo onde “quem não tinha sala dourada não era gente”. Os Mazza detinham poder, dinheiro e prestígio em emergência. Comprar charqueadas desativadas os distinguia nos anos 1950. Celebravam um império em expansão numa jovem república e expunham a ascensão social. Pelo menos eles, os Mazza, nada deviam em práticas escravocratas. Era uma nova dinastia.

7.7.2 O camarim

No dia seguinte, quando Raphael e eu chegamos ao sobrado de Andrea, deparei-me com um vestido num cabide pendendo do lustre da sala. Laranja e marinho. Era a roupa desenhada pelo meu cicerone. Maurício Guidotti, amigo de ambos, coseu o vestido em dois dias. Um figurino desenhado e confeccionado especialmente para Andrea e para esta etnografia. Com a sala tornada camarim, Raphael e Andrea deram início à construção da personagem. Enquanto ele a maquiava, eu fotografava a ação e ouvia as conversas.

Fabrizio chegou com mochila, lentes, tripés e outros aparatos fotográficos. “Eu já estive aqui... Num show...”, comentou o fotógrafo. Raphael preparava a pele de Andrea junto ao umbral dos vitrais. Mostrei ao fotógrafo o vestido pendendo do lustre. Sobre a mesa da sala, entre cosméticos, algodão, cinzeiro e copos, o bracelete, o relicário e os camafeus aguardavam a deixa. Andrea trançara as melenas prateadas, penteado que leva no dia a dia. Fabrizio registrava a produção, e me encarreguei de fotografar a produção da produção. Eu poderia ter feito todas as imagens principais. Ficaria razoável. Mas contar com Fabrizio era também uma estratégia para fazer do encontro etnográfico um evento ritual para minha interlocutora e demais colaboradores. Além de garantir material de alta qualidade, meu

colega, fotógrafo profissional, condecorava a pesquisa, era a retribuição na cena, o entusiasmo – em suma, potencializava a experiência.

Finalizada a maquiagem, Andrea pediu uns minutos para fumar um cigarro. Nesse mesmo instante, o pai dela, Dagoberto, ingressou no cenário. Vestia robe atalhado sobre pijama e arrastava as pantufas. Nós o cumprimentamos, ele sorriu de leve e se acomodou curioso numa cadeira de escritório próxima ao marco da porta por onde entrava. Queria compreender o que havia em cartaz na sala da sua casa.



Figura 36: Raphael, Andrea e Fabrício. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2018.



Figura 37: Dagoberto observa o movimento. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2018.

7.7.3 Um palco para Dagoberto

Com cigarro numa mão, Andrea pinçou o enfeite com a outra e o alcançou ao genitor: “Pai, conta para ela o que o senhor sabe sobre essa joia”. Liguei o gravador e deixei o aparelho à vista. Dagoberto segurou o bracelete das ascendentes de sua falecida esposa, a Branquinha, mãe de Andrea. De imediato, começou a narrativa:

Era uma joia completa, uma coisa de louco. Tinha um conjunto. Diadema... Essa gente era podre de rica. É uma joia assinada. Tem um lugarzinho aqui... Com uma lupa, dá pra ver uma assinatura. Foi feita em Paris. [pausa] Acho lindo isso. Depois distribuíram... Houve um casamento dessa gente...

Andrea o interrompeu: “Pai, não estou achando essa assinatura”. Dagoberto insistiu: “Tem sim. É pequena”. A filha tornou a negar. Ele deixou passar: “Bom, o colar era belíssimo. Um monte de ouro. Essa rosa aqui, esses diamantes... Tinha pulseira, colar, diadema. Mandaram fazer em Paris para o casamento do barão [...] Eles tinham maravilhas”.

Indaguei o ancião sobre os camafeus. “Aquilo era do velho Mazza, que era mascate. Ele trouxe da Itália”, confirmou. De volta à cadeira para maquiagem, Andrea o provocou: “O pai tem horror do meu bisavô Mazza. Ele o odeia!”. Dagoberto certificou:

Ele era uma peste, tenho toda razão. [...] Era todo metido a carola. Quando era vigarista, havia de ser boa pessoa. Depois virou carola. Mandava em toda a família, porque os italianos são assim. Daí brigou com o filho, o avô dela, que era outro tipo de pessoa. Queria colocar o filho na rua da firma. Eu disse que até podia colocar, mas que teria que pagar. E muito! Daí ele veio com a mão assim para eu beijar. E eu virei as costas. Eu me vinguei. Ele se casou com uma mulher que era arquimilionária, dona de metade do Uruguai.

Branca Dias, bisavó de Andrea, faleceu em meados da década de 1930, e o marido, em 1970. Tiveram quatro filhos, dentre os quais Raphael, avô materno de Andrea. “Era tanta coisa que essa gente tinha no Uruguai que, em 1974, veio uma correspondência para a minha mulher [Branquinha]. Havia um pedaço de campo lá, uma estância monumental. Eu conheci essa gente”, prosseguiu Dagoberto, percebendo de canto de olho que Fabrício o fotografava. Quanto mais à vista eu deixava o gravador, mais vigorosa se tornava a narrativa: “Dona Branca era muito rica. A família dela odiava o velho Mazza. Depois que ele casou, continuou a vida boêmia e quebrou. Daí o sogro dele colocou dinheiro para fechar o negócio”.

A partir desse ponto, personagens originais atravessam o fogo cruzado do palco narrativo de Dagoberto. Não poupou a estirpe do sogro. A exceção era o sogro, que, como repetia, “era outro tipo de gente”. Sobraram farpas para quem não caiu no esquecimento, nomes, posições genealógicas e afrontamentos que eu mal conseguia acompanhar. “Os

adjetivos que o pai usa pra falar da família da minha mãe são ótimos”, gargalhava Andrea, observando-nos pelo reflexo no espelho oval com moldura plástica no qual fazia o ajuste da maquiagem. O alvo basilar de Dagoberto, decerto, era “o corvo”, o pai do sogro:

Olha, o velho [...] emprestava dinheiro para os filhos. Inclusive para esta casa aqui ele emprestou para o meu sogro 300 contos de réis. Era uma montanha de dinheiro, com nota promissória assinada e a juro estratosféricos. Todos tinham dívidas com ele. Aí, quando, ele morreu, foi uma cena. Não foi, Andrea? Viram aquele filme “Zorba, o Grego”¹⁵⁴? Tinha aquela cena em que um morre e arrancam tudo dele na cama. Foi assim com ele. Foram no cofre e desapareceram as promissórias.



Figura 38: O bracelete, a pesquisadora, o gravador e Dagoberto. Crédito: Fabrício Barreto, 2018.

Ao invés de repreender o pai ou mudar de assunto, Andrea o atiçava. “Agora conta a história do último suspiro do meu bisavô. Essa é ótima!” Dagoberto acolheu a lembrança:

Ele estava morrendo – AAAAAAAAAAAAAH – e morreu! Então colocaram um edredom por cima. [...] Uma disse “isto aqui foi eu que dei pro papai”, pegou e levou. Daí outro levou o despertador porque tinha dado. Outro levou um oratório com um santo e outras porcaria. Até se interessou por um candelabro, mas quando viu que era Eberle¹⁵⁵: “Ah, é porcaria.” Então fizeram alguns lotes. E fizeram o sorteio, e a minha mulher foi quem tirou coisas boas. Tem as toalhas de linho que são fantásticas. A Andrea tem... Outra se queixou pedindo umas coisas, porque não tinha ficado com nada. Mentira! Que gente... Bem coisa de italianos. Já te contei a patifaria da família?

¹⁵⁴ *Zorba, o Grego* é um filme de 1964 estrelado por Anthony Quinn e dirigido por Michael Cacoyannis.

¹⁵⁵ Eberle é uma metalúrgica de Caxias do Sul, na serra gaúcha. Hoje, fabrica botões, rebites e ilhoses, mas se iniciou em 1896 como uma fábrica de lamparinas e, na primeira metade do século XX, fez fama produzindo talheres, objetos de cutelaria e de mesa. Disponível em <http://www.eberlefashion.com.br/#/sobre/eberle-fashion>. Acesso em 19 jun. 2018.

As crônicas de Dagoberto pediam ouvido atento, já que a fala era baixa, e a respiração, custosa. A vontade de amaldiçoar “o velho”, porém, projetava a voz e enfeitiçava pela minúcia. Homem de detalhes e ironia, sagaz, ouvinte e relator. Protegia histórias transmitidas pela mãe, a quem deixou de visitar no final da vida dela para evitar atritos com as irmãs por outro rompimento. Mãe e filho, no entanto, jamais deixaram de se querer bem, e conversavam ao telefone. A genitora manteve a lucidez até o centenário, desfalecendo aos 101, quase aos 102. Nas últimas brisas, andava esquecida, queixou-se o filho:

A mãe não era mulher de posses, já o pai foi um homem muito rico. Mas as coisas foram indo, né? E a mãe tinha muita coisa bonita. E boa! Louças, algumas eram heranças do meu avô, pai do meu pai, arquimilionário. Algumas coisas ficaram na casa. Tu sabes, a mãe morreu em 15 de novembro do ano passado. Minhas irmãs nunca me perguntaram se eu queria uma lembrança dela. E elas sabem que eu gostava de uma baixela inglesa. Eu tomava Toddy quando era criança, e vinham uns caderninhos, uns livrinhos nas caixinhas de Toddy, e se preenchiam os caderninhos. O pai encheu alguns, mandou para a Inglaterra, e veio uma baixela. Eu sei que está lá. Essa eu queria.

Quando Andrea surgiu de vestido laranja e marinho ornado pelas joias de família, ela concentrou as atenções, Dagoberto pediu licença, ergueu-se com suas parcas forças. Condignamente, desapareceu na escadaria, sem bis. Quedei-me com seu ensinamento acerca dos entreveros das famílias. Em fala derradeira, na qual olhar e entonação retomavam o adocicado, Dagoberto indicou lugares, pessoas e coisas por onde seu tempo passou.

7.7.4 “Eu sou o cavalo da minha vó”

Assim que chegou ao sobrado dos Mazza, Fabrício examinou o imóvel, mediu luz, buscou ângulos, escutou as histórias de Dagoberto, observou Andrea. Deixei o colega pensar soluções e enquadramentos. Fazia parte da minha estratégia a mínima interferência na cena. O fotógrafo, então, chamou-me para conversa reservada. Perguntou do que eu precisava, e eu lhe respondi que imaginava fotos com as joias em interação com Andrea e as famílias nelas contidas. E que isso demandava um cenário fixado de forma respeitosa, embaralhando a opulência passada e a derrocada no tempo, como tantas vezes pai e filha sublinharam nas próprias narrativas. Registraríamos o bracelete e o relicário, os adornos da linhagem do charque, antes dos camafeus. Por volta das 15h, a luz resplandecia no dia claro, sem nuvens.

Fabrício posicionou Andrea junto à porta, repassou-lhe explicações sobre iluminação e ângulos, e ela apresentou o gestual. Instalei-me perto de Raphael, que, com experiência em produção de moda, arriscava sugestões, porém reverenciava a autoridade do fotógrafo. Em

pouco tempo, Andrea estava à vontade, remexendo bracelete, balançando madeixas e derramando o relicário entre os dedos. Nunca vira Fabrício tão concentrado. Em breve momento, pediu minha ajuda com o rebatedor. Queria lançar mais luz às joias.

Essa primeira etapa me angustiou em função do tempo decorrido, pois o sol baixava e, naquele ritmo, a luz natural não seria suficiente. Algumas vezes, tentei acelerar a sessão, porém percebi meu papel periférico na dialogia fotógrafo-fotografada. Aproximei-me de Raphael, que, mais paciente do que eu, acompanhava de braços cruzados, postura austera e sorriso saciado. Aquietei-me, empunhei meu celular e registrei a cena.

Quando Fabrício e Andrea decidiram que já tinham absorvido aquele cenário, fomos à sala. As imagens que idealizei, aliás, eram de detalhes das joias e um retrato de Andrea sintetizando a crônica do charque, um instante embaralhando passado e presente. Essa imagem, sugeri, poderia ter vitrais ao fundo. Mas o efeito imaginado dependeria do dia, afinal, o crepúsculo desbota o resplendor.

O âmago de Fabrício era a composição formada por Andrea, o bracelete e o relicário. Indaguei se não poderíamos registrar nossa anfitriã diante do vitral elíptico. O fotógrafo concordou. Mas como resolveríamos a posição da mesa? “Posso subir nela!”, elucidou Andrea, ágil e rápida, já se livrando dos sapatos de salto ao golpear os calcanhares com a ponta dos pés. Arredamos do tampo o estojo de maquiagem, roupas, bolsas, camafeus e o que mais houvesse e depositamos esses objetos em armários, aparadores e estofados. Do aparelho de TV sintonizado em canal de música erudita, Mozart nos dava cobertura.

O tempo passava, Andrea acariciava o relicário, colocava o bracelete à frente, para o alto, despejava os fios prateados sobre a mesa, rolava. Compenetrado, Fabrício disparava o obturador da câmera. De tempos em tempos, mostrava para Andrea alguma imagem no visor. Enquanto isso, a luz baixava. Até que eles encerraram a segunda sequência, e eu indaguei Andrea se Nóris gostaria de estar conosco. Se sua avó estivesse viva, disse a neta, ela é que seria a fotografada do dia. “A vó estaria em cima da mesa, não eu.” Em seguida, olhou-me e, com brandura, exprimiu: “Eu sou o cavalo da minha avó”.

No final da sessão, Maurício, o amigo que costurou o vestido, chegou ao casarão. Contou que, nos dias de confecção da roupa, Andrea passara horas no ateliê para ajustes. Fabrício montava o estúdio para, enfim, registrar o retrato que lhe pedi. Sentei-me na cadeira para a medição da luz, Raphael prendia os cabelos da cenógrafa, Maurício nos observava. Quando a dona da casa se acomodou diante dos vitrais e Fabrício acionou a câmera, Raphael cochichou no meu ouvido: “Sinto que há seis baronesas nesta sala. E trouxeram as amigas”.

A sessão de fotos com os camafeus foi bem mais rápida. Retiramos a capa do vestido em sobreposição, e Andrea escolheu um dos quatro – encontrou mais um entre os pertences – para construir a dinastia Mazza. Porém, um incidente fugiu do *script*.



Figura 39: Os camafeus. Crédito: Fabrício Barreto, 2018.

Ao abrir o escrínio, Andrea enxergou três dos quatro camafeus. Faltava o preferido, o menorzinho, com Nossa Senhora esculpida. O que ela exibe no corpo e se exibe de vez em quando, o que mistura às medalhas de São Jorge, de Hélio, e do número 13, da vó Nóris. Como retiramos os apetrechos de cima da mesa às pressas para as poses sobre o tampo, talvez alguém tivesse colocado o camafeu num lugar inesperado. Olhamos até debaixo de armários. Quem sabe nos estofados, sob as almofadas? Nada.

Vi Andrea apreensiva, nervosa pela primeira vez desde que a conheci. Raphael, Fabrício, Maurício e eu empreendemos uma caça ao camafeu pela sala já escurecida. Cada um

revirando um canto do ambiente, e Raphael tornou a abrir o escrínio. Um..., dois..., três camafeus, contou. No que segurou o maior, algo fincou um dedo: Nossa Senhora se encaixara no vão entre o alfinete que o prende à roupa e as costas do coral. Todos recuperados, nós e os camafeus, continuamos os trabalhos.

Fabrizio produziu o total de 621 fotografias. Da primeira edição, ele selecionou 250 com base em questões técnicas. Deste conjunto, elegemos 145 imagens a partir das quais fizemos novas escolhas. Repassamos uma centena de fotografias a Andrea, Raphael e Maurício. Dias depois, Fabrizio e eu criamos narrativas para expor na Galeria Olho Nu, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFRGS, durante evento acadêmico organizado no final de 2018 pelos discentes do PPGAS, e para um ensaio publicado em periódico (cf. BARRETO e ROCHEDO, 2018). Os processos foram acompanhados à distância por nossos colaboradores pelotenses. Nas páginas a seguir, exponho imagens feitas por Fabrizio e por mim.

7.8 A BARONESA E OS CAMAFEUS: NARRATIVA FOTOGRÁFICA



Figura 40: Camafeu 1. Crédito: Fabrício Barreto, 2018.

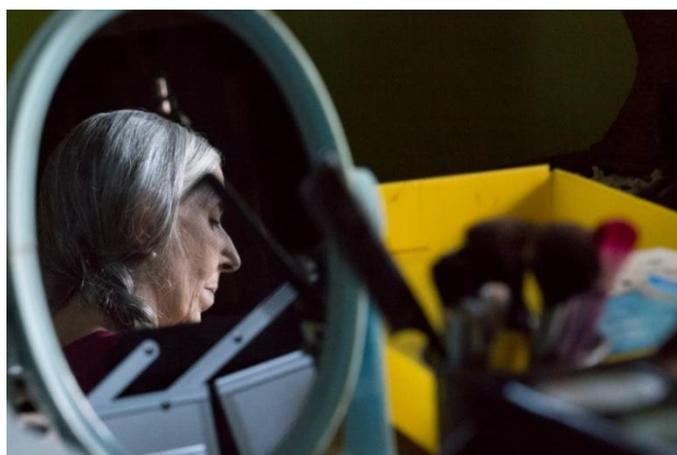


Figura 41: Camafeu 2. Crédito: Fabrício Barreto, 2018.



Figura 42: Camafeu 3. Crédito: Fabrício Barreto, 2018.



Figura 43: O bracelete. Crédito: Fabrício Barreto, 2018.



Figura 44: Fabrício, Andrea e Raphael. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2018.



Figura 45: Andrea. Crédito: Fabrício Barreto, 2018.



Figura 46: O relicário e o bracelete. Crédito: Fabrício Barreto, 2018.



Figura 47: Andrea dos espíritos. Crédito: Fabrício Barreto, 2018.

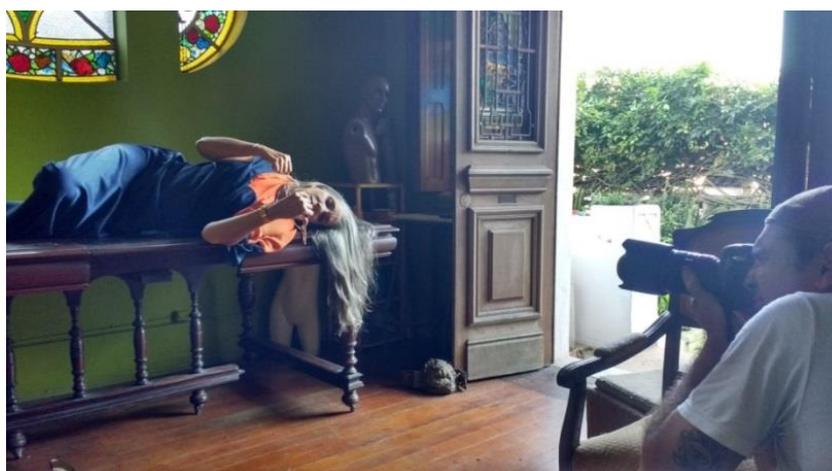


Figura 48: Andrea e Fabrício. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2018.



Figura 49: O estúdio. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2018.



Figura 50: A baronesa. Crédito: Fabrício Barreto, 2018.



Figura 51: O encontro dos Mazza com a linhagem do charque. Crédito: Fabrício Barreto, 2018.

7.9 A VIDA EM ABERTO

A experiência etnográfica junto aos universos doméstico e social de Andrea e às suas joias de família conduziu este texto a dinâmicas variadas e permitiu perceber o potencial da dádiva na narrativa da vida coletiva. Mauss ensinou que tempo e espaço não encerram o dom, que este existe na contemporaneidade e em muitos lugares, não sendo possível aprisioná-lo em noções dicotômicas. Dádiva contida padece. Ou, como profere Ingold (2012; 2015), a coisa extravasa, vaza, escapa, e isso lhe é vital. Joia de família não se encerra na materialidade. Nutre-se com conexões e narrativas e, por seu turno, adensa laços ao ser contada, vivida, recomposta e retransmitida. Não é única, nem para Andrea.

Aqui, o dom faz sentido no fluxo vertical, no encontro com outras forças, no significado vivo das relações concretas e afetivas relatadas, experimentadas e emaranhadas nas coisas. Ao transpor o portão da propriedade de Andrea, deduzi que cada musgo, pedaço de vitral, acorde de Mozart, mecha cinzenta no mundo íntimo da colaboradora faz sentido na trama de bracelete, relicário ou camafeus, e que essas coisas, entre elas, são mantidas na ou reconduzidas à vida no fluxo narrativo, na coexistência temporal, em processos valorativos englobados, nas moralidades e em convivências que transcendem a autobiografia. Fazem sentido na justaposição e na descontinuidade, porque joias de família se sobrepõem e congregam, conectam dimensões afetivas, valores e gerações.

“Eu sou o cavalo da minha vó”, diz Andrea. Isadora, a filha, é porvir e, espera-se, se tornará tutora. O bracelete é a ancestralidade. Nele estão as mulheres que antecederam Andrea, mas lá não estão todas elas. E estão tantas outras vidas e histórias de desigualdades que minha interlocutora se recusa a silenciar. Os camafeus entram em cena também como continuidade, porém de uma epopeia que convoca homens difusos, mulheres controversas e emoções incessantes. E o relicário? Este provoca sentimentos, disputas, ambiguidades.

Onofrio Passeggio, filho da tia Gilda, morreu em outubro de 2018, em Florianópolis, cidade onde residia. Dagoberto Terra se despediu em novembro do mesmo ano, em Pelotas. Isadora Terra Passeggio perdeu dois avôs em duas semanas. “Fechou-se um portal. Centenas de pessoas que já haviam morrido, agora, morreram de vez”, lamentou Raphael Scholl. Decidi, então, retornar a Pelotas e prestar visita de condolências à Andrea e à Isadora. Enquanto organizava a excursão, soube que Frantieska, tutora do broche da “bisa” Edith e primeira entrevistada pelotense, perdera o pai naqueles dias. Assim, aguardei mais algumas semanas. Em fevereiro de 2019, Raphael me acolheu em Pelotas.

Fomos à casa de Andrea e nos sentamos em semicírculo novamente, no mesmo lugar onde tive a primeira conversa com a tutora do bracelete da baronesa de Santa Tecla. Desta vez, Isadora, a filha, nos acompanhou. Perguntei à minha interlocutora sobre fotografias da família, algo que ela sempre prometera, mas que nunca havia mostrado. Andrea entrou e retornou ao pátio com uma caixa de isopor verde, com gerações acondicionadas na tentativa de afastar um século do mofo que assombra a perpetuação do passado brilhante. “Pelotas é uma cidade muito úmida. Essa caixa é ótima para guardar as fotos. Digo que é um mausoléu”, brincou Andrea, nutrindo a minha imaginação para que eu pudesse, a partir das suas fábulas, compor o épico das suas joias de família.



Figura 52: Uma caixa de isopor protege gerações em fotos. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.

Andrea se empenha para vender o sobrado desde a morte do pai. Até a finalização da escrita desta tese, ela ainda não sabia qual seria o desfecho, mas o imóvel fora ofertado. Coube à minha colaboradora, portanto, o fardo de decidir o futuro da casa onde nasceu e viveu, das memórias que a fizeram, de um legado marcado por contradições, disputas, brigas, mas também feito de afetos, amor, respeito, encaixes e desencaixes. Uma vida que não se esgota, tampouco se encerra na história pelotense e que, por joias de família, sobreviverá após eventual demolição da morada para que um edifício seja erguido numa região de crescente valorização na cidade.

8 A DINASTIA AFETIVA DE TARSILA DO AMARAL

As linhas deste capítulo etnográfico partem de um anel de brilhante confiado há quase 50 anos pela artista plástica Tarsila do Amaral a uma sobrinha-neta homônima e se ramificam numa dinastia afetiva com cinco gerações. Diferentemente do trabalho de Lomnitz e Perez-Lizaur (cf. 1987), realizado com uma família de elite mexicana, não interpelo diversos descendentes de sujeitos lendários de uma estirpe, nem esmiúço quase todas as personagens do arranjo parental. Minha interlocução se concentra nas primas Tarsilinha e Lilia, filhas dos irmãos Guilherme e Helena, respectivamente, e sobrinhas-netas de Tarsila do Amaral e tutoras de adereços enredados há décadas em suas vidas.

Da mesma forma como procedi com Andrea Mazza Terra no capítulo 7, esbocei uma versão possível sobre elaboração dinástica, cuidados e repasses de obrigações morais de coisas habitadas por gente, afetos e memória, com dimensões sagradas e ambíguas. São coisas transmitidas sem serem alienadas por completo. Também são prazeres, conquistas e fardos morais interditos à venda e que precisam de tutela pela fragilidade e pela sensualidade e por se tornarem partes de um complexo familiar, congregando algumas pessoas e excluindo outras e se ajustando a cursos nem sempre lineares.

As joias de família enunciadas nessa escrita acompanham ramificações afetivas e guiam mais uma composição parental de contornos dinâmicos e incompletos. O emaranhado corresponde ao que Tarsilinha e Lilia consideram seu núcleo familiar. Cumpre observar que entendimentos de trajetórias de sujeitos e adornos dessa natureza dependem de confiança, alianças e conexões íntimas e reorganizam as obrigações. Porém, só podem ser apreendidos se estiverem associados a transformações sociais, culturais e políticas num mundo interligado. A família Amaral é exemplar por conter personagens celebrados em narrativas históricas hegemônicas. Todavia, mesmo no entorno de Andrea Mazza Terra, hoje fincado em Pelotas, e no cenário da geóloga Rosa, entre Garibaldi e Porto Alegre, por exemplo, há alterações nas formas de reivindicar e se relacionar com joias de família, e estas também derivam de transformações conjunturais mais amplas.

Quanto à produção textual, sigo privilegiando crônicas apresentadas por interlocutoras que me receberam e me filio ao material indicado por elas. Existem mais possibilidades, reconheço. São versões igualmente legítimas para relatar ancestralidades. No entanto, honro a confiança que recebi. Omissões ou exposição de pessoas e histórias são de minha responsabilidade, num esforço para identificar em falas, titubeios e desvios eventuais nós

constrangedores. Explicito esse aspecto porque nomes serão exibidos ou resguardados. Parte das crônicas íntimas é notória, com passagens em fontes bibliográficas e biográficas. Redobro o zelo quando envolver sujeitos cujas vidas estão menos propagadas e me comprometo a proteger colaboradoras e informações sobre seus bens na seleção das informações expostas. Até porque o objetivo não é constranger qualquer personagem.

Sublinho que os tons desta escrita diferem do capítulo anterior e entre si, uma vez que as interlocutoras da seção, as primas Tarsilinha e Lilia, têm personalidades, percursos, responsabilidades e modos de viver diversos. Ao longo do trabalho de campo, aliás, procurei ajustar minha postura como audiência a relatos repassados, animando interlocuções e me deixando animar nos encontros. Adequar vocabulário, respeitar estruturas e ritmos corporais e orais e arriscar estratégias narrativas e estéticas para fazer com que as personagens pulsem em parágrafos e reverberem na leitura de suas vidas integram o exercício ao qual me proponho.

8.1 TUTELA EM BOAS MÃOS

Beatriz Pinto Rombauer perdeu a vida antes de completar 15 anos, em 1949. Afogou-se tentando salvar uma amiga que caíra no Poço do Imperador¹⁵⁶ de Petrópolis, no Rio de Janeiro. Na ocasião¹⁵⁷, ela passava férias na casa de familiares paternos. Dulce Rombauer (1906-1966), sua mãe, buscou conforto após a tragédia em diferentes orientações espirituais, até a própria morte chegar por decorrência da diabetes. Beatriz era filha única, assim como a genitora. E foi a única neta da artista plástica Tarsila do Amaral (1886-1973).

Cruzei com Beatriz pela primeira vez em Porto Alegre, na *internet*, em reprodução de óleo sobre tela que a avó materna assina e que está exibida no *site* oficial¹⁵⁸ da artista plástica. Ficamos cara a cara em São Paulo, na sala de Tarsila do Amaral, ou Tarsilinha, sobrinha-neta homônima da pintora que zela por uma Beatriz celeste na parede.

Bacharel em Direito, museóloga e escritora, Tarsilinha é quem responde pelo espólio da tia-avó há duas décadas. Ela também é campeã paulista e brasileira de equitação, proprietária do haras Abaporu¹⁵⁹ e instrutora na Sociedade Hípica Paulista (SHP). Isso explica por que me abriu sua porta trajando camisa polo e calça de montaria. Os cabelos estavam presos num rabo de cavalo na altura da nuca. Nos pés, chinelos; no mais, cortesia e sorrisos.

¹⁵⁶ Queda d'água localizada no distrito de Cascatinha, em Petrópolis.

¹⁵⁷ “Fim trágico em um piquenique em Petrópolis”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º fev 1949, p. 11. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_06&pasta=ano%20194&pesq=rombauer. Acesso em 19 mai. 2019.

¹⁵⁸ Disponível em <http://tarsiladoamaral.com.br/carrossel/1949/> Acesso em 14 nov. 2018.

¹⁵⁹ Título do mais famoso quadro pintado por Tarsila do Amaral. Volto a ele mais adiante.

A dona da casa agradeceu minha pontualidade e pediu que eu a aguardasse na sala por uns instantes, pois finalizava os ajustes da agenda. Avisou-me que tinha aula de equitação combinada com uma aluna no final daquela mesma manhã. Decidi acompanhá-la, mas considerei prudente informar-lhe um pouco mais adiante.



Figura 53: Sala de Tarsilas. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.

Circulando pelo espaço, eu me esforçava para identificar, ordenar e memorizar obras de arte e objetos do chão ao teto. Topei com Pablo Picasso (1881-1973) em meio a Tarsilas em quadros, placas, esculturas, livros, fotos, caixas, tapetes, móveis. Em quase todos os recantos havia alguma Tarsila, ou a tia-avó, ou a sobrinha-neta. Meus olhos, porém, insistiam em voltar às pinceladas que tentavam reter Beatriz na moldura. Eu a vi e a reconheci ao transpor a porta; não esperava encontrá-la naquela sala, pois o *site* de Tarsila do Amaral reproduz a obra, mas não indica seu paradeiro.



Figura 54: Uma tela de Picasso, presente do autor à amiga Tarsila, divide o cenário com outras obras legadas pela artista plástica e cuidadas por Tarsilinha. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.

Quanto a Tarsilinha, combinamos um encontro presencial no dia anterior, em 10 de abril de 2019, na mostra temporária *Tarsila Popular*, que entrara em cartaz no Masp em 5 de abril¹⁶⁰. Na verdade, eu fora ao Masp antes ainda, em 9 de abril, preparando-me para o compromisso. Queria conferir de antemão a narrativa dos curadores como parte dos preparativos para nosso encontro. No dia seguinte, pude me concentrar nas crônicas da sobrinha-neta da artista, atentar para seus gestos, sua entonação, os destaques, os caminhos escolhidos e alguns temas suprimidos.

Apresentei-me dentro do museu, defronte ao *Le Manteau Rouge* (1923), autorretrato de Tarsila, depois de enfrentar a longa fila do lado de fora da instituição. Aproximei-me enquanto Tarsilinha discorria sobre fases da artista para três jornalistas e sua assessora de imprensa. Tão logo me identifiquei, ela me introduziu no grupo como “a antropóloga que veio de Porto Alegre” e reconheci uma das convidadas, que, pelo sorriso afável, já havia me identificado. Márcia Pereira, representando o jornal diário *Estado de S. Paulo*, foi minha chefe numa revista em que trabalhei como repórter em São Paulo, no início dos anos 2000. A coincidência, que teve abraço com declaração de saudade de “uns 15 anos”, serviu de atalho

¹⁶⁰ A exposição *Tarsila Popular* ficou em cartaz até 28 de julho de 2019 e integrava uma série do Masp intitulada *Histórias das mulheres, histórias feministas*. Estima-se que mais de 350 mil pessoas tenham visitado a mostra, compondo o maior público da instituição em 20 anos.

para a produção de confiança junto à minha interlocutora, com quem eu me encontraria a sós no dia seguinte.

É fato que trocávamos mensagens por e-mail desde dezembro de 2018, quando Tarsilinha aceitou colaborar com a pesquisa, respondendo ao pedido de entrevista em menos de 48 horas. Escrevi informando que buscava depoimento seu sobre a joia que Tarsila, a artista, lhe reservou e me dispunha a viajar a São Paulo no início de 2019. Solícita, Tarsilinha sugeriu que o encontro se desse no começo de abril em função da mostra no Masp, anunciada dias antes. Talvez enriquecesse meu trabalho, justificou. Marcamos para 11 de abril.

Acionei Tarsilinha pela primeira vez instigada pela reprodução da coluna de Monica Bergamo, no suplemento *Ilustrada* do jornal diário *Folha de S.Paulo*, enviada a mim em mensagem de Whatsapp, em 6 de outubro de 2018, pela jornalista Andréa Dantas, outra ex-chefe minha na imprensa nacional, amiga sempre atenta a esta etnografia. O registro do periódico anunciava uma entrevista que seria publicada dali a alguns dias no *Portal Pepper*¹⁶¹.



Figura 55: Recorte da coluna de Monica Bergamo, em 6 de outubro de 2018. Crédito: Reprodução.

A princípio, considerei só citar a história de Tarsilinha e do anel na escrita da tese, pois, no final de 2018, dava o trabalho de campo por encerrado. Encorajei-me em visita ao

¹⁶¹ SANSEVERINO, P. *Tarsila do Amaral: a guardiã do tesouro nacional*. Portal Pepper, 8 out 2018. Disponível em http://www.portalpepper.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6682:tarsila-do-amaral-a-guardia-do-tesouro-nacional&catid=59&Itemid=231#.XLt06dh7ILM Acesso em 8 out 2018.

Museu de Arte Latino-Americana de Buenos Aires (Malba) após receber outras mensagens de Andréa, de frente para *Abaporu*¹⁶², obra de Tarsila. Por que não tentar contato? Se a guardiã exibia o anel em jornal e *site*, queria mostrar a joia. Ao pesquisar na *internet*, logo vi que Tarsilinha escrevera um livro infanto-juvenil: *O anel mágico da tia Tarsila*. Começa assim:

Eu tinha uns oito anos quando usei pela primeira vez o anel que ganhei da tia Tarsila, uma pintora muito famosa. Eu tenho o mesmo nome dela e me orgulho disso. Naquela noite eu estava no meu quarto, na casa onde vivia com meus pais. O anel era grande, com uma armação bem antiga, e tinha um brilhante no centro, rodeado de vários brilhantinhos. Serviu direitinho no meu dedo. Minha tia usou o anel desde os dezoito anos e só o tirou antes de morrer, quando pediu à sua enfermeira que o desse para mim. Dizem que foi presente de aniversário do pai dela, a quem chamavam de doutor Juca. (AMARAL, T. 2011, p. 7).



Figura 56: O anel de Tarsila na mão de Tarsilinha. Crédito: Portal Pepper/Reprodução¹⁶³.

A fábula embaralha ficção, experiências, memórias de família e imaginação de criança. Portando o anel, a personagem Tarsilinha ingressa em obras de Tarsila e interage com figuras célebres, como o Abaporu, a Cuca e a Negra. Despede-se no seguinte parágrafo:

Tia Tarsila sempre foi muito querida pelos meus pais, por isso eles me deram seu nome. Meu pai era advogado dela, e tia Tarsila só confiava em minha mãe para levá-la de carro aos seus compromissos. Eu adorava visitá-la, e ela gostava de saber das minhas travessuras. Nós sempre tivemos uma relação especial, e foi por isso que ela me deixou de presente aquele anel... o meu anel encantado. (AMARAL, T. 2011, p. 54).

Tarsilinha informa, em retórica às vezes fantástica, algumas relações familiares. Enfatiza proximidades sanguíneas, afetivas e geográficas estabelecidas entre sua

¹⁶² A tela *Abaporu* foi arrematada em leilão, em Nova York, nos Estados Unidos, pelo empresário argentino Eduardo Constantini por 1,3 milhão de dólares, em 1995. Atualmente, integra o acervo do Malba, em Buenos Aires, e foi emprestada para a exposição *Tarsila Popular*, no Masp, em São Paulo.

¹⁶³ Disponível em www.portalpepper.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6682:tarsila-do-amaral-a-guardia-do-tesouro-nacional&catid=59&Itemid=231#.XLt06dh7ILM. Acesso em 3 nov. 2018.

*grandfamily*¹⁶⁴ (LOMNITZ e PEREZ-LIZAU, 1987) e a tia-avó cujas descendentes faleceram antes dela. Enquanto alguns parentes são mencionados, outros nem sequer são citados. Evidencia-se o engajamento da autora para sublinhar a conexão transcendental com a tia-avó e com um passado de opulência no adorno que lhe fora confiado em vida. O gesto da artista a destacou dos herdeiros legais e confirma a sua legitimidade para falar por Tarsila jogando com a identidade fundida num nome e engatada a um anel. A artista, porém, não é abarcada apenas por Tarsilinha – Tarsila está nos Amaral e na história hegemônica da arte brasileira, assim como os Amaral e a história hegemônica da arte brasileira estão em Tarsila.

A transmissão do anel para Tarsilinha, ocorrida em 1973, realocou a joia de Tarsila no acervo privado de uma integrante de sua família, criando condições para a elaboração de novos papéis e *status* para adereço e para Tarsilinha no universo dos afetos e na autoridade do grupo. Mas as novas posições não são evidenciadas de imediato, muito menos estão finalizadas. Vão se exibir no futuro, e a exibição pública faz parte da contextualização.

Reativação de relatos e reanimação de ancestrais são, desta forma, procedimentos necessários para alimentar os mitos familiares. Prazeres e desprazeres de guardar esses bens produzem tensões e responsabilidades. Cada vez que o anel de família é exibido publicamente e narrado, a ancestralidade e as responsabilidades de Tarsilinha são reafirmadas. Tanto para a minha interlocutora e quanto para demais integrantes do seu conjunto familiar.

8.2 “EU TENHO O MESMO NOME DELA”: LINHAS GENEALÓGICAS E LIGAÇÕES NOMINAIS

Tarsilinha nasceu em 1964, um par de anos antes da morte de Dulce e, claro, não conheceu Beatriz. Entretanto, conviveu com a tia-avó até os oito anos de idade. É a caçula de três herdeiros de Maria Vilma Freitas Viegas do Amaral e Guilherme Augusto do Amaral.

O pai de Tarsilinha é formado em Direito. Filho de Milton Estanislau do Amaral, irmão de Tarsila, Guilherme não recebeu o nome complementar que abundava nas gerações, mas foi pinçado pela tia famosa para atendê-la em seus negócios e administrar seu patrimônio. Quando Tarsila faleceu, em 1973, o sobrinho assumiu, com anuência, o espólio da artista.

Já Marília e Guilherme, irmãos de Tarsilinha, foram contemplados com Estanislau entre prenome e sobrenome. Minha interlocutora, por sua vez, chegou ao mundo como uma

¹⁶⁴ Lomnitz e Perez-Lizaur (1987) identificaram o sistema de parentesco de três gerações – avós, pais e netos – como unidade básica familiar que mantém a conexão de pessoas de diferentes gerações e diferentes classes no México. Esse modelo, atualizado sempre que os avós estão mortos, foi chamado por elas de *grandfamily*, ou *three generation grandfamily*.

homenagem: ganhou nome tal qual a artista e adotou a forma diminuta – apelido sugerido pela tia Tarsila, assegura – para apaziguar equívocos. Mesmo hoje, ela precisa acionar a genealogia para acalmar demandas e explicar vínculos. Segundo ela,

Essas coisas acontecem comigo desde criança. Na escola, na hora de responder à chamada, os professores paravam e ficavam me olhando. Várias vezes me confundiram com a minha tia, e eu dou risada. Fiz o site¹⁶⁵ e recebo algumas mensagens: “Nossa, dona Tarsila, gosto muito do seu quadro Abaporu”. [...] Vou muito a escolas por causa do livro infantil. A impressão é que as crianças estão olhando para a Tarsila, para a artista. Daí a professora explica, diz que sou sobrinha-neta. Mesmo assim, todo mundo quer uma foto comigo, um autógrafo. Bom, você viu ontem no Masp! Eu sou o que há de mais próximo dela. O meu pai é mais perto pelo parentesco do que eu, mas eu tenho o mesmo nome dela.

Na visita com Tarsilinha ao Masp, presenciei grupos escolares pedindo para ter fotos com a sobrinha-neta da artista celebrada. Uma das jornalistas que acompanhava o grupo do qual eu fazia parte incitou uma professora sobre a relação de parentesco de nossa anfitriã com Tarsila do Amaral. Com a notícia passando de boca em boca, as crianças se aproximavam, fascinadas. “É a Tarsila...”, cochichavam.

Pois Tarsilas são duas. Todavia, abundam Estanisláus nas ramificações dos Amaral. O personagem mais remoto nas narrativas é José Estanislau do Amaral (1817-1899), filho de Estanislau do Amaral Campos e Ana Leonizia de Camargo. É nesse ancestral que se iniciam as lendas de família (PINA CABRAL, 2003a).

Ao narrar o ancestral fundante, Tarsilinha anuncia: “Era conhecido como José Estanislau, o Milionário¹⁶⁶”. O trisavô fora casado com a benevolente Thereza de Jesus Aguirre (1828-1904) – A Santa – e teria começado o patrimônio fabricando óleo de mamona a partir de “uma quantia de dinheiro” e dois escravos “herdados” (AMARAL, T. 2004, p. 43). Tornou-se tão rico que, ao morrer, legou a José Estanislau do Amaral (1855-1947), pai de Tarsila, 18 fazendas de café, além de outros bens e imóveis em São Paulo.

Tarsilinha me ofereceu, para consulta em sua residência, a cópia de sua genealogia. Ajudaria a esboçar a família em diagrama, caso eu quisesse tentar. A capa da publicação tem reproduções de retratos do Milionário e da Santa numa árvore – representação genealógica muito usada por dinastias reais europeias – e os dizeres “Sua descendência”. A disposição interna, no entanto, é feita em textos e itens, sem quaisquer diagramas ou formas gráficas de representação. Fotografei algumas páginas. De fato, auxiliaram-me a mapear conexões na órbita do anel que me levou até Tarsilinha. O mais importante, no entanto, foi constatar a

¹⁶⁵ Disponível em www.tarsiladoamaral.com.br. Acesso em 1º out. 2018.

¹⁶⁶ A mesma história me foi contada por Lília Galvão Bueno Gonçalves, prima de Tarsilinha, personagem que será incluída mais adiante.

produção da mitologia familiar partindo do Milionário e a menção à esposa, ancestral pouco explanada nas interlocuções.

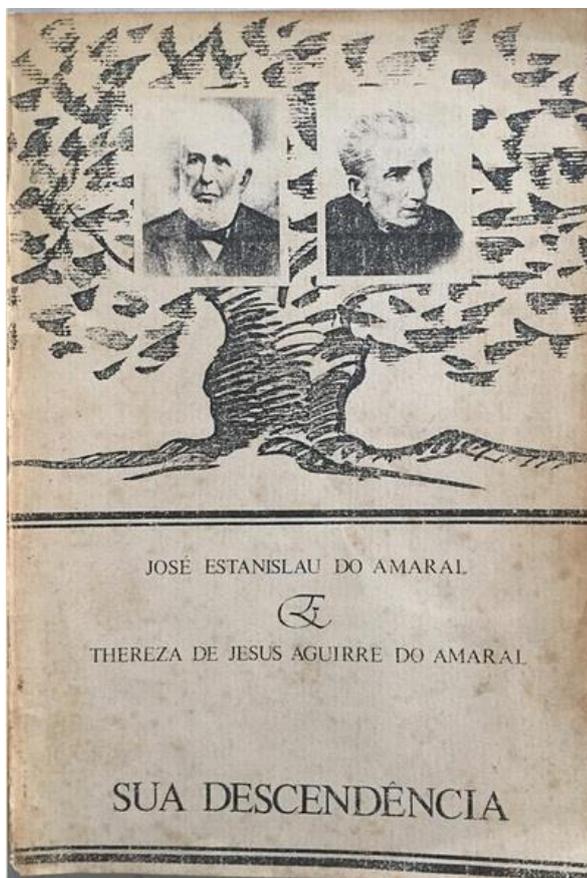


Figura 57: Capa da genealogia dos Amaral, com o Milionário e a Santa. Crédito: Reprodução.

Consta da primeira página do livreto desprovido de ficha catalográfica que seu conteúdo deriva de material compartilhado e complementado durante um almoço precedido por uma missa. O encontro reuniu “descendentes de José Estanislau do Amaral e Thereza de Jesus Aguirre do Amaral”, em abril de 1991, na fazenda Santa Maria, de Tércio Ferreira do Amaral. “É um primo distante”, disse Tarsilinha.

Expus no capítulo 3 que, ao investigar a produção de identidades pessoais e familiares e práticas urbanas, Pina Cabral (2003a) denominou lendas de família narrativas que reproduzem e reforçam processos de criação de identidades continuadas, aquelas com tendência a ser objetivadas na partilha de bens e nomes, sobretudo em meios aristocráticos e burgueses. Segundo o autor, “são as identificações que derivam de uma associação conjunta a momentos anteriores do ciclo de reprodução social, (ou seja, a unidades sociais primárias já extintas ou em processo de extinção)” (PINA CABRAL, 2003a, p. 120-121).

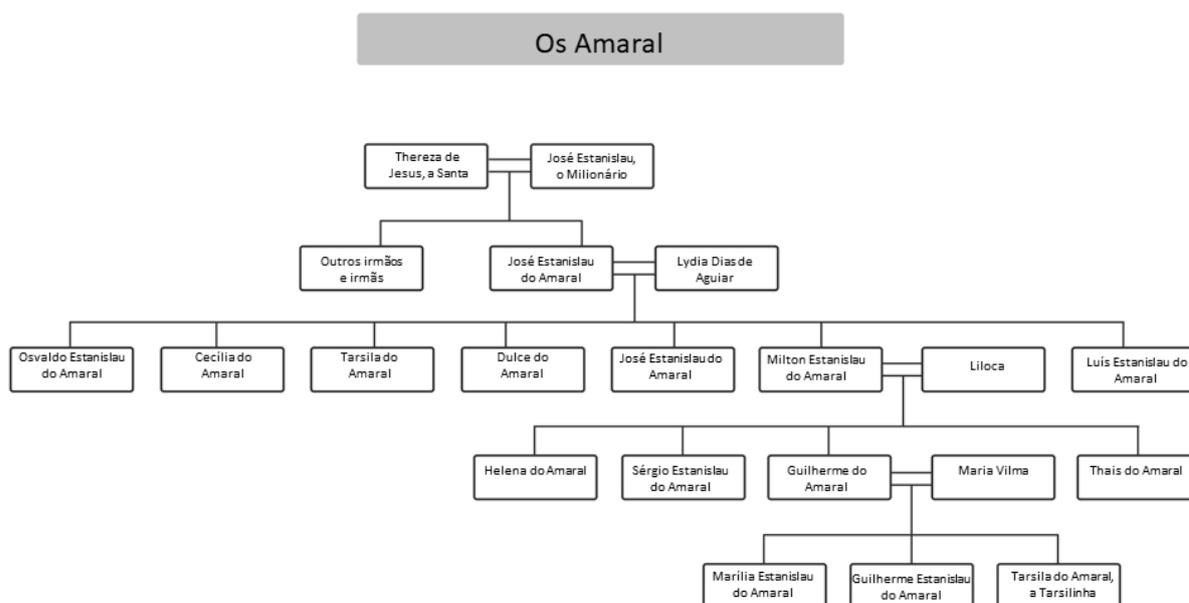


Figura 58: Cinco gerações

Tarsilinha, então, discorria sobre a extensão de terra da família, associando-a ao labor do Milionário e acrescentando componentes da geração seguinte. História tão remota quanto presente em práticas, gestos, falas, caixas e peças de um arquivo familiar em transformação. O que sobressaia, neste momento da conversa, era sistema de nomenclatura e ofícios. Confesso que cheguei ansiosa para ver o anel da tia Tarsila. Porém, àquela altura, entendi que os alinhavos afetivos faziam parte do ritual que culminaria na apresentação do adorno.

A interlocutora prosseguia: José Estanislau, o Dr. Juca, pai de Tarsila e seu bisavô, formou-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, São Paulo. Casou-se em 1883 com Lydia Dias de Aguiar (?-1949), pianista de Capivari, interior paulista, mas que se dizia de Piracicaba, cidade maior. Tiveram sete filhos: Oswaldo Estanislau, Cecília, Tarsila, Dulce, José Estanislau, Luiz Estanislau e Milton Estanislau, todos do Amaral. Dulce faleceu criança. Tarsila a homenageou concedendo à filha seu nome. Cecília morreu de parto, em 1910.

A anfitriã narrava os Amaral em detalhes, e eu percebia, no desenrolar das personagens, a sofisticação do sistema de nomenclatura. Cheguei a Tarsilinha pelo anel, e o adorno chegou a ela pelo nome. Considerei prudente, então, dedicar minha atenção também a essas ligações. Aliás, Sangoï (1985) recomenda regras de nomenclatura como fontes reveladoras de estratégias de transmissões simbólicas nas linhagens. Nessa direção, Coulmont (2014) observa que prenomes indicam origem social, sexo e até idade dos sujeitos. As práticas também dão pistas acerca de relações internas, demonstram laços e interações para além da conexão consanguínea. Rastrear as propagações pode, assim, orientar a compreensão de

alianças firmadas ou adensadas internamente, produção de sucessores e táticas para reivindicar direitos e responsabilidades (SANGOÏ, 1985; COULMONT, 2014).

Singly pondera que “o crescimento da independência intergeracional pode ser percebido na mudança do modo de designação da criança” (2007, p. 87). Em contexto francês, sociedades rurais eram dominadas por regras que guiavam a escolha de nomes, elemento da identidade dos sujeitos. Ele cita pesquisa realizada por Zonabend na Borgonha, onde, até os anos 1960 e 1970, crianças recebiam apenas um nome, e os padrinhos do primeiro filho eram avô paterno e avó materna. Tio paterno e tia materna batizavam o segundo a nascer. Estava reservado ao primogênito o nome do avô; se fosse menina, recebia o da avó materna. Desta forma, homens tinham nomes ligados à linhagem paterna; já as mulheres, à linhagem materna. O sobrenome era acoplado em todos conforme o pai.

Aos poucos, a escolha seguiu eleição dos pais, e prenomes de avós e padrinhos poderiam ser acrescentados como segundo ou terceiro nomes. Em famílias contemporâneas francesas, mostra Singly (2007), afilhados não encarnam mais padrinhos, e prenomes são entendidos cada vez mais como signos individuais. A escolha, todavia, não é aleatória. Atento a demonstrações de Desplanques e Besnard, Singly ressalta que nomes são pinçados de estoque limitado por obrigações sociais. Há diferentes formas de nomeação, que, em geral, são mais frequentes em circuitos de camadas altas. Nos termos de Singly, portanto, nominar filhos é uma forma de investimento na prole (2007, p. 89).

No texto *A ilusão biográfica* (1996), Bourdieu lembra que nomeação concede ao indivíduo constância nominal em situações variadas, marcando individualidades dos agentes¹⁶⁷. Imposto por rito inaugural que sublinha a existência social de um sujeito, nome próprio não descreve propriedade biológica nem atesta personalidade. Com efeito, atende a questões jurídicas, pontuando a existência do nominado.

O nome próprio é o atestado visível da identidade de seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas manifestações sucessivas e da possibilidade, socialmente reconhecida, de totalizar essas manifestações em registros oficiais, *curriculum vitae*, *cursus honorum*, registro judiciário, necrológio ou biografia, que constituem a vida como uma totalidade finita por meio do veredito dado sobre um balanço provisório ou definitivo. (BOURDIEU, 2008b, p. 78, grifos no original).

Ao esboçar um diagrama dos Amaral pelas descrições de Tarsilinha, saltam vários José e Estanislau, estes conectados com o ancestral fundante. Nos casos das mulheres, Tarsila reverencia uma irmã batizando a filha Dulce. Anos depois, Tarsilinha é depositária do

¹⁶⁷ Coulmont observa que o nome de batismo foi substituído na França pela categoria jurídica prenome em 1792 para marcar a existência civil dos indivíduos quando da secularização do Estado Civil (2014, p. 7).

prenome mais famoso hoje dos Amaral. Escolha de Guilherme, filho de Milton e Liloca, o irmão-médico e a cunhada “quase irmã” de Tarsila.

Nominar filhos por antepassados e santos foi usual no Ocidente católico do século XVIII ao início do século XX (SANGOÏ, 1985) – não que a prática esteja extinta. Parte de famílias que entrevistei ou que consta da literatura homenageia a ancestralidade recorrendo a prenome e sobrenome como capital simbólico coletivo. No caso dos sujeitos deste capítulo, também constato declínio na recorrência em relação a 30 ou 40 anos atrás¹⁶⁸.

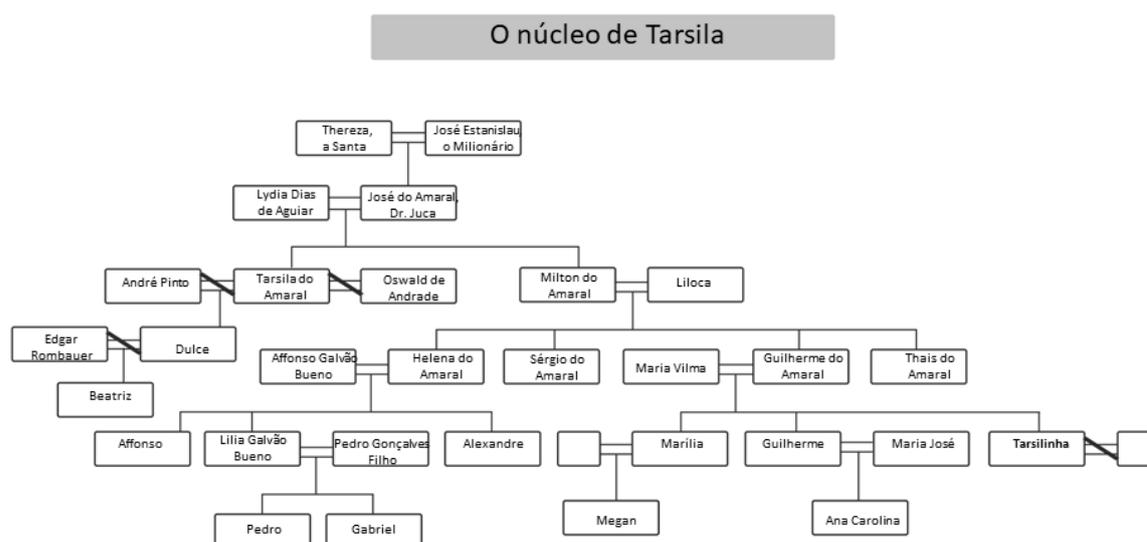


Figura 59: Diagrama com parentes citados nas conversas sobre as joias de família.

A propósito, a irmã de Tarsilinha quase foi Lydia, tributo à avó paterna e desejo de sua mãe. Porém, nos anos 1950, o pai da criança julgou Lydia antiquado e decidiu, por conta própria, registrá-la Marília. “Marília era a cidade onde o trem dele parava quando viajava para visitar a minha mãe no interior”, contou Tarsilinha. Guilherme, o segundo dos três, único varão, seguiu na linhagem varonil. Ao discorrer sobre o próprio nome, minha interlocutora sublinha o repúdio de irmãos por Tarsila em função de escolhas afetivas e estilo de vida. Como observam Pinçon e Pinçon-Charlot (2007a, p. 21-22), alguns familiares se esmeram para evitar que um de seus membros comprometa o valor simbólico de um nome. No caso dos Amaral, durante certo tempo, Josés e Estanislaus foram exultados. A notoriedade de uma mulher modificou o direcionamento dos holofotes. Mesmo assim, já nos anos 1960, um dos

¹⁶⁸ Sangoï observa que, a partir dos anos 1930, na França, iniciou-se um movimento de registrar bebês com prenomes de heróis e heroínas de literatura, cinema, novelas e música (1985), sinalizando preocupação com a individualização das crianças.

irmãos verbalizou seus preconceitos quando Maria Vilma e Guilherme revelaram a homenagem à já notória Tarsila. Conforme Tarsilinha,

Quando papai colocou o nome em mim, um dos irmãos dela [de Tarsila] falou que era um absurdo. “Que absurdo o Guilherme colocar esse nome na filha dele”. Como se fosse o nome de uma pessoa desqualificada. O meu avô tinha ressalvas em relação à irmã, claro, pela criação que eles tiveram... Era normal. A minha tia Tarsila é que não era normal para aquela época. O normal era ser contra ela, e não curtir o que ela fez. A vó Liloca era quem impunha respeito e reagia quando falavam coisas negativas sobre a tia Tarsila.

8.3 A JOIA SE ACOPLA AOS AMARAL

Tarsila se interessou cedo pelas artes. Nasceu em Capivari, em 1886, foi alfabetizada numa das fazendas por uma preceptora belga e introduzida a acordes de Mozart, Beethoven e Chopin pela mãe. Aos 12, ingressou em internato católico paulistano. Desembarcou com a irmã Cecília em Barcelona, na Espanha, aos 16 anos. Os próprios pais, Lydia e Dr. Juca, levaram as meninas para estudar no Sacré-Coeur de Jésus, e Tarsila começou a pintar por lá. Tudo financiado pela família.

A artista voltou ao Brasil em 1904 e se casou com o médico André Teixeira Pinto, primo da genitora. No mesmo ano, o “anel mágico” ingressou na família como presente do Dr. Juca para a filha. Tarsilinha não soube dizer se a joia fora ofertada à Tarsila pelo casamento. Não quis arriscar. Sabe é que o casal passou temporada na Fazenda São Bernardo, onde nasceu Dulce, e se fixou na Fazenda Sertão – quintas dos Amaral no interior de São Paulo. Em 1913, a pintora já morava na capital paulista, separada¹⁶⁹, pois André a ludibriara com “uma pessoa próxima” (AMARAL, T. 2004, p. 65).

Passaram-se anos de estudos de escultura e desenho com acadêmicos no Brasil, como Pedro Alexandrino (1856-1942). Em 1920, Tarsila quis intensificar a formação em Paris e, ao viajar à Europa com Dulce, internou a adolescente no Sacré-Coeur de Londres. De lá, rumou à França, apresentando-se à Académie Julien e ao ateliê Émile Renard. Tornou ao Brasil quatro meses após a Semana de Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal de São Paulo, em fevereiro de 1922¹⁷⁰. Mal chegou, enturmou-se com Anita Malfatti (1889-1964), Menotti del Picchia (1892-1988), Mário de Andrade (1893-1945) e Oswald de Andrade (1890-1954),

¹⁶⁹ O casamento com André foi anulado em 1925 para que Tarsila pudesse formalizar a união com Oswald de Andrade. Tarsilinha acredita que Dr. Juca tenha feito algum tipo de acordo com o genro para que ele não fizesse nenhuma objeção.

¹⁷⁰ Até seus últimos dias, Tarsila repetiu em entrevistas que não participou da Semana de Arte Moderna, pois estava na Europa. Reforçava que Anita Malfatti lhe enviou uma carta narrando o evento.

o “Grupo dos Cinco”. Enamorada de Oswald, flanou pelas cenas artística e intelectual, cruzou algumas vezes o Atlântico e pisou no Oriente. Trocou alianças com o poeta em 1926 e teve, no cortejo de padrinhos, Washington Luís (1869-1957), presidente da República; Júlio Prestes (1882-1946), presidente de São Paulo (equivalente a “governador”); e a mecenas Olívia Guedes Penteado¹⁷¹ (1872-1934).

Para o segundo casamento, Tarsila usou o vestido de noiva da sogra, modelo de “fazenda vaporosa, de seda, amarelada pelo tempo” (AMARAL, A. 2011, p. 116) e reformado por Paul Poiret (1879-1944), um de seus costureiros franceses preferidos ao lado de Jean Patou (1880-1936). O casal Tarsiwald¹⁷² viveu entre o palacete dos Amaral, em São Paulo, e a Fazenda Santa Teresa do Alto, em Itupeva, interior do Estado.

Em 1928, Tarsila pintou *Abaporu*, tela concebida como presente de aniversário para Oswald e convertida em marco do *Manifesto Antropofágico*¹⁷³. No ano seguinte, em 1929, enquanto colhia louros pela primeira exposição no Brasil, a queda da Bolsa de Nova York abalou a fortaleza financeira dos Amaral. A família, integrante da oligarquia cafeeira, viu a fortuna ruir, e Tarsila hipotecou a fazenda Santa Teresa do Alto¹⁷⁴. Na época, Oswald assumiu o romance com Patrícia Galvão, a Pagu, que esperava um filho seu.



Figura 60: Tarsila do Amaral em 1926. Crédito: Acervo pessoal.

¹⁷¹ Olívia Guedes Penteado foi uma das principais incentivadoras do movimento modernista. Como Tarsila, ela pertencia à oligarquia do café. Seu pai, José Guedes de Souza, atendia por Barão de Pirapitingui.

¹⁷² Apelido dado por Mário de Andrade.

¹⁷³ Manifesto literário criado por Oswald de Andrade.

¹⁷⁴ A fazenda foi recuperada em 1937 (AMARAL, A. 1998).



Figura 61: Lydia, mãe de Tarsila. Crédito: Acervo pessoal.

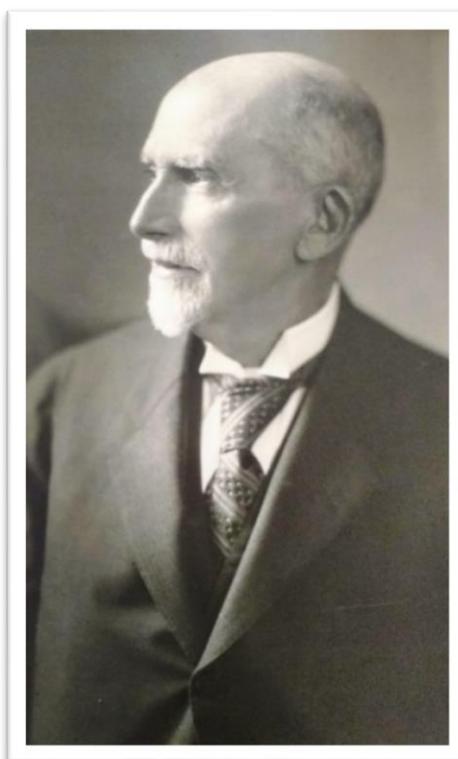


Figura 62: Dr. Juca, pai de Tarsila. Crédito: Acervo pessoal.

A tutela de *Abaporu* foi reivindicada pela autora quando da separação, ainda que tenha sido um presente de aniversário ao poeta. Para Tarsilinha, o quadro seria um autorretrato nu. Ela registrou sua hipótese no livro *Abaporu, uma obra de amor*. Acrescentou que, na primeira exibição pública, em Paris, a tela recebeu o título *Nu*. Para minha interlocutora, Tarsila, ao se despir do sobrenome de Oswald, não queria que o ex a levasse em imagem crua. “Tarsila e Oswald não tiveram filhos. *Abaporu* foi o grande fruto dessa relação”, comentou Tarsilinha.

A bancarrota de 1929 forçou a artista a buscar alternativas financeiras. Graças aos amigos, acabou trabalhando na Pinacoteca do Estado de São Paulo, mas passou poucos meses na instituição. A crise dos barões do café se acentuou com a queda da República Velha e a ascensão de Getúlio Vargas na Revolução de 1930, quando Washington Luís foi destituído da presidência da República; e Júlio Prestes, impedido de assumi-la.

Oswaldo e Milton, irmãos de Tarsila, estavam próximos da artista, diferentemente de Luiz e José, inconformados com a irreverência da irmã. Milton se graduou em Medicina e assumiu, com a esposa, Alice Carmen, a Liloca, os cuidados dos pais para Tarsila aprimorar o talento. Ainda em 1930, Dulce se casou com Edgar Rombauer e, da união, nasceu Beatriz.

O terceiro romance notório de Tarsila durou de 1931 a 1933. Deu-se com o psiquiatra Osório César, de quem ela se afastou após passar um mês detida, em 1932, acusada de comunista na volta de uma viagem à União Soviética. O escritor Luís Martins (1907-1981) tornou-se o último companheiro de Tarsila. Quando se conheceram, em 1933, ele tinha 26; ela, 47. Viveram juntos por 18 anos, até Luís se apaixonar por Anna Maria, filha de “uma prima” da artista, quase duas décadas mais jovem que o escritor¹⁷⁵.



Figura 63: Tarsilinha com o público da exposição. Crédito: Aline Lopes Rochedo, abril de 2019.

¹⁷⁵ Ver mais sobre o drama no livro *Aí vai meu coração: as cartas de Tarsila do Amaral e Anna Maria Martins para Luís Martins* (2003), escrito por Ana Luisa Martins, filha de Luís e Anna Maria Martins.

Antes da separação, Tarsila chorou o afogamento da neta, Beatriz, e as mortes da mãe e do irmão Oswaldo. Em 1966, a filha, Dulce, faleceu. Na sequência, descobriu linfoma na coluna, e a remoção do tumor afetou os membros inferiores. O resto da vida se deu na cadeira de rodas ou na cama, em São Paulo.

Com 86 anos¹⁷⁶, Tarsila não resistiu uma broncopneumonia contraída após retirar pedras da vesícula. Liloca sofreu a perda da cunhada. “Minha avó dizia para ela: ‘Você é a irmã que Deus me deu’”, contou Tarsilinha. “Não cheguei a conviver com vovô Milton, ele morreu quando eu tinha quatro anos. Sei que a vó defendia a Tarsila entre os irmãos. Se havia almoço de família, ela chamava a Tarsila.” De tão próximas que eram, as cunhadas até firmaram um pacto: a primeira que morresse teria o corpo preparado por aquela que sobrevivesse, compromisso honrado por Liloca (JORNAL DO BRASIL, 1973, p. 10).



Figura 64: Tarsila pintava mesmo sobre a cama. Essa imagem foi registrada por Márcio Arruda, fotógrafo do jornal *O Globo*, em 6 de fevereiro de 1972. Noto contra a parede, à direita, o retrato da avó da artista, Thereza de Jesus, a Santa, mulher do Milionário. Crédito: Reprodução¹⁷⁷.

Milton e Liloca tiveram quatro filhos: Helena, Sérgio, Guilherme e Thais. Afilhada de Tarsila, Helena formou-se em Química na Universidade de São Paulo (USP), teve três filhos, foi madrinha de Tarsilinha e se sagrou guardiã e transmissora das histórias de e sobre Tarsila. “Minha madrinha foi como filha para a minha tia.” Indaguei se vivia. Não, Helena morrera no final de 2018. A anfitriã, entretanto, mobilizou-se:

¹⁷⁶ A pintora modernista evitava revelar a idade ou fornecer pistas que pudessem revelá-la, como a data de nascimento. Na matéria sobre seu funeral publicada na página 10 do *Jornal do Brasil* do dia 18 de janeiro de 1973, um dia após a morte, a cunhada Liloca tentou despistar a reportagem: “Artista não tem idade”.

¹⁷⁷ Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/tarsila-musa-do-modernismo-22177832>. Acesso em 8 jan. 2020.

Ah, você vai falar com a minha prima, ela tem uma joia linda! A Tarsila usava vestidos do [Paul] Poiret. Era um designer. E minha tia Helena tem uma joia do Poiret, e é uma joia de família. Ficou com a Helena, e agora está com a minha prima. Eu não sei se a Lilia tem mais alguma coisa que foi da Tarsila, talvez tenha.

O sobrinho Sérgio, outro filho de Liloça e Milton, conquistou títulos acadêmicos. Foi docente de Geologia na USP e integrou a Academia Brasileira de Ciências (ABC). Já Guilherme, pai de Tarsilinha, é formado em Direito e assumiu os negócios. Thais, a caçula de Milton e Liloça, estava na volta. “A grande pintora não teria existido se não fosse pelo pai. Sempre ficou ao lado da filha, financiou os estudos, manteve ateliês e a apoiou nos momentos de dificuldade”, atesta a sobrinha-neta. Conforme Tarsilinha,

Nunca ninguém da família estudou a tia Tarsila como eu. Os mais próximos, os que são do que a gente pode considerar “o núcleo familiar da tia Tarsila”, ou seja, os da linhagem do vovô Milton e da vó Liloça, me reconhecem como a guardiã. E do outro lado da família, os descendentes dos outros irmãos da Tarsila, esses não têm a mesma relação afetiva com a história dela, mas recebem royalties também, e têm direito. [...] Tenho uma boa relação com todos. Relação cordial. E eles me dão muita liberdade para trabalhar.

O bálsamo espiritual de Tarsila chegou-lhe na velhice com Chico Xavier (1910-2002)¹⁷⁸. Dulce levara o médium mineiro à casa da mãe, em São Paulo, e ele intensificou as visitas após o falecimento da filha da artista, em 1966. Como pontuou Tarsilinha,

Minha tia teve formação católica. Só que, quando morreu a neta e, depois, a filha, o Chico Xavier trouxe conforto para ela. Toda vez que ele vinha a São Paulo, ia visitá-la. Estávamos todas lá: vó Liloça, tia Helena... Eu lembro muito dele. O Espiritismo é uma coisa que me tocou demais. Eu digo que não tenho religião, mas tenho respeito grande pelo Espiritismo. Tem coisas que transcendem. A história desse meu anel transcende. É um sentimento forte.

Antes de se juntar aos seus, a artista recomendou à cuidadora, dona Anete, que, se algo lhe acontecesse durante ou depois da retirada das pedras na vesícula, entregasse à Tarsilinha o adorno de brilhante, companheiro da sua juventude. E foi nessa narrativa, conectando aquela que doou àquela em quem uma vida foi depositada, que a joia presenteada por um pai entusiasta de uma filha artista se consagrou joia de família e, ao mesmo tempo, assinatura de Tarsila, no singular e no plural.

¹⁷⁸ Batizado Francisco de Paula Cândido e renomeado Francisco Cândido Xavier em 1966, o médium foi o principal nome do Espiritismo no Brasil, tendo psicografado mais de 450 livros.

8.4 “ESTE ANEL É DIFERENTE. ESTE EU NÃO VENDO POR NADA”

A exposição acima contempla nomes recorrentes na introdução que Tarsilinha elaborou para me situar na epopeia do “anel mágico”. Também endossa o culto à família (DUARTE, 2011) e as homologias entre família e religião (DUARTE e MENEZES, 2017), além das tensões entre o desejo de se individualizar e pertencer. Até aquele momento, eu não tinha me encontrado com o artefato, e Tarsilinha ia em frente com as narrativas. Achei melhor não acelerá-la, não tentar nenhum atalho. Era como se eu atravessasse uma nave comprida, e o anel estivesse lá no fundo, numa redoma. Por toda a extensão do corredor, ancestrais citados autorizariam ou negariam meu avanço, conforme meu interesse pela história.

Dependia de mim, neófito no cenário, a comprovação de que eu estava comprometida com a ancestralidade naquela joia de família. Era indispensável convencer Tarsilinha de que eu seria capaz de receber “o anel da tia Tarsila” em forma de crônica. E mais: que eu seria capaz de preservá-la e exibi-la de forma adequada. Para isso, eu tinha que demonstrar sensibilidade e competência para cuidar dessas vidas, não abandoná-las e transmiti-las. Prosegui devotada e ansiosa, ouvindo os relatos.

Tarsilinha contou que, certa vez, tinha viagem marcada à Europa e pensou em levar alguma joia. Não pretendia carregar o anel de Tarsila, mas a visita ao cofre dos pais a fez considerar transladar o adorno à sua residência. Até preferia manter o anel no esconderijo, na companhia de outras joias da estirpe e, de tempos em tempos, libertá-lo para deleite. Naquela ocasião, porém, foi diferente. “Fui abrir o cofre. Eu sabia abrir direitinho. Tentei e não deu. ‘Como é mesmo?’ E papai também não lembrava. Então fiz pá-pá-pá e abrimos o cofre.”

Além do anel de brilhante, Tarsilinha levou o colar de pérolas que também fora da tia-avó e cujo fecho precisava de conserto. Avistou o anel de noivado da mãe, de pérola, e pediu para tomá-lo emprestado. Assim, as três peças escaparam do assalto na semana seguinte:

Fiquei um mês fora. Voltei e papai me disse que alguns dias depois um ladrão entrou armado e abriu. O ladrão rapou tudo o que tinha lá. Tinha algumas outras coisas de família, mas as mais importantes estavam comigo. Eu consegui salvar as joias que eram as mais importantes da Tarsila. É daquelas coisas que não têm explicação. As coisas têm importância. Imagina se o meu pai não se lembrasse do segredo quando o ladrão o mandou abrir o cofre? O cara teria matado ele! [pausa] Vamos ver o anel?

Tarsilinha saiu da sala, retornou e descansou as três joias sobre a mesa de centro. Em seguida, entregou-me o anel de Tarsila, desafiando-me a prová-lo. Hesitei, ela insistiu, atravessei o aro e, para seu espanto, serviu-me. “Ele é muito pequeno”, disse ela. Minha mão

também é, mostrei-lhe. Num átimo, imaginei a mão adulta que Beatriz, a neta de Tarsila, jamais chegou a ter. Voltei a olhar para o retrato pendurado na parede, ao meu lado.

Das joias dos Amaral no ramo de Guilherme e Maria Vilma, portanto, sobraram três. Embora zele pelo colar de pérolas e pelo ornato que selou o compromisso entre seus genitores, o anel da artista lidera a hierarquia das coisas da vida de Tarsilinha. Por quê?

Porque foi a única coisa que a Tarsila deixou especialmente para mim. De tudo isso que está aqui, a maioria eu comprei. Esse quadro da Beatriz não é meu, é do papai. [...] Essa gravura foi herança. Não é minha. É minha e dos meus irmãos, da família. [...] Eu não ganhei da Tarsila um desenho assim: “Ó, filhinha, vem cá que vou te dar um desenho de presente”. Não teve isso. Eu não tenho uma foto minha com ela... Não perdoe meu pai e minha mãe por causa disso. [risos] Nenhuma foto com ela! Essas telas aqui, eu fui comprando. Aliás, não sei quantos carros vendi para ter telas da minha tia. E revendi algumas também. Vendi com dor no coração, mas vendi porque comprei. Foi com o dinheiro da venda de uma tela que eu comprei e vendi que consegui comprar este apartamento. Este anel é diferente. Este eu não vendo por nada. Posso não ter dinheiro, posso mendigar. Mas este anel eu não vendo. Meu maior medo é perder esse anel.



Figura 65: Joias de Tarsila. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.

Argumentei no capítulo 6 que obras de arte e joias participam do conjunto de heranças infungíveis, ou seja, não precisam ser partilhadas de forma equivalente entre os herdeiros necessários. Ainda que não costumem ser tributadas nesses processos sucessórios, as duas modalidades de coisas de família contêm valor de mercado considerável, o que poderia aproximá-las. Todavia, a experiência etnográfica demonstrou que, diante de dificuldades financeiras, obras de arte – assim como outras coisas de família – tendiam a ser vendidas; e joias de família, poupadas. Talvez pela proximidade entre quem as doa e de quem as recebe, ou mesmo porque os acessórios se levam no corpo. Para as obras da tia Tarsila, coisas negociadas em leilões, intermediadas por especialistas e exibidas em prédios públicos ou acervos particulares, Tarsilinha não se furtou de arriscar um preço, elemento característico de trocas econômicas. Já o anel da tia Tarsila, mais do que o colar de pérolas ou o anel da mãe, é o bem da reverência, sagrado e mantido para que outras coisas circulem. As obras de arte são da família; o anel é de família. O emprego da preposição anuncia o que é e o que não é alienável para a família e o que precisa ser regulado pelo tabu da venda, pela família.

O “anel mágico” é, reforça Tarsilinha, sua principal relação com a tia-avó. A fala endossa a marcação de diferença com demais herdeiras, a produção de sucessoras e dinastias afetivas, o adensamento de vínculos e os pactos de cuidados entre mulheres. O imaginário de pertencimento a uma congregação de tutoras unidas por joias de família em trânsito ativa possibilidades de alinhamento de gerações e elaboração de uma ancestralidade de afetos entrelaçados e sujeitos amarrados. É no trânsito de coisas nas quais se depositam sentimentos que, ao adensarem laços, prolongam-se vidas, nomes e feitos, evitando o esquecimento e o enfraquecimento do grupo familiar.

Na tentativa de puxar novos fios de conversa sobre a joia de família para além do que assistira em vídeos e lera em entrevistas e livros, indaguei Tarsilinha se tinha oito anos, de fato, quando experimentou a joia pela primeira vez, como conta sua fábula. “Na minha memória, demorei a colocar esse anel. Lembro que já era mocinha, e ele serviu perfeitamente.” Perguntas simples, mas inusitadas fazem com que algumas informações se desalinhem das crônicas organizadas e repetidas. Não fogem ao todo do *script*, mas permitem à interlocução buscar outros pontos da memória, reativando esquecimentos ou se permitindo testar adendos. Nada disso tem a ver com a invenção de mentiras. As lembranças estão sujeitas a reformulação em momentos diferentes da vida, conforme repertórios e experiências acrescentadas. Em qualquer versão, Tarsilinha teme perder o anel, mas reconhece a responsabilidade de mostrá-lo para que outros tenham o privilégio de conhecê-lo:

É uma emoção usar o anel da tia Tarsila. E sempre tive ligação forte com a família, uma vontade de resgatar a sua história. Mostro o anel com medo. Já pensou? Vem alguém e pega o anel? Por outro lado, eu acho tão bonita a história dele, por isso acredito que precisa ser contada. Só assim as pessoas podem conhecê-la. Não tem o maior brilhante, não é o maior anel, mas, para mim, é especial. E é lindo.

O anel da mãe é mais um ornato de afetos. “Minha mãe morreu no ano passado [2018]. Foram 61 anos de casamento com o meu pai. Não é lindo? E tem esse colar de pérolas, que é também lindo demais.” Tarsilinha se casou, mas se separou e amou outras vezes. Filhos não vieram; menos por falta de vontade, mais por percalços.

Em 2014, um exame numa ferida que não cicatrizava dentro da boca revelou um tumor invadindo língua e garganta. “Quase morri!” O maior temor era perder a capacidade de falar e propagar a obra, a vida e os amores da tia-avó. Quando nos encontramos, Tarsilinha estava curada e honrava compromissos e entrevistas com obstinação. Somava 54 anos de idade, três livros sobre Tarsila e duas possibilidades a quem repassar as joias das Tarsilas e outros bens e lembranças deixadas pela artista: Ana Carolina, filha de Guilherme, em São Paulo; e Megan, filha de Marília, nos Estados Unidos.

Talvez elas façam uma espécie de guarda compartilhada dessas coisas, não sei. A filha do meu irmão gosta de cavalos, monta, gosta de tudo o que gosto. Se eu tivesse uma filha, não seria tão parecida comigo. Essa sobrinha me chama de Tá. Então diz assim: “Tá, vamos jantar? Vamos ao cinema?” Estou com ela toda hora. Eu a ensinei a montar. Às vezes, vou a uma reunião e ela me chama para ir ao cinema. Então falo que tenho compromisso antes, ela vai comigo. Sabe tudo sobre a minha tia. E acho que pode se interessar, mas não vou forçar nada. Tem 20 anos, e os interesses dela estão mais para questões de sustentabilidade. Seria lindo se quisesse herdar esse legado, só que não posso forçá-la, não posso obrigá-la. Mas a história ela conhece. Já carrega a história da família.

Ao considerar a guarda compartilhada para apaziguar impasses quanto à tutela das joias de sua família sob seus cuidados, Tarsilinha impregna adereços e lembranças da personalidade das mulheres às quais está vinculada. A sobrinha que vive em São Paulo está mais enredada na narrativa da família por excelência – a filha de Marília é estadunidense. Minha interlocutora, entretanto, conhece o fardo de ser Tarsila por causa de Tarsila e diz não querer impor a guarda da ancestralidade à sobrinha. Assumir a incumbência demanda compromisso e disposição para tutelar alguém maior que a família e mantê-la nesse patamar.

Se o anel de Tarsila ficar com Ana Carolina, considerou Tarsilinha, é plausível que o de noivado de Maria Vilma e Guilherme seja confiado a Megan. E o colar de pérolas?

Também não sei. [pausa] Toda essa questão não tem a ver com valor econômico, sabe? É valor simbólico¹⁷⁹, é história. Tenho que passar esse anel para alguém que

¹⁷⁹ Ainda que não fale a partir da teoria antropológica, Tarsilinha entende valor simbólico como um tipo de valor que excede o do trabalho ou o da matéria-prima.

tenha esse amor, essa relação afetiva. Claro, se eu puder passar para alguém com mesmo sobrenome e sangue, é uma coisa natural. Porém, meu pai nunca me disse que, por eu ter o mesmo nome, eu teria de ser a guardiã da história da Tarsila. Eu nunca tive isso, então não faria isso com meus sobrinhos.

Vemos mais uma vez que preocupações com sangue, sobrenome e o “natural” são frequentes nos repasses inter e transgeracionais de joias em famílias, com destaque para grupos com passado abastado. É como se os adornos fossem um lugar de depósito de afetividade feita não apenas de gerações acumuladas, mas das histórias da ancestralidade. Essas histórias, entretanto, não abraçam todas as suas integrantes. No caso da joia de Tarsila, Tarsilinha tem a tarefa de tutelar e encontrar a tutora ideal, mas a tutela não pode ser entendida como algo forçado, imposto. Até o trabalho pedagógico de formação e repasse dessa responsabilidade deve ser feito, para efeitos aparentes, de forma desinteressada e entusiasmada. E não apenas oferecendo o encargo, mas o lapidando para que se torne sedutor. Não podemos nos esquecer de que a palavra laço também significa armadilha.

8.5 TRAZENDO TARSILA DE VOLTA À VIDA SOCIAL

Para a inauguração da exposição *Tarsila Popular*, em 5 de abril de 2019, Tarsilinha recebeu da organização 300 convites. Prestigiaram a mostra seu pai, Guilherme, tia Thais, a prima Lilia e muitos outros parentes. Até Ana Luisa e Anna Maria Martins, filha e mulher de Luís Martins – quarto companheiro de Tarsila – compareceram. “Havia umas duas mil pessoas. Imagina esse povo todo no Masp. Parou a Avenida Paulista.” Vestir ou não o anel da tia Tarsila foi a dúvida antes de sair de casa. “Era um dia importante. Decidi levá-lo. E foi legal estar com ela naquele momento.” Para “os mais próximos”, a joia é reconhecida e comentada, ainda que pouco vista. Aparece, com foto, na apresentação do seu livro *Tarsila por Tarsila*, junto à assinatura “Tarsila, sobrinha-neta” (AMARAL T., 2004, p. 12). E o que acontece quando alguém a identifica? “Ah, faz um sucesso! Querem fotografar. É um anel famoso, né? Jornalista, aliás, ama! Jornalista pira com esse anel!”

A partir das 11h, Tarsilinha conferia o celular. Perguntei se precisava sair. Só quando recebesse a confirmação da aluna, tranquilizou-me. A empregada entrou na sala e arrumou em vasos as flores que chegaram naquela manhã. Agradados pela exposição no Masp. O celular tocou; uma repórter de um jornal do Rio de Janeiro solicitava entrevista; Tarsilinha pediu que ligasse no dia seguinte. “Estou numa outra entrevista”, desculpou-se.

Quem eram as meninas no porta-retratos? Tarsila e a irmã Cecília. Ainda olhando para o registro oval, pedi que ela falasse sobre seu convívio com a artista. “Ela era uma Amaral

típica.” Como seria uma Amaral típica? “Ela tinha português impecável, absurdamente correto. Quando eu era criança, se eu falasse ‘Vó, me leva NO cinema?’, minha vó dizia ‘Não, filhinha, é AO cinema’”. Tarsilinha recorda as correções feitas pelo pai, pela mãe, por Tarsila. E não era apenas a fala irretocável – um léxico corrobora a reverência.

Se eu digo “Vamos almoçar?”, meu pai responde: “Vamos às vitualhas” [risos]. Ele fala assim não por esnobismo, mas porque esses termos passam de geração em geração. Meu pai diz: “Calma, filhinha, fala devagar”. Eu sou diferente, minha vida é diferente. [pausa] “A preguiça paulista que reside nos teus olhos”, do poema do Oswald¹⁸⁰, sabe? É isso! Os Amaral têm suavidade, generosidade, gentileza. Isso define muito a minha tia Tarsila. Além, claro, da inteligência, do talento, da beleza. Quando telefono para meu pai, preciso me programar. Pergunto se esqueci a minha chave na fazenda, e ele: “Oi filhinha, tudo bem? Fez boa viagem? Como está seu dia?”. [risos] Quando telefono para meus familiares, preciso uns 30 minutos [risos]. Isso é ser um Amaral típico.

Mesmo que se considere uma Amaral nem tão típica, Tarsilinha me recebeu em tempo espichado. Solicitada na primeira semana da exposição, tratou-me como exclusividade enquanto estivemos juntas. Comprometeu-se com a pesquisa, confiou informações, imagens, curiosidades e intimidades, mostrou-me móveis coloniais, um terço que pertenceu à vó Liloca e um brinco inspirado na tela *Abaporu*. Indicou-me duas cadeiras que passaram por restauro, além da luminária. Tudo coisa da tia Tarsila. Apresentou-me uma tela inacabada – “Ela trabalhava nessa pintura quando morreu” –, algumas obras e tantas fotos. E livros e esculturas. Abriu a porta do banheiro sobressalente: documentos, cartazes, recortes, pastas, memórias íntimas, histórias da arte e do Brasil.

Sobre a mesa de jantar de Tarsilinha, outrora de Tarsila, diante do anjo que compõe a série de estudos da artista para a ornamentação do túmulo da neta Beatriz, a anfitriã depositou duas caixas brancas. “Você sabe que sou museóloga?”, indagou, ajustando os dedos em luvas de algodão. Pois naquelas caixas retornaram objetos emprestados ao Museum of Modern Art (MoMA), de Nova York, onde se realizou a mostra sobre sua tia-avó em 2018.

Uma fazenda que meu avô herdou do pai dele foi dividida, e a tia Helena, minha madrinha, ficou com uma parte, e meu pai também. Eu ia toda semana para lá, e a tia disse que havia umas caixas da tia Tarsila. Uma vez, comecei a ver o que tinha. Encontrei entrevistas, um monte de lembranças. Então o papai falou que existia uma mala. “Acho que lá tem coisas.”. Esse memorabilia humaniza. Bilhetinho, desenho... E a tia Helena começou a me dar: “Olha, minha filha, acho que você será a guardiã”. Foram meio que me preparando. Não foi pensado. Papai disse que nunca teve a intenção. Meu trabalho, agora, também é guardar e preservar.

¹⁸⁰ Trecho extraído de poema de Oswald de Andrade inspirado em Tarsila: Caipirinha vestida por Poiré/A preguiça paulista reside nos teus olhos/Que não viram Paris nem Piccadilly/Nem as exclamações dos homens/Em Sevilha/À tua passagem entre brincos/Locomotivas e bichos nacionais/Geometrizam as atmosferas nítidas/Congonhas descora sob o pátio/Das procissões de Minas/A verdura no azul klaxon/Cortada/Sobre a poeira vermelha/Arranha-céus/Fordes/Viadutos/Um cheiro de café/No silêncio emoldurado. (ANDRADE, 1925, *apud* AMARAL, T. 2004, p. 100).



Figura 66: Binóculo de Tarsila. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.



Figura 67: Coisas de Tarsila. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.



Figura 68: Quatro gerações na mão de Tarsilinha: Lydia, Tarsila, Dulce e Beatriz, os anos 1940. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.

Entre as coisas de Tarsila, a tutoria de uma joia de família como o “anel mágico” está para muito além da sua materialidade. O que demanda zelo, exibição e repasse para alguém igualmente interessada em prolongar seus fluxos é mais do que o diamante. Até porque, mesmo “no original”, o adorno é atualizado em usos e significados para a tutora e o entorno. A reverência à Tarsila por toda uma congregação de pessoas devotas de sua arte e trajetória

encontra também no anel testemunho da sua existência e a confirmação da sua presença em outras relações. Vida escondida é vida perdida, daí a importância de mostrá-la e recontá-la. Reconhecido por familiares, amigos, jornalistas – e pela antropóloga – ao circular acoplado ao corpo de Tarsilinha em situações extraordinárias, o anel amplia a possibilidade de movimento e de participação da artista até em eventos sociais.

8.6 TRABALHANDO A CONFIANÇA

Enquanto eu fotografava o apartamento, prometi a Tarsilinha usar as imagens “para fins acadêmicos”. “Confio em você. Desde o primeiro e-mail, confio em você. Eu não deixaria você entrar na minha casa se não confiasse.” Empatia, afinidade e identificação até são fáceis de sentir e conquistar. Confiança obriga e demanda reciprocidade, cuidado, compromisso e, não menos importante, ética e respeito. Danificá-la tem implicações. Cada gaveta, recanto, espaço íntimo que percorri me colocava mais no centro da confiança. Frágeis e cobiçadas que são, joias das famílias dependem de relações, afetos, zelo e, claro, de muita credibilidade. Ciente das responsabilidades, pedi a Tarsilinha para acompanhá-la à SHP, e ela assentiu. Por volta do meio-dia, deixamos a garagem do prédio.

Tarsilinha se profissionalizou instrutora de equitação aos 18 anos. “Minha carreira no Direito terminou na formatura. Sabia que não exerceria. Queria estar na hípica, mas precisava ter um diploma. Na família da qual venho, me sentiria mal se não o tivesse. Só que a minha vida era montar.” Saudada na SHP já na cancela, quando me apresentou à segurança como sua convidada para que meu ingresso no centro hípico fosse autorizado, Tarsilinha me levou aos estábulos. Conversei com tratadores, alunos e atletas, dei cenoura para os cavalos comerem enquanto eram encilhados, senti a seda no pelo dos animais, fotografei tudo o que eu quis, acompanhei treinos, saltos e volteios em pistas abertas e fechadas.

Nossa conversa foi informal. Respondi todas as suas perguntas, contei passagens das minhas famílias e da minha infância, além de imbróglios e itinerários profissionais e afetivos. Antes de cruzarmos os talheres do almoço, ela indagou até quando eu ficaria em São Paulo. Tinha três dias pela frente, respondi. Tarsilinha, então, telefonou à filha de sua madrinha, Helena (irmã de seu pai, sobrinha de Tarsila), e perguntou à prima se poderia me receber no dia seguinte: “É uma antropóloga. Agora, minha amiga. Falei para ela da pulseira do [Paul] Poiret que foi da tia Tarsila e que está com você. Poderia dar uma entrevista para ela? [...] Obrigada, Lilia! Vou passar seu endereço?”.



Figura 69: Tarsilinha na Sociedade Hípica Paulista, em São Paulo. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.

8.7 MALHAS FEMININAS

Toquei a campainha da casa de Lilia às 12h30min, e ela abriu a porta festiva. Destrancava a grade e me informava que era a hora do seu *tarot*. Indaguei se estava atrapalhando; Lilia assegurou-me que não; preferi acreditar. O mundo acadêmico lhe interessa, disse. “Minha mãe se formou em Química pela USP. Foi da primeira turma do curso!” Prima-irmã de Tarsilinha, Lilia Galvão Bueno Gonçalves me recebeu em sua residência¹⁸¹, em São Paulo, para que eu conhecesse “a pulseira do Poiret da tia Tarsila”. A fonoaudióloga é filha de Helena do Amaral Galvão Bueno, e esta é irmã de Guilherme do Amaral, pai de Tarsilinha.

A dona da casa serviu água de coco e me acomodou junto a uma mesa de dois lugares da sala. Reconheci a assinatura de Tarsila numa gravura presa à parede tão logo puxei a cadeira. Havia, ainda, cristaleira com pedras, sofá de três lugares, mais um ou outro móvel e um conjunto de porta-copos com obras de Tarsila na mesinha de apoio lateral. O ponto de cor vinha do vaso azulão que, soube adiante, enfeitara o ateliê da tia-avó famosa.

Propagando a parentela em gestos, a dona da casa se mostrava ágil num corpo esguio e *mignon* de pouco mais de 60 anos. Ia e vinha sorrindo, carregando arquivos da família por um corredor estreito. Dirigia-me perguntas sobre a pesquisa e, com alegria e graça, empilhava na minha frente caixas e pastas. Depois, retirou punhados de gerações de sacos plásticos no ímpeto de quem deseja apresentar a visita a todos de uma única vez. Era tanta gente em fotos soltas e álbuns que eu nem sabia para onde olhar. Eu não tinha dúvida de que era bem-vinda.

Em 10 ou 15 minutos de agitação inicial, lembrei-me de um ramo dos Gómez, a família mexicana estudada por Lomnitz e Perez-Lizaur (1987). Linhagem na qual se repassavam receitas de Mamá Inez às filhas das descendentes consanguíneas da ancestral mitológica, sucessoras da autoridade feminina, excluindo-se todas as noras. Cheguei a perguntar a Lilia se, na sua família, não haveria livros de receitas. Até porque, em situações de campo, assim como fotos, entrevistadas citaram esses cadernos retransmitidos entre gerações e os associavam a joias de família. Ela me situou: “Esta não é uma família em que as mulheres cozinhavam.” Rimos.

Demandei licença para ligar o gravador, pois não dava conta do raciocínio caudaloso. Lilia pediu que, antes de acionar o *play*, rascunhássemos um esquema a partir de sua fala. Para ela, a compreensão de seu relato dependia da minha capacidade de assimilação da

¹⁸¹ Omito detalhes sobre a residência, como localização, e evito publicar algumas fotos para resguardar a interlocutora. Não foi solicitado esse cuidado – trata-se de uma decisão minha.

estrutura da família. Mais uma vez, eu precisava atravessar o *hall* das personagens. “Se a gente não desenhar [um diagrama], você não vai entender nada.” Voltou à sala com caneta e duas folhas de ofício. “Este é o meu bisavô... Mas tem o pai dele, que era conhecido como José, o Milionário. E esta é a minha bisavó, a Lydiá Dias de Aguiar, que foi pianista...”

A família Amaral avançava na fala mais rapidamente que os traços da caneta empunhada por Lilia: “Jóias de família carregam a tradição de atos amorosos. No caso das coisas da tia Tarsila, além do afeto, é preciso considerar que a minha mãe, a Helena, era a sobrinha mais velha, a mais querida. Era como uma filha para a tia Tarsila”. O diagrama estava de ponta-cabeça, e os rabiscos começaram a ficar incompreensíveis. Lilia, então, colocou a caneta na minha mão, e eu que assumisse o traçado. Enquanto isso, ela gesticulava, falava sobre as relações e convocava mais gente para a sala.

8.7.1 A tutora intermediária

Helena Estanislau do Amaral, primogênita de Milton e Liloca, casou-se com o médico Affonso Galvão Bueno, com quem teve três filhos: Affonso, Lilia e Alexandre. “Contar histórias sobre a tia Tarsila era a vida da minha mãe.” Nos seus últimos anos, Helena residiu numa casa de repouso pela necessidade de “cuidados especiais”. Antes do acidente vascular de 2012, não perdia um evento em homenagem à artista. “Ela adorava a *society*. De repente, minha mãe teve o AVC e ficou na cama”. Helena expirou em 2018, aos 94 anos, vítima de câncer. Falou sobre Tarsila até o final e prendia a audiência. Conforme Lilia, a mãe

(...) falava para todos que era sobrinha de Tarsila do Amaral, a grande artista. Ela contava para os outros velhinhos que viviam na instituição, para funcionários e enfermeiros e até para quem ia visitar outros parentes. [risos] Algumas pessoas iam visitar seus familiares, mas gostavam era de escutar as histórias que a minha mãe contava. Sentavam com ela e ficavam ouvindo. Ela contava bem. Adorava! Falava com carinho e admiração. Bom, tanto que a maior parte das histórias que eu guardo veio dela. Mas a Tarsilinha, afilhada da minha mãe, aproveitou ainda melhor essas histórias. Ela estudou arte, foi mais a fundo. As duas, a minha mãe e ela [Tarsilinha], eram bem próximas. E, como falei para você, minha mãe era a sobrinha querida da tia Tarsila.

A devoção de mulheres do Amaral com cuidados antecede a dedicação à Helena na fase derradeira da vida. Quando o tumor de Tarsila foi descoberto, e se considerou o risco de a artista ficar paraplégica, parte da família se reorganizou. “Foi um rebuliço”, sintetizou Lilia, afilhada de batismo da sua vó Liloca e de crisma da tia-avó famosa. “Até então, Tarsila era independente. De repente, tudo mudou.” Guilherme, pai de Tarsilinha, empregou conhecimentos de Direito ao rearranjo da vida da tia Tarsila em diferentes dimensões.



Figura 70: Do acervo de Lilia herdado de Helena, que o herdou de Tarsila, destaque para Beatriz, filha de Dulce, em sua primeira comunhão. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.

Acompanhar a fala de Lilia sobre a família requer atenção redobrada na comparação com a de Tarsilinha. Lilia não tem crônica organizada como a da prima, que dorme e acorda Tarsila. O relato desfiado, todavia, reacende o protagonismo de Helena, primeira tutora das histórias da e sobre a artista, peça-chave na produção da Tarsila imortal. A Tarsila que Tarsilinha e Lilia herdaram de Helena não se nutre de tons pastel, tampouco se eleva de cartela explosiva. É uma mulher tingida por êxtase artístico e matizada por infortúnios.

Talvez Guilherme não tenha planejado para Tarsilinha a responsabilidade de levar adiante tantas incumbências da família, afinal, sua irmã detinha boa parte da memória, e ela tivera uma filha a quem poderia confiar o espólio de afetos. Essa filha é Lilia, que me recebia em sua casa e que, em algum momento, deveria me apresentar à afamada “pulseira do Poiret”. Todavia, Helena parece ter identificado na afilhada sem filhos e grifada desde o nascimento a afinidade com o enunciado da memória, preparando-a com desinteresse, mas com aval dos que compunham o núcleo familiar para fazer o legado persistir “nos pontos imaginários tão cruciais do sangue, do nome de família e da terra” (DUARTE, 2011, p. 9). E Lilia confirma: “A memória mais antiga da família estava com minha mãe. Agora, está com Tarsilinha”.

A filha de Helena me ofereceu vários relatos da mãe. Muitas crônicas estavam guardadas, quase esquecidas, e Lilia as recuperou na medida em que manipulava retratos e adereços e media minha atenção. Outras são mais vivas, como o trauma familiar: o *crack* de Nova York, que levou barões do café à bancarrota, em 1929. “Minha mãe tinha uns cinco ou seis anos na época e sempre repetia: ‘Eu me lembro do dia em que dormi rica e acordei pobre’.” Reminiscência trazida com Lilia encenando angústia, alternando as mãos entre o rosto e o alto: “Estamos pobres, estamos pobres! Mesmo pobres, eles mantiveram babás... [pausa] E terras... [pausa] Terras que eram vendidas por José Estanislau, meu bisavô, para ter Tarsila na Europa”. Recuou num passo, abriu os braços e farpou num giro: “Aaaah... Alguns irmãos dela [Tarsila] ficavam horrorizados!”.

Lilia se recusa a descolar Tarsila de tragédias e dramas porque, sem eles, a vida da tia perde sentido. A rasteira de Oswald de Andrade foi um choque, Tarsila perdeu dinheiro nos anos 1930, pintou paredes, viajou, voltou ao Brasil, foi presa, recuperou a liberdade, tornou-se avó de Beatriz, permitiu-se amar e escandalizar, revelou-se cronista e se consolidou artista. Então, no início dos anos 1950, depois da morte da neta e da mãe, outro abalo: Anna Maria, a prima nem tão distante, moça da geração de Helena, levou o coração de Luís Martins.

Revendo os álbuns, Lilia puxou uma foto: “Olha aqui o anel da Tarsilinha!” O adorno estava na mão esquerda de Tarsila do Amaral, amparando um buquê, provavelmente nas comemorações dos 50 anos da Semana de Arte Moderna. Era 1972, um ano antes da morte da artista. Reconheço que passei dias, quiçá semanas, em hemerotecas e *sites*, vasculhando jornais e revistas atrás de alguma imagem de Tarsila com o anel. Em São Paulo, indaguei Tarsilinha se não haveria pelo menos uma fotografia da tia-avó com a joia, mas ela não se recordava. De repente, Lilia o encontrou. Tarsila e sua mão fina, com o anel que ganhou do pai, um ano antes do repasse à sobrinha-neta.



Figura 71: Tarsila do Amaral e o anel, em 1972. Crédito: Acervo pessoal.

8.7.2 O movimento dos afetos

Quando Tarsilinha telefonou para Lilia, pediu que ela me mostrasse a pulseira assinada por Poiret que tutela desde a morte da mãe, Helena. Pois além do panteão de ancestrais em nomes, fotos e rascunhos, enfrentei um novo entreposto: chegar à famosa joia francesa implicava cruzar uma galeria de muitos outros adornos menos notórios, mas igualmente tomados por afetos. “Quando fiz 18 anos, tia Tarsila me deu essa joia que tinha sido da Dulce, a minha prima que morreu. É dos 15 anos dela. Mudei a armação, mais clássica e com babadinho”, contou Lilia, mostrando-me, ao mesmo tempo, uma foto da filha de Tarsila abraçada à Beatriz, a neta. “A Dulce tinha olhos lindos, bem azuis...”

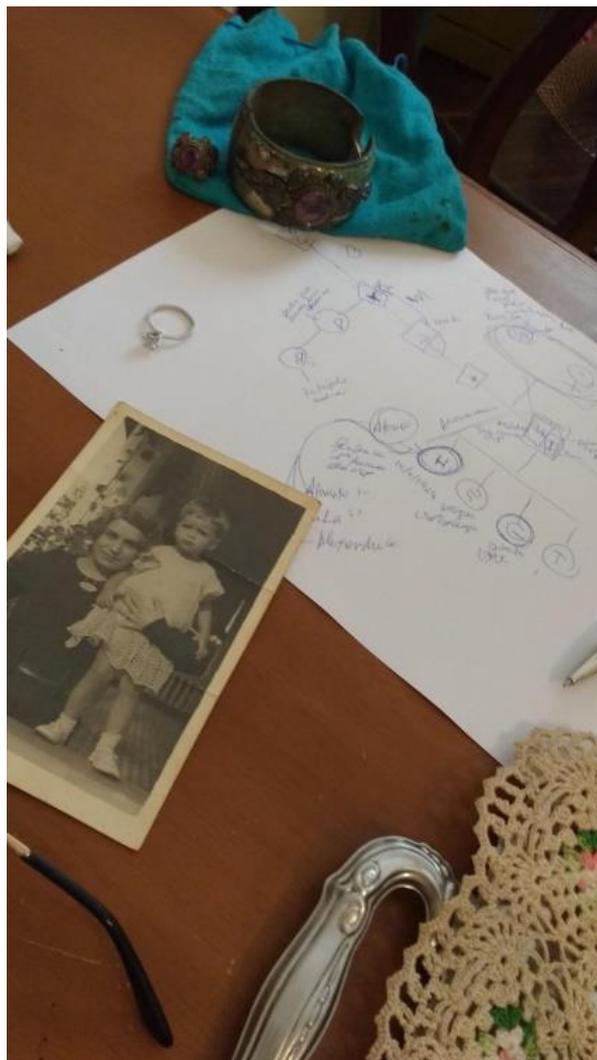


Figura 72: Dulce abraçada a Beatriz, o anel de 15 anos de Dulce e o rascunho feito por Lilia e por mim. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.

Uma pulseira robusta com pedra ametista foi a segunda peça a entrar na cena. Helena a recebeu também depois da morte da prima. “Dulce tinha joias fortes, grandes. Bom, para usar com essa pulseira, minha mãe mandou fazer um anel. Encomendou a um joalheiro e... Calma que tem mais Dulce!”, disse Lilia, vendo-me abaixar os olhos para tomar notas. Ríamos, e ela abria, enigmaticamente, uma bolsinha de tecido. “Esta pulseira foi trazida da viagem que Tarsila e Oswald fizeram ao Oriente. A Dulce a usava muito também. É de ouro e tem um rubi. É todo um jeito diferente de fechar. Na verdade, minha mãe também a usava. A Thais, que é a minha tia... Todo mundo!”, resumiu. Na sequência, vi um binóculo de porcelana pintada. “Isso aqui, naquela época, era joia. Usava-se no teatro, na plateia. Tarsilinha ficou com o que era da tia Tarsila. Ela mostrou a você? Pois é, este era o da Dulce. Quando ela morreu, veio para a minha mãe”, disse, ao descansar o artefato sobre a mesa. “Vou buscar um veludo para você fotografar essas joias. Fica mais bonito.”



Figura 73: Binóculo e pulseira oriental de Dulce. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.

Com a presença de Dulce a cada adorno sacado, pedi a Lilia que falasse sobre a prima:

Eu a conheci, sim. Eu era adolescente quando ela morreu. Lembro da casa de praia dela. Fiquei impactada por sua espiritualidade. Dulce tinha uma estante com livros de religião, místicos... Coisas que trazia de fora. Eu ficava fascinada! [pausa] Bom, foi ela quem trouxe o Chico Xavier para a família. Quando Dulce nos apresentou o Chico Xavier, eu fiquei encantada. Ele dizia “vamos orar” e vinha um cheiro de éter misturado a cheiro de rosas. Esse cheiro ficava. A gente sabia que o Chico Xavier tinha passado na casa só pelo cheiro.

Nova pausa causada por mais uma joia: um *lorgnon*, óculos segurados por uma haste lateral diante dos olhos.

Olha! Isso aqui é raridade... Tua tese precisa de coisas inéditas. Isso aqui pouca gente conhece! Foi da mãe da Tarsila, da Lydia, minha bisavó. Se não fosse de ouro, eu já o teria detonado. Tem uns brilhantes, e isso aqui deve ser rubi. São joias de família que vieram parar comigo por causa da mamãe. Ela era a filha mais velha e a pessoa mais próxima da Dulce em termos de faixa etária.



Figura 74: O lorgnon de Lydia. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.

Helena reservava os domingos para visitar sua madrinha. Lilia acompanhava a mãe e se deleitava com a cristaleira com recordações de viagem: pentes espanhóis, tartaruginhas de

Murano, vários *souvenirs*. “Ela não gostava que eu mexesse.” Quando o estado de saúde da artista se agravou, no verão de 1973, Lilia encarava o processo de vestibular. Dividia-se entre a conquista da vaga na universidade e a dor da perda da parenta, em 17 de janeiro.

Parte da família, esse núcleo mais próximo, estava no hospital, chorando a morte da Tarsila. E outros, mais distantes, foram ao apartamento para pegar coisas dela. Bom, dona Anete, que era a cuidadora da tia, ao ver o que estava acontecendo, telefonou para mim: “Venha já para cá!”. Então dona Anete escondeu este broche da Tarsila e me passou. Ela falava: “Você é afilhada!” É uma moeda dupla face, ela vira¹⁸². Daí eu escrevi esse bilhete, porque, bom, sabe como é filho homem. Para registrar que essa joia foi da minha madrinha. A Tarsila a usava em casamentos. Ela o prendia num xale... Agora tira a Dulce! Agora eu vou falar sobre este anel.



Figura 75: Broche de Tarsila e legenda escrita por Lilia. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.

Em diversos momentos, Lilia me deixou a sós na sala com as joias de Lydia, Tarsila, Dulce e Helena. A dona da casa ria, recapitulava, se animava e buscava mais fotos e livros. “Como te falei, tia Tarsila era vaidosa. Tarsilinha também contou isso, não contou? Vaidosa, maravilhosa! Ninguém entrava no quarto dela se não estivesse maquiada, com o lençinho na cabeça... Bom, você viu naquela foto.” Lentamente, aticando-me no jogo de revelar e esconder, Lilia abriu o estojo vermelho: “E entra a pulseira do Poiret!”.

Não havia apenas a joia de ouro e platina *art déco* no escrínio. Ela estava acompanhada de bilhete envolto em plástico transparente: “Pulseira presente de Dulce feita por Poiret para Tarsila”. Caligrafia de Helena, que adicionava legendas às joias de família para repassar a memória. Outro documento anexado é uma carta endereçada à Helena agradecendo pelo empréstimo do enfeite à exposição *Tarsila do Amaral na BM&F*¹⁸³: *Percurso Afetivo – 120 Anos de Nascimento*, que se realizou no Espaço Cultural BM&F, em São Paulo, entre 25 de outubro e 8 de dezembro de 2006. Ou seja, a pulseira de Poiret de Tarsila já havia sido exibida em público.

¹⁸² Moeda de ouro dupla face com brasão da Áustria. No verso, há a efígie de José Francisco I, imperador da Áustria e rei da Hungria.

¹⁸³ Sigla de Bolsa de Mercadorias e Futuros.



Figura 76: A pulseira de Paul Poiret e o escrito de Helena. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.

Tarsilinha solicitou a joia para enviá-la a uma exposição, mas não contava com tempo hábil para providenciar o seguro.

Aí eu pedi desculpas à minha prima. Porque era muito arriscado. A joia está comigo, sob meus cuidados, foi a tia Tarsila que deu para a mamãe, e eu tenho dois irmãos... É muita responsabilidade. Essas coisas eram para estar com a Dulce, mas ela morreu, então, estão comigo. Tarsilinha, claro, entendeu. Ela sempre entende. Nós somos muito, muito próximas. Nós somos um núcleo familiar.



Figura 77: Colar de pérolas de Helena, presente de Milton e Liloca, seus pais. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.

Lilia emendou a história do anel enfeitado com jade que fora de Helena. “Minha mãe dizia que a pedra era mágica. Quando passei no vestibular, em 1973, ela passou o anel para mim e mandou fazer outro parecido para ela.” A joia recebida por Lilia foi ajustada ao seu dedo e começou a frequentar os lugares cotidianos. “É meu anel da sorte.” Já o broche com duas pedras que Helena recebeu do marido pelo nascimento da filha, há mais de 60 anos, está com Lilia desde quando ela desposou Pedro. “Eu o uso em toda parte, até para tomar chuva.”

Conversamos por mais tempo sobre joias, família, espiritualidade e pedras. A dona da casa também falou sobre os filhos, Pedro e Gabriel, e anunciou que se tornaria avó em breve de um menino. Nessas conversas, muitas de suas familiares me fizeram as honras. Eu estava com Lilia, mas também estava com Helena, Tarsila, Dulce, Beatriz, Tarsilinha, Thais, Maria Vilma, Liloca e Lydia, além de Pagu, Anna Maria Martins e dona Anete, a cuidadora.

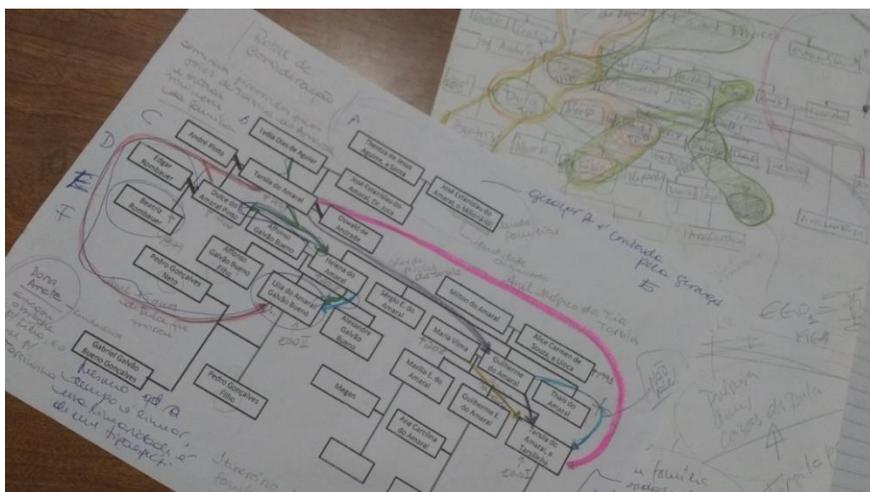


Figura 78: Diagramas das rotas de consideração das joias de família de Lydia, Tarsila, Helena, Dulce, Tarsilinha e Lilia traçado por mim na escrita deste capítulo. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2020.

Rabiscando relações e conexões, fui percebendo, a cada tentativa de ordenar tantas personagens e novas leituras, que diagramas tradicionais têm, dentre suas limitações, a incapacidade de mostrar que a vida não vai de um ponto a outro – a vida segue, pulsa fora desses conectores, insiste em continuar após a morte física. Lilia me convenceu de que as joias de família tampouco ligam um ponto ao outro. Elas enlaçam as vidas. Daí a importância de se levar em conta as rotas de consideração (HERAS, 2017).

O falecimento de Dulce, por exemplo, que fora precedido pela morte prematura de sua única filha, Beatriz, e o repasse dos adereços corporais dessa linhagem de mulheres para a prima Helena, afilhada de Tarsila, não deixa de ser uma alternativa para uma transmissão impedida por infortúnios de prosseguir pela regra. O mesmo se viu com o encaminhamento

do anel mágico para Tarsilinha, a sobrinha-neta de Tarsila e que se encontrava, pelo diagrama, na mesma geração da neta da pintora. Todavia, são movimentos intencionais e realizados em limites que endossam e reforçam a norma da preservação desses artefatos na família. E é possível observar que o vaivém dessas coisas enlaçadas com as gerações conecta algumas mulheres e exclui tantas outras, indicando a conformação de uma dinastia afetiva numa linhagem que formata uma ancestralidade dentro de uma família.

Ouvimos barulho de chave no portão. O marido de Lilia entrou, eu me levantei e o cumprimentei, ele me acenou e passou à área íntima. Julguei que era hora de encerrar a conversa. Delicadamente, Lilia concordou. Até porque, após quase três horas, ela precisava retomar a vida e os compromissos. O tempo passou, muita coisa mudou, e as mulheres desta geração da família cozinham.



Figura 79: Dona Anete, a cuidadora, e Tarsila no apartamento da artista, em 1971. Crédito: Aline Lopes Rochedo, 2019.

Àquela hora, Tarsila, Dulce, Lydia, Helena, Beatriz, dona Anete e demais mulheres já estavam recolhidas em caixas e álbuns de fotografias. Juntei meu gravador, anotações, o rascunho do diagrama desalinhado e meu celular. Joguei minhas coisas na sacola de pano que levava e me dirigi à porta escoltada pelo sorriso de Lilia. Junto à grade, ela disse:

Gostei de ter contado essas histórias para você. Conversar sobre tudo isso organiza as percepções. É a primeira vez que revejo tudo isso desde a morte da minha mãe. Se contar para meus filhos, eles já conhecem de cor essas histórias e não aguentam mais. Se eu contar para minhas noras, elas podem dizer “ah, tá bom”. Porque não tem a vivência, a coisa do familiar, a genética. Muito obrigada por ter vindo.

Agradei a confiança e o tempo. Sentia-me aturdida, mas satisfeita. “O metrô é para o outro lado”, apontou Lilia, ao perceber que saí de sua casa desnordeada. Duas horas mais tarde, recebi em meu Whatsapp a seguinte mensagem de Lilia: “Estou ainda com aquela sensação gostosa de lembrar das estórias de família, trazer bons sentimentos à tona e saber que valeu a pena ter vindo para esta herança genética. Uma família que me propiciou tanto crescimento”.

Não foram raros os momentos em que eu saía confusa dos encontros com joias de família e tutoras. Colocar-me disponível para a escuta dava vazão a um silêncio que, muitas vezes, precisava sair, e vinha em potência mais avassaladora quando eu não tinha intimidade com a interlocutora. Por desconhecer detalhes, era-me autorizado perguntar “o óbvio”, questionar coisas sobre as quais já nem se falava, ou porque estavam naturalizadas pelos conhecidos, ou porque ninguém se atrevia a perguntar em função de interdições ou pudores. Audiência desde a chegada, eu estava disponível para ouvir o que se expressasse. E qualquer episódio narrado, novidade para mim, podia ser reinterpretado pela própria narradora.

No caso de Tarsilinha, de gestos contidos e fala pausada, a modalidade de audiência que ofereci era de diálogo solene. Eu tive tempo de conhecê-la por vídeos e entrevistas que encontrei na internet, percorri seu *site*, estudei Tarsila, a tia, e chegamos a trocar alguns e-mails. Consegui preparar a *performance* para os encontros, do figurino a uma relação de tópicos para possível conversa. Com Lilia, a experiência foi distinta. Eu não tinha pista sobre a prima. Tampouco atinei a perguntar à Tarsilinha. Fiquei tão surpresa com a disponibilidade da tutora da pulseira de Poiret e com a oferta do encontro que me satisfiz com o comentário de Tarsilinha ao desligar o celular: “Você vai gostar muito da Lilia”. De fato, gostei muito de Lilia. Mas a carga de atenção e emoção despejada em mim pelas joias, pelos relatos, pela quantidade de mulheres e de afetos me exauriu.

Desembarquei em Porto Alegre e encomendei um livro das cartas de Tarsila e Anna Maria para Luís Martins por recomendação de Lilia. A obra chegou pelo Correio antes de eu ter coragem de escutar o áudio da nossa conversa. Fotografei a capa e enviei a imagem a ela por WhatsApp, para mostrar à minha interlocutora que eu escutei seu conselho. Revendo as fotografias, tomei as primeiras notas. Mas me percebi capaz de transcrever nosso encontro quase dois meses depois, pois, diferentemente da experiência com Tarsilinha, eu me sentia

agitada com o relato da prima. Menos por Tarsila, a artista. Eu sabia que muito do que me foi repassado a colocou em contato com a mãe e as mulheres com quem se conecta. Para mim, era um encontro etnográfico; para ela, a reafirmação da responsabilidade de organizar e refazer as narrativas ancestrais que serão passadas às próximas gerações. Lilia tem filhos homens e um netinho. Entendi que, ao confiar as crônicas de sua mãe a mim, ela me confiava parte da sua vida que gostaria que sobrevivesse.

8.8 O ANEL CONHECE A FAMA

No fim de maio, em Porto Alegre, vi Tarsilinha anunciando, na rede social Instagram, onde mantém perfil aberto, a sua participação como entrevistada do jornalista Pedro Bial, na Rede Globo. A publicação não confirmava a data, mas expunha uma fotografia da sobrinha-neta de Tarsila e do entrevistador no estúdio. Maquiada e penteada por profissionais da emissora, ela tinha os cabelos *à la* Tarsila. Recebeu batom vermelho nos lábios e colocou brincos similares aos que a artista plástica usava em retratos e autorretratos – adornos que, segundo as herdeiras das joias, ninguém da família conhece o paradeiro. Ademais, Tarsilinha trajava o mesmo vestido usado na fotografia publicada na coluna de Monica Bergamo, na FSP, em outubro de 2018, uma roupa da confecção Osklen estampada com telas de Tarsila do Amaral, coleção licenciada pela família. Eu só não conseguia avistar as mãos de Tarsilinha. Entretanto, pressentia que minha interlocutora não privaria o anel mágico da chance de aparecer na televisão. Continuei acompanhando suas postagens.

A Rede Globo exibiu a entrevista na noite de 11 de junho de 2019. Eu estava preparada – e ansiosa – para assisti-la, pois Tarsilinha publicou o anúncio mais cedo, no Instagram, em seu perfil aberto. Ela já entrou em cena encoberta por uma réplica do mantô vermelho com a qual Tarsila, a artista, aparece num de seus autorretratos. O original fora confeccionado pelo costureiro francês Jean Patou para um jantar em homenagem ao aviador brasileiro Santos Dumont, na Paris dos anos 1920. Tarsilinha estava Tarsila por Tarsila.

Durante a conversa com Bial, Tarsilinha falou sobre a tia-avó, o livro do “anel mágico” e exibiu o próprio anel. Contou que Tarsila recebeu a joia do pai, Dr. Juca, quando fez 18 anos. Recordou, em seguida, que o adereço chegou-lhe por dona Anete, a cuidadora encarregada de entregá-lo à sobrinha-neta homônima. Conhecendo as aventuras da joia, acredito que Tarsilinha adoraria contar mais histórias, mas Bial foi adiante. Chamou para o estúdio a dramaturga Maria Adelaide Amaral, autora da minissérie *Um só coração*, exibida na Rede Globo de janeiro a abril de 2004, e que tinha Tarsila, a pintora, como personagem.

Amigas desde então – o Amaral é coincidência –, as duas recordaram algumas passagens do casal Tarsiwald, com os amores e as crises.



Figura 80: Tarsilinha veste réplica do mantô vermelho que Tarsila pintou em um de seus autorretratos e reproduz a pose. À composição, acrescenta o anel mágico. Crédito: Instagram/Reprodução.

Seria injusto dizer que Bial não estava interessado na joia. Entendo que o tempo da televisão é diferente do tempo da tese. E são tempos diferentes do tempo das joias de família, do tempo da Tarsila e do tempo da Tarsilinha. O que eu posso perceber, entretanto, é que a dimensão do tempo é crucial para as relações e as interações que se enredam no anel, em coisas que emaranham gerações, entre pessoas que se encontram e que, quando se admiram e se cuidam, protegem-se para não se perder.

No repasse de bens inalienáveis, ensinou Weiner, receber e aceitar a incumbência da guarda implica alterar o próprio *status*. Acolher uma joia de família não faz da sucessora apenas guardiã de adorno ancestral. Vemos no caso de Tarsilinha que sua singularidade inclui a responsabilidade de tutela, é a incumbência de proteger, mostrar que cuida e se encarregar

do repasse. É necessário evidenciar o cumprimento da obrigação da qual outras foram privadas. A criança designada pela artista Tarsila como responsável pela joia tutela, anos depois, um passado admirável. O anel não integra patrimônio repartido entre herdeiros necessários da artista, nem consta de testamento escrito. Tampouco é dádiva do acaso. Encaixe da dinastia afetiva, a joia desafia princípios de Justiça do coletivo e noções de presente e herança. Acoplada à narrativa familiar criada, cuidada, repetida e inscrita em livros e associada a prenome enlaçado em sobrenome, testemunha e engendra a conexão que emaranha tia-avó e sobrinha-neta em encontros presenciais durante oito anos e que se atualizam na vida (INGOLD, 2012).

No Cemitério da Consolação, fundado em 1858, há dezenas de obras de artistas renomados ornamentando jazigos de famílias da virada do século XIX para o século XX. Personagem destacada no roteiro de arte tumular oferecido ao público pela administração da necrópole mais antiga de São Paulo (1858), Tarsila do Amaral divide o sepulcro com familiares e agregados. Olhar para nomes que se acompanham no túmulo pode ser indicativo adicional dos postos que cada ancestral ocupa nas relações afetivas de determinado núcleo, para empregar categoria usada por Tarsilinha e Lilia ao se referirem ao ramo dos avós Milton e Liloca, pai e mãe dos irmãos Guilherme e Helena.

Quando da realização da pesquisa, a placa de granito presa ao jazigo tinha Tarsila do Amaral em letras maiores, no alto, com datas de nascimento e morte (01/09/1886 – 17/01/1973) e uma frase – agora – lapidar: “Quero ser a pintora do Brasil”. Abaixo, constam os seguintes familiares, em ordem de falecimento, do mais antigo ao mais recente:

Cecilia do Amaral Queiroz Telles, em 17/10/1910 (irmã de Tarsila)

Dulce Rombauer, 30/03/1966 (filha de Tarsila)

Milton Estanislau do Amaral, 26/01/1899 – 16/11/1967¹⁸⁴ (irmão de Tarsila)

Luiza Salinas do Amaral 04/06/1932 – 10/07/1976 (esposa de Sérgio)

Alice Carmen de Souza Amaral 11/11/1925 – 16/04/1993 (Liloca)

Affonso Galvão Bueno 04/12/1916 – 12/07/1997 (pai de Lilia, marido de Helena)

Helena do Amaral Galvão Bueno 15/06/1924 – 24/11/2018 (mãe de Lilia, afilhada de Tarsila e madrinha de Tarsilinha)

¹⁸⁴ A partir de Milton, irmão de Tarsila, pai de Helena e Guilherme e avô de Tarsilinha e Lilia, grava-se também a data de nascimento. Lembro que Beatriz, filha de Dulce e neta de Tarsila, está enterrada em Petrópolis, na serra fluminense, onde faleceu, em 1949.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa etnográfica, tratei da produção de ancestralidade através de transmissão de joias de família. Esforcei-me para identificar e entender como esses adornos repassados entre gerações se fazem com as famílias. Também explorei efeitos do fenômeno em dinâmicas familiares a partir de narrativas acessando vozes e rostos enredados em porta-joias, crônicas vívidas que ansiavam por serem exibidas e repassadas para serem guardadas.

Compreendi que joias podem sobreviver a duas, três ou mais gerações, mas isso não é o suficiente para torná-las “de família”. A transmutação se realiza por um processo que articula o acoplamento da peça a uma coletividade com a elaboração de narrativas mitológicas, lendas moduladas pela imaginação e compostas por fatos eletivos capazes de engendrar a crença na singularidade da coisa. São versões coletivas misturadas, reformuladas e nutridas por um imaginário com valores ancestrais e simbólicos. Personagens idealizadas contribuem com a criação de identidade de grupo nem sempre compartilhada da mesma forma, mas que é vivida e produzida socialmente. Ao fim e ao cabo, mitologias das famílias comprimidas em joias discorrem sobre memória coletiva e desejo de pertencimento.

Com suporte do trabalho de campo, considerei tutora a pessoa portadora do que deve ser guardado e repassado sem ser totalmente alienado, ficando responsável temporariamente por algo que pertence à ancestralidade e está para além de ramificações sanguíneas e sobrenomes. Se a sucessão é reconhecida e valorizada por afeto e palavras, confirma-se credencial adicional para o inestimável. Porém, mesmo entendido como inalienável, o bem contém valor venal, embora não seja de bom tom evocá-lo. Torna-se fundamental, dessa forma, crer numa dívida com a ascendência. Tutelar o inalienável e o sagrado atesta distinção, e ser escolhida como tutora indica dignidade.

Sei que minha participação numa linhagem de tutoras, gênero, faixa etária e condição de classe, entre outras credenciais, facilitaram acessos a intimidades. Algumas interlocuções transbordaram até a etapa final da escrita. Recebi dezenas de crônicas ao longo de quatro anos e colhi a maior parte dos episódios por meio de interações espontâneas ou conversas com tutoras e com quem mais ofereceu suporte. Ademais, expus minhas linhagens quando as julguei adequadas para a investigação.

Gostaria de sublinhar, ainda, que estrutura e redação desta tese derivam de joias de pesquisa confiadas, encontradas e rearranjadas à margem da confluência cronológica e com colaboração de colegas, professores, familiares, amigos, conhecidos e amigos de amigos.

Tecer temporalidades, envolvimento e expressões afetivas salientou o desafio que é a produção de uma composição que se pretende responsável e ética. Ainda mais quando trata de expor alianças e conflitos que, por muito tempo, aguardavam pela oferta da escuta para, enfim, expressarem-se. O silêncio sempre merece uma chance.

Itinerários da pesquisa encadearam joalheiros, compradores, agraciadas, doadoras, herdeiras, lembranças, moralidades, dinheiro, dívidas, noções de sacralidade e comunhão e tudo que possa sensibilizar vínculos que dão suporte à criação e à continuidade de dinastias afetivas. Joias são joias; joias de família foram tornadas de família, insisto. As primeiras enfeitam a esfera mundana; as segundas ornaram a intimidade, conectam o presente às “origens”, demandam esforço de tutela e elaboração de emoções e precisam de *performances* públicas para combater esquecimentos e sobreviver.

Embora recupere fatos pretéritos, minha etnografia não é de natureza histórica. Diacronia, todavia, foi essencial, pois esses bens infungíveis e peculiares existem no avanço de afetos que expandem ancestrais, atualizam normas, adaptam-se às conjunturas e impelem, pela renovação da crença, a propagação da ancestralidade. Em algum momento, precisam se acoplar às famílias, misturando nomes, conquistas, personagens míticos, rostos e passado.

Joias conectam vivos, mortos e os que nem nasceram e se intensificam com a adesão de quem nelas crê como dádivas promotoras do adensamento de vínculos e as reconhece como ascendência e descendência. Sensibilidade para cuidados depende de engajamento disposto a acolher tensões e ambiguidades, pois portá-las tem consequências. Ou seja, o recebimento do bem implica compromisso com a preservação de quem o habita e deseja se inscrever nele, além de esforço para evitar dessacralização e dissipação da ancestralidade.

Não há uma única possibilidade de movimentação para os adornos, nem para o entendimento dessas coisas de significados fluidos chamadas em muitos idiomas de joias de família. Tampouco a tutela se realiza ou se exerce da mesma maneira, diferenciando-se por sutilezas de rotas, afinidades e contextos sociais. Mas existem passos e comportamentos esperados, conformados pelo passado e adaptados ao futuro em composições fortalecidas pelo *pedigree* contado e consagrado.

Na maioria dos episódios apresentados na tese, joias foram compradas antes das décadas de 1970 e 1980¹⁸⁵, ingressando nas famílias como presentes de pais, companheiros ou pretendentes para pontuar *status*, sanar ausências ou testemunhar alianças. Uma vez acoplados aos arranjos afetivos, voltam-se para adensamentos de laços, podendo ser desmembradas ou

¹⁸⁵ Décadas em que se verifica, no Brasil, o ingresso mais sistemático de mulheres no mercado de trabalho.

remodeladas, desde que continuem repassadas. Cabe às receptoras indicarem os passos seguintes, associando a gramática afetiva a emoções e lógicas do domínio da vida social. Espera-se que essas coisas alinhem obrigações morais e versões que as distanciem da estreia como objeto ordinário e mundano e endossem modelos de feminino e sacralidade.

Na atualidade, a transmissão simbólica de uma linhagem ainda se opera com ênfase no protagonismo masculino. Sobrenomes incluem a maioria dos membros do arranjo, enquanto prenomes distinguem ou assomam certos indivíduos. A partir desta pesquisa, percebi joias de família como evidências ou testemunhos alternativos de existências e relações femininas em grupos afetivos. São “substâncias” menos divisíveis, até por limitação material, e nem sempre correspondem a uma transmissão linear. Podem transitar em direções inesperadas, ir para uma sobrinha e, anos mais tarde, “voltar” para uma filha ou para uma neta da doadora inicial. Precisam ser tuteladas pela fragilidade e sensualidade. Podem ser roubadas, perdidas, danificadas. É possível que sejam restauradas, reparadas, cuidadas, modificadas. Algumas se desacoplam das estirpes e, dessacralizadas, conservam-se no anonimato.

Mesmo com algumas reconfigurações de papéis sociais de gênero em aquisição, uso e reivindicação, dualidades parecem prevalecer nas lembranças das joias de família, com noções de que os homens seriam provedores de joalheria, forma visível de ostentação de seus feitos em corpos enfeitados; e as mulheres cuidariam de afetos a serem propagados. Pelo verbo, mulheres tendem a reivindicar para si merecimento e preferência, uma articulação que parece estratégica, pois, com o poder recebido, exaltam o valor de vínculos e personagens, além de se imaginarem em posições privilegiadas nas linhagens. Argumento, portanto, que joias de família não são repassadas apenas para corresponder a uma tradição, mas porque permitem criar dinastias internas, evidenciando diferenças, coroando afetos e relações, pontuando rivalidades e enfeitando as histórias. Nesse processo, endossam e prolongam a concepção de um modelo de feminino vinculado aos afetos e à reprodução.

Enquanto recebia relatos, percebia que as mulheres costumavam ser mais lembradas por características físicas e afetivas; os homens, por traços morais e laborais. Por isso, atentei para tipos de adornos e detalhes de *status*. As peças masculinas costumam ter iniciais de nomes e sobrenome ou indicam associação com o trabalho, como relógios e canetas e anéis de grau, por exemplo. Já as peças associadas ao “feminino” estão mais frequentemente relacionadas a afeto, proteção e símbolos religiosos, muitas com nichos para fotografias. Quando muito, um anel de Escola Normal, e, mesmo esse adorno, não é contado da mesma forma – basta recuperar os relatos da professora Simoni Guedes (capítulo 1), com a ênfase no

sacrifício para a família imigrante, e de Maya sobre o anel do Saber (capítulo 6), que destaca a linhagem ligada por sangue/aliança e ofício. Sempre há exceções, evidentemente.

O convívio de três ou mais gerações em função do aumento da expectativa de vida tem estimulado o encaminhamento de joias por avós a netas, o que assegura um passo da narrativa da família à frente. Há situações em que se disputam partilhas entre irmãs ou se adensam laços horizontais com a instituição de um bem de família na ausência de um porta-joias, como ocorreu no episódio do olho de Santa Luzia contado por Viviane no capítulo 3.

Se não há filhas, relações entre sogra e nora podem direcionar as joias da família, mas fica subentendido que o ideal é corresponder, em algum momento, a sangue, ventre ou sobrenome. Quando entregue a uma nora, portanto, espera-se que o adorno seja encaminhado para uma neta.

Descendentes diretas podem ou não se tornar tutoras. Em geral, essa incumbência atende a conexões qualitativas, mas joias de família dialogam com relações prévias, lembranças e saudades reformuladas e portam tensões entre vivos que precisam ser guardadas, expiadas e nutridas, preenchendo a vida, reformulando elos, formando dinastias que não se organizam apenas por ordem de nascimento ou proximidade biológica. A capacidade de guardar, tutelar, repassar e acrescentar existências é avaliada no processo.

Assim como as joias triviais, as de família dependem de corpos para serem vistas. Em público, demonstram lealdade, riqueza, prestígio, pertença e singularidade. Aliança ou anel de noivado testemunham contratos. Acumulam valores no movimento, anunciam e reforçam laços afetivos, modificam posturas e estimulam *performances* e narrativas. Rearranjam percepções que as pessoas têm de si e acrescentam o repertório fabuloso de romances, cinema, folhetins, propaganda e outras narrativas tão importantes para a produção de sensibilidades em diferentes estratos sociais.

Pela natureza de uma joia de família, é razoável identificar características do grupo. Afinal, adereços de lustro ancestral articulam coletividades e o que elas acreditam ter de mais precioso. A maior parte dos anéis de grau ofertados à pesquisa acumulava duas gerações e expunha valor de ascensão social pelo estudo. A partir dessa joia tornada de família na elaboração e propagação narrativa exaltando conquista individual pelo sacrifício coletivo é possível expressar reconhecimento de classe, além de anunciar um passado com raízes alhures e um berço ancestral – em minha investigação, na Europa ou no mundo árabe.

Nos arranjos narrados em passado longo e com gêneses próximas a instâncias poderosas do século XIX, outras joias e crônicas são exaltadas. Mostrei nos episódios das famílias de Tarsilinha e Lilia (capítulo 8), em São Paulo, que *pedigree* se compõe com o

refinamento, a opulência e a hipocrisia social de um passado revivido a cada lenda. Andrea oscila entre o poder do charque, atualiza a mitologia acrescentando a consciência social e política e evoca a ancestralidade da Península de Nápoles para contextualizar as próprias ambiguidades e fissuras (capítulo 7). Os camafeus não reluzem como o bracelete; nem por isso têm personagens, figurinos e cenários opacos.

Como famílias reais europeias ocupam lugar de destaque no imaginário ocidental e no meu universo de pesquisa (capítulo 4), ouvi associações com termos como “nobreza”, “dinastia”, “ouro” e “riqueza”, além de outros. É preciso reconhecer que esse vocabulário tão recorrente rendeu *insights* preciosos e me fez perceber dinastias em linhagens. Diria que uma dinastia afetiva é possível porque é possível se imaginar e imaginar maneiras de se alinhar e se enlaçar à ancestralidade da qual se quer participar, mesmo que a ancestralidade só exista como tal em crônicas que não se repetem.

Em trocadilho com o tabu do incesto, de Lévi-Strauss (1982), propus uma discussão sobre o tabu da venda manifesto em relação a joias de família durante o trabalho de campo. A interdição se aplica porque esses adereços de metais nobres e gemas são cobiçados “fora” e “dentro” ao reunirem valores diversos, de mercado e simbólico, ainda que a cobiça não seja da mesma espécie. A tensão tem a ver com fronteiras simbólicas: para quem é de dentro ou almeja participar da dinastia afetiva, são coisas de família; para quem é de fora, costumam ser vistas como ordinárias sem deixar de ser, eventualmente, belas e valiosas.

Cumprе sublinhar que o proibido, no caso das joias de família, é a venda. O dinheiro, porém, é temido e citado com regularidade. Isso porque a transação econômica se realiza pela equiparação da joia a uma quantia desse equivalente. Mas a joia de família é entendida como sagrada, incomensurável, inalienável e inestimável, componente da linhagem, expressão da ancestralidade. A anedota de Woody Allen (capítulo 5) é providencial, pois esclarece que a venda não se restringe “para fora” dos limites do grupo afetivo.

Leitoras e leitores podem considerar outras coisas como sendo suas joias de família. Enfeites, roupas, fotografias, livros de receitas, brinquedos, quaisquer bens que pertenceram a avós e ancestrais mais remotos ou nem tanto. Não desdenho do valor incalculável de outras coisas. Mas, como venho insistindo, joias de família têm, dentre seus valores, o venal, e esse elemento pode ser acionado na hora de se decidir pelo reparte entre tutoras. As herdeiras com as quais se pretende adensar laços parecem ter preferência para as joias com ancestralidade alinhada e valor de pecúnia mais significativo para o mercado.

É plausível ter joias de família delegadas às escondidas. Imagina-se a realização de solenidade, de entrega preparada; quiçá a cessão parcial se dará mediante constrangimento.

Pode ser legada por escrito durante a vida ou após a morte, em repartição decidida por herdeiras ou tomada com ou sem discussão. Quando ofertada ou outorgada, expõe sucessoras, estas talvez menos numerosas que o conjunto. Por tantas possibilidades impossíveis de se generalizar, acompanhar trânsitos de joias de família entre gerações contribui com estudos contemporâneos de relações de família, afeto, intimidade e cuidados e das maneiras pelas quais os sujeitos elaboram suas individualidades e seus pertencimentos.

Considerarei disputas e litígios, além de infortúnios, como perda, roubo ou venda “necessária”. Abundam relatos, imagens e depoimentos desolados ou reformulados para expiar sentimentos de culpa. Sem falar em efeitos da dimensão venenosa da dádiva, da qual tutoras podem almejar alforria das obrigações, pois tutelar esses bens é se responsabilizar por ambivalências, acertos e erros alheios. Mas, por carregar “de família” no próprio nome, levam algum entendimento acerca da noção essencial para ser o que algumas imaginam ser.

Não descrevi densamente os adornos. Preferi me mover nas interlocuções com joias e família e tentar identificar razões que tornam essas coisas tão relevantes para algumas pessoas. Aliás, não bastava vê-las. Eu precisava ouvi-las e registrá-las em imagens, conhecer rostos, mãos, corpos, casas. Incitaram-me a sentir os adornos na minha própria pele. Até o anel mágico da tia Tarsila eu provei.

Sobre a escrita “no feminino”, eu a justifiquei pela prevalência de mulheres no campo e pelo fato de eu ser uma pesquisadora. Assim, marquei minha presença na etnografia, fui atenta à minha subjetividade, minha trajetória e meu repertório. Até porque esta é uma investigação conduzida de dentro. Mesmo que eu não seja a personagem principal – mas me reconheço como personagem no processo –, produzi um trabalho que apresenta, dentre tantos outros, o desafio do enfrentamento de emoções e do estranhamento do familiar.

Sinto-me à vontade para afirmar que joia de família não é simples adereço corporal separado de relações, tampouco é miudeza ou capricho das elites. Com esses adornos, acessei silêncios, linhagens e hierarquias e pude destacar presenças femininas, algumas abafadas por homens fixados em nascentes mitológicas. Desses artefatos se escutam vozes afetivas que evitam a fragmentação da memória das mulheres. Suas narrativas descomprimem sentimentos e segredos escondidos em adornos e expressam o sagrado que imaginam para si nos contextos familiares. Fatos e personagens históricos podem ser acionados para convencer. É um processo com acréscimos, omissões e adequações.

Muitas vozes se misturam nessas coisas que não param de se transformar, seja pela ação do tempo, seja por novos significados, seja pela transformação de narrativas ou de formas, itinerários, afetos. A complexidade humana não cabe numa pesquisa, num colar, num

texto. Faltam encaixes, algumas combinações se repetem, há inúmeras lacunas a preencher. A modelagem etnográfica que elaborei resultou num porta-joias dentre muitos possíveis.

Tentei não criar uma escala de valores entre as joias de pesquisa, mas reconheço que alguns episódios se alongaram por convívio, engajamento, qualidade da interlocução e complexidade. Quem me procurava ou me recebia para exhibir algo queria falar. A experiência do campo logo mostrou que joias de família liberavam um silêncio imposto por alguma razão. Joias são adornos para fora, para a exibição. Ao mesmo tempo, amalgamam intimidade. Se a tutora ou a interessada confia na pesquisadora e se dispõe a mostrá-la, é preciso admirá-la. Sem interesse genuíno, a vida continuará escondida, e vida escondida não é vida plena. Quando abafada, a ancestralidade desaparece.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, T.; JONES, S. H.; ELLIS, C. *Autoethnography: understanding qualitative research*. Nova York: Oxford University Press, 2015.
- _____. *A morte e a morte de Quincas Berro Dágua*. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- AMARAL, A. *Tarsila do Amaral: projeto cultural artistas do Mercosul*. Catálogo produzido e editado por Fundação Finabrás em homenagem aos 50 anos do Museu de Arte Moderna de São Paulo, Buenos Aires, 1998.
- AMARAL, T. do. *Tarsila por Tarsila*. São Paulo: Celebris, 2004.
- _____. *O anel mágico da tia Tarsila*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2011.
- ANDRADE NEVES, M. F. de. *Por onde vivem os mortos: o processo de fabricação da morte e da pessoa morta no complexo funerário de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, A. (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, RJ: Eduff, 2008, p. 14-88.
- AUGÉ, M. Préface. In: GOTMAN, A. *Héritier*. Paris: PUF, 1988, p. v-vii.
- BABADZAN, A. Pour en finir avec le *hau*: Mauss, les Maoris et la “force des choses”. *La revue de M.A.U.S.S.* n. 12, 1998, p. 246-260.
- BARRETO, F.; ROCHEDO, A. L. Dádiva em cena: uma opereta sobre joias de família. *Anthropológicas Visual*, v. 4, n. 2, UFPE, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicasvisual/article/view/239337>. Acesso em 5 mai. 2020.
- BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas (vol.1). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 197-221.
- _____. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- BENVENISTE, É. *O vocabulário das instituições indo-européias: economia, parentesco, sociedade* (v. 2). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- BOURDIEU, P. L’objectivation participante. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, jun. 2003, p. 281-294.
- _____. Das regras às estratégias. In: _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004, p. 77-95.
- _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2008a.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 2008b.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CAILLÉ, A. Préface. In: TAROT, C. *De Durkheim à Mauss, l’invention du symbolique: sociology et sciences des religion*. Paris: La Découverte/Mauss, 1999. p. 1-14.
- _____. *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

- _____. O dom entre interesse e “desinteressamento”. In: MARTINS, P. H.; CAMPOS, R. B. C. *Polifonia do dom*. Recife: Editora Universitária, 2006, p. 25-66.
- CANDAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo, Contexto, 2014.
- CARRIER, J. G. *Gifts and commodities: exchange & Western capitalism since 1700*. Londres: Routledge, 1995.
- CARSTEN, J. A matéria do parentesco. *R@U – Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 6, n. 2, jul./dez., p. 103-118, 2014.
- _____. *Ghosts of memory: essays on remembrance and relatedness*. Oxford: Blackwell Pbs., 2007.
- _____. *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- _____. *After kinship*. Cambridge: University Press, 2004.
- _____. The substance of kinship and the heat of the hearth: feeding, personhood, and relatedness among Malays in Pulau Langkawi. *American Ethnologist*, v. 22, n. 2, p. 223-241, 1995.
- CARVALHO, C. A. de. *Coisas de família: análise antropológica de processos de transmissão*. Tese (Doutorado). 2005. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_3a7e29300ab4fca7dc20fdb8eb121e68. Acesso em 6 dez. 2018.
- CIAMBELLI, P. *Bijoux à secrets*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de L’Homme, 2002.
- CLARK, L. R. Transient possessions: circulation, replication, and transmission of gems and jewels in quattrociento Italy. *Journal of Early Modern History*, Leiden, v. 15, n. 3, p. 185-221, 2011.
- CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- Código Civil Brasileiro e legislação correlata. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%20%20ed.pdf> Acesso em 15 nov. 2019.
- COELHO, M. C. *O valor das intenções: dádiva, emoção e identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- COULMONT, B. *Sociologie des prénoms*. Paris: La Découverte, 2014.
- DeJEAN, J. *A essência do estilo: como os franceses inventaram a alta-costura, a gastronomia, os cafés chiques, o estilo, a sofisticação e o glamour*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- DUARTE, L.F.D.; GOMES, E.C. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- DUARTE, L. F. D.; MENEZES, R. A. Transpersonal Ether: personhood, family and religion in modern societies, *Vibrant*, v.14, n.1, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412017000100200&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10 nov. 2018.

DUARTE, L.F.D. Geração, fratria e gênero: um estudo do mandato transgeracional e subjetivação. *Trivium. Estudos Interdisciplinares*. Ano III, Edição I, p.1-19; 1º semestre de 2011. <http://www.uva.br/trivium/edicoes/edicao-i-ano-iii/artigos-tematicos/1-geracao-fratria-e-genero-um-estudo-de-mandato-transgeracional-e-subjetivacao-diferencial.pdf> Acesso em 10 jan. 2019.

_____. The home sanctuary: personhood, family, and religiosity. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, 2006, p. 1-36. Disponível em http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872006000200003 Acesso em 6 out. 2018.

DUARTE, L.F.D. *et al.* (org.). *Família e religião*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

DURKHEIM, E. La famille conjugale. In: _____. *Oeuvres complètes. Textes III. Fonctions sociales et institutions*. Paris: Éd. Minuit, 1975 [1892], p. 35-49.

_____. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELLIS, C. *The ethnographic I: a methodological novel about autoethnography*. Walnut Creek (Califórnia): AltaMira Press, 2004.

ELLIS, C.; BOCHNER, A. P. *Composing ethnography: alternative forms of qualitative writing*. Walnut Creek (Califórnia): AltaMira Press, 1996.

ELLIS, C.; BOCHNER, A. P. *Evocative autoethnography: writing lives and telling stories*. Nova York: Routledge, 2016.

ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. Autoethnography: An Overview. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, v. 12, n. 1, nov. 2010. Disponível em <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1589/3095>. Acesso em 29 set. 2020.

FARIA, L. S. P. de. *O poder dos sonhos: uma etnografia de empresas startup no Brasil e no Reino Unido*. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179408> Acesso em 6 jan. 2020.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Fim trágico em um piquenique em Petrópolis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º fev. 1949, p. 11. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_06&pasta=ano%20194&pesq=rombauer. Acesso em 19 mai. 2019.

FLORIANI, A. Marca da Casa Masson vai a leilão. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, p. 8, 8 de setembro de 1999.

FONSECA, C. Os emaranhados fios de pertencimento. *Revista Mundaú*, n. 6, p. 18-36, 2019. Disponível em <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/7129> Acesso em 6 mar. 2020.

_____. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. *Teoria e cultura*. Juiz de Fora: UFJF. v. 2, n. 1 e 2, p. 39-53, 2008a. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12109> Acesso em 5 dez. 2020.

_____. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. *Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 16 (3), n. 424, set/dez, p. 769-783, 2008b. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000300003&script=sci_arttext&tIng=pt. Acesso em 6 mar. 2020.

_____. Apresentação: de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *Cadernos de Pagu*. Campinas, SP, n. 29, jul/dez, p. 9-35, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644815> Acesso em 6 mar. 2020.

_____. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a “transpolinização” entre gênero e parentesco entre décadas recentes da Antropologia. *Ilha Revista de Antropologia*. Florianópolis: UFSC. v. 5, n. 2, 2003. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/15356> Acesso em 20 mar. 2020.

FOOTE-WHYTE, W. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FRANÇA, M. C. C. de C. *Memórias familiares em festa: estudo antropológico dos processos de reconstrução das redes de parentesco e trajetórias familiares*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2009. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15913/000693939.pdf?sequence=1> Acesso em 2 jan. 2021.

FRANKLIN, S.; MCKINNON, S. *Relative values: reconfiguring kinship studies*. Durham & London: Duke University Press, 2001.

FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

GEARY, P. Mercadorias sagradas: a circulação de relíquias medievais. In: APPADURAI, A. (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, RJ: Eduff, 2008, p. 217-244.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GELL, A. Recém-chegados ao mundo dos bens: o consumo entre os gonde muria. In: APPADURAI, A. (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, RJ: Eduff, 2008, p. 143-178.

GIRARD, A. Préface. In: SEGALIN, M (org.). *Jeux de familles*. Paris: Presses du CNRS, 2002, p. 7-9.

GODBOUT, J. T.; CAILLÉ, A. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GODELIER, M. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- GOODY, J. (org.). *The character of kinship*. Cambridge: University of Cambridge Press, 1973.
- _____. *Death, property and the ancestors: a study of the mortuary customs of the Lodagaa of West Africa*. Standford: Standford University Press, 1962.
- GOTMAN, A. *Hértier*. Paris: PUF, 1988.
- _____. *Dilapidation et prodigalité*. Paris: Éditions Nathan, 1995.
- _____. L'héritier et le commis voyageur: transmission et héritage de la maison de famille. In: SEGALEN, M. (org.). *Jeux de familles*. Paris: Presses du CNRS, 2002, p. 173-192.
- GOTMAN, A.; MASSON, A. L'un transmet, l'autre hérite... *Economie et Prévision*, n. 100-101, p. 207-227, 1991.
- GRAEBER, D. *Anthropological theory of value: the false coin of our dreams*. Nova York: Palgrave, 2001.
- GUDEMAN, S. *Anthropology and economy*. Cambridge: Cambridge Press University, 2016.
- _____. Energía vital: la corriente de relaciones. *Antipod. Rev. Antropol. Arqueol.* Bogotá, n. 17, p. 25-47, 2013. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1900-54072013000200003&script=sci_abstract&tlng=en Acesso em 12 jun. 2017.
- HALBWACHS, M. Memória individual e memória coletiva. In: *Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 29-70.
- HART, K. The persuasive power of money. In.: GUDEMAN, S. (org.). *Economic persuasions*. Nova York, Londres: Berghahn Books, 2009, p. 136-158.
- HOLM, C. Sentimental cuts: Eighteenth-century mourning jewelry with hair. *Eighteenth-Century Studies*, v. 38, n. 1, p. 139-143, 2004. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/30053632>. Acesso em 5 jul. 2015.
- HOLIAN, H. L. S. Family jewels: the gendered marking of Medici women in court portraits of the Late Renaissance. *Mediterranean Studies*, 2008, p. 148-182.
- INGOLD, T. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2015. Edição Kindle.
- _____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.
- _____. The genealogical line. In: _____. *Lines: a brief history*. Londres/Nova York: Routledge, 2007, p. 104-119.
- _____. In the gathering shadows of material things. In: SCHORCH, P.; SAXER, M.; ELDERS, M. (org.). *Exploring materiality and conectivity in anthropology and beyond*. Londres: UCL Press, 2020, p. 17-35.
- KARSENTI, B. *Marcel Mauss: el echo social como totalidade*. Buenos Aires: Antropofagia, 2009.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *La chute du ciel: paroles d'un chaman yanomami*. Paris: Terre Humaine Plon, 2010.
- KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, RJ: Eduff, 2008. p. 89-142.

- LABURTHE-TOLRA, P.; WARNIER, J. P. *Etnologia – Antropologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- LASSITER, L. E. *The Chicago guide to collaborative ethnography*. Chicago: The University Chicago Press, 2005.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1990 (online). Disponível em <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf> Acesso em 27 jan 2019.
- LE WITA, B. Mémoire: l'avenir du présent. In.: *Terrain: carnet du patrimoine ethnologique*, n. 4, mar. 1985, p. 15-26.
- _____. L'énigme des trois générations. In: SEGALEN, M. (org.). *Jeux de familles*. Paris: Presses du CNRS, 2002, p. 209-218.
- LEIRIS, M. O sagrado na vida cotidiana. *Debates do NER*, Porto Alegre, Ano 18, n. 31, p. 15-25, jan/jun 2017.
- LÉVI-STRAUSS, C. A família. In: SHAPIRO, H. L. (org.). *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1972, p. 308-333.
- _____. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982.
- _____. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 11-46.
- LIMA, M. A. P. de. Introdução. In: _____. *Grandes famílias, grandes empresas: ensaio antropológico sobre uma elite de Lisboa* [online]. Lisboa: Etnográfica Press, 2003. Disponível em <<http://books.openedition.org/etnograficapress/2835>>. Acesso em 24 dez. 2019.
- LINS DE BARROS, M. M. Três gerações femininas em famílias de camadas médias. In: VELHO, G.; DUARTE, L. F. D. (org.) *Gerações, famílias e sexualidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 46-62.
- _____. Memória e família. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 29-42.
- _____. *Autoridade e afeto. Avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- LOBET, D. La logique du don dans la transmission des entreprises familiales. *Sociétés Contemporaines*, n. 62, 2006, p. 27-47.
- LOMNITZ, L. A.; PEREZ-LIZAU, M. *A Mexican elite family, 1820- 1980*. Kinship, class, and culture. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1987.
- LOYER, E. *Lévi-Strauss*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018. Edição Kindle.
- MACHADO, I. J. de R. *A antropologia de Schneider: pequena introdução*. São Carlos: EdUFSCar, 2013.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné e Melanésia*. São Paulo: Abril S.A., 1978.
- MANN, T. *Os Buddenbrooks: a decadência de uma família*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- MARCUS, G. E.; HALL, P. D. *Lives in trust: the fortunes of dynastic families in the late Twentieth Century America*. Boulder: Westview Press, 1992.

- MARCUS, G. E. On Eccentricity. In: BATTAGLIA, D. (org.). *Rhetorics of self-making*. Berkeley/Londres: University of California Press, 1995, p. 143-158.
- MARICATO, G. *História sem fim: sobre dobras e políticas ontológicas de um mundo sem hanseníase*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2019. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/200670/001103934.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 23 mai. 2020.
- MARTINS, A. L. *Aí vai meu coração: as cartas de Tarsila do Amaral e Anna Maria Martins para Luís Martins*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.
- MAUSS, M. *Manual of ethnography*. New York: Berghahn: Durkheim Press, 2007.
- _____. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas*. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 183-314.
- _____. A expressão obrigatória dos sentimentos. In.: OLIVEIRA, R. C. de (org.). *Marcel Mauss: Antropologia*. São Paulo: Ática, 1979, p. 147-153.
- McCONNELL, S. *Metropolitan Jewelry*. Nova York: Bulfinch Press Book, 1991.
- McCRACKEN, G. *Cultura & Consumo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- McGRANAHAN, C. Introduction: on writing and writing well: ethics, practice, story. In: _____. (org.). *Writing Anthropology: essays on craft and commitment*. Durham/Londres: Duke University Press, 2020, p. 1-19.
- MEDICK, H.; SABEAN, D. W. Interest and emotion in family and kinship studies: a critique of social history and anthropology. In: _____. (orgs.). *Interest and emotion. Essays on the study of family and kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 9- 27.
- MENESES, U. T. B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.11, n. 21, 1998, p. 89-103.
- MOREIRA LEITE, M. L. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1993.
- _____. Morte e fotografia. *Imagem e memória: ensaios em Antropologia visual*. In: KOURY, M. G. P. Rio de Janeiro: Garamond: 2001, p. 41-50.
- _____. Retratos de família: imagem paradigmática no passado e no presente. In: SAMAIN, E. (org.). *O fotográfico*. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Senac São Paulo, 2005, p. 31-38.
- MORTAIN, B. Transmettre des objets à ses enfants: “petite choses”, grands enjeux? *Recherches familiales*, 1 ed., p. 7-18, 2011.
- MOSKO, M. Inalienable ethnography: keeping-while-giving and the Trobriand case. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 6, n. 3, 2000, p. 377-396. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/2661081?seq=1> Acesso em 27 abr. 2019.
- MÜLLER, L. H. A.; VICENTE, D. S. Vão-se os anéis: uma abordagem antropológica do penhor como instrumento de crédito. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul, 2012.
- PASSOS, A. *De matéria a afeto: a construção do significado da joia*. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

PEIXOTO, C. E.; HEILBORN, M. L.; LINS DE BARROS, M. Família, geração e cultura. In: SINGLY, F. de. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 9-10.

PEIXOTO, C. E.; CICCHELLI, V. Apresentação: Sociologia e Antropologia da vida privada na Europa e no Brasil. Os paradoxos da mudança. In: PEIXOTO, C.E.; SINGLY, F. de; CICCHELLI, V. (org.) *Família e individualização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 7-11.

PEIXOTO, C. E. Prefácio: As transformações familiares e o olhar do sociólogo. In: SINGLY, F. de. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 11-28.

_____. Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais. SINGLY, F. de. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 95-111.

PERROT, M. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1998.

_____. (org.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PINA CABRAL, J. de; LIMA, A. P. de. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. *Etnográfica*, vol IX (2), p. 355-388, 2005.

PINA CABRAL, J. de. *O homem na família: cinco ensaios de antropologia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003a.

_____. Prefácio. In: LIMA, M. A. P. de. *Grandes famílias, grandes empresas: ensaio antropológico sobre uma elite de Lisboa* [online]. Lisboa: Etnográfica Press, 2003b.

Disponível em <<http://books.openedition.org/etnograficapress/2829>>. Acesso em 24 dez. 2019.

PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. *Grandes fortunes: dynasties familiales et formes de richesse en France*. Paris: Payot & Rivages, 2013.

_____. *Sociologie de la bourgeoisie*. Paris: La Découverte, 2007a.

_____. *Les ghettos du Gotha: au coeur de la grande bourgeoisie*. Paris: Seuil, 2007b.

PISCITELLI, A. *Jóias de família: gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRADO, L. A.; BRAGA, J. *História da Moda no Brasil: das influências às autorreferências*. São Paulo: Disal Editora, 2011.

PRICE, S. *Arte primitiva em centros civilizados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

PROST, A. Fronteiras e espaço do privado. In: PROST, A.; VINCENT, G. (org.). *História da vida privada, 5: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 13-136.

QUEIRÓS, E. de. *A ilustre Casa de Ramires*. São Paulo: Abril Multimídia, s/d.

RADEN, A. *Stoned: jewelry, obsession, and how desire shapes the world*. Nova York: Harper Collins Publishers, 2015. Edição Kindle.

RAMOS, E. La maison fau d'expérimentation identitaire pour le jeune adulte. In.: SINGLY, F. d. (org.). *Être soi d'un âge à l'autre. Famille et individualisation*. Paris: L'Harmattan, 2001, p. 143-154.

_____. Des stratégies individuelles de composition avec les règles de transmission: de l'héritage à l'héritier. *Lien social et politiques*, n. 53, Identités: attractions et pièges, 2005, p. 45-55. Disponível em <http://id.erudit.org/iderudit/011644ar> Acesso em 7 jul. 2017.

RENFREW, C. Varna e o surgimento da riqueza na europa pré-histórica. In: APPADURAI, A. (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, RJ: Eduff, 2008, p. 181-215.

REZENDE, C. B.; COELHO, M. C. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ROCHEDO, A. L. *Do croqui à Academia: a biografia cultural de um vestido*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131647>>. Acesso em 15 nov. 2019.

_____. Fazer das cinzas diamantes: a busca pela eternidade através de joias de família. *Tempo da Ciência*, 15 ed., p. 47-58, 2019.

RODRIGUES, J. C. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SANTOS, I. A. *Tramas de afeto e saudade: em busca de uma biografia dos objetos e práticas vitorianos no Brasil oitocentista*. 2014. Tese (Doutorado em História Comparada). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2014.

SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SAINT MARTIN, M. de. A nobreza em França: a tradição como crença. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20, p. 148-192, 1992.

SCHECHNER, R. Pontos de contato entre o pensamento antropológico e teatral. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 20, p. 213-236, 2011. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/36807>. Acesso em 21 out. 2020.

SCHNEIDER, D. *A critique of the study of kinship*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.

_____. *Parentesco americano: uma exposição cultural*. Petrópolis: Vozes, 2016.

SEGALEN, M. Introduction. In: SEGALEN, M. (org.). *Jeux de familles*. Paris: Presses du CNRS, 2002, p. 11-17.

_____. *Sociología de la familia*. Mar del Plata: EUEDEM, 2013.

SEGALEN, M.; MICHELAT, C. L'amour de la généalogie. In: SEGALEN, M. (org.). *Jeux de familles*. Paris: Presses du CNRS, 2002, p. 193-208.

SILVA, L. da. A circulação de artefatos por meio das disposições testamentárias: apontamentos sobre as vestimentas na vila de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 195-220, jan./jun. 2015.

SIMMEL, G. O dinheiro na cultura moderna (1896). In: SOUZA, J.; ÖELZE, B. (org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014, p. 23-40.

_____. Psicologia do adorno. In: _____. *Filosofia da moda*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2014, p. 65-78.

_____. Fidelidade e gratidão. In: _____. *Fidelidade e gratidão e outros textos*. Lisboa: Relógio D'Água, 2004a, p. 31-53.

_____. Segredo. In: _____. *Fidelidade e gratidão e outros textos*. Lisboa: Relógio D'Água, 2004b, p. 142-153.

_____. Sobre a sociologia da família. In: _____. *Fidelidade e gratidão e outros textos*. Lisboa: Relógio D'Água, 2004, p. 55-73.

SINGLY, F. d. (org). *Être soi parmi les autres. Famille et individualisation*. Collection Logiques Sociales. Paris: L'Harmattan, 2001.

_____. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

SOUZA, S. C. de. O Código Napoleão e sua influência no Direito Brasileiro. *Revista da EMERJ*, v. 7, n. 26, p. 36-51, 2004. Disponível em http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista26/revista26_36.pdf Acesso em 28 dez. 2019.

STRATHERN, M. *Parentesco, direito e o inesperado: parentes são sempre uma surpresa*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. Partes e todos: reconfigurando relações. In: _____. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014, p. 241-262.

_____. Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia. In: _____. *Fora de contexto*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013, p. 27-85.

_____. *O gênero da dádiva: problema com as mulheres e problema com a sociedade na Melanésia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

_____. Prefigured features: a view from the New Guinea Highlands. *The Australian Journal of Anthropology*, v. 8, n. 1, p. 89-103, 1997.

Tarsila não tinha medo da morte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1973, p. 10, 1º caderno, edição 271.

TAVARES, Z. R. *Jóias de família*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THOMAS, N. *Entangled objects: exchange, material culture, and colonialism in Pacific*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1991.

TORNATORE, J. L. La dette des fils: rupture de classe et mémoire patrimoniale. *Terrain*, n. 50, 2008, p. 140-157. Disponível em <https://journals.openedition.org/terrain/9293?lang=en> Acesso em 4 jan. 2020.

VARGAS, J. M. *Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VERISSIMO, E. *Incidente em Antares*. São Paulo: Globo, 1995.

_____. *O continente (O tempo e o vento)*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

VINCENT, G. Uma história do segredo? In: PROST, A.; VINCENT, G. (orgs.) *História da vida privada, 5: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 137-365.

WEBER, F. Héritage oblige: Une vielle dame sans enfants à Barcelone. *Terrain*. 45, 2005, p. 125-138. Disponível em <http://journals.openedition.org/terrain/3607> Acesso em 28 mai 2019.

_____. The Gift: Towards an ethnography of non market services. Tradução do original em francês (2007) por Punan Puri, 2012. Disponível em <http://www.sciences-sociales.ens.fr/IMG/file/Florence%20WEBER%20The%20Gift%202012.pdf>. Acesso em 5 mar. 2018.

WEINER, A. B. *Inalienable possessions: the paradox of keeping-while-giving*. Berkeley/Los Angeles/Oxford: University of California Press, 1992.

WILCKEN, Patrick. *Claude Lévi-Strauss: o poeta no laboratório*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

YANAGISAKO, S. Patriarchal desire: law and sentiments of succession in italian capitalist families. In.: PINA CABRAL, J. de; LIMA, A. P. de (orgs.). *Elites. Choice, leadership and succession*. Lisboa: Etnografica Press, 2000, p. 53-72. Disponível em <https://books.openedition.org/etnograficapress/1329> Acesso em 12 dez. 2018.

ZELIZER, V. Encontros de intimidade e economia. In: _____. *A negociação da intimidade*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011a, p. 17-47.

_____. Qué significa el dinero? In: _____. *El significado social del dinero*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011b, p. 245-262.